



Artur César Isaia
Carla Rosane da Costa Alves
Gabriela Oliveira Elesbão
Gabrielli Lucas
Giovanna Adam Ferreira
Kathlin Santos de Oliveira
Jamily Veit Scheffer
Organizadores



História, Cultura e
Religiosidades
Afro-Brasileiras
Volume 3

UNIVERSIDADE 
LaSalle
Editora

História, Cultura e Religiosidades Afro-Brasileiras Volume 3

Organizadores: Artur César Isaia, Carla Rosane da Costa Alves, Gabriela Oliveira Elesbão, Gabrielli Lucas, Giovanna Adam Ferreira, Kathlin Santos de Oliveira, Jamily Veit Scheffer

Universidade La Salle

Reitor: *Paulo Fossatti*

Vice-Reitor: *Cledes Antonio Casagrande*

Pró-Reitor de Graduação: *Cledes Antonio Casagrande*

Pró-Reitor de Administração: *Vitor Augusto Costa Benites*

Pró-Reitor de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão: *Cledes Antonio Casagrande*

Conselho da Editora Unilasalle

*Andressa de Souza, Cledes Antonio Casagrande, Cristiele Magalhães Ribeiro,
Jonas Rodrigues Saraiva, Lúcia Regina Lucas da Rosa,
Patrícia Kayser Vargas Mangan, Rute Henrique da Silva Ferreira,
Tamára Cecília Karawejczyk Telles, Zilá Bernd, Ricardo Figueiredo Neujahr*

Projeto gráfico e diagramação: *Editora Unilasalle*

Revisão final: *Artur Isaia*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C719 História, cultura e religiosidades afro-brasileiras [recurso eletrônico] / [organizadores: Artur César Isaia ... [et al.]]. – Dados eletrônicos. – Canoas, RS : Ed. Unilasalle, 2020.

ISBN 978-65-86635-00-3

Livro eletrônico.

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso:

<<https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/books/issue/download/289/15>>.

1. História. 2. Cultura. 3. Religiosidade. 4. Religiões afro-brasileiras. 5. Memória. I. Isaia, Artur César.

CDU: 930

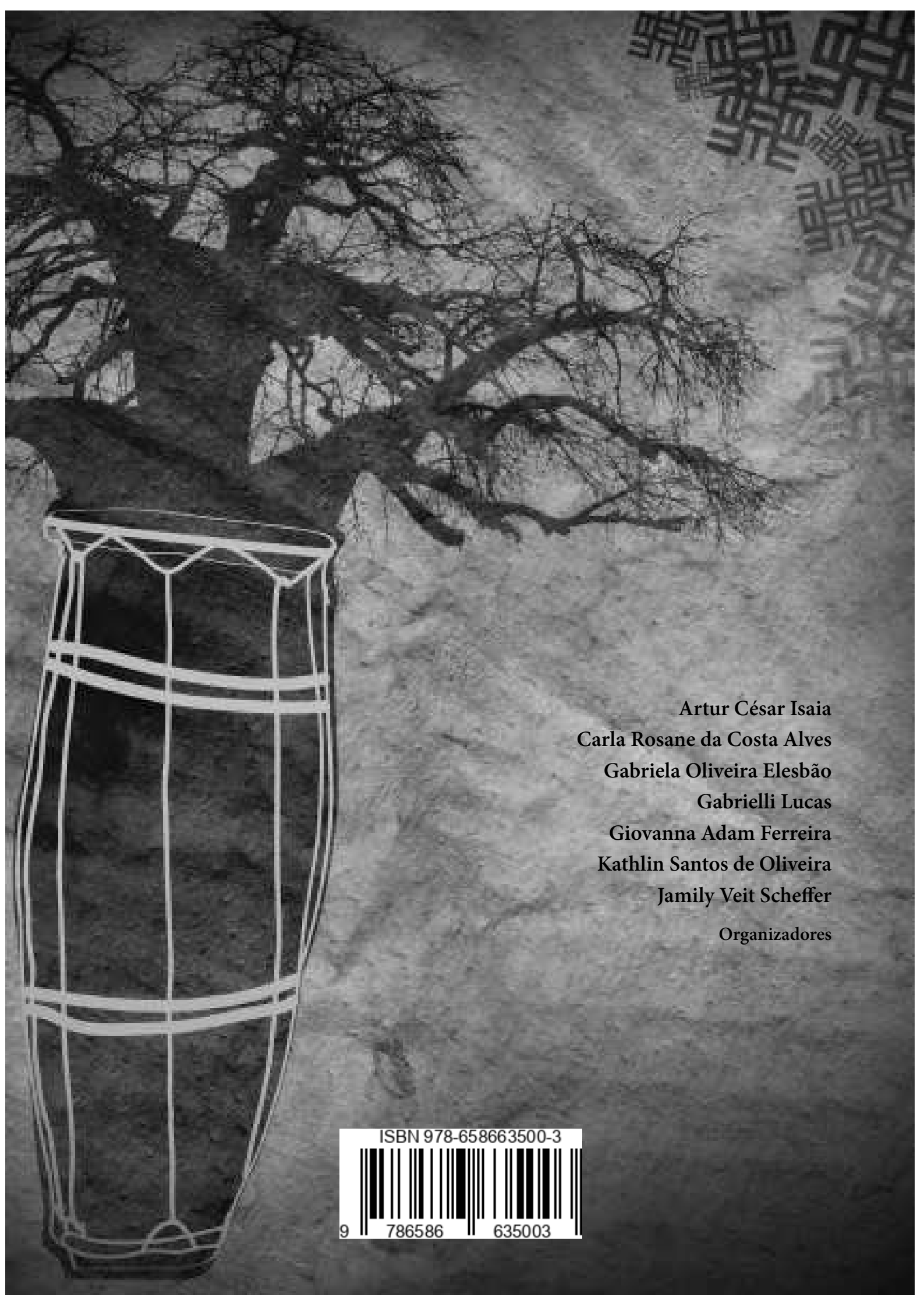
Bibliotecário responsável: Samarone Guedes Silveira - CRB 10/1418

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

História, Cultura e
Religiosidades
Afro-Brasileiras
Volume 3

Editora Unilasalle

Canoas, 2020



Artur César Isaia
Carla Rosane da Costa Alves
Gabriela Oliveira Elesbão
Gabrielli Lucas
Giovanna Adam Ferreira
Kathlin Santos de Oliveira
Jamily Veit Scheffer
Organizadores

ISBN 978-658663500-3



9

786586

635003

SUMÁRIO

Apresentação	7
A hanseníase em Manaus através da História Oral: vivências e experiências	8
Registros do tempo e do espaço: anotações para uma história social da modernização de Porto Alegre	14
Esta Tierra Nuestra: O Cinema encontra a guerrilha em Cuba	17
Memória Institucional e suas Idiossincrasias	20
A condição negra no olhar médico sobre o transe mediúnico da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (primeira metade do século XX)	24
Análise de um caso jurídico - contribuição para o estudo da história e memória do direito penal no Rio Grande do Sul	28
Presença Negra em anúncios publicitários: impactos na formação e reconhecimento de identidades	32
Desigualdade racial e organização social: políticas para o patrimônio cultural afro-brasileiro	36
Religiosidade afro-brasileira e contendas raciais: os mecanismos racializados que acometem negros e rituais afro-religiosos	41
Úrsula - mais que um romance brasileiro, uma voz africana!	45
Mãe d'Água: representações das devoções afro-brasileiras na imprensa soteropolitana e na literatura Jorge Amadiana	49
Territórios afro-brasileiros em Canoas: transição entre o geográfico e o simbólico	53
Reflexões sobre imigração urbana a partir de um estudo de caso	57
Wicca: da Magia e Tradição à Natureza e Integração	62
O império democrático estadunidense entre 1993 e 2009	66
O prover na instrução: a escola da casa da roda na santa casa de Porto Alegre	69
Educação criativa: representatividade de conceitos através de HQs	73
O ensino da Lei 10.639/03: 15 anos depois, ainda há intolerância religiosa?	76
O arquiteto José Lutzenberger e o populismo do Estado Novo	80

Identidade e negritude inseridas na obra Dom Casmurro	84
A Industrialização de Canoas nas Décadas 1960/70 e a instalação da Refap	87
Tendências e perspectivas sobre preservação documental dos acervos em bibliotecas: um estudo bibliométrico da produção científica	93
Memória, história e ensino: as relações de controle na produção dos conteúdos escolares nas comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha 1983-1985	98
O rio dos Sinos e os curtumes: atores sociais, políticas públicas e meio ambiente (1980-2000)	102
Pai Paulinho de Odé: a construção identitária do líder religioso e homem público através de narrativas memoriais	105
As representações imagéticas dos Caboclos da Umbanda	109
Os anarquistas no Primeiro Congresso Operário Brasileiro (1906)	114
Eva Eleitora: a participação feminina na eleição de 1933 no Distrito Federal	118
Emancipação Feminina nas Páginas da Revista de Semana (1927-1934)	121
Relações e conflitos entre imigrantes italianos, seus descendentes e indivíduos negros: estratégias de sobrevivência, teorias e invisibilidades raciais (1899-1914). (Caxias do Sul e São Francisco de Paula de Cima da Serra)	125
Leopoldo Machado o gigante esquecido	128
A construção do verdadeiro espiritismo: o olhar de Fernando do Ó sobre as práticas ediúnicas	132
Moçambique/Brasil: ligados pelos tambores e diálogos nas batidas de Okán	136
A ancestralidade, a memória e o patrimônio no Ilê Axé Ogunjá	139
O protagonismo das mulheres contribuindo para formar o capital social no Acre	143
A primeira fase Do Auditório Araújo Vianna: de 1927 a 1960	147
A alforria do preto Benedito: uma relação de tensão	151
Caixa multicultural: cultura indígena na sala de aula	155
Instrumentos de pesquisa em arquivos históricos e permanentes: experiências a partir do fundo “Memória do Cinema Antonio Jesus Pfeil”	159

Apresentação

É com satisfação que a Comissão Organizadora do IV Colóquio Internacional de Cultura e Religiosidades Afro-Brasileiras e V Colóquio Internacional Discente de História entrega mais uma obra com os trabalhos apresentados por pesquisadoras e pesquisadores de diversas instituições de Ensino. E para que todo o conhecimento difundido nas comunicações não fique entre paredes de uma sala, essa publicação tem como objetivo permitir seu compartilhamento.

Nesta edição, os leitores encontrarão pesquisas relacionadas à movimentos políticos na formação do movimento operário brasileiro, políticas de urbanização das cidades, propostas metodológicas para educação, trajetória e presença negra, bem como, ritos e rituais religiosos de matrizes diversas, além de outras reflexões e temáticas relacionadas à História e Cultura e Religiosidades Afro-Brasileiras.

Mesmo em tempos sombrios, eventos como esse fortalecem nossas crenças na construção e socialização do conhecimento científico.

Agradecemos à todas e todos os participantes do evento: ouvintes, comunicadores, palestrantes e conferencistas. Agradecemos à Instituição La Salle pelo espaço e parceria, as professoras e professores, alunas e alunos do curso de História da Universidade La Salle.

Equipe Organizadora

A hanseníase em Manaus através da História Oral: vivências e experiências.

Adriana Brito Barata Cabral¹

Este projeto e entrevista foram realizados durante o curso de História Oral recém cursado na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E faz parte da pesquisa de doutoramento em História que tem título provisório “Educandário Gustavo Capanema: políticas de combate a lepra em Manaus 1940-1980”. O trabalho fará referência à política do modelo tripé (leprosário, dispensário e preventório) implantado no Estado do Amazonas. Onde a principal política ligada ao preventório era a retirada do filho ao nascer do convívio dos pais hansenianos e segregação no preventório. O preventório eram instituições “destinadas a acolher, manter, educar e instruir menores sadios, filhos e conviventes de doentes de lepra, desde que não tenham parentes idôneos que queiram assumir esse encargo e que disponham de recursos para educá-los e mantê-los sobre vigilância das autoridades sanitárias competentes”.² Era presente nas políticas de combate a lepra o medo de que as “crianças desenvolvessem a doença dos seus pais”. Isolar nos preventórios era necessário.

Pretendo através da História Oral recuperar as experiências de pais de tiveram seus filhos retirados ao nascer, bem como entrevistar crianças que foram retiradas e levadas a conviver no preventório Educandário Gustavo Capanema em Manaus. O trabalho de pesquisa está apenas no início e muitas entrevistas ainda serão realizadas no hoje bairro Colônia Antônio Aleixo, uma vez que os leprosários foram efetivamente extintos na década de 1970 e foram transformados em bairros das cidades brasileiras onde existiram. Este é o caso da Colônia Antônio Aleixo em Manaus. E são os antigos moradores da época em que funcionava o leprosário e passaram pela política de retiradas dos filhos que serão os entrevistados para a composição do trabalho final: a tese de doutoramento em História.

Atualmente o Movimento de Reintegração de Pessoas atingidas pela Hanseníase (MORHAM) está fazendo um cadastro nacional e buscam pelas crianças que foram retiradas do convívio dos pais. Por isso as entrevistas serão utilizadas para recuperar as histórias e as experiências de pais que tiveram seus filhos retirados de seu convívio familiar.

A História Oral como fonte de pesquisa

A história Oral é um campo que está sendo muito utilizado pelos historiadores que trabalham com a temática da hanseníase no Brasil. E tem gerado importantes artigos acadêmicos como: “Memórias de hansenianos cearenses: outras histórias” de Gisafan Nazareno Mota Jucá e Zilda Maria Menezes Lima.³ “Passados que existem quando narrados: lepra, memória e esquecimento”, de Juliane Conceição Primon Serres.⁴ “Se eu estou doente, eu não posso ir embora pra lá – A lepra e as sensibilidades de um ex-interno da Colônia de Itanhenga no Espírito Santo”

1 Doutoranda em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). É orientanda da professora Dra. Cláudia Musa Fay. Tese com título provisório “Preventório Gustavo Capanema: políticas de combate a lepra em Manaus 1940-1980.

2 Regulamento dos Preventórios para filhos de Lázarus instalados no Brasil. Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro, 13 de março de 1943.p.2.

3 JUCÁ, Gisafan Nazareno Mota e LIMA, Zilda Maria Menezes. Memória de hansenianos cearenses: outras histórias. IN: Uma história Brasileira das doenças: Volume 5. Organização Sebastião Pimentel Franco, Dilene Raimundo do Nascimento, Anny Jackeline Torres Silveira. 1ª edição – Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2015. Pags: 201-221.

4 SERRES, Juliane Conceição Primon. Passados que existem quando narrados: lepra, memória e esquecimento. IN: Uma história Brasileira das doenças: Volume 5. Organização Sebastião Pimentel Franco, Dilene Raimundo do Nascimento, Anny Jackeline Torres Silveira. 1ª edição – Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2015. Pags. 177 – 199.

de Simone Santos de Almeida Silva e Sebastião Pimentel Franco⁵ e “Tempo de lembrar: as memórias dos portadores de lepra sobre o isolamento compulsório” de Keila Auxiliadora Carvalho.⁶ Artigos esses que nos fazem conhecer um pouco da história da hanseníase através de quem vivenciou as políticas de isolamento nos leprosários em vários estados brasileiros. E a nossa pesquisa que está apenas no início pretende contribuir para o campo da história da hanseníase no Brasil mostrando algumas vivências e experiências da cidade de Manaus. E a História Oral utilizada como uma metodologia dá voz como afirma Michael Pollak em “Memória, esquecimento e silêncio” aos “excluídos, marginalizados e das minorias”.⁷

Como destaquei acima, os historiadores do campo da História da Saúde e das Doenças estão cada vez mais se utilizando da História Oral para recuperar as vozes silenciadas de pessoas que sofreram com as políticas públicas realizadas pelos seus respectivos estados para combater a lepra. A Fundação Oswaldo Cruz em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro desenvolveram um projeto de pesquisa para fazer um acervo com os depoimentos dos doentes e dos profissionais da saúde que vivenciaram as políticas de combate à lepra no Brasil. O Amazonas se faz presente no livro com o depoimento do médico Dr. Sinésio Talhari, que foi diretor clínico do Leprosário Antônio Aleixo e encarregado da desospitalização da hanseníase, o médico também trabalhou no dispensário Alfredo da Matta o que o fez publicar artigos importantes sobre a hanseníase no Amazonas, incluindo a política de desativação da Colônia Antônio Aleixo em Manaus. O livro com os depoimentos dos médicos e dos doentes realizado pela Fiocruz tem como título “Memória e história da hanseníase no Brasil através de seus depoentes (1960-2000)”⁸

A historiadora da Fiocruz Laurinda Rosa Maciel trabalhou nas entrevistas desse livro de depoimentos e escreveu o artigo “Memórias e narrativas da lepra/hanseníase: uma reflexão sobre história de vida, experiências do adoecimento e políticas de saúde pública no Brasil do século XX” onde mostra a importância de se trabalhar com os depoimentos, diz que

a história oral pode ser apresentada como elemento capaz de dar voz ao paciente, que, por meio de seu depoimento, pode ser ouvido em um meio social diferente daquele em que atua cotidianamente e ampliar suas barreiras de sociabilidade. A história Oral, assim, pode ser vista como uma ferramenta que apoia e dá cidadania ao acometido pela doença.⁹

O projeto da Fiocruz teve por objetivo, segundo Laurinda Rosa, “resguardar e preservar diferentes aspectos da história da lepra/hanseníase, por meio dos depoimentos dos que padeceram da doença e dos que atuaram contra ela em diversas frentes”. Resgatar essas memórias e experiências é importante para compreender as políticas implementadas no Brasil.

Outra importante contribuição que se utiliza da história oral é o livro “Hanseníase: a voz dos que sofreram o isolamento compulsório”¹⁰ de Dilene Raimundo do Nascimento e Vera Regina Beltrão Marques que reúne oito

5 SILVA, Simone Santos de Almeida e FRANCO, Sebastião Pimentel. “Se eu estou doente, eu não posso ir embora pra lá – A lepra e as sensibilidades de um ex-interno da Colônia de Itanhenga no Espírito Santo”. *Khronos, Revista de História da Ciência*. N°6, de dezembro 2018.

6 CARVALHO, Keila Auxiliadora. Tempo de Lembrar: as memórias dos portadores de lepra sobre o isolamento compulsório. *Revista do Corpo discentes do Programa de Pós-graduação em História da UFRGS*. Pags. 238-255.

7 POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e Silêncio. *Estudos Históricos*. 1989. P. 4.

8 MACIEL, Laurinda Rosa. Memória e história da hanseníase no Brasil através de seus depoentes (1960-2000): Catálogo de depoimentos. Laurinda Rosa Maciel, Maria Leide W. de Oliveira e Maria Eugênia Noviski Gallo. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 2010.

9 MACIEL, Laurinda Rosa. Memórias e narrativas da lepra/hanseníase: uma reflexão sobre história de vida, experiências do adoecimento e políticas de saúde pública no Brasil do século XX. *História Oral*. Volume 20, n°1, p. 33. Jan/jun. 2017. Disponível no endereço: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/30895/2/Maciel_Mem%C3%B3rias%20e%20narrativas%20da%20hansen%C3%ADase.pdf acessado em 12.06.2019.

10 NASCIMENTO, Dilene Raimundo e MARQUES, Vera Regina Beltrão (Orgs). Hanseníase a voz dos que sofreram o isolamento compulsório. Curitiba. Ed. UFPR, 2011.

artigos de historiadores de diversos estados sobre as experiências de vivências em leprosários ou preventórios brasileiros. Obra que vem mais uma vez mostrar a importância da História Oral no Brasil.

Quanto à pesquisa de doutoramento que estou começando a desenvolver se debruçará sobre as políticas de combate à lepra em Manaus nos anos 1940 a 1980. Um dos objetivos é analisar como o Estado do Amazonas implantou as políticas do modelo tripé¹¹ formado pelo: leprosário, dispensário e preventório. Sendo o leprosário ou asilos-colônia locais onde os doentes portadores da hanseníase eram isolados. Os dispensários em geral foram implantados como políticas estaduais e municipais, os quais tinham como objetivo fiscalizar os comunicantes, a família e outras pessoas que tiveram ou tinham contato com o doente de lepra.¹² Por fim temos o preventório que, segundo a pesquisadora Yara Nogueira Monteiro no artigo “Violência e profilaxia: os preventórios paulistas para filhos de portadores de hanseníase”,¹³

desempenhariam papel preventivo, pois acreditava-se que a criança, por já ter tido contato com o foco da doença, ou simplesmente por ser filho de um genitor doente, teria mais condições de vir a desenvolver a doença e que, portanto, deveria ir para um local especial criado para recebê-la, onde seria examinada periodicamente. Com base, nessa premissa, os filhos de pais hansenianos tiveram vedado seu direito de ingresso a outros internatos e, após ingressar num preventório, encontravam sérios problemas para sair, pois o próprio Regimento Interno dos Preventórios, em seu artigo primeiro, previa que o menor não poderia sair durante os seis primeiros anos de permanência.

Utilizar a História Oral como uma metodologia capaz de resgatar as experiências vividas através do depoimento é importante para termos informações de como foi o “viver no isolamento” e de como esses depoentes perceberam as políticas de retirada dos filhos sadios do convívio dos pais. O mesmo pretende-se fazer com os filhos que foram retirados dos pais, através das entrevistas orais para perceber como foi conviver dentro do preventório Gustavo Capanema em Manaus.

Busco neste projeto de tese dar continuidade à reflexão sobre o combate à lepra na cidade Manaus. No mestrado trabalhei o modelo tripé dos anos 1921 a 1942 leprosário Vila Belisário Pena, dispensário Oswaldo Cruz e o início do preventório Gustavo Capanema. A tese analisará as novas políticas implementadas na cidade agora refletindo sobre as experiências de vida de filhos sadios dos leprosos que nasciam nos leprosários e que, ao nascer, eram retirados do convívio dos pais por medo do contágio da doença, sendo levados a morar no preventório Gustavo Capanema ou levados diretamente para adoção.

Para alcançar os objetivos dessa pesquisa e após as discussões no curso de *História Oral: memórias e narrativas*,¹⁴ foi realizado em Manaus três entrevistas na Colônia Antônio Aleixo. Sendo uma do senhor Edgilson Barroncas que teve uma filha retirada ao nascer e enviada para o Preventório. A outra entrevista da Senhora Maria do Carmo Sanches que casou-se no leprosário e viveu como interna, pois não teve filhos biológicos, apenas adotivos todos na mestra condição de doentes e internos na Colônia Antônio Aleixo. A terceira entrevista é com a filha adotiva de dona Maria do Carmo a senhora Milza Campos que teve 8 filhos e 4 foram retirados ao nascer. Para

11 CUNHA, Vívian S. O Isolamento compulsório em questão. Políticas de Combate à Lepra no Brasil (1920-1941). Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação em História das Ciências da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro 2005. (P.7); MONTEIRO, Yara Nogueira. Revista: Saúde e Sociedade. “Violência e Profilaxia: os preventórios paulistas para filhos de portadores de hanseníase”. P.7. Artigo disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12901998000100002; CURI, Luciano Marcos. “Defender os sãos e consolar os lázaros: lepra e isolamento no Brasil 1935/1976”. Universidade Federal de Uberlândia, 2002. LIMA, Zilda Maria Menezes. A Lepra em Fortaleza: o grande polvo de mil tentáculos. Tese de doutorado, UFRJ, 2007; MACIEL, Laurinda Rosa. “Em proveito dos sãos perde o Lázaros a liberdade: uma história das políticas de combate à lepra no Brasil (1941-1962). Tese de Doutorado, UFF, 2007.

12 Idem CUNHA. P, 91.

13 MONTEIRO, Yara Nogueira. Violência e profilaxia: os preventórios paulistas para filhos de portadores de hanseníase. Saúde e Sociedade. 1998. P. 7-8.

14 Curso de Pós-graduação da PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 1º semestre 2019. Ministrado pela professora Dra. Cláudia Musa Fay.

esse projeto vamos trabalhar a história de vida de seu Edgilson Barroncas e da senhora Milza Campos, pois ambos tiveram retiradas de filhos ao nascer.

Sobre a História Oral, Alessandro Portelli em seu artigo “Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral”, afirma que ao entrevistar há uma motivação principalmente quando “desejamos ouvir aqueles que não foram ouvidos – as pessoas comuns, os trabalhadores, os pobres e os marginalizados, os homossexuais, os negros, as mulheres os colonizados.”¹⁵ Todas as vozes são igualmente importantes.

O marco inicial da pesquisa é 1940 porque é quando temos novos recursos para combater a lepra e dentro do modelo tripé foi construído e inaugurado o preventório Gustavo Capanema. Local onde ao nascer a criança era imediatamente retirada do convívio dos pais leprosos e interna até a maioridade, sendo que “meninas ficavam internas até completar 21 anos e meninos até os 18 anos”.¹⁶ O marco final da pesquisa é 1980 porque é quando ocorre a desativação de todos os hospitais colônias bem como dos preventórios em todo território nacional.

Partindo dessa pequena contextualização, passo a explicitar os objetivos desse projeto de História Oral.

OBJETIVOS

Objetivo geral: Utilizando a História Oral recuperar as vivências dos pais que tiveram seus filhos retirados ao nascer e levados para o preventório “Educandário Gustavo Capanema”.

Objetivos específicos:

- Compreender a história de vida dos ex-internos na leprosaria “Colônia Antônio Aleixo”;
- Como os dois ex-internos presenciaram a política de retirada de seus respectivos filhos ao nascer sendo enviados ao preventório ou para adoção;

Sobre os entrevistados: Edgilson Torres Barroncas e Milza da Silva Campos

Seu Edgilson Barroncas chegou à Colônia Antônio Aleixo quando ainda era leproso com apenas 10 anos de idade e até hoje vive na localidade. Foi presidente do MORHAN – Movimento de reintegração de pessoas atingidas pela hanseníase de Manaus. Teve uma filha retirada ao nascer e internada no Preventório Educandário Gustavo Capanema, segundo seu próprio depoimento, a filha faleceu meses depois de ser interna do Preventório Gustavo Capanema em Manaus. Foi entrevistado pela primeira vez em 2010 quando falou sobre a retirada da filha logo após o nascimento, o que despertou o interesse de investigação histórica para essa política de retirada dos filhos do convívio dos pais e que virou um dos objetivos dessa pesquisa de doutoramento.

Informações da entrevista do senhor Edgilson: Realizada no dia 19 de abril de 2019. Na residência do entrevistado no Bairro Colônia Antônio Aleixo em Manaus. Entrevistadora 1- Adriana Cabral. Entrevistador 2 – João Cabral.

Senhora Milza da Silva Campos chegou adolescente ao Leprosário Antônio Aleixo. Foi morar na casa da senhora Maria do Carmo Sanches (também hanseniana). Casou-se aos 21 anos com o senhor Mario Campos (também interno do Antônio Aleixo) com quem teve 8 filhos. Dessas 8 crianças: os 4 primeiros filhos foram dados a “adoção” (retirados), dois faleceram e o casal conseguiu criar os 2 mais novos porque a Colônia Antônio Aleixo foi desativada passando a ser apenas um bairro da cidade de Manaus. Dona Milza conta através da entrevista oral um

15 PORTELLI, Alessandro. “Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral”. P.18. Disponível: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11215> acessado em 11.06.2019.

16 Diário Oficial do Estado do Amazonas. Sábado 12 de abril de 1941.

pouco de sua trajetória de vida no leprosário, pois foi treinada para fazer serviços de enfermagem trabalhando na Colônia cuidando de outros doentes de hanseníase. Depois do diagnóstico de cura dela e do esposo, ambos saíram da Colônia e foram trabalhar em outros bairros da cidade. Dona Milza chegou a trabalhar no Dispensário Alfredo da Matta, local onde era feito os diagnósticos de hanseníase e de outras doenças dermatológicas.

Informações da entrevista da senhora Milza: Realizada no dia 06 de agosto de 2019. Na residência da entrevistada no Bairro Colônia Antônio Aleixo em Manaus. Entrevistadora 1- Adriana Cabral.

Ambas as entrevistas fazem parte do Laboratório de História Oral da PUCRS.

Fontes Utilizadas

Regulamento dos Preventórios para filhos de lázaros instalados no Brasil aprovado em 27 de janeiro de 1941, pelo Diretor Geral do Departamento Nacional de Saúde. Diário Oficial. Sábado 12 de abril de 1941.

Regulamento dos Preventórios para filhos de Lázaros instalados no Brasil. Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro, 13 de março de 1943.

Referências

CABRAL, A. B. B. De lazareto a Leprosário: políticas de combate a lepra em Manaus 1921-1942. Dissertação de Mestrado em História Social. UFAM, 2010.

CARVALHO, K. A. Tempo de Lembrar: as memórias dos portadores de lepra sobre o isolamento compulsório. AEDOS. Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFRGS.

CUNHA, V. S. O Isolamento compulsório em questão. Políticas de Combate à Lepra no Brasil (1920-1941). Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação em História das Ciências da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro 2005.

CURI, L. M. “Defender os sãos e consolar os lázaros: lepra e isolamento no Brasil 1935/1976”. Universidade Federal de Uberlândia, 2002.

DIAS, E. M. A Ilusão do Fausto – Manaus 1890-1920. 2ª Edição - Manaus: Livraria Valer, 2007.

FRANCO, S. P. N., Dilene Raimundo, Maciel Ethel Leonor Noia. Uma História brasileira das doenças: Volume 5. 1ª ed. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2015.

GOMIDE, L. R. S. “Órfãos de pais vivos. A lepra e as instituições preventórios no Brasil: estigma, preconceitos e segregação”. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo 1991.

LIMA, Z. M. M. A Lepra em Fortaleza: o grande polvo de mil tentáculos. Tese de doutorado, UFRJ, 2007.

MACIEL, L. R. “Em proveito dos sãos perde o Lázaro a liberdade: uma história das políticas de combate à lepra no Brasil (1941-1962). Tese de Doutorado, UFF, 2007.

MACIEL, L. R. Memória e narrativas da lepra/hanseníase: uma reflexão sobre história de vida, experiências do adoecimento e políticas de saúde pública no Brasil do século XX. História Oral. Volume 20, nº1, p.33 Jan/Jun, 2017.

MACIEL, L. R. Memória e história da hanseníase no Brasil através de seus depoentes (1960-2000): Catálogo de depoimentos.

- Laurinda Rosa Maciel, Maria Leide W. de Oliveira e Maria Eugênia Noviski Gallo. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 2010.
- MONTEIRO, Y. N. Revista: Saúde e Sociedade. Violência e profilaxia: os preventórios paulistas para filhos de portadores de hanseníase. Artigo disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12901998000100002
- MONTEIRO, Y. N. Da Maldição Divina e Exclusão Social um estudo da hanseníase em São Paulo. Tese de doutoramento em História. USP.
- NASCIMENTO, D. R. M., V. R. B. Hanseníase: a voz dos que sofreram o isolamento compulsório. Curitiba. Ed. UFPR, 2011.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento e silêncio. Estudos Históricos, 1989.
- PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral”.
- PORTELLI, A. História Oral como arte da escuta. Editora Letra e voz, 2016.
- SILVA, S. S. de A.; FRANCO, S. P. Se eu estou doente, eu não posso ir embora pra lá – A lepra e as sensibilidades de um ex-interno da Colônia de Itanhenga no Espírito Santo. Khronos, Revista de História da Ciência. Nº6, de dezembro de 2018.

Registros do tempo e do espaço: anotações para uma história social da modernização de Porto Alegre

Alexandra Lis Alvim¹

Introdução

Esta pesquisa parte de um conjunto de fotografias produzidas entre 1969 e 1979 que compõe o Acervo Fotográfico Permanente da Coordenação de Comunicação Social do Gabinete do Prefeito, a documentação visual retrospectiva mais abrangente sob a guarda da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. No período recortado, a cidade viu inaugurar os viadutos Dom Pedro I, Tiradentes, Imperatriz Dona Leopoldina, Açorianos e Obirici, o Complexo de Túneis e Elevada da Conceição, o calçadão da Rua dos Andradas, as pontes da Ilha da Pintada e da Avenida Ipiranga à Silva Só, os parques Moinhos de Vento e Marinha do Brasil, o Planetário, a retificação e pavimentação de uma grande quantidade de logradouros, centros comunitários, prédios escolares, casas populares e a Vila Nova Restinga, um enorme projeto habitacional que direcionava as famílias de poucos recursos, espoliadas de suas casas, para um canto remoto da cidade. Estes anos comportam a administração do prefeito Telmo Thompson Flores, entre 1969 e 1975, e a primeira administração do prefeito Guilherme Socias Vilella, entre 1975 e 1979. Estas administrações conformam um período marcado pela ausência de eleições para o executivo municipal, bipartidarismo e intensas reformas urbanas promovidas sob a lógica das diretrizes da Ditadura Civil-Militar para as questões urbanas que, como parte dos mecanismos de legitimação do regime, aplicaram exaustivamente o projeto de modernização promulgado em 1960 no 1º Plano Diretor do município e engendraram uma “descaracterização de proporções gigantescas na paisagem da cidade” (PESAVENTO, 1991, p. 113).

Desenvolvimento

O acervo é composto de fotografias, negativos e contatos encomendados pela prefeitura para registrar a ação do poder público municipal, a execução de obras, arrolando cerimônias, celebrações, festas e inaugurações, como também escolas, centros culturais, parques, monumentos, vias e edificações. O acervo também produziu um farto conjunto de imagens sobre as comunidades periféricas de Porto Alegre, através das visitas dos prefeitos e de implementações de serviços, compondo um material que documenta desde comunidades que seriam mais tarde removidas até comunidades que recém estavam sendo construídas, como a Vila Nova Restinga, bairro popular planejado no início dos anos setenta.

Em uma destas caixas, um contato composto por duas fotografias de vinte e um de abril 1974 é assinado pelo fotógrafo Netto com o assunto “*Monumento aos Açorianos*”. Elas revelam o prédio do Centro Administrativo Fernando Ferrari e o Monumento, localizado no largo à frente, em pleno processo de construção. Como asas que sopram em direção a um viaduto, o Monumento aos Açorianos tornou-se um dos principais cartões postais de Porto Alegre. Um maciço de corpos de aço que, inclinados ao progresso, representam a caminhada dos colonizadores rumo à cidade almejada. Sua figura recorda o Anjo da História, de Walter Benjamin, que, inclinado para o passado, observa na marcha do progresso um acúmulo de catástrofe. Os ventos que sopram do progresso impedem que o Anjo recolha as ruínas do incessante e violento movimento da História (BENJAMIN, 1987, p.226). Se o monumento aponta uma história triunfante e massificadora, o Anjo de Benjamin converte-se em um convite para arrancar de todo o concreto armado as ruínas pelas quais foi possível erguê-lo.

1 Doutoranda PPG História PUCRS

Uma primeira anotação para o propósito deste trabalho pode ser inferida das palavras do filósofo judeu: a cultura não está ausente da barbárie e todo monumento de cultura é um monumento da barbárie. As duas fotografias, ao registrarem a construção de dois ícones visuais de Porto Alegre, desconstroem a aparente estabilidade de duas das obras mais revisitadas nos cartões postais da cidade. Elas introduzem, ao observador que as inquire, uma sensação de ausência: apontam para a historicidade dos espaços e provocam interrogações sobre os processos que produziram o presente. Segundo Benjamin, faz-se necessário uma história atenta às ruínas, isto é, a escrita de uma história que converta as coisas em ruínas para enxergar os múltiplos caminhos e significados entre elas. A ruína, incompleta, fragmento do passado, tem a força alegórica de significar, trazer à tona os desejos de uma época, fragmento silenciado de outrora. O passado só se deixa fixar como imagens que relampejam no momento em que são reconhecidas (BENJAMIN, 1987, p. 224) e delas, configurações carregadas de tensões, o historiador pode extrair várias interpretações. O progresso homogeneiza espaço e tempo, ignora as ruínas dispersas em sua marcha, produzindo o esquecimento. Perceber a cidade como um espaço de ruínas acumuladas é, neste sentido, desconstruir a aparente estabilidade da ordem imposta que reconstruiu-a em um período excessivamente marcado pela ideia de progresso, e observar os detritos das possibilidades conscientes e os índices daquilo que não se concretizou.

As fotografias do Centro Administrativo e do Monumento dos Açorianos convidam a esta provocação: a desconfiança crítica das heranças culturais que carregamos enraizadas em nossas identidades (SCOTT, 2006, p. 113). A reflexão do lugar de onde partimos o discurso histórico e as formas como identificamos a nós mesmos nos passados que construímos suscita a necessidade de historicizar as categorias que o presente toma como realidades evidentes. As duas fotografias desconstroem, desta forma, a estabilidade de dois elementos presentes em cartões-postais e dados como icônicos na visualidade do espaço construído, bem como instigam a historiadora pensar no caminho reverso de sua construção. Como metáfora da escrita desta história da modernização, as duas imagens aguçam a historicidade das duas obras-monumento: quais discussões foram travadas até que o projeto e as obras deste espaço serem concluídas? Que outros futuros foram planejados passado? Em que medida meu discurso como historiadora não reitera a história do progresso como um dado inevitável?

O presente escreve a história como uma narração que impõe uma sequência para o que, de outra forma, seria um conjunto caótico e contingente de acontecimentos, apagando a descontinuidade, o conflito e a diferença. No Brasil, principalmente entre os anos 1960 e 1970, os processos de modernização das cidades configuraram-se como projetos de homogeneização e reconstrução das visualidades e experiências urbanas através de grandes obras e da redistribuição dos usos do espaço. Por outro lado, a modernização frequentemente é tomada dentro da historiografia como um insuspeito destino comum aos processos de configuração de espaços urbanos, apreendendo-a mais como um fim inevitável do que como um possível resultado de negociações e disputas do passado – exercitar um olhar de descontinuidade para a história desse processo deriva do exercício de desconstruir as estabilidades e inevitabilidades da modernização e de seus elementos mais icônicos, permitindo a descoberta da diferença.

Conclusão

Samain (2012, p. 23) afirma que toda imagem, seja fílmica, fotográfica ou pictórica, oferece algo para seu observador pensar: imagens veiculam pensamentos de todos aqueles que a produziram e daqueles que a observaram. Meneses (2003), por outro lado, recorda que é a interação social que produz os sentidos das imagens, pois é através da interação social de diferentes atributos temporais, espaciais e sociais que os sujeitos atribuem valores e sentidos às suas ações (MENESES, 2003, p. 28). Michel de Certeau (1982) escreve que o fazer da história é, antes de tudo, uma prática. De qualquer coisa, o historiador faz outra coisa: faz história, transforma a natureza em ambiente e, assim modifica a natureza do homem (1982, p. 67). São as técnicas próprias deste fazer que permitem esta articulação que estabelece uma conexão entre uma socialização da natureza e uma materialização das relações sociais. Separa, reúne e transforma em documentos os objetos quando os redistribui de outra maneira. Por sua vez, as imagens oferecem um

ângulo operacional estratégico para a observação da dimensão visual das sociedades do passado. Associadas a outras fontes pertinentes, as fotografias servem como instrumentos para a formulação de problemas históricos: provocam a alteridade e se articulam como ferramentas para uma história sobre memória, esquecimento e multiplicidades, uma vez que articulam uma dimensão mais imediata das coisas, o ver, a observação das mudanças e permanências que o tempo histórico trama.

Referências

Fotografias do Acervo Fotográfico Permanente da Coordenação de Comunicação Social do Gabinete do Prefeito: Fototeca Sioma Breitman, Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo.

DE CERTEAU, M. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro. Ed. Forense Universitária, 1982. Cap. 2 p. 56-108.

FICO, C. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

MASSEY, D. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

MENESES, U T. B. Rumo a uma história visual. In: MARTINS, J. S.; ECKERT, C.; NOVAES, S. C. (Org). *O imaginário e o poético nas Ciências Sociais*. Bauru: EDUSC, 2005, p. 33-56.

MONTEIRO, C. *Porto Alegre e suas escritas: história e memórias da cidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

PANIZZI, W.; R, J. F. *Estudos urbanos: Porto Alegre e seu planejamento*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1993.

PESAVENTO, S. J. *Memória Porto Alegre: espaços e vivências*. Porto Alegre: UFRGS/ Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1991.

PRADO, L. C. D.; EARP, F. S. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967 – 1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, L. de A. N. (orgs.). *O Brasil Republicano. Vol. 4. O tempo da Ditadura: Regime Militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

PRESTES, N. Vilas de Malocas e Bairro Restinga: a versão dos removidos sobre o plano de confinamento em vila de transição - eugenia na Porto Alegre de 1960. *Anais do XI Congresso Internacional de Estudos Ibero-Americanos - XI CIEIA*. Porto Alegre: PUCRS, 2017. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/anais/cieia/assets/edicoes/2017/arquivos/36.pdf> (acesso em junho de 2019).

SAMAIN, E. (Org.). *Como pensam as imagens*. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

SCOTT, J. W. (EUA, 1941-) El eco de la fantasía: la historia y la construcción de la identidad. *Ayer: Revista de Historia Contemporánea* (Madrid, ES), n. 62, p. 111-138, 2006 [2001].

Esta Tierra Nuestra: O Cinema encontra a guerrilha em Cuba.

Alexandre Moroso Guilhãõ¹

Introdução

No justo ano de 2019 a Revolução Cubana completa 60 anos de seu triunfo. Se essas datas-aniversário não modificam a historiografia propriamente dita, permitem, ao menos, que tenhamos uma ampliação de seu espaço de debate. Assim como a própria Revolução, o Instituto Cubano de Artes de Indústria Cinematográfica (ICAIC), fundado apenas três meses após o triunfo revolucionário com o intuito de promover a política cultural revolucionária também completa 60 anos.

Esse trabalho se desdobra a partir do nosso trabalho de dissertação de Mestrado, defendido junto ao Programa de Pós Graduação em História da PUCRS, em que nós fizemos uma análise em três obras de Tomás Gutierrez Alea que são: *Histórias da Revolução* (1960), *A Morte de um Burocrata* (1966), *Memórias do Subdesenvolvimento* (1968). Para compreender quais os conflitos pertinentes à institucionalização da Revolução e quais conflitos isso angariava nos processos culturais por meio do Cinema ao longo dos anos 60. Empregamos para tal a utilização de técnicas de análise fílmica, em especial, relacionando com as teorias de Cinema-História, pensando a obra fílmica como uma fonte primária (FERRO, 1992).

O filme *Esta Tierra Nuestra*, o qual discorreremos esse sucinto texto, foi o único filme realizado inteiramente dentro da Guerrilha, pelo cineasta e militante revolucionário Tomás Gutierrez Alea. No entanto, a finalização e exibição da obra se dão apenas após depois da fundação do ICAIC. Esse filme foi financiado pela Sessão de Cinema da Divisão Nacional de Cultura do Exército Rebelde, fundada pelo próprio Alea. As singularidades deste contexto de produção fazem com que essa obra seja uma fonte muito rica de interpretação sobre os próprios guerrilheiros e o seu mote revolucionário.

Esta Tierra Nuestra

Em 1958, Alea inicia as filmagens do documentário *Esta Tierra Nuestra*, de dentro da guerrilha, com poucos recursos obtidos junto ao M-26 e uma equipe mínima de colaboradores o que força ele próprio a executar diversas funções no filme. Apesar de ser um Documentário, no nível da linguagem, o filme é repleto de cenas ficcionais, onde os personagens interpretam a eles mesmos, na maioria dos casos. A trama do filme se inicia com o exército oficial cubano expulsando uma família de camponeses de sua própria residência. Logo após, vemos uma citação de José Martí: “Vasta é a terra inculta em Cuba e clara é a necessidade de entregá-la a quem trabalha e retirá-la de quem não vai usar.” Em seguida vemos uma série de imagens de camponeses trabalhando na terra, filmado em vários planos fechados que destacam principalmente a terra em si e o trabalho feito nela pelos camponeses, como uma espécie de exaltação, enquanto ouvimos uma narração, que perpassa todo o filme, de um texto escrito por Alea e por Julio Garcia Espinosa, companheiro dos tempos de *Sociedad Cultural Nuestro Tiempo*, uma associação cultural mantida pelo Partido Socialista Popular (GUILHÃO, 2019, p. 41), e um dos roteiristas do filme. Escrito de forma um tanto poética, mas bem explícito em seu conteúdo, ouvimos nesse momento um trecho em que faz um apelo a terra como sendo algo belo, quase da ordem do sagrado, há também, ao fundo, uma trilha sonora de violino que dá um tom hermeticamente sereno à trama. É lembrado que dessa mesma terra vem o açúcar, principal produto que mantém

1 Doutorando em História pela PUCRS.

a economia, enquanto vemos imagens de produção deste, ouvimos, além de sons de máquina, o narrador falando que a “partir disso entra um complicado mecanismo que determina quantas vezes por dia um homem pode se alimentar”, na sequência se discorre o conceito de “latifúndio”, onde vemos grandes áreas demarcadas por cercas com uma placa escrita “propriedade privada”.

Conforme o filme vai avançando vamos conhecendo números sobre as empresas estrangeiras no país, a porcentagem da economia que elas controlam, os números de alfabetização, quais as diferenças de assistência básica para a população urbana e a rural, os custos de importação de produtos alimentícios e se demonstra a ideia de que esses produtos poderiam ser produzidos em Cuba, diminuindo os custos e aumento a taxa de empregabilidade, enquanto vemos imagens de portos com produtos chegando. Uma interpretação com base material da realidade cubana, portanto. Mais a frente, os trabalhadores entram em uma terra cultivável na calada da noite, para reocupar uma terra que já foi sua por direito, mas são logo expulsos pelo exército, que inclusive queima suas casas. Logo surge a solução: A narração expõe que “Como consequência da luta entre trabalhadores e latifundiários, surge a consequência mais evidente: A revolução, a insurreição armada” vemos então imagens de camponeses se agrupando em diferentes lugares em reuniões, enquanto ouvimos uma música muito grave de fundo, com vários instrumentos de corda e sopro, quando os camponeses resolvem se organizar as forças armadas surgem mais uma vez, agora de forma mais enérgica, enquanto a narração, em tom melodramático anuncia: “A decisão revolucionária deveria pagar com sangue, pois a ditadura não respeitava nem velhos, nem mulheres, nem crianças”, então acontece um ataque aéreo aos camponeses que fogem desesperados enquanto são perseguidos por jipes do exército, eis que, surgem, de forma salvadora, os guerrilheiros do M-26 que entram em confronto com os militares afim de proteger os camponeses, que por sua vez, acabam se unindo aos guerrilheiros em combate. Alcançam a vitória e chegam ao vilarejo dos camponeses, onde são recebidos com festa. Na sequência final, vemos diversas empresas e trabalhadores, enquanto a narração pede explicitamente pela reforma agrária no país, ao fim temos um guerrilheiro com uma família camponesa caminhando lado a lado em direção ao horizonte, em uma clara simbologia progressista.

Conclusão

Um filme, passado algum tempo de sua exibição pode tornar-se facilmente uma fonte de trabalho privilegiada para o historiador, muito especial, portanto, quando se dá em condições de produção tão específicas quanto em *Esta Tierra Nuestra*. Para além da mensagem explícita de escolha do autor, temos a oportunidade de trabalhá-lo enquanto um agente histórico (BARROS, 2012, p. 63), ou seja, uma obra que tanto recebe influência do contexto onde é produzida, como também exerce influência.

Para além de pensarmos os aspectos de propagando do filme e o colocarmos apenas como um produto destinado a angariar adeptos para uma causa, fazendo uma decomposição fílmica e justapondo seus elementos seguidos de nossas perguntas de pesquisa, podemos compreender os aspectos ideológicos empregados a este, para além de formais. É possível destacar o conteúdo de análise com base material do próprio autor da obra, que utiliza o enfoque na economia para exprimir conclusões históricas e sociais da realidade cubana. Não obstante à análise social, ele propõe como solução a luta revolucionária, fazendo jus à sua formação marxista. No entanto, não dentro de uma luta de classes entre operariado proletário e burguesia, mas sim utilizando-se da união entre guerrilheiros de origem urbana com os camponeses. Daqui vão se desdobrar conflitos políticos sobre a visão de revolução que vai levar após o triunfo de 1959, dentro do meio cultural, que podem ser exemplificados com as disputas entre os quadros provenientes do Movimento Revolucionário 26 de Julho, grupo esse que inicia a guerrilha em Sierra Maestra, grupo no qual está inserido Alea, que evocam para si insígnia de “revolucionários” e taxam os oriundos do Partido Socialista Popular, o qual, não era inicialmente favorável a tática de guerrilha, mas mantinha trabalho com os sindicatos, de “comunistas dogmáticos” (VILLAÇA, 2010, p.37). Para além dos aspectos formais da obra, não há dúvida que o trabalho autoral de Alea demonstra sua relação com o mundo do trabalho e com o seu ideal

social: “Procuro um cinema que estabeleça relação de prazer com o espectador e, se possível, o leve a reflexão crítica.” (ALEA apud CAETANO, 1997), se aproximando do mote estético desenvolvimento desde a tradição marxista e do mundo do trabalho em autores como Benjamin e Eisenstein. Exercendo um trabalho pormenorizado de sua obra, podemos compreender mais a fundo aspectos estruturais da própria revolução e fundantes de sua política cultural.

Referências

- ALEA, T. G. *Dialética do Espectador : seis ensaios do mais laureado cineasta cubano*. São Paulo, Summus, 1984.
- AVELLAR, J. C. *A Ponte Clandestina: Teorias de Cinema na América Latina*. São Paulo, EDUSP, 1995.
- BANDEIRA, L. A. M. *De Marti a Fidel*. São Paulo, Civilização Brasileira, 2009.
- BENJAMIN, Walter. *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*. Porto Alegre, L&PM, 2015.
- BENJAMIN, W. *Imagens de pensamento*. Lisboa, Assírio & Alvim, 2004.
- CAETANO, M. do R. *Cineastas Latino-Americanos : entrevistas e filmes*. São Paulo, Estação Liberdade, 1997.
- CALEIRO, M. *O revisionismo historiográfico no cinema cubano e o lugar da teoria fílmica pós revolucionária nos Estudos de Cinema*. Niterói, UFF, 2009
- EISENSTEIN, S. *A Forma do Filme*. Rio de Janeiro, Zahar, 2002.
- Esta Tierra Nuestra. Direção de Tomás Gutiérrez Alea. Havana, ICAIC, 1959. 19 min.
- ÉVORA, J. A. *Tomás Gutiérrez Alea*. Madri, Cátedra, 1996.
- FERRO, M. *Cinema e História*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- FORNET, A. *ALEA: Uma retrospectiva Crítica*. Havana, Editorial Letras Cubanas, 1998.
- FURTADO, L. A. *O cinema popular e dialético de Tomás Gutiérrez Alea*. Belo Horizonte, UFMG, 2007
- GOTT, R. *Cuba: Uma nova história*. Rio de Janeiro, Zahar, 2004.
- GUILHÃO, A. M. *Conflito em tela grande: os conflitos sociais e políticos em Cuba na década de 1960 através do Cinema de Tomás Gutiérrez Alea*. Porto Alegre, PUCRS, 2019.
- MISKULIN, S. C. *Os intelectuais cubanos: e a política cultural da Revolução (1961-1975)*. São Paulo, Alameda, 2005.
- NOVOA, J.; BARROS, J. D'. *Cinema-história: teoria e representações sociais no cinema*. Rio de Janeiro, Apicuri, 2012.
- OROZ, S. *Os filmes que não filmei Gutiérrez Alea*. Rio de Janeiro, Anima, 1985.
- RODRIGUES, R. *El Cine Silente en Cuba*. Havana, Letras Cubanas, 1992.
- THOMAS, H. *Cuba: ou os caminhos da liberdade*. Lisboa, Bertrand, 1971.
- VILLAÇA, M M. *Cinema Cubano: Revolução Política e Cultural*. São Paulo, Alameda, 2010.

Memória Institucional e suas Idiossincrasias

Ana Lérica Pacheco Gutierrez

Maria de Lourdes Borges

Introdução

Quando descreve os vários pontos de vista que compõem a memória de uma coletividade, Halbwachs (2006) possibilita o estabelecimento de um diálogo com Gondar (2016) e sua primeira proposição de que a memória é polissêmica, o que sugere que este autor possa ser trabalhado com esse enfoque múltiplo, mantendo sua atualidade em termos conceituais.

Para este estudo, parte-se do pressuposto que as manifestações e representações compreendidas pelo conceito de memória coletiva adquirem, no âmbito das organizações e instituições, os contornos de memória institucional, sendo este o termo adotado.

Assim sendo, o objetivo deste estudo é o de apresentar reflexões acerca das idiossincrasias sobre a memória institucional a partir do entendimento de Thiesen (2013), Costa (1997) e outros autores.

Muitas áreas do conhecimento abordam o tema da memória, embora o enfoque e a nomenclatura sejam diversos, de forma que áreas como Psicologia, Neurociências e História tratam da memória; já as áreas da Administração e das Ciências da Informação abordam os conceitos de memória organizacional e corporativa; a memória Institucional é estudada na área de Comunicação Empresarial enquanto as áreas de Ciências da Informação e História referem memória social (MOLINA; VALENTIM, 2011). Neste sentido, Thiesen (2013) argumenta que o encontro entre a “diversidade de olhares”, através de interações e interseções, estabelece uma busca por soluções próprias, a partir de problemas semelhantes de outras disciplinas.

Memória Institucional

Observa-se nos últimos anos considerável aumento produção acadêmica sobre memória institucional como objeto de estudo (GUTIERREZ, 2017), tanto em organizações privadas (MOLINA; VALENTIM, 2011) quanto públicas (MATOS, 2004), embora o referencial teórico ainda esteja difuso. Halbwachs permanece sendo referido em estudos de memória institucional (COSTA, 1997; RIOS, 2008; BARBOSA, 2010), devido à abordagem da memória de coletividades, embora os contextos temporais sejam tão diversos e a contemporaneidade seja marcada por instabilidades. Rueda, Freitas e Valls (2011) perceberam poucas definições específicas para memória institucional e uma associação de significados entre as palavras organização e instituição, usadas frequentemente como sinônimas, por isso abordam a memória institucional a partir das definições de memória, instituição e organização.

Por sua vez, Thiesen (2013) estabelece diferenças entre memória organizacional e institucional a partir da distinção entre organização e instituição. A instituição se atualiza no interior da organização, para desempenhar sua função de reprodução. As ações institucionais obedecem a padrões que se repetem em hábitos, porém enquanto a prioridade da organização é a eficácia, a da instituição é a legitimidade (COSTA, 1997, p. 146). Assim, a memória organizacional privilegia o aspecto da eficiência ao tratar a informação-memória, enquanto a memória institucional abrange a organizacional, embora não se limite a ela, de forma que as relações de força e legitimidade definem o plano institucional que, por sua vez, define a organização (COSTA, 1997).

Portanto, as instituições refletem as formalizações das culturas através do tempo, do que as sociedades cultivam como maneiras de pensar, ou seja, aquilo que instituem; e esse percurso deixa vestígios visíveis e invisíveis, constituindo legados ou memórias, produtos da experiência humana em sociedade (COSTA, 1997). A memória institucional é percebida como um jogo de informações permanente, construído em práticas discursivas dinâmicas: o instituído e o instituinte, que são duas faces da instituição (COSTA, 1997).

Para Costa (1997, p. 5) instituições são formas de “saber-poder” emergentes nas sociedades, com faces simétricas: lembrar e esquecer; e feitas de comportamento e prática. Esquecimento se articula com lembrança, e ambas são potências que constituem as duas faces móveis da memória, através de um processo seletivo que atua no conjunto das instituições sociais (COSTA, 1997).

Costa (1997, p. 8) pressupõe que o fenômeno da memória apresenta características especiais no quadro das instituições, por isso busca identificar o processo de institucionalização das práticas sociais, seus mecanismos de controle social a partir de um quadro de mudanças que emergiram na contemporaneidade. Para esta autora, as instituições não excluem a mudança, embora ocorra uma contínua força reprodutora “de práticas institucionais, transmitidas de geração para geração sob o manto da legitimidade” (COSTA, 1997, p. 8).

Costa (1997) evidenciou ainda a questão da representação ou “re-apresentação do real”, segundo a qual representar é classificar e classificar é um exercício de poder. A autora adverte sobre a falsa ilusão da neutralidade, já que representar é uma escolha e um ato político, identificando nesse processo seletivo a chave para a compreensão da memória institucional em seu “movimento” de lembrar e esquecer. Costa (1997) pressupõe a existência de outras formas de olhar as instituições e suas memórias, levando em consideração aspectos instituintes e instituídos no processo de conceituação de memória institucional, de modo a “compreender as instituições como escolhas feitas no seio da sociedade”. Portanto, instituições são artifícios ou respostas a problemas criados pelos grupos sociais, e para mudá-las, deve-se transformar os valores que estão por trás dessas escolhas, para que se possa falar em uma memória institucional que contemple novas formas de subjetivação e maneiras de viver consigo mesmo e com os outros (COSTA, 1997). É neste sentido que Costa (2013, p. 132) argumenta que o fenômeno de criação de centros de memória em empresas e órgãos públicos, no Brasil ocorreu de forma simultânea com o *boom* da memória, ou o movimento europeu de patrimonialização, sobretudo na França. O fenômeno somou-se ao crescente movimento de economia globalizada entre as décadas de 1990 e 2000, que em contrapartida promoveu a emergência de identidades locais. Nesse contexto, “o papel da memória tornou-se central e fator determinante para a constituição do sentimento de identidade, ou de pertencimento a uma coletividade”. Para Costa (1997, p. 131) a história teria dois papéis: moldar e subverter a memória coletiva em relação de tensão permanente.

Thiesen (2013) utiliza a imagem de uma pirâmide para representar o conceito de memória institucional. A base representaria o sustentáculo da construção que viabiliza a comunicação. Uma espécie de grande arquivo que possibilita as relações a partir da memória e suas funções, entre as quais lembrar e esquecer. Os lados da pirâmide representariam os entendimentos, ou meio de troca e transmissão de informações e memórias. As relações são permeadas pela seleção e pelas diferenças individuais e culturais entre indivíduos, grupos e instituições, pois cada um carrega o resultado de suas experiências. No topo da pirâmide, as emoções representam o motor a partir do qual a informação produzida circula, entre o topo e a base, em processos “mais ou menos interativos e conflitivos de socialização” (COSTA, 1997, p. 136). A energia da ação ou movimento dá vida à pirâmide, ou seja, toda instituição “só existe em processo”, comportando uma face instituída e outra instituinte, memórias e saberes interagindo “nas relações sociais, institucionais e inter-institucionais” (COSTA, 1997, p. 136). Em outras palavras, a instituição é entendida como um corpo em processo, cujas células precisam trabalhar solidariamente para o funcionamento padronizado e criativo, ou seja, passível de se repetir, mas contemplando a diferença (COSTA, 1997). A autora propõe a análise do conceito de memória institucional “como um híbrido, que comporta o mesmo e o outro”, quando argumenta que a instituição contém a repetição, identificada pela identidade e a representação, sem a qual

enfraquece; e a mudança, associada com as interrupções, descontinuidades, produção do novo do outro e diverso, que alimenta e realimenta a instituição. A mudança institucional não acontece de forma simples, pois as práticas de longa duração estão sedimentadas no tempo, em uma memória-hábito que produz rotinas a serem repetidas. É o processo de seleção existente nas instituições que faz com que elas lembrem e esqueçam, pois “para que determinados dispositivos informacionais sejam preservados e reproduzidos, é preciso que outras informações sejam descartadas, mesmo que temporariamente” (COSTA, 1997, p. 138).

Da mesma forma, é da natureza da instituição lidar com crises, seja no sentido criador e positivo de práticas conflituosas dimensionadas pela multiplicidade de indivíduos; seja no sentido de ameaça e questionamento aos valores institucionalizados, por definir-se como “lugar de exclusão da diferença e da mudança” (COSTA, 1997, p.139). Portanto, as instituições são “integradoras e formalizadoras de práticas e comportamentos, com a função inicial de fixar enunciados para, em seguida reproduzi-los”, sendo importante distinguir a dimensão instituinte da instituída (COSTA, 1997, p. 144).

Para Costa (1997, p. 145), a mudança institucional é lenta, mas acontece. A memória é um elemento primordial para o funcionamento e reprodução de instituições, retendo apenas informações que interessam ao seu funcionamento. A preocupação com a imagem junto à sociedade tem gerado a divulgação das realizações institucionais, embora a autora perceba obstáculos para que se possa dispor dessas memórias. Como solução, aponta para uma visão da memória como singularidade e não retenção de informações. Se são as pessoas que fazem a instituição, a memória institucional é reflexo dessa trajetória, com múltiplas facetas. Quando aborda a crise das instituições, Costa (1997) lembra que o que esteve protegido pela legitimidade, “em forma de segredo, censura ou exclusão”, tem sofrido pressão para abertura. Acontecimento visto como indício de mudança social, já que são as instituições que definem o que é público e privado (COSTA, 1997).

Considerações Finais

Neste estudo buscou-se apresentar reflexões acerca das idiossincrasias sobre o entendimento da memória institucional e seus meandros a partir do entendimento de Thiesen (2013), Costa (1997) e outros autores. Por meio das reflexões ora apresentadas, observa-se que a memória institucional remete a experiências híbridas, que variam entre uma aproximação ou distanciamento no e do social, ou seja, um retorno reelaborado de conquistas e vicissitudes, por isso defende a construção de uma memória institucional no tempo presente. Nesse sentido, as instituições precisam ser vistas, ora como invenções, ora como artifícios e em outras como tendências. Enfim, elas poderão ser o que se agenciar coletivamente, de forma heterogênea. Costa (1997) percebe que para avançar para além do conhecimento técnico, sendo que a instituição reside neste ‘além’, é preciso estabelecer novos nexos entre o passado e o presente.

As reflexões ora apresentadas apontam para a direção que a memória institucional possui um caráter ambivalente e indissociável entre lembrança e esquecimento, resultante de um processo contínuo de seleção, que parece evidenciar prioritariamente a experiência vivida no presente, promovendo o esquecimento dos registros do passado. As abordagens e aprofundamentos teóricos sobre a memória institucional em relação a diferentes tipos de organizações que aninham as instituições podem oferecer uma compreensão mais apurada sobre as mesmas, seu papel na sociedade, elementos constituintes, espaços de memória e, principalmente, sobre a contribuição dos indivíduos na formação da(s) identidade(s) institucional(is), bem como na constituição das comunidades profissionais.

Referências

- BARBOSA, A. A. *O Lugar da Memória nas Organizações Complexas*. Congresso brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas, 4. ABRAPCORP, 2010.
- COSTA, I. T. M. *Memória institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica*. 1997. 169f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - IBICT-UFRJ, Rio de Janeiro, 1997.
- GONDAR, J. Cinco proposições sobre memória social. In: DODEBEI, V.; FARIAS, F. R. de; GONDAR, J. (Orgs.). Por que memória social? *Morpheus: estudos interdisciplinares em Memória Social: edição especial*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, 2016.
- GUTIERREZ, A. L. P. *Memória institucional e gestão documental no Instituto de Matemática e Estatística da UFRGS*. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Bens Culturais) – Universidade La Salle, Canoas, 2017.
- HALBWACHS, M. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- LINDE, C. *Working the Past*. Narrative and Institutional Memory. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- MATOS, M. T. N. B. *Memória Institucional e Gestão Universitária no Brasil: o caso da Universidade Federal da Bahia*. 2004. 184f. Tese (doutorado) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.
- MOLINA, L. G.; VALENTIM, M. L. P. Memória organizacional, memória corporativa e memória institucional: discussões conceituais e terminológicas. *Revista EDICIC*, v. 1, n.1, p. 262-276, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/115215>>. Acesso em maio 2015.
- RIOS, D. F. *Memória e História da Matemática no Brasil: a saída de Leopoldo Nachbin do IMPA*. 2008. 143f. Dissertação (Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências). Universidade Federal da Bahia e Universidade Federal de Feira de Santana, Feira de Santana, 2008.
- RUEDA, V. M. S.; FREITAS, A.; VALLS, V. M. Memória Institucional: uma revisão de literatura. *CRB-8 Digital*, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 78-89, abr. 2011
- THIESEN, I. *Memória Institucional*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

Agradecimento: UFRGS e CNPQ

A condição negra no olhar médico sobre o transe mediúnico da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (primeira metade do século XX)

Artur Cesar Isaia

Introdução

A construção discursiva do Espiritismo como patologia esteve associada à subversão da ordem republicana pelos, os médicos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Se a república era vista como o triunfo da razão, esperava-se do cidadão a vivência das “virtudes” republicanas. Nada mais oposto a essas “virtudes” do que o comportamento julgado doentio e primitivo, cujo reconhecido contágio pairava como uma ameaça à ordem. Neste texto vamos nos ater ao olhar de alguns profissionais da medicina psiquiátrica, os quais vão pensar o transe mediúnico em estreita relação com a condição negra.

Transe e negritude: o avesso da República

No pensamento médico da época, isso não era nenhuma novidade. Nina Rodrigues, no final do século XIX, já havia estabelecido uma relação entre o misticismo de populações, julgadas em estágio evolutivo inferior e a adoção do que chamava de “sentimento político” primitivo. Assim, sertanejos e negros eram julgados, por Nina Rodrigues, incapazes, tanto da vivência da cidadania e da compreensão das abstrações próprias da fórmula republicana, quanto do catolicismo e do conteúdo teológico do cristianismo (RODRIGUES, 1939). Juliano Moreira, por seu turno, reavaliou as teses de Raimundo Nina Rodrigues, negando o determinismo racial nele contido. Contudo, herdeiro da psiquiatria alemã de Kraepelin, não desprezava o caráter “contagioso”, do Espiritismo, capaz de impor danos ao psiquismo dos julgados fracos, crédulos, ignorantes, supersticiosos. A esse respeito, refere-se Kraepelin:

As manifestações dos distúrbios psíquicos encontradas hodiernamente em relação ao hipnotismo e o espiritismo têm uma certa afinidade com os processos de contágio físico. As excitações transmitidas a estes, as explicações supersticiosas, que se juntam às misteriosas práticas são evidentemente para as naturezas sensíveis e fracas, um visível perigo. (...) Sem dúvida, a predisposição tem, também uma parte essencial, por isso que, os indivíduos que participam com grande zelo do espiritismo e hipnotismo, apresentam grande sugestibilidade para tais experiências (Apud SAMPAIO, 1926, p. 68).

Henrique Roxo e Xavier de Oliveira: transe mediúnico, pobreza e condição negra

Se Juliano Moreira negava o determinismo racial de Nina Rodrigues, isso não impediu seu seguidores de remeter o Espiritismo à vivência dos valores, tanto da negritude, quanto da anormalidade, sempre vinculada às camadas ínfimas da sociedade. Assim, Henrique Roxo, não só tecia a relação negritude e Espiritismo, como via o negro como incapaz, física e culturalmente de igualar-se com a elite branca na vivência plena da cidadania. Em seu “Manual de Psiquiatria”, Henrique Roxo deixava clara a relação defendida entre universo negro e espiritismo:

As sessões espíritas são muito frequentadas. Muitas pessoas se reúnem em uma sala pequena. O médium fica no meio. O chefe ao lado do médium. Aquele sugere este e lhe diz que invoque um espírito conhecido. O médium se põe a tremer, solta grandes gritos. Vê-se muito frequentemente o que se observa no cinema, nessas danças de negros, com seus movimentos extravagantes, suas

contorções e seus gestos (...) As sessões espíritas finalizam quase sempre com crises de nervos e um estado geral de excitação, mais ou menos intenso (ROXO, 1946, p. 469).

O mestre Juliano Moreira discordava abertamente da explicação racial da degeneração, polemizando, inclusive, com Raimundo Nina Rodrigues. Moreira insistia que os inimigos a combater contra as degenerações seriam principalmente o meio ambiente e as condições sanitárias e educacionais, assim como as verminoses, o alcoolismo e a sífilis. Esse posicionamento não impediu que Henrique Roxo valorizasse a raça como fator possível de degeneração. Isto aparece claramente em aula ministrada por Roxo sobre a etiologia da doença mental, em 14 de junho de 1905 (Roxo, 1906, p. 32). A respeito dos negros e mestiços, Roxo não os via como degenerados, mas como “retardatários”: “Não evoluíram, não progrediram, Apegam-se ao passado.” Já os brancos, “olham com pupilas abertas os horizontes do futuro” (ROXO, 1904, p. 160). Roxo remetia a condição negra, tanto para inferioridade física, quanto cultural. Para ele, herdando um cérebro não desenvolvido, faltava aos negros, condições de credenciar-se à plena vivência da cidadania, presos às origens atávicas, as doenças oportunistas, a uma herança cultural cheia de superstição. Se a raça como explicação da degeneração não era totalmente abandonada, Roxo colocava o meio ambiente como fator determinante, tanto de evolução, quanto de degeneração:

Suponhamos, porém, que um negro, com esta má tara hereditária, se transportasse para um centro adiantado e com sua mulher viesse a ter descendência. Imaginemos, demais, que esta fosse pouco a pouco progredindo e que de pai a filho se fosse legando, cada vez mais um cérebro exercitado, ativo. Dentro de um certo número de descendentes, chegaria, finalmente um com o cérebro tão evoluído quanto de um branco. Seria tão inteligente quanto este. Vê-se que o meio é o agente por excelência. Vai aprimorando pouco a pouco a raça e o indivíduo e consegue nivelar, após progressão crescente, lenta e laboriosa, os extremos da série (ROXO, 1904, p. 190).

Portanto, a fim de reverter o atraso que impedia o desenvolvimento nacional, Roxo propunha uma intervenção chefiada pela medicina, para a erradicação dos três males, por ele julgados determinantes para o aumento dos casos de degeneração mental e física no país: a sífilis, o alcoolismo e o Espiritismo. Volta, novamente, a argumentação de Roxo à questão racial: no seu ponto de vista, o negro representava o contingente predominantemente suscetível às três “patologias”. Especificamente sobre o Espiritismo, mostrava Roxo, a presença de delírios e alucinações com acento no mundo dos seres invisíveis, de fantasmas e espíritos, nos quadros clínicos por ele estudados: “Frequentadores de práticas espíritas, acreditam (os negros) em ficções e, quando alucinados, surgem os entes que lhes foram sugeridos anteriormente. As idéias diabólicas já se vão tornando raras. Os negros não os temem como outrora.” (Roxo, 1904:190). Para Henrique Roxo, o combate ao Espiritismo como patologia estava totalmente amparado na ciência, propondo uma doença peculiar, desencadeada a partir da familiaridade com os mortos: o delírio espírita episódico, caracterizado como:

...uma doença mental que se caracteriza por um delírio que surge de repente em conseqüência de um choque emotivo, o qual se fundamenta em alucinações e é pouco duradouro, tendo, no entanto, a capacidade de se repetir com relativa facilidade. Comumente se desenvolve pela freqüência de sessões de espiritismo, não do espiritismo científico que é estudado por muitos sábios e deve ser respeitado. É coisa muito diferente deste: é o espiritismo de pessoas sem instrução, que acreditam facilmente em coisas absurdas. São pessoas que têm algum sofrimento físico ou moral e que em vez de procurarem a cura por meio de um médico ou de um sacerdote, vão procurar a sessão de espiritismo para a cura de seus males (ROXO, 1946, p. 468).

Se na citação anterior Henrique Roxo fala rapidamente em “Espiritismo científico”, o contato com os espíritos aparece, em sua obra, sempre remetido à escória social¹. Ademais, mesmo reconhecendo a possibilidade de um dito “Espiritismo científico”, Roxo mostrava que o caldo de cultura predominante no Brasil, favorecia

1 Anteriormente, Henrique Roxo, em conferência realizada na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1918, afirmara a inexistência de um “espiritismo científico” no Rio de Janeiro: “o espiritismo que aqui se pratica e que leva comumente ao hospício não tem o menor cunho científico” (Apud RIBEIRO; CAMPOS, 1931, p. 195).

justamente o “Espiritismo de pessoas sem instrução”. Em um país como o nosso as práticas espíritas tenderiam para o misticismo de populações carentes de cultura, saúde, colaborando para o desencadeamento de episódios mórbidos, compondo-se com a “tara hereditária” de negros e mestiços. Essa ideia aparece de forma clara, no depoimento de Bueno de Andrade, citado na tese de um aluno de Henrique Roxo, João Coelho Marques. Segundo Bueno de Andrade, mesmo o Espiritismo praticado com o rótulo de científico no Brasil, consistia em fator preocupante de avanço da doença mental:

No Rio de Janeiro, denominam-se espíritas não só esses grupos de indivíduos que se dedicam ao estudo das forças psíquicas em manifestações que escapam à experimentação científica, como também essa prática grosseira de pessoas que mal sabem ler e escrever e que procuram prever o futuro, melhorar a sorte, resolver casos complicados, etc., ideias e práticas verdadeiramente absurdas e sem fundamento científico nem justificativa que a sancion (MARQUES, 1929, p. 34).

Outro aluno de Henrique Roxo na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Xavier de Oliveira vai, igualmente, valorizar o Espiritismo como indício de atraso de populações necessitadas da intervenção médica. Contudo, vai negar a existência de um “delírio espírita episódico” como patologia individualizada, como queria Roxo. Para Xavier de Oliveira o que existia era uma “espiritopatia”, caracterizada, não como uma doença autônoma, mas por “delírios de feitio religioso ou espírita enxertados em certas neuro-psicoses” (OLIVEIRA, 1930, p. 21). Claramente Xavier de Oliveira tenta em sua obra associar o Espiritismo a uma vivência mórbida do sentimento religioso e, a partir desta associação, associá-lo à subversão da ordem republicana e a um comportamento político ligado a estágios primitivos da convivência humana. Xavier de Oliveira voltava, assim, à associação já defendida por Nina Rodrigues entre Espiritismo, vivência patológica da religião e tendências antirrepublicanas. É muito sintomático que Nina Rodrigues transcreva, no mesmo artigo em que relata os episódios do que qualifica de “seita espírita” de Taubaté, suas observações sobre o comportamento político dos sertanejos (Rodrigues, 1939:125). Xavier de Oliveira, igualmente, defendia que os delírios de natureza mística apareciam nos comportamentos religiosos mórbidos, nos quais incluía, tanto o Espiritismo, quanto as chamadas “misticopatias. Contrariamente a Nina Rodrigues, contudo, não valorizava a raça como fator explicativo e sim, o meio sociocultural. Na prática, contudo, muitas vezes essa diferenciação não aparecia com contornos muito bem definidos.

Conclusão

O “corpus” documental aqui analisado aponta para uma inequívoca depreciação do negro pelo discurso da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no período em estudo. Esta depreciação estava ligada a interditos interdiscursivos circulantes em uma sociedade na qual a abolição da escravatura era um fato recente e no qual a condição negra persistia ligada ao papel histórico secularmente desempenhado pelos negros na sociedade colonial e escravista. Desta forma o discurso médico próprio da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro vai tender para a representação do negro e de seu universo religioso como ligados ao avesso de uma república, representada como a encarnação da racionalidade moderna. Daí a vinculação do que genericamente aparece como Espiritismo à condição negra e ao misticismo de populações incultas.

Referências

MARQUES, J. C. **Espiritismo e idéias delirantes**. Rio de Janeiro: Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (Tese de doutoramento em Medicina), 1929.

RODRIGUES, R. N. A loucura epidêmica de Canudos. In: **As coletividades anormais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939 [1897].

ROXO, H. de B. B. **Manual de Psiquiatria**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1946.[1921]

ROXO, H. de B. B. **Moléstias mentais e nervosas. Aulas professadas durante o ano letivo de 1905 pelo Dr. Henrique de Brito Belford Roxo**. Rio de Janeiro: [s.n], 1906.

SAMPAIO, G. V. **Espiritismo e loucura. Contribuição ao estudo das chamadas psicoses espíritas na Bahia**. Salvador: Faculdade de Medicina da Bahia, tese de doutoramento em Medicina, 1926.

OLIVEIRA, X. de. **O magnicida Manço de Paiva**. Rio de Janeiro: Benedito de Souza, 1928.

OLIVEIRA, X. de. **Espiritismo e loucura**. [s.l.]: GEEM, 1930.

Análise de um caso jurídico - contribuição para o estudo da história e memória do direito penal no Rio Grande do Sul

Bayard Antônio Bottencourt da Fonseca

Introdução

Este trabalho tem como objetivo estudar a produção da memória sobre o jurista Oswaldo de Lia Pires através dos profissionais do Direito. O trabalho integra uma pesquisa mais ampla desenvolvida na Universidade La Salle no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais. A escolha em pesquisar sobre a obra deste jurista deu-se em função de sua importância para a História do Direito Criminal Brasileiro, e de forma mais direta, do Direito Criminal no Estado do Rio Grande do Sul.

A proposta subjetiva da pesquisa é suscitar reflexões enquanto examina um emblemático caso jurídico patrocinado pelo ilustre jurista, dentre os mais de 500 processos por ele orquestrados. O caso analisado trata da defesa de um ex-prefeito, e que se constituiu em um dos primeiros casos de cassação política por malversação de recursos públicos no Brasil: o Caso Eloi Braz Sessim.

Oswaldo de Lia Pires: capital simbólico do direito criminal

Revisitar biografias de figuras que se destacaram em determinada atividade é representificar — tornar presente — um seguimento do passado e contribuir para a preservação da história e da memória coletiva. A figura em tela é o advogado Oswaldo de Lia Pires, que foi um criminalista gaúcho de reconhecida capacidade técnica, genuína atuação no Tribunal do Júri, e figura relevante na história do Direito Penal no Estado do Rio Grande do Sul. Por seu modo de atuar nas causas em que participou, sem jamais se distanciar da ética, Lia Pires influenciou muitas gerações de advogados, juízes e promotores. Construiu um consagrado imaginário na sociedade regional no que diz respeito às suas atuações, com apurada técnica argumentativa e atuações memoráveis perante o Tribunal do Júri. O capital simbólico acumulado por Lia Pires foi além de sua existência, vez que permanece presente e continua influenciando na formação moral, ética e jurídica de profissionais do Direito. Sobre a consagração da memória, observemos o que mostra Maurice Halbwachs:

Não basta reconstruir pedaço a pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstrução funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aqueles e vice-versa, o que será possível somente se tiverem feito parte e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo. (HALBWACHS, 2003, p. 39)

Também é significativo na obra de Lia Pires o seu poder carismático, materializado nas centenas de decisões favoráveis que alcançou perante os milhares de jurados a que submeteu sua oralidade e técnica jurídica. Com isto, revisita-se um recorte importante da obra do ilustre profissional, condicionando o recorte a um caso especial, paradigmático, onde a atitude do criminalista se sobressairá como uma lição de comportamento ético e moral. Para tanto, se utilizará a metodologia fenomenológico-hermenêutica, com o emprego da técnica de pesquisa bibliográfica, biografias públicas, publicações na imprensa. Não se registrará o nome de familiares das pessoas envolvidas diretamente no objeto deste trabalho.

Oswaldo de Lia Pires: esforço biográfico

Oswaldo de Lia Pires nasceu no dia 26 de março de 1918, em Montenegro-RS, e faleceu aos 92 anos, no dia 26 de dezembro de 2010, em Porto Alegre, vitimado por complicações decorrentes de uma fratura no quadril.

Lia Pires iniciou atividades profissionais como repórter e revisor no extinto jornal Diário de Notícias, de Porto Alegre. Foi locutor de programas de rádio; Professor de Geografia Humana do Brasil, no “Julinho” (Colégio Júlio de Castilhos - Porto Alegre), por 15 anos, tendo Leonel Brizola entre os seus alunos (COSTA, 2003). Graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais (Direito) pela Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, atual UFRGS, em 1945, e antes mesmo de se graduar Lia Pires já advogava, pois não era exigida titulação. Nos Anos 1950 Lia Pires já tinha alcançado grande notoriedade, tanto no meio jurídico quanto no meio social. A fama de grande orador e acumulando altos índices de absolvição nas causas sob sua tutela, contribuíram para que o imaginário coletivo lhe atribuisse significativo capital social e mítico.

A rápida e reconhecida ascensão profissional de Lia Pires gerou na sociedade gaúcha uma espécie de deificação do criminalista, consagrando-o como uma figura carismática capaz de feitos extraordinários. Sobre isto, nos valem do que diz Max Weber, no fragmento de Pierre Bourdieu:

Por Carisma, deve-se entender uma qualidade considerada como extraordinária [...] que é atribuída a uma pessoa. Esta é considerada como dotada de força e de propriedades sobrenaturais ou sobre-humanas, ou, pelo menos, excepcionais. (BOURDIEU, 2005, p. 92)

Oswaldo de Lia Pires recebeu dezenas de títulos honoríficos, onde se destacam as seguintes distinções: Título de Cidadão de Porto Alegre; Conselheiro da OAB; A Cruz de Ferro, concedida pela Brigada Militar; Medalha do Pacificador, sendo uma elevada distinção honorífica do Exército Brasileiro. Curiosamente, o mesmo Regime Militar que em novembro de 1975 lhe consagraria a Medalha do Pacificador, esteve na iminência de prendê-lo em 1964, por conta de um Mandado de Segurança que Lia Pires impetrou em favor de Leonel Brizola (OSÓRIO, 1964), tido como o “Inimigo Número 1” dos militares, que recém tinham tomado o Poder. Com isto, Lia Pires teve de se proteger com o mesmo instrumento jurídico, conforme publicou o Jornal do Dia: “*O prezado Angelito Aiquel entrou ou vai entrar com uma habeas corpus preventivo, em favor de seu colega Oswaldo Lia Pires. Motivo: Lia Pires havia entrado com um habeas igual em favor do deputado Leonel Brizola.*” (1964. p. 4). Postumamente, a OAB-RS lhe conferiu o Título de Advogado Emérito.

Um caso paradigmático: reflexões sobre o caso Elói Braz Sessim

O Caso Eloi Braz Sessim chegou rapidamente ao noticiário nacional e internacional, alcançando grande repercussão por se tratar de um dos primeiros casos de malversação de recursos públicos que chegaram aos tribunais. Era o início da “Cruzada Popular” contra os Crimes de Colarinho Branco no País. Elói Sessim era um empresário do ramo imobiliário com forte atuação no Litoral Norte do Estado. Na época dos fatos Sessim era concessionário de duas emissoras de rádio com alcance local.

Por ser bastante conhecido no município de Tramandaí, e filiado à ARENA — partido oficial do Regime Militar (1964 ~ 1985) —, Sessim foi nomeado prefeito para o período 1979 ~ 1983. Durante o Regime Militar inúmeros municípios tinham seus prefeitos nomeados pelo Governo Federal, atendendo ao critério de: “Área de Segurança”, e por abrigar instalações da PETROBRÁS, o TEDUT - Terminal Almirante Soares Dutra, Tramandaí era um destes municípios. Com a Abertura Política o País restabelece eleições diretas, e neste novo ambiente político Sessim se elege prefeito de Tramandaí para o período 1986 ~ 1988, agora pelo voto direto.

Eleito, Sessim mantém intacto o seu *Modus Operandi* de governar, já conhecido na administração anterior (nomeada). Amparado pelo mandato popular, o prefeito se notabilizou por iniciar grandes obras, mas sem observar o

Princípio do Interesse Público. Algumas destas obras foram consideradas faraônicas, e entre aquelas está a construção de um estádio de futebol. Cabe esclarecer que o estádio foi erigido em uma área pertencente ao então distrito de Cidreira, o qual viria se emancipar de Tramandaí em 1988. Sessim passou a ser alvo de denúncias de desvio de recursos públicos.

Aceitas as denúncias por parte da Justiça Gaúcha, o prefeito foi acusado pelos crimes de peculato (apropriação de bem público), extorsão, concussão (extorsão praticada por servidor público), estelionato, falsidade ideológica e emprego irregular de verbas públicas. No início de 1987, atendendo pedido do Ministério Público o juiz da causa decreta prisão preventiva do prefeito por prática do crime de extorsão, e Sessim recorre aos serviços do Dr. Oswaldo de Lia Pires.

Quando estava sendo conduzido ao Presídio Central de Porto Alegre para o cumprimento da pena, Sessim teria sofrido um distúrbio cardíaco, e foi levado ao Instituto de Cardiologia, onde ficou internado sob custódia policial. Neste ínterim, Lia Pires impetra um habeas corpus em favor de prefeito, mas foi negado. Restabelecido das complicações cardíacas, Sessim foi recolhido ao presídio de Osório, e Lia Pires impetra novo *habeas corpus*, agora com pedido de liminar (cumprimento imediato, até que o mérito seja julgado). O desembargador da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul acolhe o pedido de *habeas corpus* impetrado por Lia Pires, e Sessim reassume o cargo de prefeito de Tramandaí.

Contudo, em que pesem os recursos promovidos por Lia Pires, Sessim restou condenado, e retorna para uma unidade restritiva. Todavia, a partir de maio de 1998 (a quatro meses do fim do seu mandato) o prefeito evade-se e é considerado Foragido do Sistema Prisional. Com a decisão pessoal do seu cliente, de fugir aos processos que a Justiça lhe move, sem que os enfrente através da lei e dos trâmites judiciais, Oswaldo de Lia Pires renuncia a condição de patrono do seu (agora) ex-cliente.

O ex-prefeito viria sofrer outras condenações, e acabaria protagonizando outras evasões do sistema prisional. Em que pesem as prisões e acusações contra o ex-prefeito, em 1993 Sessim se elegeria prefeito do já emancipado município de Cidreira (onde jazem as ruínas do Estádio Sessinzão). Empossado como prefeito de Cidreira, Sessim retoma as obras de construção do estádio, que jamais seria concluído. Mais tarde, o ex-prefeito teria seus direitos políticos cassados pela Justiça. Em 2016 Sessim tentaria nova reeleição, mas teve negado o registro de sua candidatura. O presente estudo não aprofundou a análise do Caso Sessim, pois Oswaldo de Lia Pires, objeto desta pesquisa, já tinha renunciado tutela judicial de Elói Braz Sessim, justamente porque determinados comportamentos do seu tutelado conflitavam contra o que Lia Pires sempre lutou e acreditou: O Direito que todo cidadão tem de se defender, e de enfrentar as suas acusações.

Uma obra além da Obra: considerações finais

Os exemplos de Lia Pires continuaram gerando frutos além de sua existência, onde se destacam duas grandes iniciativas, as quais conferem distinção e reconhecimento ao cabedal intelectual, moral e ético de Lia Pires, e principalmente à história construída pelo maior criminalista que o Estado do Rio Grande do Sul conheceu. A primeira iniciativa é a Jornada Lia Pires, criada em 2002 pelo Centro Acadêmico Maurício Cardoso, da Faculdade de Direito da PUC-RS, com o propósito de promover palestras sobre matéria penal, estudos, debates, atualizar idéias, formar senso crítico (em agosto de 2019 foi a 11ª edição). A outra iniciativa é o Instituto Lia Pires, criado em 2009. O Instituto tem caráter acadêmico permanente e conta com advogados vinculados ao Patrono, promove debates, seminários, reuniões entre advogados criminalistas, disponibiliza artigos, testemunhos, etc., com o propósito de desenvolver e fomentar estudos sobre o Direito Penal, além de reverenciar a memória e a obra do “Leão dos Tribunais”. Em 2018 o Instituto criou o selo: Cem Anos Lia Pires, comemorativo ao centenário de nascimento do Patrono (LIA PIRES, 2018).

Somos todos herdeiros de Lia Pires. Neste sentido, para que saibamos dos efeitos que uma ausência física, metafórica, pode promover no ser humano, nos apropriamos do texto de Zilá Bernd: “Com a morte dos ascendentes os objetos são reapropriados por seus herdeiros, transformando-se em objetos transgeracionais que evidenciam a dimensão afetiva e simbólica de sua passagem de uma geração a outra” (BERND, 2018, p. 83).

Lia Pires foi por décadas o advogado criminal mais requisitado do Estado, mas a sua determinação em lutar sempre por Justiça o arrastou para muitas causas onde não havia a menor possibilidade de honorários. É nesta instância que a generosidade de Pires impõe recorrer a este seguimento da obra de Rudolf von Ihering.

Diz-lhe uma voz interior que não deve recuar, que se trata para ele, não de qualquer ninharia sem valor, mas da sua personalidade, da sua honra, do seu sentimento do direito [...] o processo deixa de ser para ele uma simples questão de interesse, para se transformar em uma questão de dignidade e de caráter (IHERING, 1994, p. 29).

Referências

BERND, Z. *A persistência da memória*. Porto Alegre: BezouroBox, 2018.

BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

COSTA, J. P. Seis décadas de júris. *Zero Hora*, Porto Alegre, 23 set. 2003.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2003.

IHERING, R. *A Luta pelo Direito*. Rio de Janeiro: Forense, 1994.

INSTITUTO LIA PIRES. Selo comemorativo: Cem Anos Lia Pires. Disponível em: <http://institutoliapires.com.br>
Acesso em: 10 ago. 2018.

OSÓRIO, L. Reportagem de bolso. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, 10 abr. 1964.

OSÓRIO, L. Reportagem de bolso. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, 7 abr. 1964.

Presença Negra em anúncios publicitários: impactos na formação e reconhecimento de identidades

Carina Malonn¹

Introdução

Este trabalho tem por tema a presença de pessoas negras em anúncio publicitários, passados onze anos da assinatura da Lei 10.639/2003. O objetivo do estudo é analisar os anúncios publicitários vinculados no jornal Diário Gaúcho, de veiculação regional, quanto à presença negra na publicidade sob a ótica de conceitos de formação de identidade e implementação das políticas de ações afirmativas. Trata-se, portanto, de uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório e análise documental. Para a coleta de dados, foram selecionadas imagens com representações humanas, em diferentes etapas da vida e condições sociais, abrangendo bens de consumo, educação e serviços. Como resultado, foi possível identificar de que forma têm se constituído a formação e o reconhecimento da identidade negra, constatando sua presença e ausência e em que contextos existem estas ocorrências. O avanço gradual quanto às políticas públicas de ações afirmativas é notório na última década, mas a superação de práticas racistas não pode ser responsabilidade exclusiva das escolas. Portanto, diante das inconstâncias na política atual no que se refere às políticas públicas para negros no Brasil, percebe-se a importância da temática estudada, bem como pretende-se que se sigam às investigações aqui iniciadas. Atualmente, dentre os vários segmentos dos meios de comunicação, a mensagem publicitária pode ser observada com destaque. Neste trajeto, existem perspectivas de um Brasil como o país de maior população negra fora da África que, segundo o IBGE (2016) chega a 205.5 milhões e a figura do brasileiro protagonista na publicidade, retratado a partir de uma estética corporal europeia. A partir desta realidade, a pesquisa é realizada acessando todo o material publicitário disponível no acervo do Diário Gaúcho no ano de 2014, buscando especialmente aqueles anúncios onde existam recursos visuais a serem explorados. Como recurso para que esta mensuração de dados seja contemplada de forma crítica e científica, os dados são avaliados a partir da perspectiva e das discussões a respeito do racismo e identidade negra, especialmente presentes nas últimas pesquisas e levantamentos de dados do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e da SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, assim como os objetivos atuais de educação, presentes na Lei 10.639/2003 que busca promover mudanças na percepção do indivíduo, fortalecendo valores democráticos e uma visão de direitos humanos que trate a todos com equidade. Através das edições do Diário Gaúcho, um jornal de difusão popular, a pesquisa abrange anúncios dos mais variados segmentos onde representações humanas estejam presentes nas campanhas e os impactos que elas podem gerar em termos de construção identitária.

Metodologia

Para a análise das imagens anunciadas, utiliza-se a fundamentação teórica cujas referências são bibliografias, teses e dissertações produzidas na última década, relacionadas com a presença ou a ausência da imagem do negro dentro da publicidade e de que forma ela se dá. Assim, é possível construir a reflexão dos espaços e abordagens que hoje são produzidas a respeito do negro. Na construção da fundamentação teórica que estará presente ao longo de toda a pesquisa, trabalhou-se na perspectiva da categorização e

1 Pós-graduação em História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena na Universidade Luterana do Brasil – ULBRA. Pesquisa utilizada para a obtenção do curso de Especialista, sob orientação do Prof. Carlos Augusto Falcão Filho e Prof. Rodrigo Simões. E-mail: carina.malonn@gmail.com.

unitarização das informações contidas no material analisado, com espaços para uma atitude fenomenológica a partir de uma perspectiva teórica. Dentro da categorização, é utilizado o método indutivo, produzindo categorias a partir da leitura e identificação de elementos significativos ao estudo, partindo do particular ao geral, da comparação de unidades de análise e de sua organização em conjuntos semelhantes. Neste sentido, os recursos e materiais encontrados durante a pesquisa foram delimitando e caracterizando as categorias a serem formadas, além dos materiais e recursos acima mencionados, a pesquisa conta com depoimentos de cidadãos negros e membros de grupos de Ações Afirmativas no estado, visando enriquecer as perspectivas e trazer as novas produções voltadas à identidade racial e visibilidade negra no sentido da quebra de paradigmas e desconstrução de estereótipos historicamente construídos. Quando recebi a oportunidade de acessar os arquivos do Diário Gaúcho, optei por analisar os materiais página a página, sem utilizar nenhuma palavra-chave específica, a fim de evitar qualquer filtro tendencioso. O objetivo com isso, foi perceber a representatividade negra ao longo de todos os anúncios possíveis, estando o negro presente ou não. Sabendo que o Brasil é o país mais negro fora da África e que temos um inegável passado escravista permeando nossas relações sociais, podemos afirmar que ainda que humanamente iguais, possuímos diferenças sociais significativas e isso não se restringe a condição econômica. Sendo assim, como o negro é representado nas campanhas publicitárias e a partir de sua visibilidade, como se configura a formação de uma identidade negra na atualidade? Paralelo a isso, dentro da publicidade temos as questões de padronizações estéticas, objetivando a venda de uma imagem positiva aliada ao produto em questão. A autora Ana Campos, em sua obra “Ser ou não ser” afirma que “a “paranóia cultural ocidental” nega o padrão estético e a história local em prol de um padrão ocidentalizante, masculino e etnicamente branco. Assim, os negros e seus descendentes adotam um padrão estético exógeno à sua cultura”(CAMPOS, 2008, p.10). Diante do Dilema das Identidades em que há uma tendência à naturalização deste padrão, onde pessoas nascem e crescem convivendo com estereótipos, busco constatar de que maneira isso se dá dentro dos anúncios publicitários, utilizando como foco o jornal Diário Gaúcho. Durante o ano de 2014, buscamos analisar anúncios publicados nos meses entre janeiro e março, destinados ao período de volta às aulas e também aqueles voltados ao mercado de trabalho, onde a perspectiva de futuro e melhoria de vida são evidenciados nas campanhas. Encontramos um número significativo de anúncios publicitários voltados ao público estudantil e também ao trabalhador, como propagandas de cursos técnicos, educação para jovens e adultos, faculdades e oportunidades ou homenagens de empresas ao trabalhador. Nestes anúncios é possível identificar a presença majoritariamente branca naqueles que são destinados ao ensino superior e a presença negra nos que são voltados à supletivos ou educação de jovens e adultos.

Conclusões

Como profissional docente, não é possível desvincular o que verifica-se nesta pesquisa com a realidade escolar. É papel da escola buscar trabalhar as diferenças de forma positiva e valorizá-las, com enfoque na diversidade e nos Direitos Humanos, incentivando o indivíduo a construir sua identidade e valores em um ambiente saudável. Fazendo uma análise da educação que queremos para os padrões sociais que ainda encontramos estereotipados nestes anúncios publicitários, percebo que há uma disparidade entre a equidade e a visibilidade que defendemos e a exclusão marcada pela invisibilidade que encontramos. Compilando os dados de forma quantitativa, é perceptível a ausência negra de forma positiva e protagonista nos anúncios acessados, ainda que, segundo MARTINS, apoiado na pesquisa de STROZENBERG (2005), a proporção de anúncios com a presença de negros subiu de 3% do total em 1985 para 13% em 2005 e que o número de personagens negras cresceu de 1% em 1985 para 7% em 2005. Embora exista um tímido avanço em termos quantitativos, durante a trajetória da mensuração dos dados e levando em consideração que a difusão dos anúncios da presente pesquisa são do ano de 2014, não é possível esperar um salto positivo significativo nos próximos anos, considerando a timidez e a lentidão com que se chegou a estes avanços. A

existência das políticas públicas, o trabalho do movimento negro e dos grupos de ações afirmativas possuem papel significativo na desconstrução dos estereótipos e seguem buscando a visibilidade negra positiva e desmistificada, demonstrando a necessidade urgente de uma mudança de paradigmas para a construção de uma sociedade multicultural e democrática, que respeite os direitos humanos e valorize as diferenças. O mesmo parece não ocorrer na publicidade, que ainda perpetua a venda da imagem de sucesso vinculada somente a uma parcela da sociedade, impactando diretamente na autoestima da criança e do jovem que buscam referenciais positivos em sua formação humana. Quando pensamos em formação de indivíduos e em referenciais, logo responsabilizamos a família e a escola, onde são formados valores e noções básicas de constituição e integração social, porém, não podemos ignorar o meio e o contexto em que os jovens estão inseridos e de que forma sentem-se representados, ou ainda, de que maneira será construída a sua noção de pertencimento a um determinado grupo. Além disso, devemos considerar que os anúncios publicitários visam promover a compra ou venda de produtos e serviços, mas seu caráter comercial não os isenta de efeitos políticos e estéticos no que se refere a construção de símbolos e imagens relacionadas a valores, sentimentos e desejos, seja de consumo ou de status social relacionados a aquisição de um determinado bem. Neste sentido, o Estatuto da Igualdade Racial, desde sua primeira elaboração previa o estabelecimento de normas sobre a representação na mídia da diversidade étnico-racial no país. Assim, pode-se concluir que as relações raciais no Brasil passam por uma dinâmica simbólica, onde imagem, protagonismo e representatividade costuram a identidade individual e coletiva dos grupos sociais, muitas vezes, delimitando quais são seus papéis na sociedade. Neste sentido, ainda estamos distantes de perceber alguma relação de igualdade entre etnias enquanto os espaços publicitários, assim como sociais, forem delimitados de forma naturalizada e inquestionável pela cor majoritariamente branca, reforçando a ideia de uma hierarquização racial.

Referências

CAMPOS, A. “**Ser ou não Ser**”: o Dilema das Identidades no Brasil. In: SINAIS - Revista Eletrônica. Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.04, v.1, Dezembro. 2008.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**.

Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>>. Acesso em: 10 nov. 2012.

BRASIL. **Lei no 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 09 jan. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 05 out. 2012.

BRASIL. PL 43990/1998. Dispõe sobre a representação racial e étnica nos filmes e peças publicitárias veiculadas pelas emissoras de televisão. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=20842>> Acesso em 13 jun. 2019.

MARTINS, C. A. de M. e. **Racismo Anunciado: o Negro e a Publicidade no Brasil 1985-2005**. São Paulo, 2009.

MEC. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: Ministério da Educação, 2004.

PANTA, M.; PALISSIER, N. “**Identidade nacional brasileira**” *versus* “**identidade negra**”: reflexões sobre branqueamento, racismo e construções identitárias. Revista Espaço Acadêmico 17 (195), 116-127, 2017. Disponível em: periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/34664. Acesso em: 10 jun. 2019.

STROZENBERG, I. O apelo da cor: percepções dos consumidores sobre as imagens da diferença racial a propaganda brasileira. **Comunicação Mídia e Consumo**. São Paulo, n. 4, p. 199-220, 2005.

Desigualdade racial e organização social: políticas para o patrimônio cultural afro-brasileiro

Cleusa Maria Gomes Graebin

Cristian Graebin

Introdução

O objetivo deste texto é contribuir para o debate sobre desigualdade racial e organização social, tendo por foco as políticas para uma das dimensões do patrimônio cultural — aquela que remete à memória dos afrodescendentes. Aqui já apresentamos o que estamos considerando como um dos limites da equidade de cor ou raça, da expansão dos direitos sociais e coletivos e do direito à memória.

Embora todos os esforços e avanços em termos de reconhecimento da diversidade cultural e étnica no país, sejam precários ao que remete aos espaços, às edificações, à produção artística, aos saberes, aos modos de fazer, às celebrações, aos ofícios, festas e rituais relacionados aos negros escravizados e seus descendentes. O que é dado como característico da brasilidade e do caráter nacional, ainda necessita de uma simetria no que diz respeito ao que se deve preservar em termos de herança afro-brasileira.

Nas décadas de 1970 e 1980, percebe-se a emergência da compreensão de presença de bens culturais de matriz afro-brasileira no âmbito de agenda de políticas públicas que apontavam para a sua preservação.

Quadro 1: Marcos históricos pelo reconhecimento de patrimônio cultural de matriz afro-brasileira (1975-1982)

1975	Criação do Centro nacional de Referências Culturais (CNRC). Entre outros, indicava a valorização das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras
1978	O Movimento Negro Unificado (MNU) cria o 20 de Novembro - Dia Nacional da Consciência Negra, regulamentado pela Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003.
1982	A Fundação Pró-memória, a Prefeitura Municipal de Salvador e a Fundação Cultural do Estado da Bahia criam o Projeto mapeamento de sítios e monumentos religiosos negros da Bahia.

Fonte: IPHAN; BRASIL, 2003.

No contexto da década de 1980, movimentos sociais passaram a reivindicar reconhecimento de identidades, construindo bases para uma proposta multicultural para o Brasil, busca de reconhecimento e direito de cidadania. Pelo artigo 215, da Constituição de 1988, o corpo social brasileiro foi considerado de natureza pluricultural e multiétnica, garantindo o direito de acesso da população à sua cultura em sua diversidade.

Conforme Neves:

Conquanto essas três dimensões do reconhecimento se interpenetrem, é a esfera dos direitos que tem a capacidade de influenciar as outras esferas, quer seja no nível das relações pessoais e amorosas, quer no nível da cooperação que os indivíduos estabelecem em suas relações sociais. Com isso, Honneth tenta afastar-se de uma visão do reconhecimento centrada apenas na estrutura psicológica individual, incorporando uma postura que privilegia o caráter normativo do direito moderno (2005, p. 83).

No Quadro 2, a seguir, destacamos alguns dos desdobramentos das medidas de reconhecimento, após a promulgação da Constituição de 1988, que em seu artigo 216 já definia os bens materiais e imateriais como portadores de identidades e memória dos diferentes grupos sociais brasileiros, o que deu novo entendimento sobre patrimônio cultural.

Quadro 2: Legislação que envolve pressupostos de equidade social (1995-2005)

1995	Criado Grupo de Trabalho Interministerial para a valorização da população negra brasileira com a proposição de medidas destinadas a combater a discriminação racial e a promover a integração social e econômica dos afro-brasileiros.
2001	Criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação, responsável por propor, acompanhar e avaliar as políticas públicas afirmativas de promoção da igualdade e da proteção dos direitos de indivíduos e grupos sociais e étnicos afetados por discriminação racial e demais formas de intolerância.
2000	Decreto nº3.551 de 04 de agosto que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial.
2005	Apoio a projetos dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros para produzir conhecimento sobre a temática étnico-racial e ampliar o acesso dos negros ao ensino superior.

Fonte: Fonte: Rubim, (2007); Moehlecke (2009).

No entanto, mesmo presentes novas sensibilidades em relação ao reconhecimento de identidades afro e de suas demandas sobre direito à memória, ainda é incipiente o esforço no estudo, proteção e comunicação dos bens culturais relacionados à presença do negro no país. Também, enfrenta-se como indica Tanno (2018), descaso com esses bens e seus portadores que, numericamente maioria da população brasileira, são excluídos de grande parte dos espaços de poder, constantemente tratados com preconceito e violência e invisibilizados culturalmente.

As reflexões sobre este tema são revestidas dessas dificuldades e de outra, que remete à questão do reconhecimento, afinal, como agir em um contexto em que se produziu a

[...] folclorização das manifestações culturais afro-brasileiras, sua cristalização num passado distante e a-histórico [...] Esse ocultamento da diversidade étnico-racial brasileira impediu que a comunidade afro--brasileira tivesse acesso às suas memórias, à sua história e ao seu patrimônio (ZUBARAN; SILVA, 2012, p. 132).

Dessa maneira, é necessário desconstruir naturalizações, questioná-las e problematizar discursos como o da democracia racial, racismo reverso, meritocracia, entre outros. Assim, discutir desigualdade racial, a partir do patrimônio cultural, passa pela articulação de políticas de reconhecimento, com as de identidade, patrimônio cultural e memória.

A importância do reconhecimento está na matriz de uma busca da queda de preconceitos e a busca de autorrealização onde o reconhecimento da importância do negro na construção de uma identidade nacional.

[...] nossa identidade é particularmente formada pelo reconhecimento ou por sua ausência, ou ainda pela má impressão que os outros têm de nós: uma pessoa ou um grupo de pessoas pode sofrer um prejuízo ou uma deformação real se as pessoas ou a sociedade que o englobam remetem-lhe uma imagem limitada, aviltante ou desprezível dele mesmo. O não-reconhecimento ou o reconhecimento inadequado podem causar danos e constituir uma forma de opressão, que a alguns torna prisioneiros de uma maneira de ser falsa, deformada e reduzida (Taylor, 1992, pp. 41-42).

Exatamente o esforço estatal e da comunidade acadêmica em construir um arcabouço que torne possível o resgate da história negra no Brasil, daqueles advindos da diáspora implicam na exteriorização deste reconhecimento.

Mapeamento de bens culturais de matriz afro-brasileira

A seguir, apresentamos levantamento de tombamento e/ou registro, bem como de musealização de bens culturais representativos de matriz afro-brasileira.

Quadro 3: Bens culturais de matriz afro-brasileira registrados pelo IPHAN (1984-2018)

Bem cultural	Data de tombamento ou registro/Estado
Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho	1984/Bahia
Serra da Barriga	1984/Alagoas
Ilê Axé Opô Afonjá (Bahia)	1999/Bahia
Ilê Iyá Omim Axé Iyamassé (Gantois)	2002/Bahia
Terreiro Casa das Minas Jeje (Maranhão)	2002/Maranhão
Terreiro Bate Folha Manso Banduquenqué	2003/Bahia
Ofício das Baianas de Acarajé	2004/Bahia
Samba de Roda do Recôncavo Baiano	2004/Bahia
Jongo no Sudeste	2005/Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo
Ilê Maroiá Láji (Alaketo)	2005/Bahia
Tambor de Crioula	2007/Maranhão
Matrizes do Samba no Rio de Janeiro: Partido Alto, Samba de Terreiro e Samba-Enredo	2007/Rio de Janeiro
Roda de Capoeira	2008/Nacional
Ofício dos Mestres de Capoeira	2008/Nacional
Rotas da Alforria	2008/Bahia
Terreiro Zogbodo Male Bogun Seja Unde (Roça do Ventura)	2011/Bahia
Complexo Cultural do Bumba Meu Boi	2011/Maranhão
Ilê Axé Oxumaré	2013/Bahia
Omo Ilê Agboulá	2015/Bahia
Festa do Nosso Senhor do Bonfim	2013
Sistema Agrícola Tradicional das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira (SP).	2018/São Paulo
Ilê Obá Ogunté Sítio Pai Adão	2018/Pernambuco
Terreiro Tumba Junsara	2018/Nacional

Fonte: IPHAN

A partir deste mapeamento, podemos inferir sobre a trajetória da preservação patrimonial e sobre sua inserção em agendas de políticas culturais municipais, estaduais e federais. Muito do que se tem conseguido, deve-se à mobilização de movimentos sociais em relação ao reconhecimento da face negra da chamada - cultura brasileira, dando visibilidade a edificações, monumentos, personagens, saberes, fazeres, rituais, entre outros como rastros, referências de matrizes africanas.

Em relação a bens culturais musealizados, as políticas museais de 2003 a 2014 têm colaborado para a promoção da equidade racial, porém não são suficientes para institucionalizar, de forma crítica, permanente e propositiva, temas sobre discriminação e preconceito.

Em 2003, a Política Nacional de Museus ressaltava que o papel dos museus entre outros quesitos deveria reconhecer e valorizar a diversidade e abarcar as diferentes identidades das populações que representasse. O Eixo 7 dos Princípios Norteadores da Política Nacional de Museus, indica o respeito ao patrimônio cultural das comunidades indígenas e afrodescendentes, de acordo com suas especificidades e diversidades. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2003). A ideia foi a de que os museus tivessem a responsabilidade de representar a identidade nacional e que passassem a ser espaços de afirmação de diferentes segmentos sociais, comunidades e temas (BRASIL, 2013).

No entanto, ainda no Brasil, dos museus brasileiros que se dedicam a representar os vestígios de matriz afro-brasileira, alguns ainda valorizam aspectos da escravidão e instrumentos de tortura, dão ênfase aos rituais religiosos e homogeneízam o continente africano. Machado e Zubaran (indicam que são construídas representações racializadas sobre o negro, contribuindo para reforçar o status de inferioridade a ele atribuído.

A seguir, indicamos algumas instituições e sua abordagem sobre a temática afro-brasileira e africana.

Quadro 4: Abordagem da temática afro-brasileira e africana em museus brasileiros

Museu	Trabalho com temas afro-brasileiros e africanos
Museu do Negro (Rio de Janeiro/RJ)	O acervo é constituído por peças usadas na tortura dos escravos; bustos e quadros de antigos ídolos africanos; instrumentos musicais e imagens fotográficas de artistas brasileiros como Ruth de Souza e outros.
Museu da Abolição (Recife/PE)	Discute aspectos da escravidão, abordando-a a partir do racismo, da violência, da exclusão de identidades negras e das políticas para as diversidades culturais.
Museu Afro-Brasileiro (Laranjeiras/SE)	Tem como foco a presença do negro na história brasileira, dando prioridade para o período colonial e o trabalho dos negos nos engenhos, mas retirando a ênfase escravidão-liberdade.
Museu Afro-Brasileiro da Universidade Federal da Bahia (Salvador/BA)	Seu acervo trata sobre as culturas africanas no Brasil e as ações afirmativas identitárias.
Museu Afro Brasil (São Paulo/SP)	Seu acervo versa sobre cultura brasileira, africana e afro-brasileira, a partir de artefatos representativos do século XVI até a época contemporânea.
Museu AfroDigital	Trata-se de galeria digital sobre diferentes aspectos da população africana chegada ao Brasil e de seus descendentes.
Museu Nacional da Memória Afrodescendente (Brasília/DF)	Busca aliar as políticas para museus com discussões sobre questões afro.
Museu Nacional de Cultura Afro Brasileira MUNCAB (Salvador/BA)	Promove diálogo com diferentes linguagens artísticas, buscando integrar seu espaço com escolas públicas, comunidades em situação de risco, quilombolas e indígenas.

Fonte: Simão (2019).

Considerações finais

Existe um grande hiato de aproximadamente 100 anos, entre as ações do Estado para a abolição dos negros da escravatura e a instalação de políticas afirmativas que busquem o reconhecimento e a inserção da história no negro efetivamente na sociedade brasileira.

O reconhecimento como política institucional, através de um regramento jurídico que o abarque, é o instrumento necessário para que as ações afirmativas e de pesquisa na área museológica tenham mais força e relevância dentro da sociedade.

Referências

BRASIL, Constituição Federal. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Legislação sobre museus. Brasília: Edições Câmara, 2013.

BRASIL. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm Acesso em 19 maio 2019.

IPHAN-Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/> Acesso em 20 maio 2019.

MACHADO, Lisandra Maria Rodrigues e ZUBARAN, Maria Angélica. Representações Racializadas de Negros nos Museus: o que se diz e o que se ensina. Jane Rocha de Mattos. (Org.). **Museus e Africanidades**. Porto Alegre: Edijuc, 2013, v. , p. 137-156. Disponível em https://www.academia.edu/4972074/Representa%C3%A7%C3%B5es_Racializadas_de_Negros_nos_Museus_o_que_se_diz_e_o_que_se_ensina Acesso em 19 set. 2019.

MOEHLECKE, Sabrina. As políticas de diversidade na educação no governo Lula. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 137, maio/ago. 2009. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S010015742009000200008&script=sci_abstrat

NEVES, Paulo Sérgio da C. Luta anti-racista: entre reconhecimento e redistribuição. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 59, p. 81-96, 2005.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.

SIMÃO Maristela. **Políticas públicas no século XXI**: políticas museológicas e políticas de promoção de igualdade racial no Brasil. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Graduação em Museologia. Disponível em https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/159918/TCC_Maristela_Simao.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em 12 set. 2019.

TAYLOR, Charles. **Multiculturalism and the politics of recognition**. Princeton, Princeton University Press, 1992.

ZUBARAN, M. A.; SILVA, P. B. G. E. Interloquções sobre Estudos Afro-Brasileiros: Pertencimento étnico racial, memórias negras e patrimônio cultural afro-brasileiro. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 130-140, jan. 2012. Disponível em <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/zubaran-silva.pdf> Acesso em 20 set. 2019.

Religiosidade afro-brasileira e contendas raciais: os mecanismos racializados que acometem negros e rituais afro-religiosos

Dandara Rodrigues Dorneles¹

Luís Henrique Sacchi dos Santos²

Os rituais afro-religiosos públicos ou privados, como homenagens, cultos, e realização de oferendas às entidades, ainda que sejam de extrema relevância para os iniciados³, que tenham suas importâncias e complexidades para os terreiros, que sejam também considerados pertencentes à cultura popular brasileira, e que expressam a amplitude da religiosidade afro-brasileira no país, são vistos com certo desprezo e com pouco respeito no território brasileiro. Para além do vilipêndio, esses rituais são constantemente alvos de represália, assim como os monumentos de orixás e caboclos são objetos de vandalismo. Tratando a respeito dos cultos afros realizados em lugares públicos, Leite (2017) aponta que nesses locais “[...] costumam ocorrer episódios de desrespeito e preconceito religioso por parte dos que não compreendem ou reproduzem visões reducionistas sobre o que presenciam” (p.47). Nessa direção, é relevante apontar que as religiões afro-brasileiras e seus cultos são, em distintos contextos, rotuladas como demoníacas ou folclóricas (PRISCO, 2013), sendo inclusive acometidas por intolerâncias, críticas e interpelações de vieses racistas.

Desse modo, o objetivo deste trabalho é refletir, ainda que brevemente, acerca das relações entre o *racismo*, que acomete historicamente o negro e sua cultura no Brasil, seus mecanismos e efeitos contra os cultos e rituais da religiosidade afro-brasileira. Seguindo as pistas de Stuart Hall (2013), dada a colonização como um intenso acontecimento histórico mundial que implicou em uma série de eventos execráveis – tais como a escravidão, a racialização, a hegemonia imperial e a exploração (de terras e povos) –, as antigas relações de domínio colonial ainda perdurariam nas relações contemporâneas entre diferentes culturas. Assim, com base no histórico discriminatório e intolerante com os negros, buscamos problematizar que críticas, violências, discursos e narrativas contrárias à religiosidade afro-brasileira também portam efeitos de uma racionalidade colonialista e racista. Para tal, destacamos a seguir algumas reflexões que fazem parte de uma pesquisa de inspiração etnográfica apresentada na dissertação de mestrado⁴ desenvolvida por nós no processo de parceria orientanda-orientador.

Continuidades da lógica perversa da colonialidade sobre a religiosidade afro-brasileira

Frantz Fanon (2008), em “Pele negra máscaras brancas”, entendendo “raça” como um construto social, argumentou que tanto o negro quanto o branco foram e são construídos historicamente por mecanismos do colonialismo, apontando em suas análises os negros mistificados e os brancos mistificados e mistificadores. Para o intelectual martinicano, a violência racial e o que entendemos por estereotipagem do negro surgiram a partir da recusa existencial desses inscritos e descritos como o “Outro”. Seguindo seu raciocínio, os negros seriam fixados em um lugar onde, e em uma essência em que, estariam impossibilitados de se enunciar, pois seriam regidos pela alteridade (outridade) e previamente construídos pela cor da pele, sendo assim subdeterminados: “lancei sobre mim

1 Mestra em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: dandararodrigues.d@gmail.com

2 Professor Associado da Faculdade de Educação e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS. E-mail: luishss2009@gmail.com

3 *Iniciados* são aqueles que realizaram rituais de iniciação se tornando filhos/as de santo em um terreiro.

4 DORNELES, D. R. **Saberes, fazeres e educação na terreira**: os Barquinhos de Iemanjá e os discursos ecológicos. Porto Alegre, 2019. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS. Or. Luís Henrique Sacchi dos Santos.

um olhar objetivo, descobri minha negridão, minhas características étnicas, – e então detonaram meu tímpano com a antropofagia, com o atraso mental, o fetichismo, as taras raciais, os negreiros, e sobretudo com “y’ a bon banania” (FANON, 2008, p.105-106).

No célebre texto “O espetáculo do ‘outro’”, Stuart Hall (2016), através do seu enfoque em “raça” e etnicidade, dá destaque à discussão da estereotipagem como prática representacional pontuando que ela “tende a ocorrer onde existem enormes desigualdades de poder” (p.192). O estereótipo, segundo o intelectual jamaicano, fixa significados baseados na redução de determinadas características simplificadas e essencializadas, mas também se refere àquilo que é imaginado e fantasiado. Considerando isso, sobretudo a manutenção das enormes desigualdades de todas as ordens que caracterizam o Brasil, pode-se dizer que a estereotipagem do sujeito negro e de suas práticas permanecem assentadas na descrição de “sua raça” como relacionadas à preguiça, à tolice, à malandragem e à infantilização.

Nessa direção, além das construções racializadas, rotuladas e essencializadas, Hall (2016), em diálogo com Fanon (2008), aponta a produção de oposições binárias que também são reducionistas e simplificadoras. Ao mencionar, por exemplo, um dos encontros entre o “Ocidente” com os negros e, na sequência, a racialização do negro africano como o “Outro”, expõe que:

os africanos foram chamados [pelos “ocidentais” no cenário do cristianismo medieval] de descendentes do personagem bíblico Cam, amaldiçoados, tal como o filho deste, Canaã, a ser perpetuamente “servo dos servos a seus irmãos”. Identificados com a natureza, simbolizavam o “primitivo” em contraste com o “mundo civilizado” (HALL, 2016, p.162, destaques nossos).

Estamos, portanto, mencionando discursos racializados que, como Hall (2016) descreveu, seguem estruturados por um conjunto de *oposições binárias dos estereótipos raciais* (civilizado/primitivo, branco/preto, intelecto/emoção, cultura/natureza) presentes na base do racismo que acomete negros e suas culturas desde o período colonial. Racismo esse que tem relação “com o cerne cristão e imperial da cultura do Ocidente” no qual, a “equação racismo = colonialismo é perfeita” (SODRÉ, 2015, p.171).

Nesse sentido, e segundo os pesquisadores Oro e Bem (2008), o histórico hostil de violências e negligências que acometeram os negros teria contribuído para a construção de representações negativas e depreciativas dos cultos e das religiões afro-brasileiras como “primitivos e arcaicos” (ORO; BEM, 2008). Além disso, em continuidade a esta lógica perversa da colonialidade, as religiões afro-brasileiras também seriam acometidas pela construção de extremos polarizados que retratariam, por exemplo, os afro-religiosos como maus e “do diabo”, em oposição à bondade “de Deus”, do cristianismo – no qual, inclusive, Deus é tomado como branco (SANTOS, 1998).

Ao focalizar a análise mais especificamente nas religiões de matriz africana no contexto histórico e social brasileiro é indispensável mencionar a imposição ideológica; a sujeição ao cristianismo; a proibição de qualquer agrupamento entre negros, proibição de manifestações religiosas públicas; a forte violência policial que invadia os cultos com a prisão de mães e pais de santo; a desautorização às construções de terreiros, assim como de cultos em locais públicos; as limitações de liberdade religiosa; as acusações de uso ilegal da medicina; as restrições devido aos “horários de silêncio”; a proibição da sacralização animal e das realizações de oferendas; as normatizações dos rituais e toda “sorte” de acusações (GRINBERG, 2018; LOPES, 2010; ORO; BEM, 2008; SILVA JR., 2008) que são parte das violências físicas, simbólicas e epistemológicas contra a religiosidade afro-brasileira ao longo de décadas anos no Brasil. Em outras palavras, trata-se de violências assentadas em relações de poder e que se expressam na forma de normatizações, legislações, discursos e “ordens” vigentes. Têm-se, como efeito disso, numerosos exemplos de formas de repressão social e política sobre os terreiros “ontem e hoje”, nos termos de Oro e Bem (2008). Assim, seguindo a análise de diferentes autores, é possível pressupor um eixo em comum nesses episódios tão diversos: a existência de diferentes formas de preconceito que só encontram explicação no racismo (estrutural, institucional, cordial) presente na sociedade brasileira, o que nos

leva, necessariamente, a questionar a dimensão de duração e de efeitos dos próprios fenômenos da colonização e da escravidão.

Embora o caráter de cientificidade – e, portanto, de verdade – já tenha sido retirado do conceito de raça biológica, permanecemos, como refere Silvio Almeida (2018), operando com “raça” como um conceito social, ou seja, como uma forma de operar na sociedade, pois a noção de “raça” ainda é um “fator político utilizado para naturalizar desigualdades, justificar a segregação e o genocídio de grupos” (p.24). Assim, entendendo e assumindo “raça” como um construto social, compreendemos que dados sistemas de classificações raciais estão em ação e permanecem operando no cotidiano brasileiro, manifestando-se em forma de racismo e desigualdades sociais (ANJOS, 2008). Um racismo, como refere Nilma Lino Gomes (2017), “insidioso, ambíguo, que se afirma via sua própria negação e que está cristalizado na estrutura da nossa sociedade” (p.51). Na mesma direção – e, aqui, sem qualquer pretensão de traçar uma possível genealogia do racismo e, portanto, de suas continuidades e descontinuidades – operamos com a compreensão de que o racismo religioso, o racismo ecológico e o racismo cultural – racismos pontuados por Hall (2005) – nada mais são do que o “próprio” racismo. Nesse sentido, com base nas discussões acerca do “Eu e do Outro” (HALL, 2016), e uma vez que há rupturas e continuidades, bem como atualizações de mecanismos discriminatórios históricos, argumentamos que as formas pelas quais os africanos e seus descendentes foram e são tratados historicamente (com invisibilidade, discriminação e preconceito racial) também seriam reproduzidas sobre a religiosidade afro-brasileira e seus distintos rituais.

Sob o mesmo código racista que taxou o negro como inferior, sem alma, pagão, sem cultura e adepto de costumes selvagens e, como efeito disso, mistificado, estereotipado e construído como o “Outro”, assumimos como pressuposto que em um país racializado e racista como o Brasil (GOMES, 2017; MUNANGA; GOMES, 2006; SCHWARCZ, 2012) existiriam práticas, discursos e narrativas contrárias às religiões afro-brasileiras. A partir desta mesma lógica, também assumimos que tal pressuposto também se estende às críticas e às violências aos rituais afro-religiosos, como as homenagens e a realização de oferendas, visto que eles dizem respeito àquilo que seria “negro”, oriundo e fundamentado em uma matriz civilizatória africana.

Seguindo tal perspectiva é que também questionamos e ponderamos se as críticas tecidas a esses rituais, “revestidas”, por assim dizer, de discursos politicamente corretos, de ecologismo e de normalidade com bases epistemológicas ocidentais, não estariam também ancoradas nos mesmos pressupostos racializados mencionados em relação aos negros e suas vivências. Pressupomos, então, que regimes racializados estão presentes nos debates sobre afro-religiosos e naqueles sobre os seus rituais, que acabam sendo produzidos como diabólicos, nocivos, maléficos, perturbadores, desumanos, bárbaros, incorretos, etc. Em razão disso, as questões que envolvem a religiosidade afro-brasileira, bem como os discursos, as representações negativas, as violências, as interpelações e as críticas lançadas a ela, não estariam livres das contendas raciais e dos mecanismos discriminatórios históricos. Dessa forma, devemos ficar atentos àquilo que acomete a religiosidade afro-brasileira a partir das histórias amplamente contadas – que nos remetem ao *perigo de uma história única*, de Chimamanda Ngozi Adichie (2009) –, pois os sentidos e propósitos que lhes são atribuídos impactam profundamente a vida afro-religiosa.

Referências

ADICHIE, C. N. **The danger of a single story**. TED Ideas worth spreading, 2009. Disponível em: <https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story>. Acesso em: 28 maio. 2019.

ALMEIDA, S. L. DE. **O que é racismo estrutural?** 1. ed. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ANJOS, J. C. G. DOS. A categoria raça nas Ciências Sociais e nas políticas públicas no Brasil. In: SANTOS, J. A. DOS; CAMISOLÃO, R. DE C.; LOPES, V. N. (Eds.) **Tramando falas e olhares, compartilhando saberes: contribuições para uma educação anti-racista no cotidiano escolar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 15–27.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

GOMES, N. L. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

GRINBERG, K. Castigos físicos e legislação. In: SCHWARCZ, L. M.; GOMES, F. DOS S. (Org.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 149–154.

HALL, S. Raça, Cultura e Comunicações: olhando para trás e para frente dos estudos culturais Stuart Hall. Projeto História. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 31, 2005.

HALL, S. **Cultura e representação**. PUC-Rio ed. Rio de Janeiro: PUC- Rio: Apicuri, 2016.

LEITE, I. B. (Coord.). **Territórios do Axé: religiões de matriz africana em Florianópolis e municípios vizinhos**. Florianópolis: Editora UFSC, 2017.

LOPES, V. L. A longa marcha pela liberdade da Fé. In: SANTOS, I. et al. (Eds.). **Colonos e quilombolas: memória fotográfica das colônias africanas de Porto Alegre**. Porto Alegre: 2010. p. 118–119.

MUNANGA, K.; GOMES, N. L. Racismo, discriminação racial e as ações afirmativas: a sociedade atual. In: **Para entender o negro no Brasil de hoje: história, realidades, problemas e caminhos**. 2. ed. São Paulo: Global/Ação Educativa, 2006. p. 122–133.

ORO, A. P.; BEM, D. F. DE. A discriminação contra as religiões afro-brasileiras: ontem e hoje. **Ciências & Letras**, n. 44, p. 301–318, 2008.

PRISCO, M. C. **Religiosidade: as religiões de matriz africana e a escola**. Disponível em: <<http://www.acordacultura.org.br/artigos/18102013/religiosidade-as-religoes-de-matriz-africana-e-a-escola>>. Acesso em: 6 maio. 2018.

SANTOS, L. H. S. DOS. **Um olhar caleidoscópico sobre as representações culturais de corpo**. Porto Alegre: UFRGS, 1998. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 1998.

SCHWARCZ, L. M. Preto nem, nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In: **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. v. 4 ed. Companhia das Letras, 2012.

SILVA JR., H. A intolerância religiosa e os meandros da lei. In: NASCIMENTO, E. L. (Org.). **Guerreiras de natureza: mulher negra, religiosidade e ambiente**. 1. ed. São Paulo: Selo Negro, 2008. p. 169–188.

Úrsula - mais que um romance brasileiro, uma voz africana!

Daniela Calheiro da Conceição Marques

Introdução

A literatura escravista afro-brasileira tem muitos escritores reconhecidos como seus expoentes: Castro Alves, Joaquim Manoel de Macedo, Bernardo Guimarães e Aluísio de Azevedo. Todos eles homens e com obras referenciadas como leituras obrigatórias nos currículos escolares de escolas públicas, privadas e em testes de vestibulares para seleção e ingresso em cursos de nível superior. Porém, há uma escritora maranhense que de forma anônima, foi a precursora desse movimento literário, seu nome é Maria Firmina dos Reis.

Maria Firmina dos Reis trabalhou outra visão sobre o sentimento do negro “arrancado” da sua amada mãe África por mercadores brancos de escravos africanos. Estes negros atuaram por mais de três séculos como força de trabalho descartável, ou seja, servir aos seus donos até que suas forças físicas e psicológicas se esgotassem.

Mas a voz transformada em palavras escritas de Maria Firmina foi muito além do registro da exploração da mão de obra africana:

“...e o mísero sofria; porque era escravo, e a escravidão não lhe embrutecera a alma; porque os sentimentos generosos, que Deus lhe implantou no coração; permaneciam intactos, e puros como a sua alma. Era infeliz, mas era virtuoso; e por isso seu coração enterneceu-se em presença de dolorosa cena que se lhe ofereceu à vista”. (REIS, 2018 p.102).

A autora que posteriormente foi considerada a Intérprete do Brasil, escrevia sob a ótica do escravizado. Ela trazia para o leitor em sua obra, a africanidade do negro, o seu orgulho e sua ligação incondicional com a mãe África e o grande poder de superação, amor e respeito ao próximo.

Desenvolvimento

A escravidão no Brasil teve início no século XVI. Essa mão de obra escrava considerava o negro africano um bem de consumo que se desgastava e era descartado como uma ferramenta que não presta mais para a sua finalidade.

“...pois o escravizado era considerado uma mercadoria e, por isso, tinha-se que colocar ênfase em suas atribuições “positivas” para que a venda fosse efetuada” (NASCIMENTO, 2012, p. 70).

Os africanos eram capturados como se fossem animais selvagens em sua própria terra natal, arrancados de seus entes queridos, do seio de suas famílias, das suas rotinas agradáveis e felizes de contemplação à natureza, da gratidão do dom da vida em liberdade. Atravessavam o Oceano Atlântico dentro de porões de navios inapropriados para transporte de seres vivos - animais ou humanos. Os porões daquelas embarcações eram escuros, abafados e sem circulação de ar, úmidos e fétidos. Não havia comida suficiente para todos e nem era de boa qualidade, muito pelo contrário. A comida – quando servida – era de péssima qualidade, muitas vezes azeda e feita com matéria prima já podre, visto que não existiam formas apropriadas de conservação dos alimentos destinados aos escravos e nem a preocupação para que isso existisse. A água potável apodrecia nos velhos barris de madeira, onde apenas uma caneca no máximo, era dada diariamente a cada escravo. Muitos negros adoeciam e morriam, tendo seus sofridos e maltratados corpos jogados ao mar. O negro que fosse considerado uma liderança e ameaçasse a “paz” da tripulação e guiasse um possível motim entre os demais era torturado e queimado com água fervente ou óleo quente, sendo jogado ainda vivo nas águas.

O escravo africano após anos de trabalho forçado, não sobreviviam muito, sendo substituído por outro como se fosse uma mera peça da engrenagem que não podia parar. Na condição de escravo, a expectativa de vida do negro ao nascer, não passava de 19 anos de idade¹.

Apesar da existência gigantesca de registros que documentam as atrocidades sofridas pelo negro nas mãos do homem branco no período escravagista, Gilberto Freyre em sua obra *Casa Grande & Senzala*, defendia que a relação do homem branco com o homem negro foi de certa forma “harmônica” e fundamental para a construção da “personalidade brasileira” e da “democracia racial”. Para ele, a família brasileira foi formada pela relação inter-racial e a estrutura física e hierárquica da casa grande e da senzala simbolizava o início de uma economia patriarcal no estado brasileiro. Há admiradores da obra de Freyre que elogiam o destaque na forma romântica e equilibrada na convivência entre brancos e negros. Por outro lado, há críticos que apontam dentre outros aspectos, o desequilíbrio e injustiça constante entre as partes; o homem branco e sua família sempre sendo beneficiados e o homem negro sempre no papel de servo, de subjugado. Como ilustração, podemos mencionar a escrava que servia como ama de leite aos filhos do senhor de engenho, a escrava mais velha que dava conselhos à mulher branca sobre como administrar a casa grande e dicas de como tratar bem o seu marido e ainda o fato (aceitável socialmente na época e muitas vezes até sabido pela esposa) do senhor da casa grande usufruir sexualmente do corpo das jovens escravas, o que muitas vezes gerava filhos.

Maria Firmina dos Reis, na sua condição de mulher e negra, foi pioneira ao romper aquele padrão de servidão. Embora não fosse escrava, teve coragem e escreveu o romance *Úrsula* concebido no século XIX, mais precisamente no ano de 1859. Em um momento de manifestações artísticas e culturais da humanidade no qual a presença e a participação da mulher naquele contexto não eram bem vistas. O cenário era dominado pelo sexo masculino, onde até mesmo os indivíduos desprovidos de criatividade, liderança, sucesso e protagonismo nas suas áreas profissionais de atuação, eram considerados superiores às mulheres. A elas era destinado um papel na época considerado inferior, secundário, coadjuvante ao papel do homem. A mulher não podia manifestar-se artística e politicamente e muito menos ofuscar o papel do marido na família e na sociedade. A ela cabia as tarefas e a administração do lar, além da criação e educação dos filhos.

Visto o cenário da época, claramente podemos imaginar quão polêmica seria a divulgação e publicação de uma obra literária escrita por uma mulher e ainda mais esta mulher sendo de origem pobre e negra. A obra não foi publicada sob autoria de Maria Firmina e sim sob o pseudônimo de “Uma Maranhense”.

Maria Firmina dos Reis nasceu em 11 de março de 1822, na cidade de São Luís², capital do estado do Maranhão falecendo em 1917, aos 95 anos de idade. Cresceu em uma grande família e foi criada em uma casa composta por mulheres, sem a figura paterna. Morava com sua mãe, sua tia, sua avó e sua irmã. Aos 25 anos de idade foi a única aprovada em um concurso estadual onde teve a possibilidade de aprimorar seus estudos primários, indo morar em outra cidade, a Vila de Guimarães. Sua tia materna tinha recursos, era dona de uma boa casa de alvenaria utilizada como casa de veraneio da família e possuía alguns poucos escravos. Após a conclusão dos estudos, Maria Firmina retornou para a casa da tia, a qual tornou-se a moradia permanente da mais relevante poetisa, contista e cronista da capital maranhense.

Existe o registro da vontade da mãe de Maria Firmina que em comemoração ao retorno da filha formada à cidade natal, fosse transportada em um palanquim (cadeira portátil de madeira nobre finamente entalhada, coberta por tecidos nobres e sustentada por duas hastes também de madeira). O palanquim era sustentado por quatro escravos que conduziam seu passageiro até o destino, independentemente de a distância ser curta ou até

1 Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao51/materia01/> acesso em 29 de setembro de 2019.

2 Informação conforme pesquisas realizadas no Arquivo Público do Maranhão pela psicóloga e professora titular orientadora de cursos de Pós-Graduação da Universidade Federal do Maranhão, Sra. Dilercy Adler.

mesmo tomando dias de viagem. Maria Firmina, ao saber dessa vontade de sua tia, prontamente negou-se a ser transportada. Disse que iria a pé, pois não toleraria que seres vivos semelhantes a ela fossem usados como animais de carga e assim o fez.

Ao passo dos escritores da época que se mudavam para a Europa - principalmente a Paris, na França - a fim de aperfeiçoar seus estudos, Maria Firmina estudou sempre sozinha e permanecendo no Brasil. A publicação de *Úrsula* foi festejada com muita alegria na sua terra natal, sendo considerado um grande feito naquele momento e ainda mais tendo como autora uma mulher de origem humilde e sendo negra. Estas condições: mulher, humilde e negra, não eram exatamente o perfil de escritora em um período literário dominado por representantes do sexo masculino, brancos e de boa instrução e erudição.

Na literatura afro-brasileira da época, basicamente pautada na visão escravista, não existia o destaque do personagem negro como protagonista da obra. Esta condição é bastante diferente da posição forte de protagonista do índio brasileiro, o qual poderia ser o herói do seu povo ou assumir o papel de presa indefesa e vítima injustiçada dos mandos e desmandos dos colonizadores europeus que desbravaram as terras tupiniquins e aniquilavam tribos inteiras. O foco no personagem indígena era muito diferenciado do foco no personagem negro. Um ocupava o papel principal na obra, enaltecendo o convívio sustentável com a natureza - flora e a fauna - e os laços familiares e hierárquicos dentro da sua comunidade, sendo que o personagem negro apenas servia de base para um enredo que sempre destacava o sofrimento, a dor e a falta de possibilidade de iniciativa e reação perante as atrocidades praticadas pelo homem branco. O negro, historicamente foi deixado à margem do gênero literário que o trazia à leitura.

E em *Úrsula*, pela primeira vez esta página é virada. O negro tem voz, tem participação ativa através de uma visão crítica da sua condição servil, mas nunca esquecendo das suas raízes africanas. Este sentimento fica muito destacado no decorrer do desenrolar do enredo, sendo mais forte pela visão de determinados personagens, como é o caso da Preta Susana.

A africanidade e a saudade da liberdade na terra natal estão sempre presentes, constituindo o cordão umbilical que permanece ao longo do tempo de forma intacta, ressaltando o amor à pátria africana mesmo apesar das amarguras trazidas pela posterior vida escrava.

“...não houve mulher mais ditosa do que eu. Tranquila no seio da felicidade, via despontar o sol rutilante e ardente do meu país, e louca de prazer a essa hora matinal, em que tudo aí respira amor; eu corria as descarnadas e arenosas praias, e aí com minhas jovens companheiras, brincando alegres, com o sorriso nos lábios, a paz no coração, divagávamos em busca das mil conchinhas, que bordam as brancas areias daquelas vastas praias”. (REIS 2018 p. 179).

Pela primeira vez na literatura afro-brasileira é abordada a origem do negro na sua nação África de forma acolhedora, ressaltando o amor, a vida em harmonia e em segurança, o apreço à família e à natureza, a vida vivida de forma plena e feliz pelo negro africano em sua terra.

Em contraponto, o romance expõe de forma nunca antes feita na literatura brasileira, métodos e formas utilizados para capturar o negro em solo africano, como se fossem animais sendo caçados em campo aberto ou em mata fechada e posteriormente sendo amontoados como mercadoria em porões de navios utilizados para o comércio escravo tendo como destino as terras brasileiras.

Em *Úrsula*, Maria Firmina do Reis nos apresenta Túlio, Antero e Preta Susana. Três personagens africanos que embora não sejam os protagonistas e sim coadjuvantes, roubam a cena e a atenção do leitor sempre que aparecem no decorrer da obra, visto sua importância na sustentação do enredo.

A partir das suas experiências pessoais de vida e possuindo pontos de vista e anseios diferentes, enriquecem a trama. São personagens de gerações distintas e donos de histórias e personalidades distintas. Claramente são

conscientes da sua situação de servidão, porém mantêm o elo, o laço africano com a sua cultura e ancestralidade, se sobrepondo à injusta e à dolorosa posição de escravo.

Conclusão

Constatado o ineditismo do romance *Úrsula*, é importante destacar a sua importância no cenário da literatura brasileira. Embora não tenha entrado no cânone da literatura brasileira, tem despertado a atenção de leitores, professores, estudantes e críticos literários, adquirindo o espaço que ainda não lhe pertencia. Há muito o que debater e refletir sobre essa obra que abre espaço para a revisão literária e para a posição tanto da mulher quanto do negro no cenário cultural brasileiro.

Referências

- DUARTE, C. L. {et al}. **Maria Firmina dos Reis, Faces de uma precursora**. Rio de Janeiro: Editora Malê, 2018.
- FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**. 9 ed., São Paulo: Global, 2012.
- NASCIMENTO, J. G. do. Mídia, **Propaganda, Negritude e Identidades**. Revista da ABPN • v. 4, n. 8. 2012, p. 68-79.
- REIS, M. F. dos. **Úrsula**. 1ª reimpressão da 1ª edição. Porto Alegre. Editora Zouk, 2018.
- Expectativa de vida do escravo africano**. Disponível em: <<https://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/antiores/edicao51/materia01/>> acesso em 29 de setembro de 2019.

Mãe d'Água: representações das devoções afro-brasileiras na imprensa soteropolitana e na literatura Jorge Amadiana

André Luiz Rosa Ribeiro

Edilece Souza Couto

Na Bahia, entre as décadas de 1930 e 1940, se fortaleceu a presença das manifestações de matriz africana nos periódicos soteropolitanos e na literatura, especialmente as festas dedicadas à Mãe d'Água. Tomamos como objeto de análise para este trabalho, o artigo intitulado O culto da mãe d'água, escrito por Édison Carneiro para o jornal Estado da Bahia, e o romance Mar Morto, de Jorge Amado, ambos datados de 1936. África, Europa e Bahia – Iemanjá, Iara e Nossa Senhora, o sagrado simbolizado por um ser metade mulher, metade peixe adorado nas águas da circularidade do Atlântico negro soteropolitano, bem ao gosto de Gilroy (1993).

De acordo com Mateus (2015, p.87), as representações na linguagem jornalística correspondem à busca da descoberta e revelação de determinados contextos culturais, práticas que se estabelecem no cotidiano, assim como perceber como atitudes e crenças são interpretadas a partir das influências do meio social nos quais elas se inserem. O critério subjetivo da seleção e da escrita sobre qualquer assunto se faz dependente das “inclinações” daqueles que detêm o controle da informação.

Ao final dos anos 1930 e início dos anos 1940 jovens escritores, como Carneiro e Amado, passaram a atuar na imprensa soteropolitana (Estado da Bahia e O Imparcial), dando um novo colorido às páginas dos jornais, impregnando-as de uma nova visão sobre o mundo dos negros descendentes de africanos, sobre seus valores e suas crenças. Era uma postura de cunho social adequada ao engajamento político dos membros da Academia dos Rebeldes, muitos dos quais se tornariam membros do Partido Comunista Brasileiro, atuando decisivamente na reconfiguração do olhar sobre as raízes mais profundas da cultura baiana.

As narrativas jornalística e ficcional são fluentes em observações etnográficas sobre os espaços e a gente da Bahia que dão forma ao imaginário que permeia a Cidade do Salvador, em um período extremamente importante para a consolidação da sua identidade cultural ligada intrinsecamente à dinâmica das relações envolvendo as religiosidades de matrizes africanas, originárias e européias.

Para Jerusa Ferreira (2008, p. 11) é fundamental na obra de Amado, observar o “seu requinte, o detalhe com que documenta a vida das épocas, das séries culturais a que se refere. Sua criação é a de um documento móvel, em processo”. A autora enfatiza como Amado consegue construir “um complexo textual, a partir da ideia de um corpo e de uma vida popular”.

Entidade sagrada, senhora das águas salgadas e profundas do oceano Atlântico que banham o cais da Cidade do Salvador, a Roma Negra, de mãe Aninha do Opô Afonjá, de Menininha do Gantois, de Bernardino do Bate-Folha, de Martiniano Bonfim e de tantas outras personalidades do mundo dos terreiros de candomblé soteropolitanos. O culto à Mãe d'Água serve, aqui, como tema privilegiado para uma abordagem do mundo das mulheres e dos homens cujas vidas sempre estiveram ligadas às águas da Baía de Todos os Santos, morada da Rainha do Mar, também conhecida como Iemanjá, Janaína e Dona Maria.

Todos esses nomes são, aliás, os preferidos para batizar embarcações a vela ou a remo, que viajam a Baía de Todos os Santos. Sob o nome de Janaína, a mãe d'água é universalmente adorada na zona do Mar Grande, ilha de Itaparica, fronteira a Cidade da Bahia. Principalmente, nas povoações da

Gameleira (sob a direção do pai de santo Neve Branca), do Bom Despacho, onde até o nome é fetichista, e da Amoreira. Esta última mesmo célebre pelas festas que a 2 de fevereiro lhe dedica, com o comparecimento de toda a população pobre da ilha (CARNEIRO, 1936, p.3).

De acordo com Ramos (2017), a festa do Rio Vermelho iniciou-se em fevereiro de 1924 sob a iniciativa dos pescadores pertencentes à Colônia de Pesca Z-1, que realizavam então uma procissão marítima do local até Mont Serrat. No seu dia consagrado, 2 de fevereiro (dia de duas invocações marianas: Senhora das Candeias e Senhora da Purificação), também havia presentes à Mãe d'Água no Dique, na Cidade do Salvador, e na Amoreira, na ilha de Itaparica. Na povoação da Ilhota, no Mar Grande nesse mesmo dia se canta que a Virgem das Candeias é “dos homens amparo e guia, da ilha a esperança, luz, vida e alegria” (CARNEIRO, 1936, p.3).

Ainda segundo Carneiro, havia festas semelhantes, em vários pontos da cidade. No Mont-Serrat, onde há a famosa Loca de Mãe d'Água, a 20 de outubro. Nas Cabeceiras da Ponte, perto da histórica povoação do Cabrito, a 3 de novembro. Sem contar os presentes individuais. Tradicionalmente, na Bahia, costuma-se representar a divindade das águas como uma sereia, ou ainda como uma mulher branca de braços abertos e mãos espalmadas, muito próxima das representações de Nossa Senhora (COUTO, 2010, p. 145), conforme a maioria das imagens existentes na Casa do Peso do Rio Vermelho, onde se realiza a sua maior festa anual.

Em seu artigo, Carneiro, cita uma reportagem, copilada por Arthur Ramos, onde se transcreve um interessante bilhete à Iemanjá, achado em meio a um presente que a Mãe d'Água “não quis”,

Minha protetora, saudações. Venho por meio deste pedir a vós muita felicidade para mim e suas casas para que viva-se bem por graça de Deus. Quero vós me atenda o pedido, assim como na casa de vós tem com que se satisfaça. Peço desculpas não vir a vós ou a vista, porque vós não aparece. Oseas Silva Rodrigues (CARNEIRO, 1936, p. 3)

O conceito de Iemanjá surge mesclado da ideia de mãe fecundada pelas relações incestuosas com o irmão, Aganjú, e o filho, Orugã. Em seu artigo, Carneiro defende que, segundo as lendas africanas sobre o surgimento dos orixás, da união de Obatalá, o céu, mais Ododua, a terra, nasceram Aganjú, a terra firme, e Iemanjá, as águas. E da união destes dois nasceu Orungã, o ar, tudo que existe entre a terra e o céu – “o qual se apaixonou seriamente por Iemanjá, sua mãe, até conseguir violá-la. Fugindo às propostas do filho, Iemanjá perseguida por ele, morreu – e dos seus seios, tornados enormes, nasceram dois rios”, que se reuniram posteriormente, formando uma lagoa, ao passo que, “do ventre rompido, surgiram todos os orixás” que compõem as crenças iorubanas do povo baiano.

Nesse ponto o mito evocado por Carneiro dialoga com a obra *Mar Morto*, de Jorge Amado,

Foi o caso que Iemanjá teve de Aganjú, deus da terra firme, um filho, Orugã, que foi feito deus dos ares (...) Orugã rodou por estas terras, viveu por estes ares, mas o seu pensamento não saía da imagem da mãe, aquela bela rainha das águas (...) E um dia não resistiu e a violentou. Yemanjá fugiu e na fuga seus seios se romperam, e assim, surgiram as águas e também essa Bahia de Todos os Santos (AMADO, 1971, p. 84).

Jorge Amado, no capítulo “Iemanjá de cinco nomes” no romance *Mar Morto*, traz a representação do Orixá como “dona do Cais, dos saveiros, da vida deles todos”. E afirma que, assim como no cais ninguém tem um nome só, mas também apelidos, Iemanjá tem cinco nomes: o primeiro, principal, é Iemanjá, a dona das águas, senhora dos oceanos; os canoeiros a chamam de Dona Janaína; os pretos, numa referência aos africanos e afro-descendentes (seus filhos preferidos) a tratam de Inaê ou Princesa de Aiocá; e as mulheres a chamam de Dona Maria, o mais bonito dos nomes, segundo o escritor (AMADO, 1971, p. 80).

Conforme Salah (2008), a personagem Guma, de *Mar Morto*, de alguma forma, aproxima-se do mitológico

Orugã ao expressar desejo carnal por uma prostituta que viria depois saber ser sua mãe. “Há muito tempo ele a espera. Ele a procurou nas ruas de mulheres perdidas, na beira do cais (...). Agora a encontrou. Ela é sua mulher”. E mesmo quando veio a saber a verdade, “o desejo não fugiu” (AMADO, 1971, p. 41).

No romance *Guma-Orugã* representa iconicamente os homens do mar da Bahia, os filhos prediletos da Rainha do Mar, a Iemanjá dos cinco nomes. É uma figura central nessa ressignificação da cultura de matriz africana, no contexto de uma identidade baiana que se afigura em uma nova roupagem, mais negra e próxima ao ambiente do cais, colorida pelos saveiros que atravessam o caminho de água e sal, morada de Janaína.

Em *Mar Morto*, Jorge Amado (1971, p. 81) elegeu o lugar do primeiro culto para a Mãe d'Água. A senhora das águas podia habitar os mares Mediterrâneo, Egeu ou a costa atlântica da África, “Mas veio para a Bahia ver as águas do rio Paraguaçu” e ficou morando numa pedra perto do cais, do Dique, entre a feira de Água de Meninos e a península de Itapagipe, no porto da Lenha, dos canoeiros. Assim, sua narrativa evoca o lugar original, o Mont Serrat de que trata Edson Carneiro, e a data de 20 de outubro para a realização da festa.

Amado (1971, p. 85) se refere aos mesmos cais da Ilha de Itaparica abordados por Carneiro, nos quais a Mãe d'Água é cultuada, porém, não faz nenhuma referência à Festa de Iemanjá no Rio Vermelho. Até meados do século XX a localidade era considerada arrabalde, estação de veraneio da elite soteropolitana, bairro onde morou a família Amado a partir de 1963. Da varanda de sua casa, no alto da Rua Alagoinhas, familiares e amigos do casal de escritores observavam os festejos, mas também desciam até a praia para participar, muitas vezes acompanhado de amigos estrangeiros, poetas, escritores e artistas que visitavam Salvador em 02 de fevereiro.

Provavelmente, Amado preferiu criar seu enredo e ambientar seus personagens, como o casal protagonista de *Mar Morto*, Guma e Lívia, no local original do culto. Porém, na década de 1940, quando escreveu *Bahia de Todos os Santos* (AMADO, 1945), um guia da cidade da Bahia, o escritor descreveu a Festa de Iemanjá no Rio Vermelho. Assim, gostaríamos de comentar esse outro lugar de práticas religiosas afro-brasileiras a partir de 1924, afinal foi essa manifestação que gerou conflitos com a Igreja Católica e passou a ser descrita e comentada com mais frequência na imprensa soteropolitana.

A primeira oferta de presente para a Mãe d'Água no Rio Vermelho aconteceu dentro da Festa de Sant'Ana, padroeira da paróquia criada em 1913. Desde o século XIX, os veranistas assumiram a organização da festividade em detrimento da colônia de pescadores. Insatisfeitos, os trabalhadores do mar deixaram de pagar o dízimo à Igreja em 1919 e resolveram construir a Casa do Peso, para guardar os aviamentos de pesca e vender os peixes, em terreno doado pela marinha na beira da praia. Em 1924, alertados de que o mal resultado da pescaria se dava em função da falta de agrado à Mãe d'Água, mandaram celebrar uma missa na igreja e, em seguida, partiram para o mar para entregar o presente de perfume, flores e adereços femininos para a entidade (FESTA..., 1970, p. 1).

Em 1930 um conflito entre os pescadores e o padre da paróquia do Rio Vermelho provocou a separação entre as práticas católicas e as afro-brasileiras. O sacerdote se recusou a celebrar a missa solicitada pelos pescadores. Houve negociação e a liturgia foi celebrada. Porém, durante a homilia, o padre afirmou ser ignorância oferecer presente a uma mulher com rabo de peixe. A partir daquele ano, os pescadores dispensaram a celebração católica e incrementaram o presente para a Mãe d'Água, feito por uma mãe ou pai de santo e de acordo com os ritos africanos. Dessa forma, os pescadores colocaram a Festa da Mãe d'Água ou Festa de Iemanjá (nome adotado a partir dos anos de 1950), exclusivamente afro-brasileira, no calendário das festas religiosas de Salvador (COUTO, 2010, p. 154-161).

As décadas de 1930 e 1940 são repletas de representações da Mãe d'Água em Salvador, seja por meio da criação de imagens (a exemplo das esculturas de Iemanjá colocadas na Casa do Peso), dos discursos produzidos pelo clero, por intelectuais (como Édison Carneiro) e literatos (como Jorge Amado) e divulgados pela imprensa e pela literatura. As críticas e a perseguição às práticas religiosas afro-brasileiras são constantes, assim como os conflitos

entre católicos e candomblecistas, mas esse também é o momento da defesa das crenças de matriz africana, expressa nos dois congressos afro-brasileiros, realizados em Recife (1934) e Salvador (1937).

De tal maneira, é possível pensar que tanto Carneiro quanto Amado contribuíram decisivamente para a valorização das formas de pensar de matriz africana, os seus saberes e fazeres, o que nos ajudaria a compreender “uma identidade que não está situada entre oposições (...) e que aponta também identidades que não pressupõem mais tradições contínuas” (SOUSA JR, 2003, p. 27), o que levaria à superação do conceito de “sobrevivências” tão caro a pesquisadores como Nina Rodrigues.

Referências

AMADO, Jorge. **Mar morto**. São Paulo: Martins, 1971.

AMADO, Jorge. **Bahia de Todos os Santos**: guia das ruas e dos mistérios da cidade do Salvador. São Paulo: Martins, 1945.

CARNEIRO, Édison. **O culto da mãe d'água**. In: Jornal Estado da Bahia, 2/junho/1936, n. 24, p. 3.

COUTO, Edilece S. **Tempo de festas**: homenagens a Santa Bárbara, Nossa Senhora da Conceição e Sant'Ana em Salvador (1860-1940). Salvador: EDUFBA, 2010.

FERREIRA, Jerusa. A morte carnalizada em Jorge Amado. In: CAPINAM, Bete (Coord.). **Colóquio Jorge Amado: 70 Anos de Mar Morto**. Salvador: Fundação Jorge Amado, 2008.

FESTA de Iemanjá. **Tribuna da Bahia**. Salvador, 14 dez. 1970, p.1.

GILROY, Paul. **Atlântico Negro**. São Paulo: Editora 34, 1993.

MATEUS, Samuel. **A etnografia da comunicação**. Revista Antropológicas, n.13, 2015, p. 84-89.

RAMOS, Cleidiana P. C. **Festa de verão em Salvador**: um estudo antropológico a partir do acervo documental do jornal A Tarde. Tese (Doutoramento em Antropologia), Salvador, UFBA, 2017.

SALAH, Jacques. O cenário mítico em Mar Morto. In: CAPINAM, Bete (Coord.). **Colóquio Jorge Amado: 70 Anos de Mar Morto**. Salvador: Fundação Jorge Amado, 2008.

SOUSA JR., Vilson C. de. **Orixás, santos e festas**: encontros e desencontros do sincretismo afro-católico na Cidade do Salvador. Salvador: EDUNEB, 2003.

Territórios afro-brasileiros em Canoas: transição entre o geográfico e o simbólico

Edison Luis Amaral De Moura

Introdução

O objetivo deste trabalho é promover reinclusão dos afrodescendentes no processo histórico de construção da população da população, da economia da cultura e da sociedade riograndense.

Neste sentido, propomos a construção de um roteiro patrimonial e cultural pelos territórios ocupados anterior e atualmente pelos afrodescendentes na cidade de Canoas. Este percurso seria realizado em parte com deslocamento a pé e em parte em bicicletas, no caso de localidades mais afastadas do ponto de partida e de finalização do percurso que seria a antiga estação ferroviária de Canoas com um debate sobre a importância da preservação e restauração deste importante legado de patrimônio histórico para a cidade.

No período subsequente a abolição, a população afro-brasileira se deslocou para as áreas de periferia das cidades em que habitavam, estabelecendo naqueles locais, territórios com organizações socioculturais próprias. Mais tarde, ao longo do século XX, por conta do avanço da industrialização e da especulação imobiliária, estes territórios foram aos poucos desaparecendo. Este processo de reterritorialização, desencadeou uma profunda crise identitária entre aquela população. À partir do início dos anos 1970, incentivado por grupos do movimento negro, inicia-se um processo de deslocamento daqueles antigos territórios do plano espacial para o plano simbólico, numa tentativa de devolver o sentimento de pertencimento àquelas populações, enquanto afrodescendentes. Na capital do Rio Grande do Sul, nesta mesma época, surgem os chamados territórios transacionais, por exemplo a Rua dos Andradas ou Rua da Praia, torna-se local de encontro dos negros em seu caminho do trabalho, no centro, para casa na periferia.

Em Canoas, cidade da Região Metropolitana, na segunda metade do século XX, ocorre um processo semelhante, quando a cidade assume o estigma de Cidade Dormitório pois os operários das indústrias da capital, utilizariam a cidade apenas para passar a noite, tendo que na manhã seguinte novamente se deslocarem a seus postos de trabalho em Porto Alegre. Obviamente, dentro dessa massa operária, os afrodescendentes são os trabalhadores de mais baixo grau de instrução e de mais baixa remuneração, de forma que também não encontram espaço habitacional no Centro, o que os obriga a se deslocarem para os bairros da periferia da cidade, tais como o Mathias Velho, onde muitos deles constituíram residências, por exemplo a rua Martin Luther King. A partir deste deslocamento compulsório dessas populações, em direção à periferia novos territórios foram sendo estabelecidos, seja pelas afinidades culturais, étnicas ou religiosas entre os indivíduos afro- descendentes. Muito recentemente, já nos anos 2000, os afrodescendentes iniciaram um processo de apropriação simbólica no campo da religiosidade de um território antes considerado como apenas de lazer, a Praia do Paquetá, onde foi construído um santuário dedicado ao sincretismo de matriz africana. Naquele local acontecem cerimônias de culto a divindade católica Nossa Senhora dos Navegantes, bem como é também cultuada a Orixá Iemanjá. No entanto um destes territórios permaneceu, durante mais de oitenta anos de resistência, em um enclave muito próximo – apenas 15 minutos – do centro da cidade, o Quilombo Chácara das Rosas. Outros locais onde certamente essas pessoas estiveram, antes e depois da abolição, foi a Antiga estação ferroviária que foi inaugurada em 1874 como parte da ferrovia que ligaria Porto Alegre ao Vale dos Sinos. A estação também seria muito utilizada no transporte dos Porto-Alegrenses quando Canoas passou a ser um local de veraneio.

Um Quilombo chamado Planeta

O quilombo Chácara das Rosas fica localizado no bairro Marechal Rondon, distante uns poucos metros do Parque Getúlio Vargas, no tradicional Capão do Corvo e vizinho muito próximo do luxuoso Park Shopping, percebe-se nitidamente que os moradores do quilombo se sentem cercados por ameaçadores arranha céus que parecem brotar do chão de um dia para o outro em função da vertiginosa velocidade com que são erguidos esses grandes conjuntos habitacionais destinados à classe média alta da sociedade canoense. Não bastasse o avanço da indústria imobiliária que dá a impressão de que o já minúsculo território ocupado pelos afrodescendentes remanescentes esta sendo comprimido a cada dia até que simplesmente desapareça, a população do quilombo é diariamente ameaçada pelo intenso tráfego de veículos na rua em frente ao portão de entrada. Inúmeras solicitações das mães do local para os órgãos de trânsito da prefeitura no sentido de que sejam colocados na via redutores de velocidade a fim de evitar o atropelamento de crianças são negadas ou simplesmente ignoradas.

Outro problema que aflige as mães e pais do quilombo é a dificuldade de matricular os filhos na pré- escola do Colégio municipal que fica ao lado do terreno. Em resumo os moradores se queixam da burocracia em termos de documentos exigidos pela direção da escola para conceder a matrícula às crianças da comunidade quilombola. Os mesmos moradores dizem que a verdadeira dificuldade reside no fato de que agora o colégio é frequentado por um outro tipo de aluno filho de uma classe superior economicamente que não vê com bons olhos suas crianças compartilhando o espaço com habitantes do Planeta dos Macacos. Para a antropóloga Daisy Barcellos na formação da população do Rio Grande do sul geralmente é enfatizada a participação dos luso-brasileiros e da imigração europeia. Ao mesmo tempo a presença do negro é apagada do contexto histórico e a construção do imaginário gaúcho exclui o negro da formação histórica e da própria sociedade. (BARCELLOS, 1996)

Estação Ferroviária de Canoas

Outro importante local de reunião dos afrodescendentes e que também se encontra localizado no coração de Canoas é a antiga Estação Ferroviária. O local que hoje se acha tombado como patrimônio histórico da cidade e onde foi construído um importante centro cultural que abriga diversas atividades culturais mas, infelizmente, não suscita memórias muito agradáveis para os afrodescendentes, uma vez que ali era uma das portas de entrada para eles na cidade, visto que a estação que fazia parte da The Porto Alegre and New Hamburg Brazilian Railway e teve sua inauguração ainda durante o período da escravidão em 1874 e, portanto, ali não eram reunidos para passeios ferroviários mas sim para realizar o trabalho braçal de carregar e descarregar vagões ferroviários oriundos do Vale do Sinos que faziam o escoamento das safras agrícolas para a capital Porto Alegre. De acordo com o site da Prefeitura de Canoas a Estação teria dado origem a vila que começou a se formar ao redor da edificação durante o processo de construção da ferrovia, onde os trabalhadores, provavelmente negros escravizados, teriam aproveitado sobras da madeira derrubada para a construção da via férrea para produzir canoas, passando a vila a ser chamada de Capão das Canoas.(PREFEITURA, 2013).

A julgar-se por esta informação, estaria, em parte, comprovada a afirmação do historiador oficial de Canoas João Palma da Silva, a respeito do mito sobre a origem do nome do município que estaria ligado a figura de Antonio Gameleiro, homem pardo de pele escura que teria aproveitado uma árvore de Timbaúva derrubada por um temporal – aqui a divergência- para esculpir uma canoa, este fato teria dado origem ao nome da região como Capão das Canoas.(SILVA, 1989).

Ainda em seu livro de 1989 sobre a origens de Canoas, Silva relata que em 1884 o movimento abolicionista, que se iniciara em Porto Alegre, espalhou-se por vários municípios, inclusive Gravataí. João Palma conta, ainda, que: “O Major Vicente chamou seus escravos para um churrasco, onde os colocou à vontade para permanecer ou deixar sua fazenda. Todos ficam arranchando-se pelos capões ou a beira das primeiras estradas, tornando-se pioneiros no

povoamento no povoamento urbano de Canoas”. (SILVA, 1989, p. 45). A partir do início do século XX a estação assumiria um outro papel na vida da vila Capão das Canoas.

Uma outra região de Canoas que pode ser considerada como um território negro é a rua Martin Luther King que está localizada na extremidade mais afastada do centro da cidade, no bairro Mathias Velho. Esta rua assume papel importante, ainda que recente, na questão da transferência do território espacial para o simbólico pois sua população é constituída em sua maioria por afrodescendentes deslocados de várias regiões da cidade, provavelmente por conta da exploração imobiliária, de seus lugares de origem. Um aspecto peculiar da região e que remete à origem africana é a quantidade de casas de religião de matriz africana instaladas na rua, são aproximadamente quatorze “terreiras”, onde estão representadas as três linhas predominantes no Rio Grande do Sul que de acordo com Ari Pedro Oro em seu artigo para o livro RS Negro (2009), são: o Batuque, a Linha Cruzada e a Umbanda (ORO, 2009).

A Praia do Paquetá e o Sincretismo Religioso

Embora o interesse religioso dos afrodescendentes sobre a Praia do Paquetá seja um acontecimento relativamente recente, o mesmo não acontece com os moradores mais antigos de Canoas. Como já foi dito anteriormente, Canoas ficou estigmatizada por muitos anos como uma “cidade de veraneio” para as famílias abastadas de Porto Alegre, no entanto aqueles que naquela época se dirigiam a Canoas com o intuito de veranejar não o faziam com a intenção de banhar-se nas águas do rio Gravataí. A concepção de veraneio, tal qual a conhecemos nos dias atuais, não era a mesma que existia no final século XIX e início do século XX. Naqueles anos os veranistas procuravam um refúgio em determinados locais capazes de oferecer algum repouso ou um certo distanciamento da agitação da capital.

Recentemente, em 2018, a prefeitura de Canoas inaugurou na chamada “prainha” o maior Santuário Sincretístico e Ecológico do Brasil, em termos de quantidade de imagens das divindades, são ao todo dezessete estátuas representando os orixás africanos sincretizados com os santos católicos e também com as divindades indígenas. A praia que há muitos anos é utilizada por devotos católicos e umbandistas nas comemorações das festividades em homenagem a Nossa Senhora dos navegantes pelos primeiros e a Iemanjá pelos últimos e já contava com duas estátuas da mãe das águas, ganhou um conjunto de estátuas em tamanho natural das entidades comuns às duas religiosidades, tornando-se mais um exemplo do conceito de diáspora afirmado por Paul Gilroy (2001). De acordo com ele o negro perde seus referenciais de espaço, tendo que adaptar sua rede de significações e representações em outro território que não o lugar em que foram construídos, caracterizando uma diáspora local. (GILROY, 2001.).

A restituição do sentido de pertencimento da população negra aos locais onde viveram seus ancestrais antes de serem expulsos para a periferia. Sem deixar de levar em consideração a importância do tombamento de prédios históricos residenciais da elite canoense e, ao mesmo tempo, reconhecendo a necessidade de permitir o conhecimento por parte das gerações afrodescendentes atuais sobre os locais de moradia e/ou convívio de seus antepassados.

Considerações Finais

Ao se utilizar o conceito de mediação procura-se dar voz àqueles que foram silenciados pela história ou tiveram, de alguma forma suas histórias apagadas ou omitidas no processo de apropriação da narrativa da construção da nação brasileira. É muito importante que se preserve e se dê conhecimento à sociedade sobre o patrimônio edificado para servir a elite dominante, assim como é importante essa preservação e conhecimento do patrimônio quando este está relacionado às classes menos favorecidas que têm todo o direito a se sentirem incluídas em todos os contextos históricos, sociais e econômicos do país. Assim como toda a moeda tem dois lados, toda a história tem no mínimo duas versões, a dos vencedores e a dos vencidos.

Referências

BARCELLOS, D.M de. **Família e Ascensão Social de Negros em Porto Alegre**. Rio de Janeiro. UFRJ – Museu Nacional. 1996. (Tese de Doutorado em Antropologia).

GILROY, P. **O Atlântico negro**. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, 2001.

ORO, A. P. **As religiões afro-gaúchas**. In: RS Negro. Org. Gilberto Ferreira da Silva, José Antônio dos Santos. Ed. EDIPUCRS, 2009.

PREFEITURA DE CANOAS. Disponível em: <https://www.canoas.rs.gov.br/estação-trem/>.

SILVA, J. P. da. **As origens de Canoas**. Conquista – Povoamento Evolução. Canoas. Ed. La Salle. 1989.

Reflexões sobre imigração urbana a partir de um estudo de caso

Fernanda Trentini Ambiedo¹

A decisão de migrar

Ele sabia que precisava trabalhar, foi o que disse Maria Graça Pappalardo ao ser questionada sobre os motivos da vinda de seu pai para a América. E assim a análise de trajetória de José Pappalardo se inicia, Porto Alegre não foi a primeira escolha do jovem siciliano e seus irmãos que chegavam na América num período pós primeira guerra, em que seu *paese* passava por diversas necessidades estruturais e econômicas. A primeira opção, na realidade, foi Buenos Aires. A capital argentina tinha como característica receber jovens italianos, e também de outros grupos étnicos, que buscavam novas oportunidades e principalmente, um lugar para “fare l’America”.

Precisamos, no entanto, voltar um pouco na história de Giuseppe, ou José, e seus irmãos, e compreender as suas origens sicilianas. Naturais de Adrano, uma província de Catania, na Sicília, Giuseppe, Nicola e Salvatore haviam condições que poderíamos considerar “médias”, tinham uma profissão, ou até mesmo, como no caso de Giuseppe, duas, porém a decisão de migrar veio com a perspectiva de conseguir alcançar algo que não alcançariam em sua localidade de origem.

Uma das principais influências destes três irmãos seria um “tio-avô” que ajudou a criá-los, e como relembra Maria Graça ao contar as memórias de seu pai, ele era “um tipo cigano”, a primeira experiência fabril de Pappalardo foi com ele, com uma fabriqueta de massas onde na infância aprendeu o fazer da massa, pois ele e seus irmãos eram responsáveis pela busca e tratamento do trigo. Porém José, possuía outra profissão a de músico, e esta sim é a principal influência para a decisão de vir a Porto Alegre, porém não chegamos nessa questão ainda. José frequentava desde a infância a banda paroquial da igreja, nesta época já toca o clarinete, porém a paixão pela música o levou a se preparar e estudar outros instrumentos como a requinta, o saxofone cachimbo e oboé, sendo este último a sua verdadeira paixão (PAPPALARDO, 2015). Na entrevista realizada com Maria Graça Pappalardo, a opção por emigrar foi basicamente pelo motivo da falta de emprego e de condições de vida em Adrano. Maria Graça narra que o seu pai saiu de suas terras sem ter a certeza do que encontraria em outro país, não sabia o que ia fazer, mas sabia que precisava trabalhar. Na Itália não havia trabalho, por isso os irmãos Salvador e Nicolau foram para Buenos Aires e se empregaram em uma fábrica de massas, ramo já familiar, e depois de se instalarem, enviaram o chamado para José, que seguiu o caminho dos irmãos indo para a Argentina (PAPPALARDO, 2015).

Mas havia chego a hora de emigrar, a decisão de sair de sua terra natal nunca é, nem será, fácil, porém ao decidir sair torna-se fundamental alguns aspectos como a formação de redes de apoio ou redes de compadrio. A rede de José, inicia-se com a vinda de seus dois irmãos mais velhos a Buenos Aires, logo após a chegada se empregaram numa fábrica daquilo que melhor sabiam fazer, massas alimentícias. Depois da estabilidade alcançada, chamaram seu irmão mais novo, que então com 16 anos, José emigra em direção a Buenos Aires onde se emprega junto aos seus irmãos.

Porém após a chegada em Buenos Aires uma oportunidade mais interessante aparece oferecida por dois compatriotas que eram músicos e maestros, respectivamente Giuseppe Corsi e Giuseppe Leonardi, residentes na capital gaúcha e que estavam a procura nas capitais vizinhas e mais próxima de músicos que pudessem integrar a

¹ Bolsista de Doutorado em situação dedicação exclusiva do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) no Programa de Pós-Graduação em História/PUCRS

Banda Municipal de Porto Alegre (PAPPALARDO, 2015). Vale ressaltar que estes elos entre imigrantes fomentam as redes migratórias, pois a partir delas as ‘notícias’ oriundas do destino da migração chegam ao migrante, sejam elas as melhores condições de empregos, alojamentos e também as melhores formas de emigrar (CONSTANTINO, 2013, p. 34). As redes migratórias, ou redes sociais, consistem em um conjunto de pessoas, organizações ou instituições interligadas por algum grau de relação, sendo estes de amizade, familiar, de trabalho ou de sociabilidade. Estas redes facilitam a vida do imigrante, pois geram uma espécie de suporte, tanto no país de origem como no de chegada.

As migrações tendem a ocorrer apoiadas nessas redes, principalmente nas de parentesco e sociabilidade, pois são estas que podem ocorrer tanto na origem como no destino, sendo por empréstimos, facilitando a conquista do primeiro emprego (NETO & NAZARETH, 2009, p. 2). Para isso, podemos falar de redes migratórias, que se definem como conjuntos de laços interpessoais que ligam migrantes e não migrantes, em áreas de origem e destino, a partir do vínculo de parentesco, amizade e conterraneidade (TRUZZI e NETO, 2007, p. 42). Porém é importante ressaltar que a “rede migratória” não pode se confundir com redes pessoais. As “redes migratórias” precedem a migração e são adaptadas a um fim específico: migrar. Já as suas especificidades dependem dos contextos sociais que ela articulará, uma rede migratória é um tipo de rede social, que agrega diversas redes sociais já existentes e fomenta a criação de novas, portanto, ela se torna “uma rede de redes sociais”. Outro fator importante, é que uma “rede migratória” implicará na existência de uma origem e de um destino, ou seja, deverá estar incluído na discussão a existência de recortes territoriais, países, estados, microrregiões, municípios, cidades, etc, que se articularam por intermédio dos fluxos migratórios. (SOARES & RODRIGUES, 2005, p. 66)

Voltando aos personagens até aqui desenvolvidos, os Pappalardo, a vinda deles e principalmente do “protagonista” José, percebemos uma rede de trabalho e familiar. Na Argentina, podemos compreender a existência de uma rede familiar, pois são seus irmãos que chamam José para Buenos Aires, com a chance de emprego e alojamento. Já em relação as redes formadas já em território gaúcho, podemos ressaltar primeiramente a dos maestros que buscaram José e seus irmãos em Buenos Aires, pois eles propiciaram tanto um vínculo empregatício com a intendência municipal como alojamento para os primeiros meses após chegada. Porém, há o momento em que José assumiu a frente das redes de sociabilidade que o rondavam. Podemos relatar as relações com a família Scavuzzo, José viajou à Itália e encontrou um velho amigo, Giuseppe Scavuzzo, que estava passando por dificuldades no pós guerra, e o convidou junto a toda a sua família para migrar para Porto Alegre, onde o ajudaria com o dinheiro para custear a viagem, emprego para Scavuzzo e seus familiares em sua fábrica, e alojamento para os primeiros meses (CHARÃO, 2015, p. 95).

Estas cadeias de relacionamento auxiliam a vinda de novos imigrantes, principalmente no século XX. Elas podem ser definidas como um conjunto de contatos pessoais, comunicações, favores entre famílias, amigos, conterrâneos, seja na sociedade emissora ou na receptora (CONSTANTINO, 2015, p. 37), que se tornaram comum principalmente nos países americanos que recebem grande fluxo de imigrantes, como Estados Unidos, Brasil e Argentina.

A chegada a Porto Alegre

Os Pappalardos chegam a Porto Alegre, coincidentemente, ou não, no período dos festejos do cinquentenário da colonização italiana no Rio Grande do Sul. Em virtude desta comemoração foram publicados dois volumes de um almanaque sobre os cinquenta anos da colonização italiana no estado gaúcho, que continha a história e geografia dos principais municípios que receberam contingentes de italianos entre 1875 e 1925. Além dos dados citados, também havia o referimento de personalidades influentes da sociedade da época, como empreendedores italianos que alcançaram visibilidade nos espaços que se inseriram, levando em consideração a capital gaúcha, existem quarenta e uma propagandas de atividades comerciais exercidas por patrícios. Logo, a análise deste almanaque ajuda a ilustrar quais características que haviam em Porto Alegre no momento de chegada dos irmãos Pappalardo, vale

ressaltar também, que os principais ramos empresariais lá presentes são aqueles ligados à alimentação, importação e exportação de produtos, além de fábricas de tecidos, metalúrgicos e mobiliários, setores de bens de subsistência primários e institutos educacionais.

A motivação de José não partiu, primeiramente, das oportunidades e do campo empresarial formado por imigrantes em Porto Alegre, mas sim, da formação da Banda Municipal de Porto Alegre, com regência de José Corsi e idealizada pelo intendente da época: Otávio Rocha (CONEDERA, 2017, p. 180). A Banda Municipal de Porto Alegre tornou-se um projeto efetivo no ano de 1924, e logo iniciaram a procura por professores de música para a Banda. Porém, apenas em 08 de abril de 1925 é aberto edital e divulgado no jornal *A Federação*², procurando músicos estrangeiros para cobrir a falta de algumas especialidades em Porto Alegre (CONEDERA, 2017, p. 183).

Após oito reeleições, Montauray se retira da intendência de Porto Alegre e é substituído por Otávio Rocha³. Em 1924 inicia esta gestão, assumindo uma postura que rompe com a tradicional estagnação urbanística (SANTOS, 2012, p. 43). Entre os seus diversos decretos, pode-se destacar a instituição do Regulamento Geral de Construções para a inspeção prévia de obras, tal como a substituição de paredes de madeira para alvenaria, para evitar a proliferação de doenças (SANTOS, 2012, p. 45). Porém, do ponto de vista cultural, uma de suas principais realizações foi a criação da Banda Municipal de Porto Alegre, que se consagrou em apresentações públicas, principalmente em sua “casa”, no auditório Araújo Vianna (SANTOS, 2012, p. 46). A formação da banda era coerente com o seu discurso de posse, em que ressaltou a importância de realizar obras de saneamento e urbanização na cidade de Porto Alegre, mas também valorizar os aspectos artístico-culturais (BAKOS, 2013, p. 140)

As utilizações de conhecimentos adquiridos no país de origem foram, por diversas vezes, o meio que o imigrante encontrou para garantir o seu sustento no novo país. Esta relação pode ser chamada de transnacionalismo, termo que se define por ser um processo em que o migrante constrói uma espécie de ponte social que liga o seu país de origem com o de chegada. A interação entre o transnacionalismo e a imigração italiana em Porto Alegre se dá pela forma que, principalmente comerciantes, utilizam o conhecimento para inserção à comunidade. Existe uma relação de pertencimento entre o povo e o seu território, e a identidade nacional acaba se formando a partir de comunidades culturais em que os membros destas se tornam homogêneas ao se integrarem a partir de recordações históricas, mitos, símbolos e tradições.

Há existência de uma valorização de algum aspecto cultural de origem que acaba sendo explorado pelo migrante como âmbito de trabalho no país de recebimento. Ao pesquisarmos os relatos de famílias italianas vindas para Porto Alegre, encontramos diversas semelhanças com esse conceito sociológico. Existe uma forma de unidade no que é ser estrangeiro e como se inserir na melhor forma possível na sociedade.

Nas cidades, o italiano se insere principalmente nos ramos de profissões já estabelecidas anteriormente em seus locais de origem.

Alguns indivíduos são médicos, dentistas, professores de música, padres. São incontáveis os alfaiates, sapateiros, barbeiros, funileiros, pedreiros, ourives, etc., assim como garçons, porteiros, fotógrafos, tintureiros, vendedores ambulantes, cozinheiros. (CONSTANTINO, 1991, p. 194)

O comércio étnico começa a estar em funcionamento e expansão nas primeiras décadas do século XX

2 “Banda Municipal de Porto Alegre: Projeto de organização apresentado ao Intendente municipal pelos maestros José Corsi e José de Andrades Neves”. *A Federação*. 8 de abril de 1925, p. 4.

3 Otávio Francisco da Rocha (1877-1928) nasceu em Pelotas, onde realizou seus estudos. Com 14 anos, alistou-se no exército, rumando para a engenharia militar (diplomou-se, em 1901, em Engenharia Militar na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro). Em 1909, ingressou na carreira política, sendo eleito deputado à Assembleia dos Representantes pelo Partido Republicano Rio-Grandense. Em 1924, assumiu o cargo de intendente de Porto Alegre. Otávio Rocha faleceu, repentinamente, em virtude de úlcera gástrica, em fevereiro 1928, antes de terminar o seu mandato. FRANCO, Sergio da Costa. *Porto Alegre: Guia Histórico*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1988, p. 350.

(FRANKLIN, 2015, p. 174). Se constitui de uma rede de apoio e cooperação entre os imigrantes, que auxiliam os recém-chegados a se introduzir na sociedade “destino” sem que haja o choque de cultura, desde a chegada até a colocação no mercado de trabalho.

A experiência de imigração, respaldada no e pelo comércio, adquire significado justamente nas possibilidades de emprego e socialização encontradas pelo imigrante, uma vez que esta passa a ser instruído no interior de um circuito social-étnico mais seguro e dinâmico. (FRANKLIN, 2015, p. 175).

Os grupos imigrantes pioneiros formam este tipo de rede, que gerará um comércio étnico que se revela quando analisamos a presença maciça de grupos especializados em locais determinados da cidade, como a Praça da Alfândega, Rua dos Andradas ou até em bairros como Cidade Baixa e Bom Fim.

É perceptível, a partir dos relatos de imigrantes urbanos que usualmente eles optavam em exercer duas funções, como o caso de José, como músico da Banda Municipal de Porto Alegre a renda não era suficiente para o sustento de sua família, e por isso, foi necessário que utilizasse sua segunda formação, o saber do “fazer a massa” alimentícia, ingressando assim num ramo empreendedor e alimentício, algo comum ao grupo de peninsulares na cidade de Porto Alegre (CONSTANTINO, 1991, p. 70).

Lista de fontes

PAPPALARDO, M. G. Entrevista concedida em outubro de 2015 para Fernanda Ambiedo; disponível no repositório do Laboratório de História Oral da PUCRS

Referências

BAKOS, M. M. **Porto Alegre e seus eterno intendentess**. 2º Ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013, p. 220.

CHARÃO, E. B. **Mulheres italianas e trabalho em Porto Alegre/RS (1945-1965): história de uma imigração esquecida**. 207 f. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

CONEDERA, L. **Músicos no novo mundo: a presença de musicistas italianos na Banda Municipal de Porto Alegre (1925-1950)**. Tese de Doutorado em História - Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica, 2017.

CONSTANTINO, N. S. de . **Descrição e Motivação: Rio de Janeiro por viajantes italianos na segunda metade do século XIX**. La Salle (Canoas) , v. 12, p. 31-56, 2007.

CONSTANTINO, N. S. de. **O italiano da esquina: meridionais na sociedade porto – algrense e permanência da identidade entre moraneses**. Tese de doutorado defendida na Universidade de São Paulo. 1991.

FRANCO, S. da C. **Porto Alegre: Guia Histórico**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1988, p. 350.

FRANKLIN, R. M. **Imigração, fronteiras culturais e identidades étnicas: conceitos para um debate interdisciplinar**. Revista Outras Fronteiras, Cuiabá - MT , vol. 2 , n. 2, jul/ dez., 2015 ISSN: 2318 – 5503.

MARIO SERRA TRUZZI, O.; SACOMANO NETO, M.. **Economia e empreendedorismo étnico: balanço histórico da experiência paulista**. Rev. adm. empres., São Paulo , v. 47, n. 2, p. 1-12, June 2007 . Available from . access on 04 Mar. 2018.

NETO, M. I. D. NAZARETH, J. **Redes sociais na experiência migratórias de mulheres nordestina**. IN: Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO: Psicologia geral e políticas de existência: fronteiras e conflitos, 2009, p. 9.

SANTOS, A. A. M. dos. **Prefeitos de Porto Alegre: cotidiano e administração da capital gaúcha entre 1889 e 2012**. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2012. 344p.

SOARES, W. RODRIGUES, R. N. **Redes sociais e conexões prováveis entre migrações internas e emigração internacional de Brasileiros**. SÃO PAULO EM PERSPECTIVA, v. 19, n. 3, p. 64-76, jul./set. 2005.

Wicca: da Magia e Tradição à Natureza e Integração

Gabriel Casagrande Lazzari

A presente pesquisa tem como objetivo explorar a história da formação da Wicca e suas fontes religiosas, assim como se deu sua introdução no Brasil. A obra principal utilizada para esse fim é “Modern Wicca: A History from Gerald Gardner to the Present” de 2010 do bruxo tradicional inglês Michael Howard (1948-2015). Howard era editor do “The Cauldron” (1976-2015), revista pioneira de bruxaria que lhe permitiu entrar em contato direto com figuras influentes do movimento de bruxaria dos países de língua inglesa. Na obra em questão, ele combina uma certa ordem temporal com eventos considerados de significância para seu público alvo; as bruxas. No que se diz respeito à história da Wicca no Brasil, será utilizado como base a tese de doutorado “Reinventando Tradições: Representações e Identidades da Bruxaria Neopagã no Brasil” de 2013 do historiador Janluis Duarte.

Howard inicia sua obra relatando a vida de Gerald Brosseau Gardner (1884-1964), principal fundador da religião wiccana. Gardner foi um inglês excêntrico, que se dizia uma autoridade acadêmica sem possuir qualquer formação formal. Por conta de sua saúde precária, causada por uma asma acentuada, ele fazia viagens a países tropicais. Isso contribuiu para que ele fosse trabalhar em colônias tropicais do Reino Unido. De 1908 ao início dos anos 1930 ele trabalhou em diversas plantações do sudeste asiático, tornando-se eventualmente um agente alfandegário. Durante esses anos temos as primeiras evidências dos interesses de Gardner por magia: ele participava de rituais com os nativos e tinha interesse em artefatos mágicos, como as adagas *kris*.

Gardner também interessava-se por arqueologia. Durante a década de 1930, ele participou de várias expedições arqueológicas na Malásia, Palestina, França, China, Inglaterra, Jordânia, Chipre e Egito. Em 1936, com 52 anos, ele se aposentou e voltou a morar na Inglaterra. Ainda devido a sua asma, ele foi indicado por um médico ao naturismo (nudismo) pelos benefícios de tomar sol. Foi comparecendo a grupos naturistas que ele encontrou seus primeiros contatos interessados em ocultismo ocidental. Por meio destes, em 1939, ele começa a participar da *Folklore Society*, onde ele conhece, então, pessoas interessadas em bruxaria. Lá ele conhece a antropóloga e egiptóloga Dr.^a Margaret Murray (1863-1963), autora de livros famosos e controversos sobre a história da bruxaria europeia. Gardner também participou de muitas sociedades secretas na época, desde sociedades druídicas e maçônicas até mesmo igrejas cristãs célticas; ele defendia a possibilidade de ser um bruxo e seguir religiões paralelas.

Em 1938, com as ameaças de guerra com a Alemanha nazista, houve um movimento de relocação em pontos vulneráveis do Reino Unido. Por esse motivo, Gardner se muda para o vilarejo de Highcliffe. Lá, ele descobre e começa a participar do *Rosicrucian Theatre*, um grupo de teatro que incorporava elementos esotéricos da Ordem da Rosacruz e da Maçonaria. Gardner começa então a participar das atividades de um subgrupo do teatro que era genuinamente interessado em ocultismo: era um *coven* de bruxas. O grupo ficou conhecido como *New Forest Coven*, tendo como nome a floresta perto do vilarejo, onde os rituais eram realizados. Poucos dias após a declaração da Segunda Guerra Mundial, em 3 de setembro de 1939, Gardner diz ter sido iniciado. Foi nesse grupo que ele aprendeu pela primeira vez o termo *wica* (termo do inglês antigo que significa bruxo ou feiticeiro).

Sobre esse *coven* temos as seguintes informações: A revista “The Wiccan” (atualmente “Pagan Dawn”) publicou de 1974 até 1977 artigos sobre cartas enviadas para eles de Bill Liddel, que dizia fazer parte da tradição de bruxaria originária de George Pickingill (1816-1909). Liddel afirma que o *coven* de New Forest tinha conexões com o antigo *coven* de Canewdon liderado por Pickingill. Sendo um mestre bruxo poderoso, Pickingill teria fundado cerca de nove *covens* no sul da Inglaterra durante sua vida, recrutando pessoas que ele considerava ter “sangue de bruxa”.

Segundo Liddel, foi ele que instaurou reformas importantes na bruxaria, como realizar rituais nus, maior foco na Deusa que no Deus e a possibilidade de haver altas sacerdotisas mulheres. Porém, manteve costumes antigos como o da iniciação por meio de relações sexuais com sacerdotes, de danças até a exaustão em rituais e da escolha de um nome de bruxo ao ser iniciado. Ele também afirma que Gardner havia sido iniciado em mais três *covens* da tradição de Pickingill, em Hertfordshire, Norfolk e Essex. As notas de Liddel sobre Pickingill foram posteriormente contestadas por Doreen Valiente, famosa seguidora de Gardner, Alex Sanders e Aidan Kelly. Liddel responde às críticas no seu livro “The Pickingill Papers” (1994), que é uma coletânea de seus artigos.

Liddel dizia estar escrevendo seus artigos como intermediário de *Elders* (sacerdotes supremos e mais velhos) de três tradições antigas, com o intuito de defender a imagem da bruxaria que estava sendo denegrida pelas discussões levantadas por Gardner e Alex Sanders, como veremos a seguir. Ele relatava que alguns deles defendiam Gardner como alguém destinado a restaurar o paganismo antigo em uma nova era, enquanto outros alegavam que a Wicca não teria qualquer conexão com a bruxaria tradicional, sendo uma espécie de heresia. Liddel também enviou artigos ao “The Cauldron” de 1977 a 1988. Essas cartas são claramente contestáveis, mas dão legitimidade para tradições de bruxaria britânicas que se consideram hereditárias.

Gardner também teve certo contato com o infame ocultista Aleister Crowley (1875-1947), podendo ser confirmado com precisão um encontro entre eles em maio de 1947. Crowley também participou de *covens* da tradição Pickingill, em grande parte por seu interesse nas habilidades de ocultismo de Bennet (seu iniciador e pupilo de Pickingill), mas não permaneceu por muito tempo. Isso porque não aceitava as posições importantes mantidas pelas mulheres e por suas “perversões sexuais”, repudiadas pelos integrantes. Gardner especulava que Crowley havia se apropriado de alguns dos rituais utilizados na tradição Pickingill em suas atividades, enquanto críticos dizem que foi Gardner que se apropriou de métodos de Crowley. Gardner também comprou material de Crowley da organização ocultista *Ordo Templi Orientis* (OTO), da qual ele fazia parte. Liddel confirma que Crowley tinha interesse em apoiar Gardner em seu objetivo de criar um movimento pagão mundial. Valiente posteriormente realizou edições no Livro das Sombras (manual de rituais wiccanos) Gardneriano por conter muitas influências da OTO.

No mesmo período em que encontrou Crowley, Gardner começa a se afastar do *New Forest Coven*. Isso por conta de sua vontade de trazer à tona a bruxaria, enquanto o *coven* preferia permanecer no anonimato. Gardner queria chamar a atenção da mídia para poder expandir a religião, que ele acreditava estar quase desaparecendo. Para não ser explícita a conexão com o culto, seus companheiros concordaram com a publicação de um romance de bruxaria com rituais vagos. Esse livro foi escrito em 1946 e foi publicado pela primeira vez em 1949, chamado “High Magic’s Aid”.

O segundo livro sobre bruxaria escrito por Gardner foi explicitamente sobre o culto, “Witchcraft Today”, de 1954. Gardner alegava que os bruxos de seu *coven* concordaram com a publicação de um livro factual para defender a verdadeira imagem da bruxaria e mostrar que eles não eram satanistas ou perversos. Nesse livro, Gardner expõe suas visões sobre bruxaria e suas versões da história de sua tradição, que ele afirmava ser uma continuação de cultos da Europa pré-cristã que podia ser remontada até a Pré-História (teorias encontradas nas obras de Murray), e não uma religião nova. Para ter validade acadêmica, Gardner convence a Dr.^a Murray a escrever a introdução do livro. Howard (2010, p.135) contesta isso dizendo que o culto do *New Forest Coven* poderia ser tradicional, enquanto que a bruxaria praticada por Gardner já era uma bruxaria moderna amplamente modificada.

É interessante comentar, em relação às religiões afro-brasileiras, uma teoria proposta por Gardner: com base em suas investigações sobre vodú no sul dos EUA de 1947 a 1948, e sobre religiões originárias da África Ocidental em suas viagens pela Costa do Ouro (atual Gana) de 1952 a 1954, Gardner promove em “Witchcraft Today” uma teoria de que há uma conexão entre as religiões originárias da África Ocidental e a bruxaria europeia. Ele defende no livro que ambas correntes teriam origem no Egito e no Magreb, tendo a mesma fundação em seus rituais.

Por fim, esse livro acarretou numa grande exposição para a bruxaria no Reino Unido durante os anos 50 e 60 e iniciou uma grande polêmica acerca dos cultos. Muitas bruxas passaram a se expressar publicamente para contrapor o que era divulgado por Gardner. Outras, como Patricia Crowther, se aproveitaram para ganhar publicidade. Jornalistas começam a perseguir *covens* para capturar furos polêmicos e muitas entrevistas foram realizadas, inclusive com Gardner. Parte dos seguidores de Gardner desaprovavam suas exposições públicas, promovendo dissidências e tentativas de aumentar o sigilo dos cultos. Doreen Valiente (1922-1999) foi uma dessas dissidentes, deixando o *coven* de Gardner em 1957 e se tornando uma grande liderança. Nessa mesma época, a Wicca começou a entrar nos EUA e Austrália por meio de sacerdotes iniciados no Reino Unido. Durante meados de 1970, Alex Sanders se tornou um bruxo tão polêmico quanto Gardner na Grã-Bretanha. Ele foi intitulado por seus seguidores de “Rei das Bruxas”, iniciando uma nova corrente wiccana, conhecida como a Tradição Alexandrina, divergindo, assim, da Tradição Gardneriana.

Na mesma época, Raymond Buckland migra para os EUA e populariza a religião por meio de seus livros. Lá, a Wicca passa por diversas modificações graças aos movimentos da contracultura ativista, feminista e ambientalista do final dos anos 60. Desses movimentos surge a corrente Diânica da Wicca, que aceita apenas mulheres, fazendo parte do feminismo radical. A religião se torna cada vez mais liberal e inclusiva em suas novas versões. Se adaptou, por exemplo, para praticantes homossexuais, já que seus conceitos iniciais de fertilidade excluía relacionamentos não heterossexuais. É nesse contexto que são criados também métodos de auto iniciação para bruxas solitárias. Em muitas vertentes o foco passa a ser a relação com a natureza ao invés da capacidade de realizar magias, uma tendência já prevista por Valiente. Começam a ser fundadas diversas organizações no Reino Unido, nos EUA e em termos internacionais, com a *Pagan Federation International*, para a defesa legal das expressões religiosas de bruxas e de pagãos no geral. Com o advento da internet, a religião se espalhou e começou a crescer rapidamente nas cidades, criando uma tendência de “bruxas urbanas”.

Afinal, os rituais utilizados na Wicca Gardneriana original podem ser descritos como uma mistura eclética de materiais retirados das pesquisas da Dr.^a Murray, da OTO, da Maçonaria, da Ordem Hermética da Aurora Dourada, de reconstruções de rituais druídicos, do livro de *Stregheria* (bruxaria italiana), “Aradia: O Evangelho das Bruxas” e do grimório de magia cabalista, “A Chave de Salomão”.

No Brasil, de acordo com Duarte (2013, p.115), a Wicca chegou em meados dos anos 80, já muito alterada e eclética em comparação à tradição iniciada por Gardner (as obras originais de Gardner só viriam a ser traduzidas nos anos 2000). Isso se deu pelo meio que foi introduzida, por livros americanos traduzidos e majoritárias auto iniciações. Somente no início dos anos 90 a Wicca ganhou um número considerável de adeptos, inicialmente em São Paulo. Em 1992 é publicado o primeiro livro brasileiro sobre Wicca, “Revelações de uma Bruxa”, da carioca Márcia Frazão. Duarte comenta em sua tese de doutorado o seguinte:

Vale dizer, no entanto, que foi justamente essa “Wicca eclética” que ganhou notoriedade, granjeou um número expressivo de praticantes e, efetivamente, implantou-se no Brasil, ao passo que os grupos “tradicionais” de Gardnerianos e Alexandrinos mantêm-se uma minoria (virtualmente inexistente em nosso país, como veremos) cujas práticas são protegidas por segredos iniciáticos e, portanto, praticamente inacessíveis. (DUARTE, p. 45, 2013)

Pode-se concluir que a Wicca praticada por Gardner e a praticada pela grande maioria de wiccanos no Brasil diverge consideravelmente, somando ainda a tendência brasileira do sincretismo. Pode-se perceber pelos relatos da entrevista de Terzetti Filho (p. 289, 2014) com a atual presidenta da ABRAWICCA, associação de defesa aos direitos das bruxas do Brasil, Mavesper Cy Ceridwen, uma tendência das comunidades de bruxas no Brasil de não admitir qualquer espécie de centralização da religião, mesmo se direcionada para a proteção legal das expressões religiosas. Isso demonstra uma dificuldade de organização que culmina em uma maior liberdade de culto, mas também em um menor poder representativo.

Referências

CASTRO, D. de. Estudos Sobre o Neopaganismo no Brasil. **Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 27, n. 3, p.440-454, set. 2017. Disponível em: <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/issue/view/269/showToc>>. Acesso em: 27 set. 2019.

DUARTE, J. **Reinventando Tradições**: Representações e Identidades da Bruxaria Neopagã no Brasil. 2013. 231 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/17004?mode=full>>. Acesso em: 27 set. 2019.

GARDNER, G. **Witchcraft Today**. New York: Citadel Press, 1954. 197 p.

HOWARD, M. **Modern Wicca**: A History from Gerald Gardner to the Present. Woodbury: Llewellyn Publications, 2010. 338 p.

TERZETTI FILHO, C. L. A institucionalização da Wicca no Brasil: entrevista com a bruxa Wiccaniana Mavesper Cy Ceridwen. **Rever - Revista de Estudos da Religião**, São Paulo, v. 14, n. 2, p.279-290, dez. 2014. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/rever/article/view/21761>>. Acesso em: 27 set. 2019.

O império democrático estadunidense entre 1993 e 2009

Gabriela Oliveira Elesbão

Entre o final do século XX e início do século XXI percebe-se, no sistema internacional, o acirramento de discursos baseados na necessidade de conduzir populações de diferentes países ao caminho da democracia liberal - uma iniciativa largamente utilizada também durante a Guerra Fria¹. Dessa forma, intervenções extraterritoriais forçadas seriam justificadas por meio da Teoria da Paz Democrática e a suposta promessa de paz internacional entre os Estados, o que geralmente dissimulava interesses econômicos de Estados específicos.

A Teoria da Paz Democrática fundamenta-se no preceito de que democracias não entram em guerra com outras democracias, uma premissa que favoreceria a manutenção do equilíbrio e da segurança internacional. Essa teoria possui o que convencionalmente chamamos de duas causas lógicas, ou seja, duas possibilidades de funcionamento: as normativas e as institucionais.

A lógica normativa consiste no fato de que as elites políticas de um determinado Estado respeitarão as instituições e acordos democráticos de outros Estados, baseando-se em princípios como respeito, confiança e responsabilidade na condução de suas relações, partindo do pressuposto de que todos seguem as mesmas regras. (ROSATO, 2003)

A lógica institucional é identificada pela capacidade de diferentes grupos da sociedade evitarem a utilização de violência em larga escala, pois a postura anti guerra da sociedade implicaria na habilidade de um líder político em convencer a opinião pública da necessária mobilização para tal fim, uma vez que esses setores sociais serão os responsáveis por mantê-lo, ou não, no poder. Mais duas variáveis podem caracterizar a lógica institucional: primeiramente o pressuposto de que as democracias mobilizam-se lentamente para usar a força, logo, demoram mais para atacar outro país de surpresa e também, para convencer seus grupos anti guerra a apoiarem as ações militares extraterritoriais de seu estado. Isso na prática, significaria que todo o tempo perdido na preparação de poderio militar, seria usado em negociações entre os países envolvidos no conflito. Assim como a hipótese de que as informações fornecidas por outras democracias, são capazes de evitar guerras, baseando-se no equilíbrio de forças entre elites políticas democráticas e seus grupos de oposição, cujos interesses só levariam à guerra com a certeza da vitória. Dessa maneira, os estados usariam as informações a seu favor, priorizando, novamente, a negociação e resolução do conflito sem maiores danos às nações.

Essa mesma lógica sugere que por não estarem condicionados a um aparato institucional democrático, além de conservarem um regime doméstico onde as liberdades individuais de seus cidadãos não são integralmente respeitadas, Estados não-democráticos devem ser considerados menos previsíveis e estáveis em seu comportamento político e assim considerados como possíveis ameaças ao equilíbrio do sistema internacional. Portanto, inspiram desconfiança nos Estados democráticos, colocando-os em uma situação de alerta, onde a força seria utilizada somente nos casos em que as democracias precisam se defender de ações não democráticas prevenir que as não-democracias se tornem agressivas, ou ainda quando as democracias decidem lutar contra não-democracias pela garantia das liberdades individuais no sistema doméstico, na crença de que paz internacional não deve ser uma razão para barganhar. (ROSATO, 2003).

1 Durante a Guerra Fria (1948-1992), os Estados Unidos utilizaram uma ampla retórica anticomunista e de defesa das liberdades individuais, a fim de associar comunismo e autoritarismo como regimes similares e aumentar suas zonas de influência, na competição pela hegemonia no sistema internacional contra a União Soviética (ROSATO, 2003).

No entanto, a hipótese dessa pesquisa é que a utilização da Teoria da Paz Democrática por países do centro do sistema internacional, especificamente os Estados Unidos, ocorre não por preocupações de ordem securitária, mas sim, pela defesa de seus interesses econômicos. Essa hipótese também nos permite analisar as decisões tomadas por diferentes administrações do governo estadunidense, a fim de investigar o possível caráter imperialista subentendido através dos discursos de defesa dos direitos humanos ou, da necessidade de impulsionar democracias em diferentes regiões do mundo.

A prática imperialista caracteriza-se pela intervenção extraterritorial política, militar ou econômica de um Estado sobre outro. O imperialismo, largamente utilizado ao longo da história, é uma forma de manutenção do capitalismo. No século XIX, por meio da expansão geográfica evidenciada pela exploração de territórios africanos e asiáticos por potências europeias, e da utilização de um discurso civilizatório, em nome da boa convivência entre os povos. Mais tarde, já no século XX, há um deslocamento nesse *modus operandi*, que passa a empregar motivações relacionadas à liberdade das nações para justificar a interferência externa.

Uma das facetas da prática imperialista é o imperialismo democrático, cujo protocolo consiste em intervir extraterritorialmente com o pressuposto de garantir a defesa dos direitos humanos e democracia, em geral, nos países considerados em desenvolvimento. De maneira paradoxal, essas interferências são passíveis de ocorrência forçada, através da manutenção de contingentes políticos e militares. Nesse aspecto, há indícios de que essas medidas, na verdade, sirvam como pretexto para mascarar a defesa de interesses econômicos de países centrais do sistema internacional, principalmente os Estados Unidos.

Assim, uma perspectiva crítica acerca dos usos e abusos políticos da Teoria da Paz Democrática parte da análise situada de tais práticas. Por entendermos capitalismo e imperialismo como realidades inseparáveis, consideramos as crises de sobreacumulação produzidas pelo sistema capitalista como os principais motivadores dessas intervenções, uma vez que os excedentes de mão-de-obra e mercadorias disponíveis no mercado necessitam obter um rápida e lucrativa absorção (HARVEY, 2004). Desse modo, a necessidade de produção de espaço por meio da exploração de novas regiões, ou seja, a necessidade de escoar os produtos da acumulação capitalista, sem a perda de lucros, seria a real causa das interferências externas, por meio da instrumentalização das lógicas institucionais da Teoria da Paz Democrática.

A partir de uma retórica fundamentada na necessidade de levar democracias às diferentes localidades mundiais então, estuda-se a possibilidade de que as práticas intervencionistas estadunidenses - um estado domesticamente democrático, porém externamente imperial - sirvam como uma forma de responder às demandas internas advindas do sistema capitalista, através da manutenção de regimes políticos fora de suas delimitações territoriais, que possam garantir vantagens de ordem econômica para os Estados Unidos. Essa retórica evitaria represálias dos cidadãos norte-americanos, assim como, dos demais Estados democráticos do sistema internacional, assegurando que as medidas expansionistas estadunidenses ocorressem de maneira bem sucedida.

Posto isso, para o desenvolvimento da hipótese desta pesquisa, analisaremos documentos oficiais da política externa dos EUA entre os anos de 1993 e 2009, os discursos dos presidentes e secretários de Defesa dos Estados Unidos desse período, e matérias de jornais e revistas que analisaram essas políticas externas, buscando esclarecer as intenções e motivações da política externa estadunidense dos presidentes Clinton e W. Bush, bem como a utilização da Teoria da Paz Democrática para tais fins.

Referências

HARVEY, David. O “Novo” Imperialismo Acumulação por Espoliação. **Socialist Register**, Londres, v. 45, n. 1, p.95-125, set. 2006.

LÊNIN, Vladimir Ilyich. **Imperialismo Fase Superior do Capitalismo**. Campinas: Ed. Navegando, 2011.

ROSATO, Sebastian. The Flawed Logic of Democratic Peace Theory. **The American Political Science Review**: Cambridge University Press, Cambridge, v. 97, n. 4, p.585-602, nov. 2003.

O prover na instrução: a escola da casa da roda na santa casa de Porto Alegre

Gabriela Portela Moreira¹

Cleusa Maria Gomes Graebin²

A Santa Casa de Misericórdia e a criação de expostos

Fundada em 1803, a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre faz parte de uma série de instituições criadas para promover assistência e caridade à população carente. Instituições semelhantes a essa foram fundadas em todo o território português e suas colônias, seguindo o modelo da primeira misericórdia criada em Lisboa (1498), (FRANCO, 2003 p.10). Um empreendimento mantido pela caridade, cujas áreas de atuação no Brasil estruturaram-se a partir da saúde e possuem diversas frentes de atuação, uma delas é o cuidado com a infância desvalida, promovida pela Repartição dos Expostos.

Criou-se em 1814 a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, com a finalidade de administrar e manter a instituição³. A administração se dava através de uma “Mesa Administrativa” eleita, tendo na figura do Provedor o cargo máximo. As demais repartições ficavam a cargo dos “Mordomos”, como a dos Expostos. O cuidado com as órfãs é assegurado no primeiro compromisso da Irmandade de 1827, no capítulo 8 determina que a mesa deveria reunir-se para tomar as decisões concernentes as órfãs e petições de dotes para seus casamentos.

Em 1837, de acordo com determinação da Assembleia Provincial a instituição passa a ser responsável pela criação dos órfãos, a partir da instalação da Roda em sua fachada (MARCILIO, 2016 p.82). A roda⁴ constituída em madeira no formato de tambor possuía uma abertura para depositar a criança, ao ser girada voltava-se para o interior do prédio. Ao entrar na instituição as crianças eram cuidadas por amas de leite e posteriormente entregues às “criadeiras”, estas recebiam um ordenado do governo, como subsídio para o sustento do exposto.

A administração da Santa Casa deu à Casa dos Expostos estrutura para cuidar dessas crianças, desde o pessoal encarregado, que incluía a Regente, terceira autoridade administrativa da Santa Casa; passando pela porteira, mulher idosa e de sono leve; pelos padrinhos; pelas amas de leite; pelos criadores e criadoras. (FLORES, 2015 p.94)

Após completar 7 anos (meninos) e 8 anos (meninas), as crianças eram devolvidas para a Santa Casa. Ao retornarem à instituição as mantinha com recursos provenientes de doações de particulares, subsídios do governo, rendimentos de bens dos expostos – também oriundos de doações. Os meninos que não fossem adotados eram encaminhados ao Arsenal de Guerra, onde aprendiam algum ofício, as meninas permaneciam na instituição, até casarem-se – para tal a instituição oferecia dotes e enxovais aos noivos que atendessem os pré-requisitos, em especial de boa conduta e moralidade.

A Santa Casa de Porto Alegre manteve suas funções assistenciais para com as crianças da roda por toda sua existência:

1 Centro Histórico Cultural Santa Casa. E-mail: gabriela.portela@santacasa.org.br

2 Universidade La Salle. Email: cleusa.graebin@unilasalle.edu.br

3 Semelhante a outras confrarias, esta previa a entrada de irmão que atendessem os pré-requisitos estabelecidos (homens, letrados, católicos) o ingresso na irmandade acontecia mediante o pagamento de um “joia” (contribuição financeira).

4 As rodas de expostos instaladas em Portugal, e posteriormente no Brasil, seguiam os modelos criados na Itália (MARCILIO, 2016 p. 70).

[...] a exemplo do papel sanitário-assistencialista que as Santas Casas de Misericórdia asseguravam à população, também as Casas da Roda eram uma forma de sociabilidade cristã que acudia e amparava a infância desvalida, levando-a a integrar a dinâmica e os valores da sociedade estabelecida. Foi uma forma assistencialista procedente dos tempos coloniais, que precedeu as medidas previdenciárias que se desenvolveriam com mais rigor científico, a partir da segunda década do século XIX.

A dinâmica da Casa dos Expostos, movida à base da caridade cristã, permitiu acudir milhares de crianças abandonadas, resgatando-as para uma vida útil, inserida à sociedade da época, quer como profissionais (os meninos) ou preparando as meninas para a função de esposas e mães que delas se esperava. (FLORES, 2009, p.164)

Muitas meninas permaneciam na instituição sem casar, tornando-se um peso oneroso para o orçamento da instituição. Torna-se necessário instruí-las e educá-las. Para tal estrutura-se uma aula de primeiras letras, com recursos provenientes do Estado, em 1851, funcionando até 1857, quando da criação do Asilo Santa Leopoldina, que passou a abrigar as expostas da roda.

A Instrução de Meninas

O sistema de instrução pública estruturado no Brasil, a partir da constituição de 1824 previa o ensino primário gratuito e acessível à população livre⁵, regulamentada em 1827, estas escolas deveriam ser estabelecidas em vilas e locais populosos, bem como seriam instituídas aulas para meninas. O currículo feminino difere do masculino na medida em que substitui o ensino de aritmética por educação doméstica.

Após 1834 com o decreto que estabelece a descentralização do ensino, coube às províncias a promoção e regulamentação do ensino primário, e ao governo federal legislar e prover o ensino superior. Atendo a esta prerrogativa, no Rio Grande do Sul, em 1837 é promulgada a Lei de Instrução Primária, que dedica um capítulo inteiro sobre a configuração de escolas de meninas, e no artigo 17º estabelece o conteúdo a ser ensinado: “Nas Escolas Públicas de Instrução Primária das Meninas serão ensinadas as matérias compreendidas nos números 1º e 3º, do Artigo 1º. Menos decimaes, e proporções, e a coser, bordar, e os mais misteres próprios da educação doméstica” (ARRIADA, TAMBARA, 2004, p.18).

As disposições legais sobre o provimento das cadeiras pelas professoras e alunas, abordavam suas condutas, moralidade e conhecimentos específicos de “prendas do lar”. Em 1842 o regulamento foi modificado e expõe questões peculiares sobre as escolas de meninas, o capítulo XII art. 92 dispõe sobre o cotidiano:

§2 – As alunas de manhã serão applicadas unicamente ao ensino da Leitura e Escripta, das quatro operações de arithmética sobre números inteiros e frações ordinárias; princípios de Moral Christã e da Religião do Estado; Grammatica Nacional, e de tarde a coser, bordar, marcar e mais misteres da educação doméstica.

As costuras que tiverem de ser applicadas serão fornecidas pelos Pais, ou pessoas à cujo o cargo estiverem as alumnas, e só por consentimento d’aquelles poderão estas coser para as Professoras.

§3 – Aquellas alumnas cujos Pais, ou Encarregados não quizerem que se applicuem á costura, serão também applicadas de tarde à Leitura, Escripta, Arithmetica, e então as que já escreveram até bastardo o farão de manhã em papel e de tarde em lousa. (ARRIADA, TAMBARA, 2004, p. 34)

O art. 93 prevê a vigilância constante sobre as alunas para que não saiam das vistas da professora. Quanto às professoras, deveriam apresentar-se na escola vestidas com decência e limpeza, a fim de dar exemplo às alunas, bem como zelar para que as mesmas mantenham-se limpas e não estraguem as roupas. Na saída da escola, as professoras deveriam recomendar uma conduta de seriedade e gravidade, e castigar as que não atendessem tais disposições. “Até

5 artigo 179 nos incisos XXXII e XXXIII.

mesmo era proibido que as alunas aparecessem com objetos de diversão ou entretenha-se com coisa alguma que não sejam suas obrigações”. (ARRIADA, TAMBARA, 2004, p.35).

Em novo Regulamento para as Escolas de Instrução Primária de 1857⁶, prevê o ensino de bordados e trabalhos de agulhas nas escolas de sexo feminino. Neste mesmo documento, as professoras, que fossem solteiras, poderiam exercer o magistério a partir dos 25 anos de idade, ou caso fossem casadas ou viúvas, deveriam apresentar a certidão de casamento ou certidão de óbito do marido, respectivamente. Os exames de teste de capacidade profissional, para mulheres versavam sobre seus conhecimentos em trabalhos com agulhas, exames estes aplicados por homens.

A partir da legislação vigente pode-se perceber que a preocupação com a formação feminina era educar para o lar. Transformá-las em mães e esposas que pudessem transmitir os primeiros ensinamentos aos filhos. Nesse contexto a instrução das órfãs era uma forma de prepará-las para a vida doméstica e mantê-las sob vigilância constante, para que mantivessem uma boa conduta e moral, a fim de assegurar o matrimônio.

A Escola da Roda

Preocupados com a instrução das meninas que permaneciam na Casa na Roda, a administração da Santa Casa, a mesa administrativa, em 27 de abril de 1851, decide que o Mordomo e Escrivão dos expostos darão o andamento necessário e solicitação ao Presidente da Província concessão de verba para pagamento da professora que for nomeada⁷. O assunto foi novamente mencionado em sessão de 06 de Julho de 1851, já com a resposta positiva do Secretário do Governo da Província, e nomeia-se uma comissão para elaborar um regulamento para a escola e orçamento dos materiais necessário para seu funcionamento⁸. Ao longo do mês de julho discute-se o conteúdo do Regulamento da escola e em agosto realiza-se o exame para a escolha da professora para a aula de Primeiras Letras para a Casa da roda, concorriam às professoras D. Anna Guterres da Silva e S. Úrsula Arouche de Moraes. Em 20 de agosto de 1851 toma posse do cargo D. Anna, lecionando para vinte e duas meninas⁹.

A aula seguiu, mas enfrentando dificuldades, como as frequentes faltas da professora, assunto discutido em sessão da Mesa administrativa de 4 de setembro de 1853, onde o Mordomo dos expostos solicita providências para que tal comportamento não ocorra novamente¹⁰. O problema persiste e em nova deliberação da Mesa administrativa em 1855, solicita-se maior assiduidade dos professores, sob penalidade de demissão para o quem tivesse mais de quatro faltas não justificadas¹¹. Em 1856, um novo desafio se interpõe a escola – a falta de espaço adequado para as aulas, a solução proposta pelo Mordomo dos Expostos é remover a classe de dentro da Casa da Roda, e a mesa opta por ajustar os espaços existentes nos corredores, para que a ali sejam ministradas as aulas¹².

Neste período, encontravam-se recolhidas na Santa Casa as Irmãs do S.S. Coração de Maria, as mesmas apresentaram-se a provedoria para informar das ações que realizavam na instituição e propõe encarregarem-se da instrução das meninas (econômica e doméstica), porém precisariam de mais salas e acomodações, bem como a Roda deveria ser uma instituição independente. Proposta que não foi aceita, por não atender ao compromisso da

6 Divisão da instrução primária em duas classes: 1º grau (instrução elementar) e 2º grau (instrução primária superior). (TAMBARA, ARRIADA, p.50)

7 Livro de Atas da Mesa Administrativa nº 6, fl. 65v.

8 Nesta mesma sessão discutia-se a aumento do número de expostas que permanecem da Casa da Rosa, e forma-se uma comissão para apresentar a Assembléia Provincial um pedido de valores para a criação de um estabelecimento de recolhimento e sustento de órfãs (p.80)

9 Livro de Atas da Mesa Administrativa nº 6, fl 95v.

10 Livro de Atas da Mesa Administrativa nº 7, fl 43.

11 Livro de Atas da Mesa Administrativa nº 8, fl 118.

12 Livro de Atas da Mesa Administrativa nº 8, fl 49v.

instituição, que previa o investimento de suas rendas no tratamento de enfermos pobres¹³.

A preocupação com os gastos despendidos pela Instituição para a criação das órfãs persistia, de forma que o Provedor solicita a Assembleia Provincial a criação de um edifício para as expostas maiores de quatro anos. Finalmente em 1857 vinte e seis expostas da Santa Casa são entregues ao Asilo das Expostas e Órfãs Desvalidas, sob a direção das Irmãs do Sagrado Coração de Maria.

A Santa Casa manteve a Roda dos Expostos e proveu o cuidado dos órfãos até 1940, quando a mesma é extinta. Ao longo da segunda metade do século XIX, novamente foi instalada uma aula de primeiras letras para as meninas da roda, e novas medidas foram tomadas para minimizar os custos da instituição com o sustento das expostas, motivo pelo qual a pesquisa prossegue.

Referências

BRASIL, Constituição (1824). Constituição Política do Império do Brasil. Rio de Janeiro, RJ.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 29 de novembro de 2017.

_____. Lei de 15 de outubro de 1827. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1827 – primeira parte. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional 1878, p. 71-73.

_____. Lei de 16 de agosto de 1834. Manda inspecionar os estabelecimentos de ensino. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1834. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional 1878.

CPDOC, **Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Casa da Roda: Guia de fontes**. Porto Alegre: Ed. da ISCMPA, 1997.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Santa Casa 200 anos: Caridade e Ciência**. Porto Alegre: Ed. da ISCMPA, 2003.

FLORES, Hilda Agnes Hübner. **A sociabilidade da Roda dos Expostos**. In: **Centro Histórico Cultural Santa Casa. Histórias Reveladas**. Porto Alegre: Ed. da ISCMPA, 2009 p.164.

FLORES, Hilda Agnes Hübner. **Dotes de casamento para expostas na Santa Casa de Porto Alegre**. In: **Centro Histórico Cultural Santa Casa. Histórias Reveladas**. Vol. 4. Porto Alegre: Ed. da ISCMPA, 2015 p.94.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil: 1726-1950**. In: FREITAS, Marcos Cesar de (org). **História Social da Infância na Brasil**. São Paulo: Cortez, 2016 9ªed.

TAMBARA, Elomar; ARRIADA, Eduardo (orgs.). **Coletânea de Leis sobre o ensino primário e secundário no Período Imperial Brasileiro**. Pelotas: Seiva, 2005.

13 Livro de Atas da Mesa Administrativa nº 8, fl 61v - fl 63.

Educação criativa: representatividade de conceitos através de HQs

Isabela Kaiber Diel

Introdução

O presente artigo aborda um recorte da análise representativa do totalitarismo nas narrativas gráficas, baseada no uso de História em Quadrinhos/HQs¹. Para isso, serão considerados os hqs norte-americanos do Capitão América e a do Caveira vermelha. Acredita-se que o uso de HQs possibilita um aprendizado diferenciado, promovendo o diálogo entre sala de aula e o dia a dia dos alunos, o que poderá proporcionar melhorias na assimilação de conteúdos na aprendizagem e, conseqüentemente, para a sociedade como um todo.

A representatividade de conceitos através do uso de HQs

A representatividade dos HQs entra em ação em conformidade com a história do século XVIII, através do surgimento do livro, almanack, fanzine. Onde, proporcionou o elemento de expressão e representatividade da cultura popular. Uma vez que, surgiu em virtude da revolução cultural, em conjunto com a disseminação da leitura através da Reforma Protestante. O livro como uma nova possibilidade de transmitir conhecimento de acordo com a obra *Cultura Popular na Idade Moderna* na Europa (1500-1800), o hábito de ler e escrever fanzines estava presente, dentre “vários volumes de contos populares publicados, por exemplo, na Alemanha, antes do aparecimento, em 1812, da famosa coletânea dos irmãos Grimm” (BURKE, 2010, p.29). De acordo com Gaudêncio Frigotto e Maria Ciavatta, vivemos sob uma realidade fragmentada onde a imagem, das histórias em quadrinhos, enquanto ferramenta didática, parte da formulação de conceitos intrínsecos no aluno sob os personagens e as suas ressignificações, vistas separadamente, abstraídas do contexto que lhe dá o significado, que explica sua gênese e sua particularidade histórica (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003).

Porém, “cultura” é uma palavra imprecisa, com muitas definições segundo Burke, é “um sistema de significados, atitudes e valores partilhados e as formas simbólicas (apresentações, objetos artesanais) em que eles são expressos ou encarnados” (Burke, 2010, p.11). Este conceito está diretamente ligado a discussão entre os personagens de história de quadrinhos Capitão América e seu arqui-inimigo Caveira Vermelha.

Capitão América e Caveira Vermelha: totalitarismo

Ao longo das análises dos periódicos da Marvel Deluxe do Capitão América publicadas entre 2011 a 2017² surgiu a necessidade de pensar no vilão como ícone do totalitarismo. Somado aos demais elementos que compõem a saga dos filmes da Marvel Comics, unidos ao exemplar na edição *Avante vingadores! Capitão América: Teatro de Guerra nº 50* publicada em novembro de 2011. Buscou se reconhecer a inter-relação entre o vilão e o herói onde a

1 Hqs são histórias sequenciais narradas em quadros, uma junção perfeita entre texto e desenho. Existem diversas concepções sobre o surgimento da primeira HQ, destaco a produção de Yellow Kid (O garoto amarelo) em 1895 por Richard Outcault em concordância com a obra de Goidanich e Kleinert, Enciclopédia dos quadrinhos.

2 A coleção é composta pelas seguintes exemplares: A Ameaça Vermelha, julho de 2011, A Morte do Sonho, maio de 2012, O homem que comprou a América, junho de 2014, A flecha do tempo, maio de 2015, Renascimento, março de 2016, O julgamento do Capitão América, julho de 2017. Editadas pela Panini Brasil, do roteirista Ed Brubaker e arte de Steven Epting Disponível em: <http://www.guiadosquadrinhos.com/gibis-com-arco/capitao-america-renascimento/1600> Acesso em: 19 de setembro de 2019.

perspectiva histórica analisa os medos que envolvem o cenário das narrativas gráficas como a falência do capitalismo em virtude da ascensão da Hydra³ ao assinalar a necessidade de discutir o surgimento do monstro, Johann Schmidt como Caveira Vermelha enquanto principal vilão nazista da Marvel e inimigo do Capitão América (Steve Rogers) ao longo das sagas.

Dessa forma, os personagens, descritos anteriormente, Capitão América assim como o Caveira Vermelha representam entre rupturas e continuidades, uma reflexão sobre seu tempo. Ambos têm sua jornada no contexto da segunda grande guerra, também renascem nos dias atuais (entre 1964 e 1965, segundo a linha do tempo em vigor), crescem em vivências de crise econômica, perdem os pais na pré-adolescência. Além de tudo, passam por ressignificações de suas simbologias.

Em suma, o discurso entra em confronto com o governo e o Estado, uma vez que, “a compreensão de que a tirania estatal está sempre à espreita é parte da tradição política americana”. (BARROS in PINTO, 2018, p.59) Ademais, a partir dos conteúdos trabalhados em sala, que perpassam a Segunda Guerra mundial ao pós guerra, é possível produzir reflexões sobre as perspectivas das guerras em virtude das discussões dispostas nas histórias em quadrinhos. No que remete representatividade de conceitos através do uso de histórias em quadrinhos surge na figura do *Senador Wright*, quando se refere ao pós guerra, a partir dos discursos políticos de cunho totalitário, os quais, corroboram com a desculpa de segurança, além, de manipulação das mídias, para regulamentar medidas extremistas e favorecer o discurso totalitário. A dialética vivida por Bucky, que na ocasião está no lugar de Steve Rogers que fora morto, discute o que é de fato estar vestindo as roupas do Capitão. Como o “homem que comprou a América” se portaria ao se deparar com uma população que apoia esses discursos. Dentro desta perspectiva pensando sob a análise do vilão⁴ consolidado como figura representativa do ideal de controle militar através da tecnologia e da violência uma vez que, este não possui superpoderes, sendo a manipulação sua fonte de conquistar o poder.

Na edição *Caveira Vermelha: encarnado*, a qual apresenta o surgimento de um monstro. A narrativa discute justamente com a história da Alemanha nos anos entre 1923 a 1933. A Revista apresenta crianças nascidas em 1914, em analogia à Primeira Guerra, em Munique no Lar para crianças rebeldes na introdução da trama, as crianças são tratadas pelo regente do Abrigo de modo totalitário e agressivo. A história trabalha a representatividade entre os personagens Dieter e Johann, uma vez que o primeiro representa “milhares de alemães comuns que se opunham ao genocídio e a ditadura de Hitler”, os quais “pagaram com suas vidas”, mas, no caso do segundo, surge o monstro, representado na figura do Caveira Vermelha em detrimento de uma força maligna, contra a democracia, na alusão aos “outros milhares que os seguiram até o fim” estes segundo o escritor da obra *Caveira Vermelha: encarnado*, “eles pagaram com suas Almas” (PARK, 2013). Johann (Caveira Vermelha) surge como uma figura representativa do monstro, o totalitarismo e a ganância pelo poder.

Considerações finais

O século XX, uma era entre avanços tecnológicos e o desastre da perda de consciência humana, uma situação

3 A Hydra é uma organização criminosa fundamenta em ideais de conquista mundial e ditadura totalitária como meio de dar continuidade aos planos da Alemanha Nazista. Sua primeira aparição em *Strange Tales* #135 (Agosto de 1965). Disponível em: <http://www.guiadosquadrinhos.com/personagem/hidra/1100>

4 O Caveira Vermelha (entre outros) representa o desejo de dominação total de todos os mundos e dimensões, tem como princípio abolir o livre-arbítrio e controlar a vida em todos os seus aspectos. É publicado pela primeira vez em *Captain America Comics* 7 (outubro de 1941) pela *Timely Comics*, antecessora da *Marvel*. O vilão foi adaptado em outras mídias, incluindo séries de desenho animado, videogames e nos filmes *Captain America* (1990), *Captain America: The First Avenger* (2011) e *Avengers: Infinity War* (2018). (BOLSHAW, Marcelo. *Arqueologia dos supervilões: como o 'mal' é representado nas histórias em quadrinhos*. IMAGINÁRIO! ISSN 2237-6933 Jun. 2019 N. 16 CAPA EXPEDIENTE SUMÁRIO, p. 28, 2019.P.47) (BOLSHAW, 2019.)

internacional em processo de deterioração progressiva. A trajetória de um dos personagens descreve uma luta e uma dialética de ser, onde o cotidiano torna-se diretriz de um acontecimento, outrora não ocorreria, o instante alcançou a supremacia (1914-1945). O sentimento nacional entra de acordo com um território de sensibilidade estatal. As narrativas totalitárias estão imersas no imaginário narrativo, percebe-se que esta representação está vinculada ao medo de crises econômicas. O maior monstro da democracia é o totalitarismo, este, representado por excelência na figura do Caveira Vermelha tão presente nas entrelinhas da história contemporânea.

Referências

BLOCH, M.. **Apologia da história:** ou o ofício de historiador. Zahar, 2002.p.128.

BURKE, P. **Cultura Popular na Idade Moderna:** Europa 1500-1800/ Peter Burke; tradução Denise Bottmann – São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DE CASTRO, R. D. **As reflexões de Sigmund Freud Sobre a guerra e a morte** (1914-1915). Mal-Estar e Sociedade, 2010.

DE MELLO, S. L. **República de Weimar:** Alemanha 1919-1933. História & Ensino, v. 2, p. 101-111, 2012.

GUERRA, F. V. **Guerra, Contestação e quadrinhos:** História em quadrinhos – Estados Unidos o conflito do Vietnã por meio das Warstories. Edição 17 UFF. Revista: Cantareira, 2012.

HOBBSAWM, E. J. Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e terra, v. 1990, 1990.

HOBBSAWM, E. **Era dos extremos:** o breve século XX. São Paulo, Editora Companhia das Letras, 1995.

JAPIASSU, 1976, apud IFF, Sebastião Reis Teixeira Zanon; PEDROSA, Andressa Teixeira. **Interdisciplinaridade e educação.** Cifefil, vol. XVIII, Nº 07. Rio de Janeiro, 2014. p. 82.

KAPPLER, Arno (Org). REICHART, Stefan (Coord). **Perfil da Alemanha.** Editora: Societs Verlag, 2000.

LUPOI, M. M. **Avante vingadores!** Capitão América: Teatro de Guerra. nº 50 publicada Editora: Panini Brasil Ltda. São Paulo, novembro de 2011,

O ensino da Lei 10.639/03: 15 anos depois, ainda há intolerância religiosa?

Jander Fernandes Martins¹

Vitória Duarte Wingert²

Introdução

O artigo aqui socializado é produto de paulatinas reflexões e diálogos a partir de extratos coletados de uma pesquisa realizada, a qual tomou como temática a Lei 10.639/2003 e sua aplicação na Rede Municipal de Ensino de Campo Bom-RS. Metodologicamente, realizou-se entrevistas “semiestruturadas reflexivas” (SZYMANSKI, 2002) com professores que ensinam o Componente Curricular de História entre 6º ano e 9º ano da Educação Básica, diálogos³ sobre os limites e as perspectivas pedagógicas da referida Lei.

O *locus* da pesquisa, localizada na região metropolitana do Rio Grande do Sul, é uma região de colonização germânica constituída por uma população autodeclarada branca e que tem como aspectos culturais, o predomínio das crenças de origem protestante e católico, fato esse que também nos motivou a perscrutar a questão de religiosidade afro-brasileira e africana.

Como sugere o título, trata-se de apresentar, a partir da fala dos professores, outro *tentáculo do racismo e do preconceito contra a cultura africana*. Utilizou-se este termo como uma analogia, uma forma alegórica para frisar o fato do racismo na escola não se restringir, exclusivamente, à questão da cor da pele, tipo de cabelo, lábios e nariz, mas também à uma esfera mais velada, pouco discutida, qual seja? a questão da receptividade escolar (professores, alunos e comunidade) para com o tema da religião de matriz africana.

Os estudos que tratam deste tema, em sua maioria pesquisam e buscam evidenciar estratégias de promoção de teor afirmativo, valorizando e tentando esclarecer sobre o que vem a ser uma religião africana, quais seus ritos, a natureza de suas crenças, etc., porém sobre a questão da intolerância religiosa ainda são escassos e recentes os estudos e pesquisas. Paradoxalmente, o volume de situações que podem ser lidas, ouvidas e vistas sobre preconceitos, discriminação e práticas de intolerância para com as religiões de matriz africana e seus adeptos, frequentadores e simpatizantes são recorrentes e preocupantes⁴.

Desenvolvimento

Assim, não bastassem os três séculos nos quais a única função e serventia dos homens negros e indígenas

1 Autor: Mestre em Processos e Manifestações Culturais (FEEVALE). Pedagogo (UFSM), Especialista em TIC (FURG). Doutorando no PPG Processos e Manifestações Culturais (FEEVALE). Bolsista PROSUC/CAPES. E-mail: martinsjander@yahoo.com.br.

2 Coautora: Especialista em Mídias na Educação (IFSUL/Pelotas); Ensino de Filosofia (UFSM). Historiadora (FEEVALE). Mestranda no PPG Processos e Manifestações Culturais (FEEVALE). Bolsista PROSUC/CAPES. E-mail: vitoriawingert@hotmail.com,

3 Assim, dialogando com esses docentes acerca da implementação da Lei 10.639/03, alguns percalços, resistências e desafios foram mencionados. Dentre esses, o que aqui é socializado tem por objetivo abrir discussões e reflexões e demonstrar a importância dessa discussão para a real efetivação dessa Legislação nos ambientes escolares.

4 Citamos os trabalhos dos quais nos valem para a realização da pesquisa e desse artigo: Bakke (2011), Silva (2015), Mariano (2015), Oliveira (2007), Oro (2015), Quintana (2012; 2013), Santos (2005), Santos & Filho (2009), Souza (2008).

era ter vigor físico e força braçal, do mesmo modo que as mulheres negras e indígenas tivessem aptas a cederem, sexualmente, aos caprichos e galanteios de seu senhor de engenho, da casa-grande em uma “relação harmoniosa”, se comparada à outras formas, ditas mais perversas de colonização e escravidão. Superou-se a escravidão, porém, permaneceu e perdurou o racismo, o preconceito e a discriminação racial e étnica. (BARROS, 2009; FREYRE, 2006)

Nos últimos anos se pode perceber, academicamente, uma ampliação de estudos e pesquisas em cima da questão da intolerância religiosa para com as religiões de matriz africana, afro-brasileira (e até indígenas) e contra seus adeptos, frequentadores e simpatizantes declarados (que na verdade se silenciam, se escondem, não se assumem publicamente). Jacques D’adesky (2009, p. 51 grifos nossos) subsidia o que foi exposto acima, nestes termos:

[...] A relação do negro com a sociedade colonial será marcada, no plano religioso, pela conversão obrigatória à religião do senhor e por um passado de perseguições àqueles que tentaram permanecer fiéis às práticas de seus ancestrais.

Desde sua chegada compulsória, no novo continente, a história dos negros, é marcada pela “ruptura total” com o contexto de onde eram provenientes. Chegado a esta nova realidade, não só sua mão-de-obra e força produtiva foi lhe expropriado. A exploração e opressão também se deram na religiosidade. Aqui, apresentou-se um novo quadro simbólico religioso, muito diferente daquele em que estavam inseridos e lhes constituíam no continente africano. (D’ADESKY, 2009, p.51)

A questão de religião africana, afro-brasileira, ainda é uma questão que merece mais foco e estudos, principalmente em contextos de origem germânica (majoritariamente, de ordem protestante e católica), pois, uma das justificativas, seria desmistificar e desconstruir o imaginário coletivo e religioso, teologicamente, instituído e cristalizado no qual estabelece as crenças e interpretações que associam candomblé, umbanda, espiritualismos à cultos demoníacos. Constatações estas que, transparecem e explicitam intolerância religiosa, mas que também conotam racismo e preconceito, não é por acaso que ainda se ouve, por vezes, frases de teor negativo como “preto batuqueiro”, “negro macumbeiro”. Fruto não apenas do racismo e preconceito racial como também de uma intolerância religiosa. (ANSELMO, 2015; D’ADESKY, 2009)

Porém, quando se ouve o relato de professores de História, que ao buscarem tratar essa temática em sala de aula, relatam vivências de natureza complexa e intolerante, como no seguinte relato ao ser indagado sobre os desafios e resistências de aplicar a Lei 10.639/2003:

[...] do africano tem essa coisa de quando fala em África, é a África demonizada né...os exus, os mitos africanos. -ah professora, isso é coisa do demônio! [...] Então, tem aluno que não aceita ler um mito de Exú, porque ele vem lá de casa que Exú é coisa de demônio Então, é muito forte [...] eles dançam funk, escutam funk que é uma raiz de música africana, mas eles, por exemplo, acham horrível a batida de um batuque e dizem que é coisa do demônio [...] (PROFESSOR 1, grifos do autor)

Ao transcrever as situações vividas em sala de aula por esse professor que tenta abordar a temática étnico-racial (ou a Lei 10.639/03 ou 11.645/08), percebe-se o quanto ela está carregada de sentimento de perplexidade, diante da intolerância religiosa por parte dos alunos. Intolerância essa, arraigada de desconhecimentos, imaginários, preconceitos e estereótipos sobre a cultura e religião africana. (SILVA, 2015; MARIANO, 2015; ORO, 2015)

A Tese de Doutorado de Eliane Anselmo (2015, pp. 85-86), em um de seus capítulos trata desta questão, com dados estatísticos (São Leopoldo e de Novo Hamburgo) de frequentadores e adeptos de religiões africanas e afro-brasileiras, os quais são, majoritariamente, autodeclaradas brancas. Comprovando ser um equívoco a noção de que “todo preto é macumbeiro e batuqueiro”, imaginário que ainda permeia o senso comum. Ao que parece, uma das respostas alternativas a estas indagações estejam no que, já citado acima, D’adesky (2009) aponta, como sendo “raça simbólica”.

Ao analisar estes quadros, indagamo-nos de o porquê dados como os apresentados acima, não chegam ao

conhecimento dos docentes na escola? Porque não fazem parte das discussões escolares na sala de aula? Pois as estratégias que os docentes tentam lançar à mão acabam por ser contextualizados da seguinte forma:

[...] isso eu trabalhei com eles muito na disciplina de ética e cidadania e de História também [...] como a gente acaba, tornando normal uma coisa que na verdade é puro preconceito! E essa coisa do racismo [...] é muito forte porque são muito racistas, muito preconceituosos, muito homofóbicos [...] (PROFESSOR 1, grifos nossos)

Um relato surpreendente e revelador de um dos contextos escolares campo-bonenses, no qual é tratada a Lei 10.639/03 é tratada com muita resistência quando se tenta trabalhar o aspecto religioso africano e afro-brasileiro. Outra constatação reveladora, é o fato de ser também neste ambiente escolar com esta profissional docente de História, tratado temas referentes às Leis citadas acima, em “*outra disciplina*”, a de “*Ética e Cidadania*” e não na Disciplina de História. Não muito distante desta fala, também se tem a do professor 2, o qual também constata resistência por parte dos alunos no seu ambiente de trabalho. Além disso, para este profissional da educação a gênese sociocultural em que germinam e gestam tais mentalidades é a família:

a gente tenta quebrar[preconceito] mas é só a escola, porque daí na rua, os pais falam bobagem a maioria das vezes preconceituosas e isso é difícil [desconstruir]. Porque eles passam mais tempo na casa deles e isso a escola querendo quebrar é muito complicado. (PROFESSOR 2, grifos nossos)

Retomando a interlocução com o professor 1, ele ainda relata estratégias didáticas, a qual buscou utilizar em sala de aula com o objetivo de superar estas dificuldades e resistências dos alunos, para com a questão de religião:

[...] veio essa semana um pastor luterano, que a gente foi na igreja, e como algumas turmas não conseguiram ir [...] daí ele veio aqui. Daí uma das perguntas que eu fiz pra ele foi referente a cultura africana, as questões das religiões africanas, porque aqui na escola eu sei que tem alunos que são de matrizes africanas. Só que esses alunos quase nunca falam que são, porque os outros hostilizam eles. [...] eu aproveitei e fiz a pergunta...incrível, foi a resposta do padre, ele falou assim: - “ahh! tem algumas manifestações que são culturais, mas o resto mesmo são do diabo! (PROFESSOR1, grifos nossos)

Com este relato, fica evidente que, embora possa ser exceção à regra, neste contexto específico, a intolerância religiosa e o desconhecimento sobre o legado africano e afro-brasileiro (já que, religião africana não seria cultura!). Além do racismo e preconceito racial, descortina-se um terceiro elemento discriminador, assentado na intolerância religiosa contra as de matrizes africanas em suas mais amplas relações. (QUINTANA, 2012; 2013b)

Algumas considerações

O relato dos professores participantes desta pesquisa, em nível de Mestrado, é revelador, pois passados 14 anos desde a implantação da Lei 10.639/03 e suas correlatas (BRASIL, 2003), percebe-se haver ainda resistências, preconceitos, discriminação caracterizando um comportamento intolerante. Assim, os desafios para sua efetivação real em sala de aula são extremos. Para isso, sistematizar pesquisas, momentos de partilhas, diálogos e, acima de tudo, elaborar estratégias que combatam preconceito e intolerância para com a religião de matriz africana. Só assim, conseguir-se-á, didática e pedagogicamente, erradicar afetiva e psicologicamente, de cada indivíduo, esta postura de subjugação, inferiorização, desrespeito, segregação, e “demonização” para com as manifestações culturais e religiosas africanas e afro-brasileiras que encontram-se enraizados psicológica e afetivamente.

Referências

- ANSELMO, E. R. M. **Das Práticas Políticas e Jurídicas na Formação de Professores para a Educação Étnico-Racial**. Tese de Doutorado em Educação. FAGED - Porto Alegre: UFRGS, 2015.
- BAKKE, R. R. B. **Na escola com os orixás: o ensino das religiões afro-brasileiras na aplicação da Lei 10.639**. Universidade de São Paulo-Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2011. (Tese de Doutorado)
- BARROS, J. D. **A construção social da cor: diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 9 jan. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>.
- D'ADESKY, J. **Pluralismo Étnico e Multiculturalismo: racismos e anti-racismos no Brasil**. 1ª Ed. 2ª reimp. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.
- FREYRE, G. **Casa-Grande & Senzala: a formação da família brasileira sob o regime patriarcal**. Apresentação de Fernando Henrique Cardoso. 51ª Ed. rev. São Paulo: Global, 2006.
- MARIANO, R. **Pentecostais em ação: a demonização dos cultos afro-brasileiros**. IN: SILVA, V. G. da. (org.) **Intolerância Religiosa: impactos do Neopentecostalismo no Campo Religioso Afro-brasileiro**. 1ª ed. 1ª reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.
- QUINTANA, E. **No terreiro também se educa: relação candomblé-escola na perspectiva de candomblecistas**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.
- QUINTANA, E. **Intolerância religiosa na escola: O que professoras filhas de santo tem a dizer sobre esta forma de violência**. ITABAIANA: GEPIADDE, Ano 07, Volume 14 | jul./dez. de 2013.
- SANTOS, I. dos; FILHO, A. E. (Org.) **Intolerância Religiosa X Democracia**. Rio de Janeiro: CEAP, 2009.
- SANTOS, E. P. do. **A educação e as religiões de matriz africana: motivos da intolerância**. Caxambu: ANPED, 2005.
- SILVA, V. G. da. **Prefácio ou Notícias de uma Guerra Nada Particular: os ataques Neopentecostais às religiões Afro-brasileiras e aos Símbolos da Herança Africana no Brasil**. IN: SILVA, V. G. da. (org.) **Intolerância Religiosa: impactos do Neopentecostalismo no Campo Religioso Afro-brasileiro**. 1ª ed. 1ª reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.
- SZYMANSKI, H. **Entrevista reflexiva: um olhar psicológico sobre a entrevista em pesquisa**. In: SZYMANSKI, Heloisa (org.). **A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva**. Brasília: Plano Editora, 2002.
- OLIVEIRA, A. M. de. **Preconceito, Estigma e Intolerância Religiosa: a prática da tolerância em sociedades plurais e em Estados multiculturais**. **Estudos de Sociologia**. Rev. do Prog. de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, v. 13, n. I, p. 239-264 (2007).
- ORO, A. P. **Intolerância Religiosa Iurdiana e reações Afro no Rio Grande do Sul**. IN: SILVA, V. G. da. (org.) **Intolerância Religiosa: impactos do Neopentecostalismo no Campo Religioso Afro-brasileiro**. 1ª ed. 1ª reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

O arquiteto José Lutzenberger e o populismo do Estado Novo

João Hecker Luz¹

Introdução

Mesmo tomando para si tamanha tarefa, definir o populismo não é algo fácil ou aceito por grande parte dos pesquisadores, vamos assim mesmo enfrentar tais dificuldades. Quando se trata de política há sempre um forte aspecto de paixão ou no mínimo opinião, a incluir nessa seara os *isentos* cientistas, pesquisadores sociais, pois relatar também é reconstruir, assim sendo, não há como excluir nessa métrica o caráter opinativo e claramente subjetivo, de valores, posições e até mesmo os lados que o pesquisador assume voluntariamente, inconsciente e até em alguns casos como lição para o tempo presente.

A propósito, discutir o populismo é uma maneira de exorcizar alguns demônios que andam a volta, no entorno e pior ainda como processo de retorno a práticas não ordeiras e democráticas, sim corremos esses riscos nos dias atuais. Não estou assim falando de um passado remoto que não nos toca mais. As transformações de outrora seguem, pontuando com maior ou menor força nos dias de hoje, nosso cotidiano. Para corroborar esse conceito de várias possibilidades de uma identificação de quem é populista, segue a citação da pesquisadora Ângela Gomes:

Não importa qual seja a escolha realizada: escrever sobre o populismo no Brasil será sempre um risco. Por incompletude ou por má compreensão, por adesão ou por rejeição, o texto será alvo fácil para críticas de todas as espécies. Neste sentido, o destino de qualquer reflexão que trate de seu objetivo de estudo (GOMES, em FERREIRA, 2001: 19).

Ao assumir o poder Vargas na sua “mágica” trajetória é seguida de vários avanços e retrocessos, como governante tem que satisfazer os objetivos de seus grupos de sustentação e compor a cada dia sua “nova” base. Dentre eles alguns aliados de longa data:

A relação entre Vargas e os militares foi sempre muito estreita, pois o apoio militar foi fundamental no quase quarto de século em que ele permaneceu no poder federal (BORGES, em AXT, 2004: 57).

Cabe lembrar que Vargas sobe ao poder fora das vias democráticas e por golpe se mantém firme apesar das inquietações paulistanas, grande centro industrial e financeiro de um país predominantemente agrário. Soterrada a sublevação paulista, Getúlio é eleito em 1934, de maneira indireta como presidente “legal”, agora tendo como seu adversário direto no pleito o seu antigo padrinho político, Borges de Medeiros. Mas a dúvida segue o que é populismo? “A noção de populismo tornou-se tão elástica e, de certo modo, a-histórica, que passou a explicar tudo – e como ocorre nesses casos, a explicar muito pouco (GOMES, em FERREIRA: 19, 2001).” Responder essa questão é entrar sem querer numa querela *maniqueísta*, pois a expressão em si não é neutral, mas carrega um duplo sentido de oposição, arraigado nos corações e mentes da população em geral, em última análise dos eleitores do país, votantes na figura carismática ou não. Mas que valores seriam esses?! De um lado o otimismo daqueles que seguem o líder, mas igualmente um forte humor antagônico e pejorativo, para aqueles que não encontram as virtudes do dito gestor por excelência, deixem me esclarecer... aqui mais parecendo um demagogo, sinônimo utilizado com frequência para descrever o líder popular: “O político populista, assim, surge como um personagem que agiria de má fé, mentindo e enganando o povo, sobretudo nas épocas de eleições, prometendo tudo e nada cumprindo (FERREIRA, 2001:7)”.

Se discute o termo populismo também fora na academia e fora dela no cenário amplo e às vezes pouco

1 Bolsista Flexibilizado do Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior no Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS

balizado. Contudo se deve ter em mente algumas questões básicas que tornam um líder político num populista: estar no poder, logo ser *poderoso*, por um bom tempo, de preferência num modo contínuo, onde os dias viram anos e os anos em alguns casos em longas décadas. O acúmulo, cria, possibilita e reforça esse estofamento político do populista. Seria alguém populista por um período breve e curto!? Um mandato apenas?! Me parece que não, salvo por morte ou outro aspecto mais específico. O retorno ao poder é outra faceta que reconhece o populista que tem outra(s) oportunidade(s) para *se distanciar* do mero demagogo e pôr em prática seus anseios e desejos mais caros. Assim o dito líder popular que vira populista vai adicionando fatos na sua trajetória, no seu currículo. Ter sobre si os auspícios do governo e mesclar pouco a pouco a sua figura com a do dignitário. Onde começa o homem público e termina o indivíduo, o pessoal?

Nesse novo país de nova política que emergia, damos uma volta e surge a figura do tenente-engenheiro Joseph Lutzenberger, arquiteto e engenheiro alemão que lutou e perdeu na primeira guerra mundial. Que sem muita perspectiva na Alemanha arruinada resolveu imigrar. Além da ausência de um governo, com a derrocada tardia da monarquia tornavam o seu país natal num campo aberto de disputas por governos das mais variadas matizes. Quis a nova rota para a felicidade escolher o Rio Grande do Sul...

Em Porto Alegre chegou no ano de 1921 com a promessa de um ótimo emprego que não era assim essa maravilha toda, mas quis o destino que ele permanecesse e cria-se raízes mais profundas, das imaginadas originalmente pois a ideia era esperar a Alemanha melhorar e retornar, com a bagagem mais ampla culturalmente e se possível os bolsos igualmente repletos. Pelo visto não fez nem um nem o outro, mas achou a mulher de sua vida e casou em 1926 com a Emma Kroeff ela também filha e neta de imigrantes do platinado, região alemã. Que haviam se estabelecido em Novo Hamburgo (RS)! Nasceram desta união José Antônio, Magdalena e Rose, a família crescia e o país mudava.

Lutzenberger mesmo aguerrido soldado não exercia atividades na vida política na nova pátria, sua participação limitava-se a vida social, mesmo sendo a família da esposa muito politizada ou partidarizada, enfatizando o aspecto na atividade na política do país e principalmente no estado via o famigerado PRR. Seu cunhado Jacob Kroeff Netto havia sido deputado estadual por 3 legislaturas e prefeito de Novo Hamburgo, e muito ligado a Borges de Medeiros o mandão local e chefe do partido. Sobre Jacob deve se ainda acrescentar que fora na época de estudante na faculdade de Direito veterano do futuro presidente plenipotenciário Getúlio Vargas. Mas o que o nos interessa não é as relações familiares de Lutzenberger, mas demonstrar que indiretamente, que ele Lutzenberger se fazia presente na elite burocrática decadente, uma vez que tanto Borges bem como Jacob haviam caído em desgraça com a revolução de 1930, e posteriormente no Estado novo.

Nunca fora intenção de Lutzenberger abdicar de sua cidadania alemã, mas em determinado período do Estado Novo isso deixou de ser uma opção válida, mesmo ciente da entrada no Brasil na guerra antes disso houve uma nacionalização compulsória aos estrangeiros que tinham alguma relação direta ou de dependência com o Estado e União. A futura guerra contra o eixo em nada facilitaria a vida dos estrangeiros, mas um governo despótico tem mais “elã” em tomar tais medidas.

Era o caso do arquiteto-engenheiro autônomo Lutzenberger. Que era também professor do I.B.A. (instituto de Belas Artes) e, ele correria o perigo de perder o emprego que mesmo não sendo de grandes rendimentos, era visto (provavelmente) como parte da herança a ser deixada para Emma, que como as mulheres de então eram do lar e não tinham ofício remunerado. A premissa de guerra, o estado asfixiante e Getúlio davam o ritmo da música na vida.

O Outono repressivo pairava em solo tropical e a partir de em 10 de novembro de 1937², as normas que mantinha o ordenamento jurídico ganhavam outros ares. As leis cresciam em todas as direções agora tudo precisa ser regulado, especificado e restringido, invadindo as casas e lares dos brasileiros em nome de um estado “novo”, mais dinâmico. O lar dos Lutzenberger não seria indiferente e, pouco a pouco a nova conduta foi sendo assimilada, não

2 Início do Estado Novo e da velha repressão, que só iria acabar em 31 de janeiro de 1946.

se dizia isso nem aquilo pois: “Falar é antes de tudo deter o poder de falar. Ou, ainda, o exercício do poder assegura o domínio da palavra: só os senhores podem falar (CLASTRES, 1978:109)”. O som idioma alemão tão corrente em sua casa era silenciado, pois quem não o fizesse eram os novos inimigos do Estado. A vida segue sua rota, mas com percalços novos a frente! Uma guerra mundial em nada ajudaria a vida dos imigrantes, principalmente aqueles oriundos do Eixo (Alemanha; Itália e Japão). O novo pretexto para leis ainda mais duras, punitivas e invasivas. A frente de tudo isso o líder sulista que se alçava como ser supremo da nação. Podemos assim ver o surgimento de um líder populista, suas exceções e excessos dão conta de seus novos poderes exclusivos, o Brasil começa a entrar na “ vaidade” de um populista e sair da norma jurídica aceita comumente.

De volta ao engenheiro Lutzenberger, que já exerciam outras funções na sociedade gaúcha, dar aula era um rendimento curto, mas certo, além de outras prerrogativas com a aposentadoria e a merecida pensão para a amada esposa. Nisso o estado liberal e até indiferente com os estrangeiros começa a restringir a liberdade de ir e vir. Pois para vários teóricos o autoritarismo seria uma forma de combater o liberalismo arraigado no Brasil e fazer, prometer melhorias sociais. Getúlio dizia que era preciso restringir as pessoas, o que deveria ser privado, haveria de se tornar público. Mas os crimes do Estado, se é que se pode dizer assim, vão bem mais longe. A sanha por poder levaria Getúlio Vargas extinguir TODOS os partidos, o que repercutiria muitíssimo mal em sua terra natal o RS, com o brutal fechamento do PRR berço político do parlamentar de outrora e agora ditador nas horas vagas, sem esquecer ainda do jornal A Federação tão ligado ao partido. Se regulava mais e mais a vida social, pelo desejo de poder seguindo uma enorme certeza, como aponta nessa transcrição

A abstração estatal responde à necessidade – que constitui propriamente a esfera do político – de considerar todos os indivíduos como substituíveis (quer sejam soldados, magistrados, cidadãos, produtores, eleitores, militantes [arquitetos] (ênfase em MICHELENA, s.d.:41).

Era preciso romper com a tolerância do Estado e sua desatenção nas questões políticas do *pseudo* liberalismo nacional, ou a ausência de políticas públicas mais direta da atuação governamental. Isso era encarado como um mal a ser superado, com a presença forte de um estado organizado e atuante. Uma falsa liberdade tornou o Brasil uma colcha de retalhos, tantos os estados como as pessoas que ali vivem. Getúlio queria a ferro e fogo mudar essa realidade. Lutzenberger andava cabisbaixo como essas alterações num país que lhe era ameno e com um governo que o deixará em paz, mas que agora queria intervenção, e se planejava para a guerra contra os seus próprios cidadãos.

(...) a cidadania, mais que um conjunto de direitos, é uma identidade construída a partir de representação e práticas sociais que os sujeitos históricos articulam em suas relações. Além de uma dimensão política, a cidadania comporta uma ordem simbólica que deve ser investigada na esfera sociocultural, pois é aí que encontramos os elementos formadores do imaginário social sobre cidadania (PACHECO, 2001:28).

Getúlio, com energia ia a cada dia se distanciando da legalidade e se aproximando da vaidade, algo tão comum aos populistas que acreditam nas opiniões dos mais chegados e bloqueiam as dos opositores. Vozes destoantes eram paulatinamente silenciadas. Para uma visão “análoga” sobre a imprensa encilhada, mesmo que a situação e o tempo sejam outros o exemplo é rico na sua descrição que muito bem se encaixaria para a ginástica de censura e imposição de valores pró Estado Novista:

Observem um jornal diário. As suas páginas são inteiramente consagradas aos atos do governo [em especial o executivo], às intrigas políticas. Lendo-o, um chinês julgaria que na Europa não se faz nada sem ordem de algum senhor (ênfase em KROPOTKIN, 2011:88).

Ao acrescentar “[em especial o executivo]” quero deixar bastante óbvio a condição do populista que centraliza em si poder e mais poder, como fizera Vargas ao suprir o poder legislativos em todos os seus níveis, extinguindo assim o debate político no Senado, assembleia federal e “Estaduais” além de cerrar as câmaras locais, que pelo vista eram um perigo sem fim ao projeto de poder varguista/estado novista.

A terceira grande interrupção do funcionamento da Câmara, e a maior no tempo, deu-se com o advento do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937. Apesar de constar no artigo 26 da constituição então outorgada, que “os municípios serão organizados de forma a ser-lhes assegurada autonomia em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse” e que “a escolha dos vereadores será pelo sufrágio direto dos municípios alistados eleitores na forma da lei”, ficamos dez anos e 23 dias sem legislativo (MOEHLECKE IN SILVA, 2006: 42).

Assim todos são cerceados cidadãos comuns e eleitores como Lutzenberger que não é exceção, novas e absurdas regras fazem parte da vida cotidiana nos anos do Estado Novo, cuidar o que se fala com quem se fala. Visitar a delegacia para mostrar papéis, pensar bastante antes de proferir algum comentário ou crítica mais ampla. Com a entrada na segunda guerra mundial, ou na sua eminência ainda como cidadão alemã Lutzenberger teve parte de suas economias guardadas no banco (as do colchão não tiveram o mesmo destino) arrestadas³ pelo estado em ordem de restrição ao capital estrangeiro. Nada mais justo que um estado novo e de exceção para legitimar tal prática. O custo de vida subia e as economias de Lutzenberger iam sumido. Até isso o governo lhe fez. Assim se cria uma nova burocracia estatal ainda mais exigente e com menos rito.

Conclusão

Espera se ter demonstrado dentro do possível o que é ser um líder populista, e no caso mais específico do Brasil algumas de suas consequências onde o Estado avança sempre em nome de um bem maior, o bem comum, mas de fato os governantes estão muito mais preocupados em se auto nutrem, do que servir a pátria...nesse aspecto Getúlio Vargas se encaixa em muitas das definições propostas nesse texto e mesmo voltando ao jogo democrático, seus anos à frente do Estado Novo e suas origens nas práticas políticas no RS e na defesa do modelo castilhistas dão prova mais do que suficiente de suas qualificações para ser chamado de populista. Além de mostrar via um resumo da vida de José Lutzenberger que tipo de mudanças se originam quando os governos avançam em direção dos direitos sociais.

Referências

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o estado**. Rio de Janeiro: Francisco Alvez, 1978.

FERREIRA, Jorge. **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

KROPOTKIN, Piotr. **A conquista do pão**. Achiamé: Rio de Janeiro, 2011.

MICHELENA, Jean-Michel. **Despindo a Política** – Notas para uma crítica das visões políticas do mundo. Rio de Janeiro: Achiamé, s.d.

PACHECO, Ricardo. **O cidadão está nas ruas** Representações e práticas acerca da cidadania republicana em Porto Alegre (1889-1991). Porto Alegre: Universidade, 2001.

SILVA, Haike (et al.). **A história da Câmara e a Câmara na história**. São Leopoldo: Oikos, 2006.

3 Nem mesmo seu cunhado e com algum capital política conseguiu reverter esse “roubo” e segundo a sua filha Rose o dinheiro jamais retornou ao seu verdadeiro proprietário.

Identidade e negritude inseridas na obra Dom Casmurro

Karine Cezar Zappaz

Lucia Regina Lucas da Rosa

Introdução

Será abordado durante o texto a trama de *Dom Casmurro*, buscando sinalizar na obra passagens, trechos, integrantes da narrativa que abordem o assunto da negritude e da mestiçagem e também realizar a análise de alguns personagens, relacionando-os com suas identidades na história. A história é narrada em 1º pessoa pelo personagem principal, Bento Santiago, apelidado de Bentinho em sua infância e juventude, e na sua fase adulta, de Casmurro – denominado assim por possuir falta de simpatia. Bentinho conta sua história de amor – e ao mesmo tempo, insegurança e desconfiança – com Capitu, sua vizinha.

A obra também será relacionada com a época em que foi escrita, o que fez com seu autor, Machado de Assis, expusesse mais uma vez seu senso crítico voltado à sociedade e ao ser humano no decorrer da trama, características fortes dele e de sua escola literária – o realismo –, além de outras influências que foram usadas na escrita da história.

A produção identitária do branco e do negro no contexto histórico

Através da obra, podemos perceber os diversos personagens que constroem uma identidade única no decorrer do enredo, sendo uns mais neutros e outros mais destacáveis. O realce ocorre principalmente com os personagens Bentinho que, por ser o próprio narrador se torna o mais relevante e com uma personalidade marcante – talvez pudesse ser diferente da que é relatada, já que o personagem personifica os demais e a si mesmo, ou seja, não se consegue saber exatamente se o que é narrado por ele realmente aconteceu daquele jeito ou se é apenas como ele interpretou os fatos – e Capitu, o seu grande amor.

Referente ao fato da obra ser narrada por Bentinho e dos acontecimentos serem contados por ele, ele acaba descrevendo a identidade de cada personagem de acordo com suas percepções e também a sua, sobre isso, entende-se

(...) o sentimento de identidade de si próprio como “uma espécie de imagem que não é produzida como um espelho, que em vez de ser especular é um sentimento de que o sujeito está operando em sua posição adequada com seus papéis definidos”. (BERND,2018, p.45)

Há outros personagens abaixo dos neutros que também surgem e cobrem um pequeno papel na trama, parecendo apenas uma parte do cenário, entretanto, devemos relevar de acordo com o destaque da época, como por exemplo, os negros que, em todas as vezes são citados apenas como escravos geradores de dinheiro e serviços, criados de uma família com maior condição econômica e, pode-se perceber que o personagem Bentinho era herdeiro de uma boa e grande herança e, com isso, possuía escravos em sua casa, cada um desses escravos tinha uma função dentro da casa, quando não eram alugados, trocados ou vendidos por mais dinheiro.

Em diversas passagens, nota-se a diferença do homem branco e o homem negro, sendo que o homem negro é caracterizado de maneira totalmente pejorativa, porém, devemos visualizar tais diferenças pelo contexto histórico, já que no século XIX era um fato normal possuir escravos – da parte populacional nobre – e discriminá-los, usando-os como meros objetos, criados para o labor e nada mais.

Identidades renovadoras e seu progresso reconhecido na literatura machadiana

Maria Capitolina Santiago, a Capitu, representa a identidade feminina na obra. Uma personagem à frente de seu tempo, uma adolescente cheia de liberdade, contrária à sua época onde a mulher deveria ser submissa, obedecer ao homem. Capitu construía uma identidade com diferentes hábitos familiares e olhares dados pela sociedade, sendo a sua rebeldia uma característica machadiana, pois existe uma crítica perante a sociedade do século XIX. Capitu escondia no seu olhar os desejos mais doces e os mais diabólicos que uma mulher poderia apresentar. Durante a leitura de *Dom Casmurro*, pode-se perceber que a identidade de Capitu muda, o que é normal, pois a identidade é algo mutável. Visualiza-se que diante do seu olhar, Capitu é caracterizada no decorrer da obra, o que sinaliza que só o olhar dela já expressava muito de sua personalidade forte e revolucionária. Já personagem de Dona Glória, mãe de Bentinho, também sofre uma mudança em sua identidade, sendo no início uma mulher ríspida por querer que o filho pagasse sua promessa e ficasse no seminário, porém, durante a leitura, Dona Glória se torna uma mulher amável, modificando a sua identidade.

Por conseguinte, conforme Bernd (2018, p.45), a identidade determina algo que lhe é exterior, ou seja, ela é a heterogeneidade. Assim, percebe-se que essas duas personagens mudaram sua identidade durante a trama, até porque a identidade é algo que está em constante mudança.

Trata-se aqui de entender a identidade como uma criação que se constrói simbolicamente no próprio processo de sua determinação: ela é dada ao mesmo tempo pela visão que temos de nós mesmos acrescida da visão que o outro tem de nós. (BERND,2018, p.45).

Conforme Bernd (2018, p.46) a identidade não é início, nem final; ela está localizada no próprio decorrer da construção. Assim, percebe-se também ao longo da obra que outro personagem muda sua identidade, sendo ele Jose Dias, no início ele era caracterizado como um obstáculo na relação de Bentinho e Capitu, mas ao decorrer da história este papel que o Agregado exercia muda e torna-se aliado para o desenvolvimento da relação dos então jovens Bentinho e Capitu.

Sendo assim, a identidade trata-se algo constante, logo (...) não pode ser colocada como algo imóvel, imutável, um objeto a ser atingido, pois, nesta medida, se tornaria uma ideologia impondo-se como legítima e autorizada, mas como um conceito aberto, como *síntese inacabada*, que se institui simbolicamente no percurso dos vários movimentos que a constituem. (BERND,2018, p.46).

O mundo branco e barbárie ao mundo negro

O enredo da obra de Machado de Assis não aborda diretamente o tema negritude, mas ele pode ser percebido em alguns trechos e nas entrelinhas. A história se passa no final do século XIX, portanto, a escravatura ainda existia, logo, a imagem do negro em *Dom Casmurro* aparece em papéis secundários e como empregados de homens brancos. Conforme Bernd (2018, p. 42) como manifestação da negritude, há o complexo de inferioridade do negro criado por toda uma literatura onde o negro nunca ocupou o papel de herói, mas sim de subordinado ou vilão. Percebe-se isso em várias literaturas da época, ocorrendo porque

(...) ainda em meados da primeira parte do século XX, na voz de Paulo Prado (1997) ou mesmo na literatura de Monteiro Lobato, a característica cultural majoritária do brasileiro era identificada por estereótipos quando não ridicularizada por personagens caricatos tomados como “caboclos” e “pretos”. (CARDOSO, 2014)

A mestiçagem pode estar entendida quando é narrada as características da personagem Capitu:

“Morena, olhos claros e grandes, nariz reto e comprido, tinha a boca fina e o queixo largo. As mãos, a despeito de alguns ofícios rudes, eram curadas com amor; não cheirava a sabões finos nem águas

de toucador, mas com água do poço e sabão comum trazia-as sem mácula. Calçava sapatos de duraque, rasos e velhos, a que ela mesma dera alguns pontos”. (ASSIS,2012, p.17).

Nesta passagem pode-se entender duas coisas, ela é morena e por isso pode-se dizer mestiça e é pobre, pois Capitu realiza serviços domésticos, logo percebe-se que a família não possuía escravos. A condição de negritude é vista no trecho em que Bentinho fala de Pádua: “*Quando era mais jovem, em criança, era natural, ele podia passar por criado*”, quando ele diz que *podia se passar por criado*, entende-se que Pádua era negro, pois os criados da época eram os escravos. Conforme Cardoso (2014), nos estudos literários, como em várias áreas de conhecimento, há a prevalência de uma razão epistemológica que norteia e alinha o discurso da abordagem do objeto estudado. Nota-se muito presente na obra *Dom Casmurro* a cultura eurocêntrica. Pode-se perceber isso com a personagem Dona Glória que é descrita por Bentinho como uma viúva recatada, que após a morte do marido não casou-se novamente, e vivia para direcionar os serviços da casa e cuidar de Bentinho.

Durante o período que se passa a trama e também levando em consideração a sociedade em que ela foi escrita, pode-se perceber que o pensamento ocidental era muito forte. Conforme Cardoso (2014), por mais que os escritores demonstrassem, no Brasil, uma literatura com matrizes diferentes, havia por parte dos autores uma grande preocupação em utilizar o modelo em destaque que vinha de fora.

Considerações

No romance *Dom Casmurro*, percebe-se as variedades dos assuntos tratados e a diversidade de como são abordados. Para época em que foi escrito, Machado conseguiu ousar nas críticas que realizou durante o enredo.

Assuntos como a possível infidelidade da mulher desejada e amada e a protagonização da personagem feminina, foram acontecimentos destacados e a frente da realidade vivida para a época em que foi escrito, fazendo com que Machado fugisse dos padrões impostos, se tornando um autor único.

Os fatores voltados ao tratamento dos personagens tratados como inferiores (escravos) eram simplesmente acontecimentos comuns do século, pois o homem branco e de grande patrimônio econômico sempre foi o privilegiado e dono de negros escravizados. Foi importante minuciar cada página da obra para analisar as informações trazidas nelas e, ver pelo ponto de vista da época que, a crítica era forte e muito bem elaborada. Referente à identidade pode-se dizer que é algo que muda constantemente e se reconstrói, tende a se adaptar conforme a situação, sentimento e exposição que o indivíduo se encontra, o que foi muito bem retratado na obra, principalmente nos personagens Bentinho, Capitu, Dona Glória e José Dias.

Sendo assim, Machado de Assis apesar de não ter abordado diretamente a negritude, deixou uma crítica sutil à sociedade e às condições de vida que as pessoas negras e/ou crioulas haviam na época, sendo eles pobres, escravos, empregados e sofrendo com a discriminação do homem branco.

Referências

ASSIS, Machado de. **Dom Casmurro**. 5. ed. Jaraguá do Sul, SC: Avenida, 2012.

BERND, Zilá. **Negritude e literatura na América Latina**. Porto Alegre, RS: Círcula, 2018.

CARDOSO, Sebastião Marques. **Poéticas da mestiçagem**. Curitiba, PR: Editora CRV, 2014.

A Industrialização de Canoas nas Décadas 1960/70 e a instalação da Refap

Leonel Valdenir Moraes

Introdução

O ano de 2019 marcou o aniversário de 51 anos da instalação da Refinaria Alberto Pasqualini (REFAP) na cidade de Canoas, uma das maiores cidades da Região Metropolitana de Porto Alegre/RS. A REFAP assegura, até o presente ano, que o Município possua o terceiro maior Produto Interno Bruto (PIB) do Estado. Esta história começou em 1961, quando a PETROBRAS acerta com os proprietários a desapropriação da Fazenda Brigadeira, localizada na divisa com o município de Esteio e às margens da BR 116, para a construção da sua nova unidade de refino de petróleo.

A criação da Petrobrás se deu em 1953, no governo de Getúlio Vargas, após uma campanha de mobilização em favor da exploração do petróleo por uma empresa nacional, para que este não ficasse em mãos das empresas multinacionais, que dominavam esta indústria no mundo na época. Esta campanha levou o nome de “O Petróleo é Nosso”. Com a criação da estatal, a produção nacional de petróleo teve um grande incremento e a partir do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), a produção de derivados de petróleo foi impulsionada com a construção de novas refinarias, para diminuir a dependência externa (DIAS, 1993).

Desta forma, o presente trabalho irá versar, do ponto de vista histórico, sobre a instalação da Refinaria na cidade de Canoas a partir de políticas públicas em prol da industrialização fomentadas durante as décadas de 1960 e 1970 no Brasil. A pergunta que se busca responder é: de que forma a REFAP contribuiu para a consolidação de Canoas como cidade industrial no contexto de formação da Região Metropolitana de Porto Alegre?

Para responder à questão proposta, a pesquisa baseia-se, prioritariamente, em jornais, de acordo com os seguintes critérios. 1) Critério temático: pesquisa orientada por matérias que versam sobre: REFAP, industrialização em Canoas, cidade-industrial; 2) critério temporal: de 1960 a 1970, considerado que a desapropriação do terreno para instalação da Refinaria se deu em 1961 e a sua inauguração em 1968. Os jornais pesquisados foram: Diário de Notícias e Correio do Povo de Porto Alegre e de Canoas, O Timoneiro e Diário de Canoas. Nos seguintes locais: Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, Biblioteca Pública de Canoas e o Arquivo Público de Canoas.

O trabalho de pesquisa histórica, baseado em jornais periódicos, pode ser muito rico, nos proporcionando vários ângulos de observação das temáticas sociais e suas relações, é o que nos afirma a historiadora Tânia Regina de Luca em seu artigo intitulado “História dos, nos e por meio dos periódicos”, no livro *Fontes Históricas*. A autora nos alerta sobre os cuidados que devemos ter ao trabalhar com estas fontes, que como qualquer outras, não são neutras e não encerram toda a verdade. No caso dos periódicos, é importante levarmos em consideração, além de sua tiragem e abrangência social, que interesses podem estar ocultos, como ligações com grupos políticos ou econômicos, influências governamentais e sempre contextualizar com a realidade do seu tempo histórico (LUCA, 2011, p. 116). Em termos teóricos, para a análise das fontes de pesquisa, foram lançados instrumentos de história econômica e social, buscando entender e descrever as conjunturas sociais e as estruturas econômicas neste período em que se deu a instalação da refinaria em Canoas, “com foco na gênese da industrialização e seus desdobramentos” para a Região Metropolitana de Porto Alegre (FRAGOSO, 1997, p. 41).

Conforme Bacellar (2005), é trabalho do historiador localizar e investigar os acervos documentais com os quais pretende construir a sua narrativa, fazendo-lhe as perguntas pertinentes, contextualizar à luz de sua época,

realizar o cruzamento de diversas fontes e por fim levantar as possibilidades analisadas na sua historiografia.

O Crescimento de Canoas e a instalação da Refap

A industrialização como uma meta de Estado, que se iniciou no governo de Getúlio Vargas (1937-1954), passando por Juscelino Kubistchek até os governos militares (1964-1985), se caracterizou por desenvolver a indústria de base, siderurgia, transportes e energia como setores fundamentais para o crescimento do Brasil. Outro objetivo era a substituição de importações e o fortalecimento do mercado interno. O país definitivamente começa a deixar de ser essencialmente agrícola, com modelo econômico exportador, para entrar na era da industrialização, processo que se inicia em decorrência da grande crise internacional de 1929 e a Segunda Guerra Mundial que afeta gravemente o fornecimento de produtos industrializados pela Europa.

Neste sentido, nas décadas de 1950/60, houve uma institucionalização do debate político e econômico em prol de um modelo de desenvolvimento para o Brasil com a criação de órgãos de assessoramento e estudos, tais como: Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), Comissão Econômica Para a América Latina (CEPAL) e a Escola Superior de Guerra (ESG). Estes órgãos congregaram vários intelectuais, com o predomínio de uma tendência nacionalista e que pensavam as políticas de desenvolvimento para o país. A questão do desenvolvimentismo centraliza o debate político neste período, onde defendiam que o Estado, através de planificação econômica e estímulos em investimentos deveria estar à frente do processo de industrialização (MARTINS, 2014).

Este modelo econômico de forte intervenção estatal, que começou a ser implementado no Brasil desde a década de 1930 pelo Estado Novo de Getúlio Vargas, persistiu nos governos eleitos no período seguinte e foi mantido nos governos militares durante a ditadura. Teve uma interrupção liberalizante nos governos de Collor de Melo e Fernando Henrique, voltando a tomar força nos governos do PT de 2003 a 2014.

Para embasar a nossa pesquisa sobre a instalação da REFAP no município de Canoas, é importante conhecermos um pouco da história do petróleo no Brasil e o contexto de criação da Petrobrás. Como descrito anteriormente, a partir do período ditatorial de Getúlio Vargas no Estado Novo (1937 a 1945), há uma opção estatal por investir na industrialização do país, com uma visão nacionalista e desenvolvimentista. À medida que a população cresce e vai se tornando mais urbana, a necessidade por combustíveis derivados do petróleo se torna uma questão crucial, e nesta época o Brasil era totalmente dependente de importações desses produtos. Então, a exploração do petróleo e a produção de derivados passou a preocupar setores do governo e da sociedade, principalmente setores militares, preocupados com segurança e soberania nacional.

Após a criação da Petrobrás, intensificaram-se os projetos de novas refinarias no país, em busca da autossuficiência do abastecimento do mercado nacional de derivados do petróleo. Em 1955, entra em operação a Refinaria Presidente Bernardes, em Cubatão, São Paulo, que havia sido iniciada pelo CNP, e em 1961 a Refinaria Duque de Caxias começa a sua produção, no Rio de Janeiro. Ainda em 1961, iniciam-se as tratativas para a construção de duas novas plantas industriais: uma em Minas Gerais e a outra no Rio Grande do Sul (NEIVA, 1993).

A cidade de Canoas, que se emancipou do município de Gravataí em 1939, desde os primórdios, foi investida de medidas públicas para que se tornasse um polo industrial. Seja pela proximidade com o Quarto Distrito de Porto Alegre que se industrializou a partir da Era Vargas, ou por ser caminho para as colônias alemãs de São Leopoldo e Novo Hamburgo, que se ligavam à capital por ferrovia e mais tarde pela estrada que viria a ser a BR 116, Canoas era conhecida como “cidade dormitório de Porto Alegre”, para depois se tornar um dos principais polos industriais do Estado.

Os relatos históricos, neste sentido, dão conta de que a primeira região da cidade que recebeu a instalação de indústrias foi a mais próxima de Porto Alegre, ao lado do rio Gravataí, hoje conhecida como o bairro Rio Branco. A inauguração, em 1936, do matadouro e frigorífico Frigosul (Frigoríficos Nacionais Sul-Brasileiros) pode ser considerada a primeira grande instalação industrial de Canoas. Mais tarde, ainda na margem do rio Gravataí, se

instalaram algumas indústrias do ramo de fertilizantes. O frigorífico atraiu muitos trabalhadores de outras regiões do estado, fazendo com que a empresa instalasse ao lado uma vila com casas populares para os seus operários morarem perto do local de trabalho. Do outro lado da estrada de ferro, surgia a *Villa Nichteroy*, que atraía trabalhadores de Porto Alegre e locais, pois era possível encontrar terrenos com preços mais acessíveis para construir suas moradias (VIEGAS, 2011).

Com o crescimento da industrialização a partir da Segunda Guerra Mundial, Porto Alegre se constituiu, nas décadas 1950/60, no terceiro pólo industrial mais importante do país. Sendo a maior concentração de empresas no chamado Quarto Distrito, justamente na divisa com Canoas, fato que também acompanhou um grande crescimento populacional nesta região, pois os operários preferiam residir próximo ao local de trabalho. Com o passar do tempo, muitas destas indústrias, ou por falta de espaço para ampliação ou por exigências ambientais mais rigorosas, passaram a se deslocarem para regiões mais espaçosas de Porto Alegre e outras mudaram-se para Canoas, que as atraía com incentivos fiscais e boa localização para o escoamento da produção (FORTES, 2004).

Também é neste período que a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) se consolida e passa a ser reconhecida como tal. Crescem os projetos de urbanização nos vários municípios em torno da capital, assim como a instalação de complexos industriais eram favorecidos por uma política nacional desenvolvimentista. Nas principais capitais brasileiras se formaram grandes concentrações industriais e na RMPA destacam-se grandes projetos, desde o final dos anos 1950 até o início dos anos 80: a Refinaria Alberto Pasqualini em Canoas, a Siderúrgica Riograndense em Sapucaia, Aços Finos Piratini em Charqueadas, Rio Grande Companhia de Celulose em Guaíba e por fim o polo petroquímico de Triunfo (SOARES, 2007).

O principal ponto deste trabalho é analisar o processo de instalação da REFAP em Canoas e o seu significado para a consolidação do município como importante centro industrial do Estado. Para tanto, vamos verificar como a mídia escrita local e da capital destacava a questão em pauta. A ênfase na industrialização do município pode ser constatada na imprensa desde a década de 1950, quando o jornal de circulação local chamado “O Momento”, em sua edição de 5 de março de 1956, lança o slogan “Tudo pela industrialização”, onde defende a atração de indústrias para Canoas, pois estas seriam a salvação da cidade.

Tão logo os primeiros movimentos para instalação da Refinaria foram lançados, os jornais iniciaram a publicidade sobre o evento. Em 17 de Janeiro de 1961, o Diário de Notícias, de Porto Alegre, noticiava o encontro, no dia anterior, entre o então governador do Estado Leonel Brizola e o presidente da Petrobrás, o Cel. Sardemberg, no Rio de Janeiro, para tratar da construção da refinaria.

O jornal, em matéria de capa, chama a atenção para o volume do investimento que será feito na obra em questão e salienta que o “*Estado contribuirá com o terreno e com tudo mais que estiver ao seu alcance*” e que no retorno do governador ao Rio Grande do Sul, este deverá se reunir com o empresariado gaúcho para que estes se preparem para os fornecimentos necessários às obras que devem se iniciar em breve. O empenho do governador foi fundamental, pois existia a concorrência do Estado do Paraná para a instalação da refinaria da Petrobrás.

A área escolhida para a instalação da refinaria possuía a extensão de 5,8 Km², antiga Fazenda Brigadeira, que pertencia à herdeiros de Bernardo de Souza Velho e Dona Rafaela Pinto Bandeira, filha do Brigadeiro Rafael Pinto Bandeira, que por sua vez, herdou as terras do pai, Francisco Pinto Bandeira, que vindo de Laguna foi um dos primeiros povoadores do território que deu origem a Canoas. O apelido “Brigadeira” está relacionado a Rafaela, antiga moradora do local, ser filha do Brigadeiro Rafael Pinto Bandeira. O terreno era localizado ao lado do Arroio Sapucaia, que faz divisa com o município de Esteio e de frente para a BR 116 (CIRNE LIMA, 1998). A desapropriação das terras foi notícia no Correio do Povo de 21/11/1961, para ali ser formada a “Cidade Industrial”, onde viria a ser instalada a refinaria de petróleo e outras várias indústrias (História dos Nossos Prefeitos, v. 6).

O ano de 1962 marca o efetivo início das obras, e o Diário de Notícias do dia 14 de janeiro traz o anúncio

da instalação do escritório da Petrobrás em Porto Alegre, onde seriam centralizadas todas as tratativas referentes à construção.

Mas Canoas, neste período, não é só progresso e industrialização. A população da cidade passa por várias dificuldades, como podemos constatar em editorial do semanário “O Gaúcho”, um jornal de circulação regional. O editorial é da edição de 30 de março a 5 de abril de 1963 e encontra-se relatado no livro “História de nossos Prefeitos” vol. 6 (p. 89), ao mesmo tempo que confirma o slogan que diz: *Canoas é a cidade que mais cresce no Rio Grande do Sul*, pois a localidade já conta com 120 mil habitantes e várias indústrias têm se instalado no município, o editorial afirma que o seu povo sofre com a falta de água tratada. “Por certo, quando se construiu a hidráulica, não se contou com um desenvolvimento do porte que vem se realizando”. Esta é uma constatação do crescimento acelerado de Canoas, com a ocupação de regiões baixas, sujeitas a enchentes e sem infraestrutura. Numa dessas enchentes, em 1967, os pavilhões da estrutura de apoio administrativo da REFAP, que já estavam prontos, serviram de abrigo para os flagelados da cheia do rio dos Sinos, que tiveram que deixar as suas casas.

Por ocasião do término das obras de construção da refinaria e sua inauguração, a imprensa local deu grande destaque exaltando a conquista do município e a importância econômica para todo o Estado da nova unidade de refino da PETROBRÁS, como podemos constatar nas manchetes um tanto ufanistas do semanário local “O Timoneiro”, que alinhado ao processo de industrialização colocado em curso pelo governo federal fez grande destaque em suas edições de 22 a 29 de dezembro de 1967 (REFAP: Está Nascendo um Império) e de 18 a 25 de setembro de 1968 (REFAP VAI FATURAR 30 MILHÕES NOVOS MENSALIS), onde ressalta a magnitude do complexo industrial e na outra matéria mostra o quanto a empresa vai arrecadar em impostos para os cofres públicos.

Assim, em 16 de setembro de 1968 entra em operação a REFAP, com processamento inicial de 4,5 mil m³/dia de petróleo que chegavam por caminhões, uma vez que o Tedut, terminal marítimo localizado no município de Osório, que se liga diretamente à refinaria por 98 Km de dutos para transportar o óleo dos navios até a refinaria, ainda não estava concluído. A planta industrial foi sendo complementada e ampliada ao longo do tempo, chegando na década de 1990 com o processamento diário de 20 mil m³. E, finalmente, após novas obras de ampliação e modernização, em 2010 passou a ter capacidade de 32 mil m³/dia e petróleo, o que aumentou sua complexidade operacional e possibilitou que pudesse processar petróleos mais pesados, que é uma característica dos óleos nacionais.

Considerações Finais

Ao pesquisar-se sobre a instalação da REFAP em Canoas, podemos constatar a sua importância para a consolidação do município como um grande polo industrial do Rio Grande do Sul. Dessa forma, a cidade, até o presente ano, ocupa o terceiro lugar em arrecadação de impostos do Estado provando que sua construção sempre esteve ligada a um processo nacional de desenvolvimento industrial.

Os veículos de imprensa, que deram sustentação ao tema do crescimento industrial na região, trataram com grande destaque a implantação da refinaria na cidade vizinha da capital Porto Alegre. Além da imprensa, o governo municipal atuou fortemente para atração de novas indústrias, como exemplo, tem-se a aprovação pelos vereadores da câmara legislativa de leis que diminuía e até isentavam impostos das empresas que viessem a se instalar em Canoas. Um exemplo desses incentivos aprovados pelos políticos da época é a Lei n. 665 de 1961 que autorizou a redução de 30% nos lançamentos de impostos sobre as indústrias; ela foi seguida, já em 1962, pela Lei n. 739 que isentava totalmente de tributação as pessoas jurídicas que se estabelecessem no Município.

Conhecer e divulgar a trajetória da refinaria é de fundamental importância para os meios acadêmicos e comunidade em geral, visto que a empresa está operando há mais de 50 anos e é responsável pelo abastecimento de produtos derivados de petróleo para todo o território do Rio Grande do Sul e sul de Santa Catarina, exceto o extremo

sul gaúcho, que é suprido pela Refinaria Riograndense (antiga Ipiranga). Além disso, como mostrado, a REFAP é responsável por parcela significativa dos impostos estaduais recolhidos e atraiu várias outras companhias que atuam na distribuição e transporte de derivados de petróleo, como também da criação do polo petroquímico de Triunfo, que recebe matéria prima da refinaria diretamente por dutos subterrâneos.

As questões ligadas à indústria do petróleo mexem com vários interesses e visões de modelos de desenvolvimento econômico e intervenção estatal no processo produtivo. No Brasil, isso se verifica desde a criação da PETROBRÁS e desde o início dos anos 2000, com as descobertas das novas reservas de petróleo do chamado “pré-sal”, o país se posicionou entre os maiores produtores mundiais dessa “ainda muito importante” fonte de energia e, ainda, despertou os interesses e os olhares do mercado externo para o Brasil. Mais recentemente, porém, um processo investigativo/judicial chamado Operação Lava Jato colocou a PETROBRÁS e o Brasil na mídia internacional, fragilizando a empresa e promovendo a discussão da intervenção do Estado na economia.

O atual governo federal, com uma política econômica privatizante e de redução do tamanho do Estado, está pondo em marcha um processo de venda de várias refinarias da PETROBRÁS, entre elas a REFAP em Canoas. Portanto, esta pauta sobre a importância da refinaria para a região e o conhecimento histórico envolvido desde a sua instalação é fundamental para que a sociedade possa entender e se posicionar neste processo. Em vista disso, algumas forças sociais contrárias a esta visão governamental estão se mobilizando e propondo fóruns de discussão para ampliar este debate, tanto no município de Canoas, como no estado do Rio Grande do Sul. A imprensa local, através do jornal Diário de Canoas, em edição do dia 13 de junho do ano em curso, manifesta preocupação em relação a arrecadação de ICMS que pode reduzir muito com a confirmação da privatização da refinaria e salienta que esta é responsável por 82% do retorno deste tributo para o município.

Conclui-se que o tema da indústria do petróleo e sua importância para o desenvolvimento econômico nacional e local é ainda muito atual e essa pesquisa colabora para essa discussão. Portanto, a REFAP como empresa presente no cenário da Região Metropolitana de Porto Alegre pode servir como fonte de trabalhos futuros.

Referências

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: **Fontes Históricas**. Pinsky, Carla Bassanezi (Org.). Contexto, São Paulo, 2005.

DIAS, José Luciano de Mattos e Quaglino, Maria Ana. **A questão do petróleo no Brasil: uma história da PETROBRAS**. CPDOC: PETROBRAS, Rio de Janeiro, 1993.

FORTES, Alexandre. **Nós do Quarto Distrito: A Classe Trabalhadora Porto-Alegresense e a Era Vargas**. EDUCS, Caxias do Sul, 2004.

FRAGOSO, João e FLORESTINO, Manolo. **História Econômica**. In: Domínios da História. Cardoso, Ciro Flamarion e Vainfas, Ronaldo (Orgs.). Campus, Rio de Janeiro, 1997.

HISTÓRIA de Nossos Prefeitos. **Cel. José João de Medeiros. Série Documentos, v. 6**. Canoas: Fundação Cultural de Canoas. Prefeitura Municipal de Canoas, 2005.

HISTÓRIA de Nossos Prefeitos. **Hugo Simões Lagranha. Série Documentos, v. 7**. Canoas: Fundação Cultural de Canoas. Prefeitura Municipal de Canoas, 2006.

LIMA, Luiz Fernando Cirne. **A Fazenda Brigadeira e a Refinaria Alberto Pasqualini em Canoas-RS**.

Canoas: Petrobrás-Refap, 1998.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: **Fontes Históricas**. Pinsky, Carla Bassanezi (Org.). Contexto, São Paulo, 2011.

MARTINS, Luis Carlos dos Passos. Azevedo Amaral e o Debate Industrialismo e Desenvolvimentismo. In: **De Vargas aos Militares: Autoritarismo e Desenvolvimento Econômico no Brasil**. Abreu, Luciano Aronne de, Silveira, Helder Gordim (Orgs.). EdipucRS, Porto Alegre, 2014.

NEIVA, Jucy. **Conheça o Petróleo**. Expressão e Cultura, Rio de Janeiro, 1993.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. Do rural ao urbano: demografia, migrações e urbanização (1930-85). In: **História Geral do Rio Grande do Sul – República da revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985)**. Boeira, Nelson e Golin, Tau (Orgs.). Meritas, Passo Fundo, 2007.

VIEGAS, Danielle Heberle. **Entre o(s) passado(s) e o(s) futuro(s) da cidade : um estudo sobre a urbanização de Canoas/RS (1929-1959)**. Diss. (Mestrado em História) – Fac. de História, PUCRS. Porto Alegre, 2011.

Tendências e perspectivas sobre preservação documental dos acervos em bibliotecas: um estudo bibliométrico da produção científica¹

Lizandra Veleda Arabidian

Introdução

O presente artigo tem como objetivo apresentar um panorama sobre o tema “preservação documental em bibliotecas”. Esse panorama é traçado a partir da busca de um conjunto de publicações em periódicos nacionais e internacionais, selecionadas da base de dados bibliográficos indexados no Portal de Periódicos da CAPES. Trata-se de uma análise bibliométrica para identificar a produção científica sobre o tema em questão e com isso produzir indicadores que apontem as limitações, as necessidades e as estratégias para futuras pesquisas.

Há alguns anos, o termo “preservação” era tido como sinônimo de conservação, visto que se restringia aos cuidados com o meio ambiente, o espaço físico e os furtos. Hoje, entretanto, a preservação assume um significado mais amplo, abrangente e principalmente voltado, segundo Conway (2001), para um processo permanente de planejamento e implementação de atividades que visem assegurar um ambiente estável, protegido e que evitem possíveis desastres. O autor aponta, ainda, para um programa de manutenção de acervos, onde as atividades de conservação devem ser realizadas buscando o reforço físico dos materiais. Conway (2001) lembra, igualmente, de sugerir a migração dos conteúdos com a intenção de privilegiar a permanência da informação, objetivando um acesso com qualidade. Dessa forma, a pesquisa leva em conta os estudos referentes ao tema da preservação das informações contidas nos acervos documentais.

Uma grande quantidade de obras preservadas em acervos de bibliotecas é feita de uma complexidade de materiais que impõem desafios diferentes para a conservação, relacionados às condições ambientais e biológicas. Pasquariello *et al.* (2014) afirmam que dentro desses espaços, a biodeterioração é influenciada pelas características arquitetônicas, pelos tipos de materiais, pelas técnicas de construção e pelo ambiente externo. O termo biodeterioração é empregado desde a década de 60, definindo alterações dos materiais pelos organismos. Hueck (1965) enfatiza que se trata da atividade de organismos sobre os documentos, provocando uma alteração indesejável em suas propriedades. Além disso, o nível de contaminação biológica é influenciado por vários fatores, como o sistema de ar condicionado, o tipo de material, de mobiliário, bem como a presença de pessoas (colaboradores e usuários). Os agentes apontados como responsáveis pela destruição dos conteúdos dos arquivos, bibliotecas ou museus são enumerados de diferentes formas ou classificados de acordo com o foco de atenção dos pesquisadores.

Este estudo apresenta resultados de uma pesquisa quali-quantitativa que utilizou a bibliometria e a análise de conteúdo como principais ferramentas metodológicas. A revisão bibliométrica consiste na investigação do comportamento do conhecimento e da literatura, visando à análise quantitativa da produção científica dos autores, da produtividade de periódicos, assim como a mensuração e avaliações quantitativas dos processos referentes à utilização de documentos, o cálculo do fator de impacto, entre outros (ALVES, 2009). Trata-se, portanto, de uma prática multidisciplinar, que surgiu para identificar comportamentos da literatura e seu crescimento em contexto e tempo estabelecidos (BUFREM E PRATES, 2005).

A pesquisa foi desenvolvida através de uma busca sistemática da literatura, constituída de coleta, filtragem

1 Orientação: Cristina Vargas Cademartori, docente do PPG em Memória Social e Bens Culturais e do PPG em Avaliação de Impactos Ambientais da Universidade La Salle, e Anelise Beneduzi Da Silveira, docente do PPG em Avaliação de Impactos Ambientais da Universidade La Salle

e padronização dos dados, no período de 1991 a 2018. A segunda etapa consistiu em uma avaliação descritiva composta pela seleção e análise dos dados coletados, compreendendo os resultados e as tendências da produção científica nacional e internacional em relação ao tema “preservação documental em bibliotecas”. Realizou-se uma análise sistemática do conteúdo dos artigos, seguindo o protocolo Prisma, que visa auxiliar os pesquisadores a elaborarem diagnósticos mais objetivos. A revisão sistemática, adotada pelo protocolo Prisma, tem como base “uma pergunta formulada de forma clara, que utiliza métodos sistemáticos e explícitos para identificar, selecionar e avaliar pesquisas relevantes, coletar e analisar dados desses estudos que são incluídos na revisão” (MOHER *et al.*, 2015, p. 335). Assim sendo, a análise contemplou os seguintes procedimentos descritos abaixo:

Primeira etapa: definiu-se o Portal de Periódicos da Capes² como a base de dados da pesquisa para a busca dos resultados. A busca no portal ocorreu através de login e senha institucional da Universidade Federal de Santa Maria, possibilitando o acesso ao conteúdo de forma mais completa. A pesquisa foi realizada entre os dias 20 e 28 de março de 2018. A plataforma de busca no Portal apresenta as possibilidades de pesquisa, tais como assunto, periódico, livro e base, detalhando desde a busca rápida ou avançada até a possibilidade de localizar conteúdo por área do conhecimento. Em seguida, inseriu-se as palavras-chave, nos idiomas português e inglês, no mecanismo de busca: “preservação documental” AND “bibliotecas” / “documentary preservation” AND “library”, no campo assunto. Então, foi escolhido o conjunto de documentos que integram o *corpus* da pesquisa, “susceptíveis de fornecer informações sobre o problema levantado” (BARDIN, 2004, p. 90). Ao final desse processo e considerando os resultados da busca, aplicou-se a metodologia do protocolo Prisma, conforme Moher *et al* (2015).

Segunda etapa: Buscou-se definir os principais indicadores bibliométricos e os principais assuntos da revisão sistemática, elencando-se a quantidade de publicações em periódicos nacionais e internacionais; a quantidade de artigos por periódico; o Qualis do periódico por área de concentração e o ano de publicação de cada artigo encontrado. Além disso, são descritos os principais assuntos da revisão sistemática geral e suas principais abordagens. E, por fim, são informados os principais assuntos da revisão sistemática por meio de vários cruzamentos através dos seguintes descritores: *library; fungi; microorganism; documentary preservation; microbial environmental monitoring; biodeterioration; collection; bacterium* (biblioteca, fungos, microrganismo, preservação documental, monitoramento ambiental microbiano, biodeterioração, coleção, bactéria).

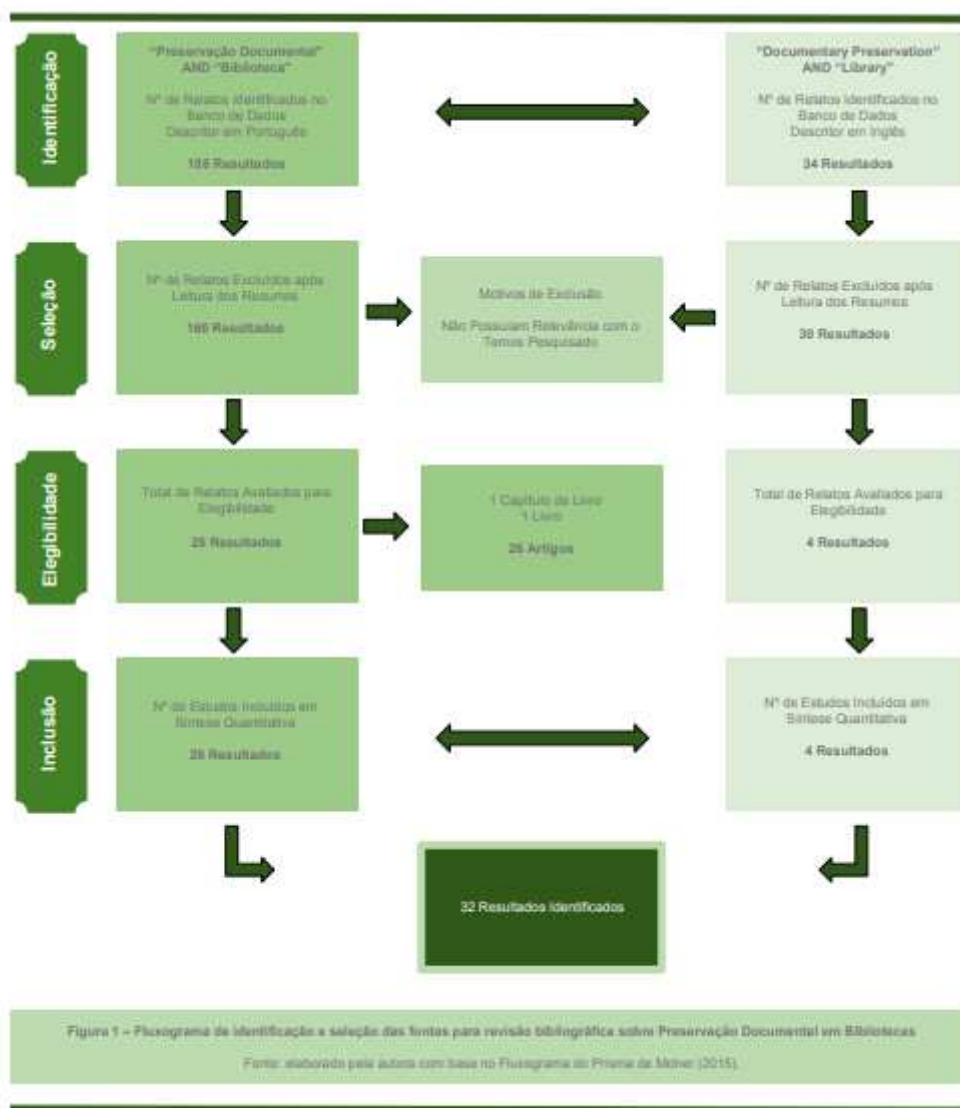
Dentre os indicadores bibliométricos, a coleta de dados sobre o Qualis dos periódicos dos artigos foi realizada através da plataforma Sucupira³, ferramenta utilizada para coletar informações, realizar análises e avaliações, sendo a base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). O Qualis-Periódicos é um sistema que visa classificar a produção científica dos programas de pós-graduação no que se refere aos artigos publicados em periódicos científicos, classificação realizada pelas áreas de avaliação e que passa anualmente por um processo de atualização e enquadramento em categorias indicativas da qualidade, sendo: A1, a mais elevada; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C.

Com base no protocolo Prisma, foram encontrados 188 resultados que apresentaram a relação entre os termos em português e 34 resultados com os descritores em inglês, conforme a figura 1. Dos 222 resultados da pesquisa, somente 32 atenderam às quatro etapas do fluxograma: identificação, seleção, elegibilidade e inclusão (Figura 1). A exclusão de 160 trabalhos deu-se depois de uma leitura técnica dos resumos, pois não foram considerados relevantes. Apenas 26 artigos, 1 capítulo de livro e 1 livro, totalizando 28 resultados, foram pertinentes. Sobre os descritores no idioma em inglês “documentary preservation AND library”, a busca recuperou 34 resultados, e a após análise do título e resumo, apenas 4 artigos foram relevantes.

2 <http://www.periodicos.capes.gov.br/>

3 <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>

Figura 1: Fluxograma com os resultados de identificação e seleção das fontes para análise bibliométrica sobre Preservação Documental em Bibliotecas.



Fonte: Elaborado pela autora com base no Fluxograma do Prisma de Moher (2015).

A análise das palavras-chave resultou o conteúdo geral da produção indexada, demonstrando uma maior ênfase em preservação, fungos, biblioteca e biodeterioração. De um total de 24 palavras-chave que foram utilizadas pelos autores ao tratar sobre a temática abordada, quatro foram mais significativas e recorrentes. As demais palavras foram menos frequentes e relacionadas a estudos específicos, porém relevantes no contexto da temática em foco. Na pesquisa com os descritores “fungo AND biblioteca”, a busca retornou 59 resultados e 3 artigos foram relevantes. No idioma inglês, “fungal AND library”, a busca retornou 361 resultados, dos quais apenas 6 artigos foram pertinentes após análise do título e resumo. A busca pela expressão, no idioma inglês, “Microbial Environmental Monitoring”, retornou 23 resultados, e após análise do título e resumo, apenas 8 artigos foram relevantes. A busca pelos descritores, no idioma inglês, “Biodeterioration” AND “Collection”, por sua vez, retornou 92 resultados, e após análise do título e resumo, apenas 15 artigos foram relevantes. Estes são enfoques importantes, uma vez que dizem respeito a locais propensos a danos biológicos e ambientais.

A produção sobre o tema preservação documental em bibliotecas, no período de 1991 até 2018, distribuiu-se entre 39 periódicos e a revista que concentrou o maior número de artigos foi a International Biodeterioration & Biodegradation, com oito artigos publicados. Outros seis periódicos apresentaram uma variação de dois a seis

artigos publicados. A maior parte dos artigos, totalizando 34, foram publicados, cada um, em um periódico diferente, demonstrando que a temática está distribuída entre diversos periódicos.

Nos últimos 27 anos foram publicados, então, 64 trabalhos, sendo que em nove anos (de 1992 até 2001) não houve aumento da produção sobre a temática em foco. Essa produção, referente ao recorte temporal entre os anos de 1991 a 2018, evidenciou estabilidade nos sete primeiros anos e um aumento a partir de 2008, que se acentuou a partir de 2010, atingindo o ápice do crescimento no ano de 2016 (15,6% do total das publicações). Os últimos nove anos totalizaram 52 publicações, uma média de 5,77 artigos por ano. Isso mostra uma forte tendência ao crescimento da produção científica nos próximos anos sobre a temática de preservação documental.

Considerando o Qualis dos periódicos analisados e as principais áreas de avaliação, as publicações, em sua maioria, enquadram-se na categoria Qualis B. Cerca de 72% dos artigos foram publicados em periódicos nacionais. Destaca-se que oito dos 39 periódicos analisados não apresentaram resultados de categoria Qualis na Plataforma Sucupira, porém todos possuem páginas na internet. Enfatiza-se, também, o total de 8 artigos publicados em periódicos B1 na área interdisciplinar, que correspondem a 40% dos artigos publicados em periódicos avaliados pela área. Marchezan e Pacheco (2016) enfatizam que as instituições de ensino com programas de pós-graduação, via de regra utilizam a qualificação das publicações como critério para avaliação individual e para a tomada de decisão quanto à composição do corpo docente, assim como para distribuição de recursos, bolsas e para a progressão na carreira.

Conclusão

O crescimento da produção na área da preservação documental evidencia a preocupação com a salvaguarda dos acervos, sejam bibliográficos, arquivísticos ou museológicos, além de cuidados permanentes para evitar impactos às coleções e à própria instituição. O contexto deste tema é hoje considerado um importante segmento da preservação do patrimônio cultural, por tratar de ações que fazem parte do cotidiano dos quadros de profissionais das instituições, desde que devidamente capacitados. A bibliometria mostrou-se uma ferramenta com potencial para avaliar o estado da produção científica, possibilitando identificar tendências e também a qualidade do conjunto das publicações. O protocolo Prisma, por sua vez, possibilitou uma estratégia clara de busca e análise sistemática e criteriosa da literatura selecionada, auxiliando na síntese das informações bibliográficas disponíveis. O indicador de impacto Qualis e a área de avaliação demonstraram que as publicações qualificadas, em sua maioria, estão na categoria Qualis B da área interdisciplinar. A publicação em revistas especializadas e qualificadas em estratos mais altos, valoriza os pesquisadores por garantir maior visibilidade à produção, credibilidade, maior fator de impacto e reconhecimento científico.

Embora a literatura específica seja recente, nos últimos anos a produção científica sobre o tema cresceu e tem contribuído para informar e conscientizar sobre a importância da preservação documental. Porém, este crescimento ainda é insuficiente para atender à demanda de informações, pois os pesquisadores que atuam nesta área necessitam de respaldo científico constante para lidar com a preservação de documentos e com os novos desafios que surgem nesta área do conhecimento. Em suma, verifica-se, no âmbito da literatura científica, uma carência de estudos que exploram esta questão.

Referências

- ALVES, B. H. Abordagens métricas: análise da produção científica de artigos e rede de colaboração científica dos docentes do programa de pós-graduação em Ciência da Informação, na linha de pesquisa organização da informação da UNESP/Marília. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, v. 9, n. 2, p. 104-115, 2009. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/ojs-2.4.5/index.php/ric/article/viewFile/248/208>. Acesso em: 02 abr. 2018.
- ARAÚJO, C. A. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Revista em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11-13, 2006.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BUFREM, L.; PRATES, Y. O saber científico registrado e as práticas de mensuração da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 34, n. 2, p. 9-25, maio/ago. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v34n2/28551>. Acesso em: 03 abr. 2018.
- CONWAY, P. **Preservação no universo digital**. 2. ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 2001. Disponível em: <http://arqsp.org.br/wp-content/uploads/2017/07/52.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2018.
- COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES. Disponível em: http://www.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_painstitucional&Itemid=103. Acesso em: 03 abr. 2018.
- COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES. Plataforma Sucupira. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/#>. Acesso em: 11 abr. 2018.
- FONSECA, E. N. da. A bibliografia como ciência: da crítica textual à bibliometria. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 12, n. 1/2, p. 29-38, jan./jun. 1979. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/18290>. Acesso em: 02 abr. 2018.
- HUECK, H. J. The biodeterioration of materials as part of hylobiology. **Material und Organismen**, n.1, p. 5-34, 1965. Disponível em: <file:///home/chronos/u-e4a9f2a21f4423ada89bdc9baabc907fe6995d57/Downloads/hueck-1965-hylobiology.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2019.
- MARCHEZAN, M. L.; PACHECO, R. **Pós-graduação: a importância de publicações com Qualis A e B. Publicado no dia 13 de dezembro de 2016 em Pós-graduação, Produtividade técnico-científica**. Disponível em: <http://site.stelaexperta.com.br/pos-graduacao-a-importancia-de-publicacoes-com-qualis-a-e-b/>. Acesso em: 20 abr. 2018.
- MOHER, D. *et al.* Principais itens para relatar revisões sistemáticas e meta-análises: a recomendação Prisma. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 24, n. 2, abr./jun., p. 335-342, 2015.
- MUELLER, S. P. M. A ciência, o sistema de comunicação científica e a literatura. *In*: CAMPELLO, B.S.; CEDÓN, B.V.; KREMER, J. M. (Org). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- PASQUARIELLO, G. *et al.* Microbial environmental monitoring in museums: preventive conservation of graphic collections. **Conservation Science in Cultural Heritage**, v. 14, p. 275-289, 2014. Disponível em: <file:///home/chronos/u-e4a9f2a21f4423ada89bdc9baabc907fe6995d57/Downloads/4750-13123-1-PB.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2018.

Memória, história e ensino: as relações de controle na produção dos conteúdos escolares nas comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha 1983-1985

Luciano Braga Ramos¹

Introdução

A Revolução Farroupilha, ainda no final do século XIX, teve sua memória reivindicada pelas elites políticas sul-rio-grandenses para servir na promoção de suas campanhas como elemento de uma herança constituída. Nesse sentido, quando tais elites precisavam, recorriam à memória de revolução para incutir na população sulina um sentimento de pertencimento a uma memória que, no entanto, era engendrada de cima para baixo.

Na colaboração com as pretensões do Governo do Estado, historiadores e outros intelectuais procuraram dar ao Estado o suporte intelectual para que o mesmo pudesse se apoiar nos elemento de memória que pudessem transmitir um sentido de pertencimento e continuidade com os empreendimentos políticos e militares das elites. Portanto, analisar como tal memória foi se constituindo durante todo o século XX, como um suposto material de herança política e social implica questionarmos a autoridade de certas instituições na elaboração de uma memória que se pretendia que servisse à memória social.²

Nas comemorações dos cem anos da Revolução Farroupilha, no contexto da Revolução de 1930, as elites sulinas tendo colocado Getúlio Vargas no poder, também acabaram por levar ao governo do Estado do Rio Grande do Sul o general Flores da Cunha.³Esta por sua vez, aproveitando a ocasião dos festejos da Revolução Farroupilha, trabalhou para mobilizar a comunidade sul-rio-grandense para as comemorações. Tais comemorações vão ter como objetivos legitimarem o papel dos políticos e militares sulinos como elementos de significação na política nacional. Portanto, a memória de Revolução Farroupilha estava direcionada para um discurso que fazia da mesma um elemento de construção nacional. Assim os homens da Revolução de 1930, foram representados pela opinião pública como os continuadores dos “anseios políticos” dos farroupilhas.⁴

Cinquenta anos depois, no Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, as elites políticas que ocupavam o Governo do Estado puseram em andamento um plano de ação para as comemorações. Mais uma vez a memória foi colocada a serviço da política, onde o Governo do Estado contou com a participação de entidades públicas e privadas na prática e disseminação do trabalho de memória elaborado para aquela ocasião. Dessa maneira, o papel das instituições de educação foi crucial para produzir conteúdos que fizeram do sistema educacional um instrumento eficaz de processamento de uma memória institucionalizada.

A Subcomissão de Ensino e a produção da memória farroupilha

Controlar e definir a produção dos conteúdos escolares que fossem pertinente na construção da memória

1 Graduado em História pela ULBRA, Especialização em História do Rio Grande do Sul pela UNISINOS, Mestre em História pela UNISINOS, Doutorando em História pela PUCRS.

2 Sobre tais afirmações do uso da memória do 20 de setembro ver: Loiva Otero Félix. Política, Memória e Esquecimento. In: Tedesco. Usos de Memórias, 2002.

3 Ver Edgar Carone: Corpo e Alma do Brasil: A República Nova (1930-1937), 1982.

4 O Jornal da Manhã, apoiador do PRL de Flores da Cunha, enfatizaria em suas narrativas o discurso de brasilidade da Revolução Farroupilha. (RAMOS, 2015).

da Revolução Farroupilha foi algo que podemos afirmar que fazia parte das pretensões do Governo do Estado. A Secretaria Estadual de Educação teve importante papel no desenvolvimento do trabalho de memória nas comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Em 07 julho de 1984, era apresentado, em Porto Alegre, para a Comissão Executiva, o “*elenco de Projetos a serem implantados através da Subcomissão de Ensino*”.⁵ (FSRF, Documentos da Subcomissão, Caixa 04, AHRS, 1985). Paulo Sérgio Melo Miranda, coordenador da subcomissão de Ensino, em correspondência para o professor João Pradel de Azevedo, Secretário Executivo da Comissão Executiva, determinava que:

(...) o Projeto 1 “Encontro dos Supervisores” uma vez que o seu período de realização está previsto para setembro do corrente ano, sendo antecipado para que, antes do término do ano letivo, tenham as escolas orientações das diferentes atividades a serem desenvolvidas no ano de 1985. (FSRF, Documentos da Subcomissão, Caixa 04, AHRS, 1985).

Podemos notar que havia o interesse de realizarem ainda em 1984, um encontro de supervisores, para que os mesmos estivessem preparados para o início do ano letivo de 1985, com subsídios onde pudessem pôr em prática os trabalhos nas escolas. Dos supervisores, parte o contato pedagógico entre coordenadoria e escolas, são eles que lançam as propostas estabelecidas pela coordenadoria. Assim sendo, podemos intuir que de forma orgânica foi se estabelecendo a proposta de trabalho da Comissão Executiva, passando pela Subcomissão de Ensino, cabendo aos supervisores introduzirem nas escolas o projeto criado pelo Governo do Estado. Mais do que isso, era levar a proposta para o seio do corpo docente de cada escola. Podemos compreender que era esse corpo docente, que uma vez aderindo à proposta, levaria essa a cabo, pondo-a em prática na comunidade escolar. Podemos, por esse pressuposto, analisar a forma como embrionariamente se estabeleceu um planejamento para a introdução de uma memória coletiva no seio da sociedade, tendo o ensino como uma via possível.

A Subcomissão de Ensino citou o Decreto No31381/83 na justificativa do projeto apresentado, pois o decreto afirmava que ainda havia muito a ser estudado sobre os acontecimentos da Revolução Farroupilha. E que como orientava o decreto do governador, era dever do Estado incentivar o culto aos antepassados, defendendo e preservando patrimônio histórico e o incentivo às Ciências Humanas. (FSRF, Documentos da Subcomissão, Caixa 04, AHRS, 1985). Nesse ponto a coordenação da Subcomissão de Ensino afirmava que: “*o desenvolvimento das atividades da Subcomissão de Ensino é de vital importância, pois integra professores e alunos em manifestações de cunho cívico-cultural que valorizam a história e as tradições do povo gaúcho.*” (FSRF, Documentos da Subcomissão, Caixa 04, AHRS, 1985). Podemos compreender que a proposta se mostrava relevante, pois, tinha por pretensão, quando posta em prática, servir de elemento pedagógico-cívico, incutindo dentro do sistema educacional subsídios para uma memória idealizada pelo Governo do Estado, mas que por tal via poderia ganhar o sentido de uma memória coletiva a partir de um trabalho de memorização construída para tal finalidade. Podemos concluir que o Estado buscando credibilidade do projeto pela via educacional, abria um canal entre suas ideias e a população.

Aproveitando a oportunidade, entende a Subcomissão que é dever nosso não somente nos restringir às manifestações no decorrer do ano do Sesquicentenário, como, também, fornecer subsídios a professores e entidades que militam no campo da Educação para que levem à juventude do nosso Estado a bibliografia existente sobre a Epopeia Farroupilha (FSRF, Documentos da Subcomissão, Caixa 04, AHRS, 1985).

Podemos analisar que a Subcomissão de Ensino assumia um discurso voltado para a estruturação dos temas da Revolução Farroupilha como instrumentos e conteúdos que estenderiam o trabalho à posteridade escolar. A ideia era criar por meios técnicos materiais que melhor dariam uma base de estudos sobre a revolução nas escolas para assim, nortear professores e alunos, onde fosse possível, e se isso fosse possível, executarem uma fala em consonância quando o assunto fosse a Revolução Farroupilha.

5 A Subcomissão de Ensino era integrada pelas respectivas instituições: “Secretaria de Educação e Cultura, Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Secundário, Primário e Comercial do Rio Grande do Sul, Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos, União dos Escoteiros do Brasil, Liga de Defesa Nacional, Secretaria de Coordenação e Planejamento, Fundação Televisão Educativa.” (FSRF, Documentos da Subcomissão, Caixa 04, AHRS, 1985)

Entre as propostas dos projetos da Subcomissão, além do “*Encontro dos Supervisores*”, estavam previstos, como projeto a “*Elaboração de um texto sobre a Revolução Farroupilha*”, que tinha por propósito fornecer subsídios aos participantes do “*Encontro de Supervisores*”. O texto conforme a narrativa do projeto apresentado tinha “*vistas a ampliar o conhecimento sobre a Revolução Farroupilha*”. (FSRF, *Documentos da Subcomissão, Caixa 04, AHRS, 1985*). O encontro para a realização do projeto estava marcado para o Museu Júlio de Castilhos, em Porto Alegre, e deveria contar com a presença de todas as Delegacias de Educação. A presença de todas as delegacias, nos leva a entender que se tornava importante tais presenças, pois, as mesmas representavam o Governo do Estado em todas as regiões, e seriam das mesmas que partiriam para os municípios a proposta do Governo do Estado. Dessa maneira, propomos mostrar a complexidade do trabalho de memória transitando de forma orgânica pela sociedade, indo de sua idealização à prática. Nascia como projeto dentro da Casa Civil, pela Comissão Executiva que delegando à Subcomissão de Ensino, a mesma levaria para os supervisores escolares, que por sua vez levariam para as escolas. Uma vez determinado os trabalhos de rememoração nas escolas que se encarregariam por meio de seus professores e alunos, de por em prática a rememoração da Revolução Farroupilha, representando-a em suas comunidades. Temos nesse esboço do trabalho de memória a maneira de analisar como se dá sentido às comemorações e sua função de materialização do que se pretende como memória coletiva.

Também como projeto, foi proposto por parte da Subcomissão, que acontecesse o “*Encontro regional*”, que ficaria a cargo das Delegacias de Educação, contando com o apoio das universidades, e junto aos órgãos municipais, também se daria ênfase aos “*municípios farroupilhas*”. O projeto pretendia promover “*com os professores palestras, através de historiadores, para a difusão dos ideais da Revolução Farroupilha, com vistas a complementação do trabalho previsto nos projetos 1 e 2*”. (FSRF, *Documentos da Subcomissão, Caixa 04, AHRS, 1985*). Quanto ao calendário escolar, segundo a proposta, deveria para o ano de 1985, contar com as datas mais “*expressivas da epopeia farroupilha*”. Podemos entender que dessa forma, não estavam somente colocando as disciplinas da área das Ciências Humanas como responsáveis pela execução dos projetos. Incluir as festividades no calendário do ano letivo, envolvendo diretamente os supervisores das escolas era envolver todo o corpo docente de uma escola, com a proposta de comemorar a Revolução Farroupilha, levando outras áreas do conhecimento a participarem do projeto, já que para o ano de 1985, o Governo do Estado implantou um currículo que deveria compreender em todas as matérias e todos os anos escolares temas sobre a Revolução Farroupilha. Esse material foi reproduzido pelo Governo do Estado para ser distribuído nas escolas de Ensino Fundamental. Assim, o Governo conseguiu cooptar para seu seio um vasto grupo de professores e estudantes ligados às escolas, o que possibilitou a criação de um canal por onde a memória institucionalizada pudesse chegar até a sociedade sul-rio-grandense.

Conclusão

A memória pelos indícios expostos no texto, nos leva a compreender que faz parte de um fenômeno político e social, cujas condições de fazer com que em seu entorno se reúnam um vasto e indistinto público é algo possível. Assim, podemos entender que a memória é um objeto de disputa que faz das comemorações um ato político em benefício de determinados setores da sociedade que desenvolvem mecanismos de coerção social.

Colocar essa memória e seus agentes em xeque é trabalho do historiador. Assim, para esse texto nos preocupamos em apresentar como o Governo do Estado do Rio Grande do Sul persuadiu o sistema escolar a se associar as pretensões de cultuarem, em 1985, os fatos e vultos da Revolução Farroupilha.

Portanto, a pretensão de trabalhos como esse reside em questionar como as comemorações podem ter impacto na formação da identidade social. Sobretudo, no caso da identidade concebida para o cidadão sul-rio-grandense, que buscava como base a memória da Revolução Farroupilha. Portanto, também podemos averiguar a complexidade por de trás da afirmação da “memória de um povo”.

Referências

CARONE, E. **Corpo e Alma do Brasil: A República Nova (1930-1937)**. Difel. São Paulo, 1982.

Diário Oficial, 19 de junho de 1984. AHRS, FSRF. Documentos da Comissão. Caixa 05, 1984.

Documentos da Subcomissão. AHRS, FSRF. Caixa 04 1985.

Memo/Gab/Naa. FSRF, AHRGS, Documentos da Subcomissão. Caixa 06, 1985.

FÉLIX, L. O. **Política, Memória e Esquecimento**. In; Tedesco. **Usos de Memórias**, Passo Fundo: UPF, 2002.

POLLAK, M.. **Identidade e Memória**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro. Vol. 5, no 10,1992.

RAMOS, L. B. **Um Lugar de Memória para a Revolução Farroupilha: A Construção do Monumento a Bento Gonçalves da Silva em Porto Alegre 1934-1936**. Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2015.

O rio dos Sinos e os curtumes: atores sociais, políticas públicas e meio ambiente (1980-2000)

Danielle Heberle Viegas

Magnus Samuel Popp

Introdução

Historicamente, os rios estão entre os recursos naturais mais alterados pela ocupação humana. Com efeito, os rios são usados para os mais distintos fins e propósitos desde as primeiras civilizações hidráulicas até as grandes conurbações urbanas atuais. Em localidades urbanizadas, hoje o principal *habitat* humano, os espaços geográficos ribeirinhos são apontados como aqueles que mais sofrem com várias formas de impactos ambientais.

Em termos conceituais, a definição de rio alterna-se de acordo com cada campo de saber, endossando as diferentes imagens e representações dos rios e de suas respectivas bacias hidrográficas criadas por distintas sociedades. Para os fins desta pesquisa, entendemos os rios como um amplo corpo d'água em movimento, confinado num canal, sendo o principal tronco de um sistema de drenagem (CUNHA, 2003). E, mais especificamente, adotaremos a concepção de rio urbano¹, que diz respeito ao rio que sofreu e sofre modificações pelo homem no processo de urbanização, tendo o seu potencial ambiental e paisagístico aproveitado ou não (PORATH, 2003).

Na região do Vale do Rio dos Sinos, recorte espacial aqui privilegiado, podemos apontar a década de 1980 como um marco crítico de uma crise ambiental associada à poluição do rio: embora práticas de poluição possam ser historicamente mensuráveis desde os primórdios das atividades industriais na região, foi em 1986 que o rio dos Sinos passou a figurar como um dos mais poluídos do país, posição que não abandonou até os dias hoje. Os índices alarmantes foram associados, notoriamente, às atividades dos curtumes, que atendiam demandas do setor coureiro-calçadista, principal segmento industrial do Vale do Sinos à época.

Com base nesse lastro introdutório, o presente texto tem como objetivo de apresentar um breve panorama sobre os conflitos ambientais relacionados a Bacia do Rio dos Sinos, entre 1980 e 2000. A crise ambiental do Rio dos Sinos engendrou uma importante mobilização social, institucional e política no final do século XX, tornando-se um caso exemplar para a análise dos impactos ambientais no Brasil em perspectiva histórica. Na obra "*História e memória do ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos*", Rückert aponta que o desenvolvimento desses movimentos foi acompanhado de uma importante politização e que eles conseguiram produzir uma cultura ambientalista cujos atores faziam uso da escrita como instrumento de difusão e socialização de um discurso centrado na necessidade de mudança do comportamento humano diante da natureza

Para empreender tal esforço, nos reportamos aos estudos de história ambiental, que nos apresenta o ambiente como um agente ativo na história, visto que as pessoas organizam e reorganizam suas vidas relacionando-se com o meio natural. A história ambiental, conforme Martins (2007) não pode ser caracterizada como um espaço disciplinar autônomo, como, por exemplo, a história econômica e a história cultural. Isto decorre de que, ao contrário das

1 Consideraremos o rio dos Sinos como um rio urbano, que segundo a literatura especializada diz respeito àquele que foi alvo de modificações significativas em sua forma, em sua dinâmica e em seus componentes geoambientais ao longo do processo de urbanização, com aproveitamento ou não de suas potencialidades socioeconômicas, paisagísticas e socioambientais. Cruzam o tecido urbano nas suas diferentes modulações paisagísticas: florestas urbanas, áreas livres públicas, áreas de uso industrial, comercial, institucional, residencial, entre muitas outras. No entanto, devido ao processo de urbanização, estes rios estão em grande parte ocultos na paisagem urbana (COSTA et al. 2006).

instâncias do “econômico” e do “cultural”, por exemplo, que podem ser entendidas como dimensões específicas da realidade histórica, o conceito de “ambiente” engloba uma rede complexa de elementos naturais (físicos e biológicos) e sociais (econômicos, demográficos, culturais, jurídicos, etc.), o que impede a delimitação de “objetos ambientais” específicos. Nesses termos, busca-se caracterizar o problema de pesquisa aqui referido para, sequencialmente, arrematar com as considerações finais.

A crise ambiental e os movimentos sociais no Vale do Rio dos Sinos

As indústrias curtidoras passaram a poluir o rio dos Sinos com seus efluentes químicos já desde o início de suas atividades no final do século XIX, quando os restos de couro e outros lixos que não tinham uma determinação correta passaram a ser depositados nas águas, causando uma série de problemas ao meio ambiente e à população local. O lixo industrial era livremente despejado no rio devido à falta de fiscalização como, também, em função do senso comum vigente à época de que água dispensaria eficientemente os detritos.

As primeiras denúncias de poluição dos curtumes foram feitas pelo pioneiro da defesa da natureza no Rio Grande do Sul, o ex-delegado florestal Henrique Luiz Roessler². Ele realizou uma série de denúncias através de crônicas que escrevia nos jornais locais. Ainda em 1957, no suplemento Rural do Jornal Correio do Povo, Roessler destacou a situação do rio diante da poluição dos curtumes. Em outra crônica, publicada em fevereiro de 1958, Roessler tratou de ressaltar que existiam leis voltadas para a proteção do rio que determinavam o tratamento das águas pelas indústrias antes da sua devolução ao curso natural e que os empresários comumente as desrespeitavam.

Já em 1974 a Coordenadoria de Controle do Equilíbrio Ecológico (CCEE), o primeiro órgão público a zelar pelo equilíbrio ambiental, cujos técnicos saíam a campo para investigar e encontrar as empresas potencialmente poluidoras. E como esse órgão público visava enquadrar as empresas nas normas de saneamento vigentes, os empresários do setor coureiro ficavam ofendidos com a fiscalização e chegavam a ameaçar de morte a sua equipe técnica (BONES e HASSE, 2002, p. 43).

Pouco mais tarde foi criado o DMA (Departamento do Meio Ambiente), órgão ligado à Secretaria Estadual de Saúde e Meio Ambiente (SSMA), o qual adotou como política de tratar o setor coureiro separadamente dos demais poluidores em potencial e criar uma legislação específica para o controle ambiental dos despejos deste ramo industrial no Rio Grande do Sul. A SSMA estabeleceu a portaria 03/79 exigindo que as indústrias baseadas em couro realizassem tratamentos primários e secundários dos seus efluentes líquidos prevendo prazos para a realização das mesmas.

No início da década de 1980, o movimento ambientalista regional se torna mais profissional na defesa do rio dos Sinos. Esses grupos, que surgiram como reflexo de um processo mundial de criação e afirmação de movimentos sociais verdes e agiam enquanto grupos de pressão, começavam a se organizar de forma institucional tornando-se bastante combativos. Dentre os mais destacados entre os referidos movimentos estão a UPAN, de São Leopoldo, e o Movimento Roessler, de Novo Hamburgo. Ambos os grupos, e em especial a primeira, utilizavam como estratégia principal o acionamento dos órgãos públicos para solicitar desde informações até a tomada das providências legais cabíveis.

As lutas da comunidade contra a poluição industrial surgiram com o Comitesinos que, criado através do decreto estadual nº 32.744 de 17 de março de 1988, assumiu o papel de reunir representantes da população e do setor industrial, sendo o primeiro comitê de bacia de hidrográfica de domínio estadual no Brasil. Assim, com uma atuação relativamente independente, o referido comitê tratou de estabelecer algumas estratégias importantes para o rio dos Sinos, seus efluentes e afluentes.

A década de 1990 marcou, enfim, a criação de leis e regulamentações para o uso das águas, como o surgimento

2 Para acessar um estudo sobre a biografia de Roessler, ver: PEREIRA (2011)

de uma Política Nacional de Águas (Lei Nº 9.433/97); a criação da lei A Lei Estadual Nº 10.350/94, regulamentou uma Política Estadual de Recursos Hídricos; e, por fim a criação da Agência Nacional de Águas (ANA), criada em julho de 2000, que tem como missão básica a implantação do sistema nacional de recursos hídricos.

Considerações finais

Pesquisas históricas envolvendo as causas ambientais são relevantes não apenas porque o assunto inegavelmente é do interesse de toda a sociedade, mas, do ponto de vista acadêmico, esse campo do conhecimento é bastante recente e ainda pouco explorado (PÁDUA, 2010). Para o autor, as pesquisas acadêmicas têm um impacto social contumaz e, da mesma forma, são influenciadas pelas questões sociais mais proeminentes. Pádua analisa que “nas últimas décadas organizaram-se iniciativas de ensino e pesquisa em economia ecológica, direito ambiental, engenharia ambiental, sociologia ambiental etc.” (2010, p.82)

Conhecer a história da poluição dos recursos hídricos do Vale dos Sinos é importante, principalmente, porque atualmente a região apresenta uma situação crítica. Apesar de a região possuir uma grande densidade de cursos e corpos d'água e importantes reservatórios subterrâneos apresenta, também, um importante desequilíbrio hídrico. Nesse sentido, pensamos nos termos de uma “ambientalização” Leite Lopes (2004, p. 35), qual seja, um processo permeado por uma interiorização e uma naturalização da questão ambiental pelas diferentes causas sociais.

A pesquisa ora apresentada contribui, portanto, no sentido de reconstituir o processo de aperfeiçoamento de políticas públicas e da mobilização da sociedade civil para a gestão de águas, no sentido da sustentabilidade social e ambiental e para mensurar os efeitos ambientais do processo desenvolvimentista brasileiro.

Referências

- BONES, E. **Pioneiros da Ecologia: breve história do movimento ambientalista no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: JÁ Editores, 2002.
- COSTA, L. M. S. A. Rios urbanos e o desenho da paisagem. In: COSTA, L. M.S. A. (org.) **Rios e paisagens urbanas em cidades brasileiras**. Rio de Janeiro: Viana & Mosley –PROURB, 2006.
- CUNHA, S. B. Canais fluviais e a questão ambiental. In: CUNHA, S. B., GUERRA, A. J. T. **A questão ambiental: diferentes abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- LOPES, J. S. L. A “ambientalização” dos conflitos sociais. IN: LOPES, José Sérgio Leite. **A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004.
- MARTINS, M. L. **História e meio ambiente**. São Paulo: Annablume / Faculdades Pedro Leopoldo, 2007.
- PÁDUA, J. A. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010. Acesso 10/10/2017: <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-87752005000100007>.
- PEREIRA, E. M. **Um protetor da natureza: trajetória e memória de Henrique Luiz Roessler**. Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre: UFRGS, 2011.
- RÜCKERT, Fabiano Quadros. **História e memória do ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. São Leopoldo: UNISINOS, 2007.

Pai Paulinho de Odé: a construção identitária do líder religioso e homem público através de narrativas memoriais

Marcelo Luis Henriques Silveira¹

Prof. Dr. Artur César Isaia²

Prof. Dr. Renato Ferreira Machado³

Introdução

Sendo o programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Memória Social e Bens Culturais tem características interdisciplinares, inicia-se a presente pesquisa com a ideia em desenvolver como Produto Final a produção de um fotolivro no modelo *Ebook*. Este fotolivro abordará a construção identitária de Pai Paulinho de Odé, na dimensão religiosa e política, através das suas narrativas memoriais sendo sua figura e o seu entorno focalizados no referido produto. Propomos, portanto, um produto de fácil comunicação e interação com um público maior e não necessariamente somente acadêmico. Obviamente, na construção do fotolivro além dos aspectos técnico-editoriais, este será orientado pelas discussões teóricas sinalizadas neste projeto.

Para fundamentar a presente pesquisa, o tema será desenvolvido a partir dos conceitos presentes nas obras de diversos autores reconhecidos como Alberti (2005) Candau (2012), Gondar (2005), Halbwachs (2006), Prandi (2005), Ricoeur (2007), Verger (2002), entre outros. Os estudos em Memória Social, Identidade e Religiões Africanas são de extrema importância no contexto atual em que se vive, promove tolerância a cultos religiosos e suas práticas e assim ajuda a conquistar maior representatividade na sociedade brasileira.

Desenvolvimento

Os estudos em Memória Social despertam interesse de diversas áreas do conhecimento, sendo assim o entrecruzamento de conceitos vindos dos diversos campos do saber (filosofia, neurociência, psicologia, sociologia e outros) os quais emergem da necessidade de responder novos questionamentos. Assim, Gondar (2005, p.15) afirma que “o conceito se encontra em construção a partir dos novos problemas que resultam do atravessamento de disciplinas diversas”, sendo para a autora uma ideia de transdisciplinaridade, que não tem apenas o intuito de reunir conteúdos que levem a um consenso entre as disciplinas, mas sim de promover novas ideias através de estudos transversais.

Já os estudos sobre religiões africanas e sobre a herança cultural trazidas pelos negros vítimas do processo de escravidão são importantes para compreender a identidade do povo brasileiro. No culto africano todo o ritual é dirigido por um babalorixá, que segundo o vocabulário afro-brasileiro de Castro (2001), significa “pai de santo”, podendo este líder espiritual ser do sexo masculino ou feminino sendo visto como autoridade máxima pelos seus seguidores e iniciados.

1 Bacharel em Turismo. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle. Email: marcelo.201120050@unilasalle.edu.br

2 Orientador da pesquisa e professor Dr. do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle (M/D). Email: artur.isaia@unilasalle.edu.br

3 Co-orientador da pesquisa e professor Dr. do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle (M). Email: renato.machado@unilasalle.edu.br

Bastide (1961, p. 319) sugere que não somente durante a possessão que ocorre uma apropriação das características da identidade do orixá, mas também na vida cotidiana do filho de santo, cita então o texto de René Ribeiro que diz: “pertencer a uma dessas divindades individualizadas, tem significado particular para o indivíduo, como indício de boa sorte ou de poder mágico [...], pressupostos que por certo influenciarão sua conduta”.

O problema de pesquisa nos remete diretamente a esta constatação de Bastide, já que procura compreender se existe uma identificação de Pai Paulinho de Odé com as características de seu Orixá “Odé” e a influência do orixá na sua construção identitária. No adepto da religião africana, como aparece em Verger (2002, p. 20), ao fazer menção a Gisele Cossard:

“[...] se examinarmos os iniciados, agrupando-os por orixás, nota-se que eles possuem, geralmente, traços comuns, tanto no biótipo como em características psicológicas. Os corpos parecem trazer, mais ou menos profundamente, segundo os indivíduos, a marca das forças mentais e psicológicas que os anima.”

O líder religioso na religião africana está inserido em um discurso fundamentado a partir de narrativas orais ouvidas de outras gerações. Para Silva & Silva (2005), os discursos são “historicamente determinados”, ou seja, o discurso é uma “prática de linguagem, isto é, uma narrativa construída a partir de condições históricas e sociais específicas” (SILVA & SILVA, 2005, p. 101). Para os autores, o sujeito “não é responsável pelos significados que existem em seu discurso, uma vez que nenhum discurso é de autoria exclusiva de seu autor, já que todos os indivíduos fazem parte da mesma memória coletiva” (SIVA & SILVA, 2005, p. 101). Como a própria memória tem uma dimensão narrativa (RICOEUR, 2007) e claramente social (HALBWACHS 2006), compreendem-se as articulações conceituais acima discriminadas e que nos conduzem para a análise da construção memorial e identitária de Pai Paulinho de Odé.

Sobre memória individual, Halbwachs sugere que esta se relaciona com a memória coletiva, já que a recordação só é possível “quando nos colocamos no ponto de vista de um ou mais grupos e de nos situar novamente em uma ou mais correntes do pensamento coletivo” (2006, p. 36). Considerando as discussões sobre memória, Graeff (2017, p.157) diz que “a memória coletiva é composta de quadros sociais e representações coletivas, atividade mnemônica individual se desenvolveria em uma relação de dependência com a memória coletiva”. Já que o culto da religião africana é praticado por diversas pessoas (coletivo) e fundamentado a partir de uma cultura baseada em narrativas orais, não se pode deixar de lado tais reflexões baseadas em conceitos de memórias coletivas para um melhor entendimento sobre seus costumes e tradições.

Sabe-se que antes da escrita a oralidade seria a forma de transmissão dos saberes e servia para a consolidação das tradições de determinado grupo social. A religião africana caracteriza-se como uma modalidade de cultura mítica, apoiada nas narrativas de memória, segundo Prandi (2005, p. 32),

“a religião é a ritualização dessa memória, desse tempo cíclico, ou seja, a representação no presente, através de símbolos e encenações ritualizadas, desse passado que garante a identidade do grupo – quem somos, de onde viemos, para onde vamos?”

História e práticas sociais estão intrinsecamente vinculadas ao uso da memória e oralidade para as ciências humanas, Le Goff (2003, p. 477) afirma que “memória onde cresce na história que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro”.

Interagindo com narrativas orais o uso da fotografia assume uma função evocativa da memória na atividade de rememoração, Fontcuberta (1997, p.58) contribui afirmando que “sempre fotografamos para recordar aquilo que nós fotografamos, para proteger a experiência duradoura da confiabilidade da memória”. Um registro fotográfico então congela determinado momento ajudando através da imagem captada consolidar a identidade e a sensação de pertencimento a determinado grupo social.

Pensando na fotografia como suporte de memória e os benefícios que tais registros podem trazer para o indivíduo em suas relações coletivas, a reflexão de Candau (2012, p.132) complementa essa ideia quando diz que “sem memória o sujeito se esvazia, vive unicamente do momento presente, perde suas capacidades conceituais e cognitiva assim como sua identidade desaparece”.

O terreiro (ou *Ilê*) onde ocorrem os rituais religiosos, pode ser visto como uma escola do conhecimento responsável por outorgar os títulos a seus iniciados, Lody (1987, p.9) diz que “na relação memória milenar e grandes transformações, os modelos africanos encontram sustentação na história oral, forte e predominantemente, em que as regras e papéis de homens e mulheres são geralmente determinados pelos cargos e funções”.

Para os seguidores que fazem parte da religião africana, o local onde ocorre o culto é digno de respeito como qualquer outro e deve ser erguido como reconhecimento ao orixá. Sendo assim, Pai Paulinho seguindo esse ideal construiu o *Ilê* para o seu orixá Odé. Para Lody (1987, p.18), “o santuário é o espaço destinado a guarda, fixação, atribuição e perpetuação do axé, estando situado num conjunto de elementos materiais e mágicos” que seriam responsáveis para a manutenção da fé entre os envolvidos.

Toda a contextualização apresentada no desenvolvimento tem como objetivo trazer conceitos de autores que venham a contribuir para a reflexão, fundamentação teórica e assim responder ao problema que a presente pesquisa se propõe.

Conclusão

A presente pesquisa está utilizando os aspectos metodológicos proposto por Alberti (2005), atualmente já estão sendo realizadas as entrevistas e suas devidas transcrições e logo após serão enviadas a Pai Paulinho para leitura, para então, ser assinado o Termo de Consentimento.

Como os depoimentos de Pai Paulinho e outros atores envolvidos no contexto dessa pesquisa não estão partindo de um roteiro com questões fechadas, se fazem necessários alguns cortes temáticos para não tornar as narrativas de memória muito extensas.

Todos os conceitos dos diversos autores apresentados no desenvolvimento, servirão de aporte teórico no momento da análise das narrativas e ajudando a confirmar, ou não, se Pai Paulinho também se apropriou dos traços característicos do orixá Odé durante a construção de sua identidade, respondendo então o problema da presente pesquisa.

Como já foi mencionado, o *Ebook* que contará a trajetória identitária de Pai Paulinho de Odé (se autorizado pela coordenação do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais), poderá ser apresentado durante a semana do dia 20 de novembro do próximo ano (2020) no Espaço Multicultural da Universidade La Salle aberto à comunidade e posteriormente publicado e divulgado através das redes sociais que o sujeito faz uso.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 235 p.

BASTIDE, R. **O candomblé da Bahia: rito nagô**. Tradução de Le candomblé de Bahia, de 1958. São Paulo: São Paulo Editora S.A., 1961.370 p.

CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012. 219 p.

- CASTRO, Y. P. de. **Falares africanos na Bahia**: um vocabulário afro-brasileiro. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2011. 366 p.
- FONTCUBERTA, J. **El beso de Judas**: fotografia y verdad. Barcelona: Gustavo Gili, 1997. 136 p.
- GONDAR, J.; DODEBEL, V. L. D. L. de M. (Org.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005. 160 p.
- GRAEFF, L. Memória Coletiva. *In*: BERND, Zilá; MANGAN, Patrícia K. V., (Orgs.). **Dicionário de expressões da memória social, dos bens culturais e da cibercultura**. Canoas, RS: Ed. Unilasalle, 2017. 156-157p.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006. 222 p.
- LE GOFF, J. **História e memória**. 5. ed. Campinas.: UNICAMP, 2003. 541 p.
- LODY, R. **Candomblé**: religião e resistência cultural. São Paulo: Ática, 1987. 85 p.
- PRANDI, R. **Segredos guardados**: orixás na alma brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. 328 p.
- RICOEUR, P. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007. 535 p.
- SILVA, K. V.; SILVA, Maciel H.. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2005. 439 p.
- VERGER, P. F. **Orixás**: deuses iorubás na África e no novo mundo. Salvador: Corrupio, 2002. 296 p.

As representações imagéticas dos Caboclos da Umbanda

Mateus Felipe Martins Brum¹

Introdução

Este trabalho tem como tema de pesquisa a representação imagética dos Caboclos na Umbanda brasileira. O problema de pesquisa que nos move refere-se aos conteúdos discursivos com o qual essas entidades aparecem na Umbanda.

A partir deste interesse nosso Projeto de Pesquisa atém-se a um “corpus” formado pelas publicações de cunho doutrinário umbandistas, bem como no ciberespaço (sites dos Centros de Umbanda e empresas que comercializam imagens religiosas). Sendo assim, nosso “corpus” pode ser visualizado da seguinte maneira:

1 A Imprensa

1.1 Revistas e jornais doutrinários

1.2 Livros doutrinários

1.3 Revistas e jornais de cunho extra religioso

2 O ciberespaço

2.1 As imagens de Caboclos veiculadas pelos Centros de Umbanda. Neste caso o critério para a escolha dos mesmos será a presença mais variada e frequente de imagens de Caboclos nos Congás² desses centros. Trabalhando com o ciberespaço, não vamos seguir nenhum critério geográfico na escolha desses centros.

2.2 As imagens dos Caboclos veiculadas pelas empresas que comercializam objetos religiosos. Como no ítem anterior, nosso critério será a variedade e frequência com que aparecem nas opções de vendas dessas empresas. Neste texto vamos privilegiar o material empírico constante da primeira parte do “corpus” anteriormente arrolado.

Há que se considerar a importância dos Caboclos para o culto umbandista. Neste particular, um dos próprios mitos fundacionais ou anunciadores da Umbanda está relacionado com uma dessas entidades. Referimo-nos ao Caboclo das Sete Encruzilhadas, o qual será analisado em uma seção deste trabalho.

Os caboclos estão relacionados para Jocélio Teles dos Santos (1995) às ressignificações com que os cultos bantos passaram no Brasil: os antigos ancestrais africanos passam a dividir lugar para a reverência aos antigos donos da terra: os índios. Para o autor, esse processo subordina-se à lógica dos cultos africanos e não é indício de apagamento da memória ancestral africana, como defendeu, por exemplo, Edson Carneiro. Os Caboclos passaram por várias ressignificações na memória afrodescendente, surgindo daí, representações imagéticas diferentes e contrastantes. Segundo Isaia (2012) as interpretações sobre a presença do Caboclo na Umbanda não são consensuais, aparecendo, entre outras, a articulação com modelo romântico do índio; a homenagem ritualizada aos donos da terra e a articulação ao Espiritismo de matriz francesa.

1 Graduando em História, Universidade La Salle, Canoas, RS, sob a orientação do Prof. Dr. Artur Cesar Isaia.

2 Lugar no qual estão dispostas as imagens para culto.

Figura 1: O Caboclo das Sete Encruzilhadas, busto comercializado. Disponível em: <<https://velaspampeana.com/sitio/tienda/imagenes-2/caboclos/sete-encruzilhadas-caboclo-busto/>>



Um dos mitos fundantes ou anunciadores da Umbanda diz respeito a uma narrativa envolvendo a figura de um índio, o Caboclo das Sete Encruzilhadas. Segundo este mito, um jovem de 17 anos, morador do município de Neves, interior do Rio de Janeiro teria servido de médium para a primeira manifestação deste Caboclo. Segundo a narrativa este Caboclo teria fundado ou anunciado uma nova religião, na qual os espíritos dos primeiros habitantes da terra, os índios, bem como dos antigos escravos africanos poderiam ser invocados. Segundo a mesma narrativa, esses espíritos de índios e negros escravos não eram bem recebidos nas reuniões espíritas que aconteciam segundo as normas do Espiritismo no Brasil.

Os Caboclos: representações imagéticas

Como figuras cultuadas na Umbanda os Caboclos aparecem quase sempre vinculados a qualidades como força, determinação, bravura, coragem e estão inseridos em trabalhos de cura, tanto do ponto de vista do espírito quanto da matéria. Neste sentido, a capa da publicação “A Sabedoria da Umbanda”, traz na capa uma chamada emblemática da forma como essas entidades aparecem na Umbanda. A capa da referida publicação traz abaixo da figura de um índio, a seguinte chamada: “Caboclos: as entidades que trabalham com as forças das matas podem lhe trazer saúde e vitalidade”.

Figura 2: Capa da Revista “A Sabedoria da Umbanda”, n.6, s.d. Foto do autor.



A publicação acima apresenta os Caboclos da Umbanda como dotados de uma “forma forte, com voz vibrante, exímios caçadores e profundos conhecedores das ervas e de seus princípios ativos” (LIMA, D. de M., s.d., p. 12). Ou seja,

a autora está se referindo à representação identitária dos Caboclos, conforme se apresenta e é cultuado na Umbanda.

Como primeiros habitantes do Brasil, a Umbanda cultua os Caboclos aliando-os a qualidades ligadas à natureza e a sua condição de caçadores, coletores, pescadores. Além disso os Caboclos aparecem com qualidades ligadas à defesa da terra como sentinelas das matas, guerreiros, flecheiros, lanceiros.

Na condição de defensores da terra de que são donos, bem como conhecedores de atividades ligadas à sua familiaridade com as matas, os rios, as árvores, os animais e as forças da natureza, os Caboclos são muito representados em posições que evocam luta disputa, manifestação de força ou domínio sobre o habitat.

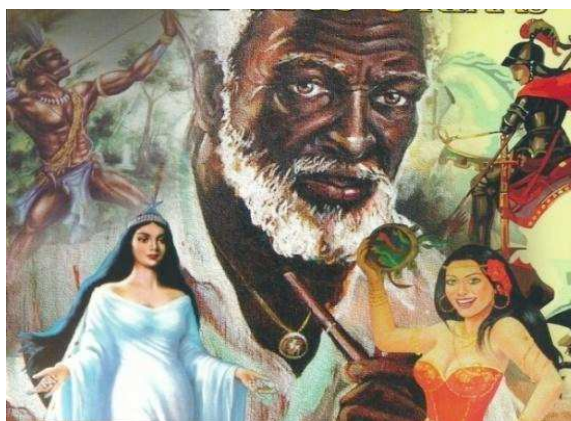
São bastante comuns as representações dos Caboclos lançando flechas, usando armas. Isto aparece também nas canções rituais umbandistas, os chamados “pontos”. Por exemplo, o “ponto” do Seu Viramundo e de Seu Ventania³, diz o seguinte:

Atira, atira, eu atirei/eu bamba vou atirar/ bicho no mato é corredor/Oxóssi na mata é caçador/
Cadê Vira-mundo pemba (bis)/ Tã no terreiro pemba, com seus caboclos, pemba/ Veado no mato é
corredor, cadê meu mano caçador/ Eo Caboclo Ventania que me protege noite e dia (OKÊ, s.d., p. 32).

Figura 3 e 4: Representações clássicas de um Caboclo, em pose de flecheiro. (MEU BARRAÇÃO, s.d, p.39). Foto do autor. (OKÊ, CABOCLOS. s.d, p. 32). Foto do autor.



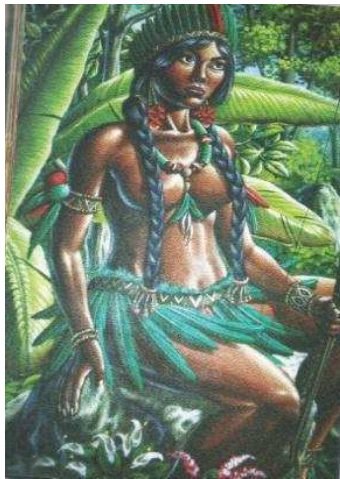
Figura 5: Os Caboclos no panteão umbandista, dividem espaços com os espíritos africanos ancestrais os “Pretos Velhos” (UMBANDA, s.d., capa). Foto do autor.



É necessário deixar claro que as representações culturais do indígena brasileiro na Umbanda não contemplam apenas o modelo masculino. As Caboclas estão extremamente presentes no panteão umbandista, relacionadas à força, beleza, bondade.

3 Os caboclos são muitas vezes conhecidos pelo pronome “seu”.

Figura 6: Representação imagética de uma cabocla em obra doutrinária umbandista (UMBANDA, s.d, p.68)



O papel dos Caboclos no panteão umbandista articula-se com a presença de práticas mágicas e rituais ameríndios, os quais já se faziam presentes nos chamados “Candomblés de Caboclo”, existentes na Bahia. Para Edson Carneiro, nesses Candomblés as sobrevivências dos africanos do grupo etnolinguístico banto acabaram por se encontrar com a ameríndia. Por outro lado, nesses Candomblés, Edson Carneiro notava a presença de Orixás novos, ligados a

“espíritos familiares a certas tribos indígenas ou tipos delas representativos, encarnando as suas virtudes, espíritos familiares divinizados pelos negros e por eles elevados à altura de Orixás, quase tão poderosos quanto os outros.” (CARNEIRO, 1991, p. 133)

Edson Carneiro notou já em 1936 que os Candomblés que cultuavam o universo mítico banto e mantinham as suas tradições ancestrais tinham praticamente acabado na Bahia. O autor referia-se a uma exceção, o Candomblé de Santa Bárbara, dirigido pelo pai de santo Manuel Bernardino da Paixão no Bate Folha. Para Rabelo e Aragão (2018), ao contrário do que defendeu Edson Carneiro, a presença dos Caboclos nos Candomblés da Bahia.

Figura 7: Os Caboclos da chamada “Falange de Oxossi”, relacionada a atividades de cura e manutenção material. (AS SETE, 1996, p. 26). Foto do autor.



Conclusão

As representações imagéticas dos Caboclos na Umbanda observadas no corpus documental aqui pesquisado nos mostram a persistência de algumas qualidades constantes nas mesmas. Assim, os Caboclos representados apontaram para qualidades de força, masculinidade, habilidade nas lides guerreiras e nas atividades ligadas à sobrevivência, como a caça. Desta forma, a Umbanda representa uma entidade com atributos de culto especiais, relacionando-as com a busca de saúde, provisão material e força necessária para o enfrentamento das necessidades e vicissitudes cotidianas.

Referências

- AS SETE LINHAS DA UMBANDA. **Planeta**. Cultos Afro-Brasileiros, n.2, p. 20-32, 1996
- CARNEIRO, E. **Religiões negras**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1991 [1936].
- ISAIA, A. C. Umbanda, intelectuais e nacionalismo no Brasil. **Fênix**. Revista de estudos culturais, v.9, n.3, p. 1-22, 2012.
- MEU BARRACÃO DE UMBANDA. Orixás. **Candomblé e Umbanda**, v.1, n.1, p. 38-43, s.d.
- LIMA, D. de M. Caboclos: a força e a sabedoria das matas. **A sabedoria da Umbanda**, n.6, p. 12-13, s.d.
- OKÊ, CABOCLOS! **A sabedoria da Umbanda**, n.6. p. 32-33, s.d.
- SANTOS, J. T. dos. **O dono da terra: os caboclos nos Candomblés da Bahia**. Salvador: Editora Sarah Letras, 1995.
- UMBANDA E SEUS ORIXÁS. **Fundamentos, cultos, sessões, formas de, guias, linhas, histórias e curiosidades**. São Paulo: s.ed, s.d.

Os anarquistas no Primeiro Congresso Operário Brasileiro (1906)

Maurício M. Knevez

Introdução

O Primeiro Congresso Operário Brasileiro de 1906 geralmente é considerado um marco tanto para o movimento operário quanto para o anarquismo no Brasil. Segundo a historiadora Angela de Castro Gomes,

O Congresso de 1906 [...] não é situado como um acontecimento-chave apenas porque suas resoluções configuraram a vitória de pontos fundamentais do ideário anarquista, demonstrando seu crescimento diante dos grupos existentes no movimento sindical da época. O significativo é que essa data assinalou um ressurgimento de ações de organização e de reivindicação entre os trabalhadores do Rio e também de São Paulo, onde a presença dos anarquistas era fundamental. O 1º de maio de 1906, as várias greves ocorridas no Rio no segundo semestre deste mesmo ano, a greve paulista de 1907, a formação da Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ) e a publicação entre 1908 e 1909 do jornal *A Voz do Trabalhador* dão bem a ideia da força desta proposta no interior do movimento operário. (GOMES, 2005, p. 81)

O Congresso ainda lançou as bases de acordo nas quais seria constituída a Confederação Operária Brasileira (COB) em 1906. Organizada sob os princípios do sindicalismo revolucionário, a COB foi a primeira organização operária organizada a nível nacional, e apesar de sua existência precária, permitiu uma certa articulação e troca de informações entre o movimento operário do país através do seu periódico, *A Voz do Trabalhador*, mencionado por Gomes na citação acima. Boa parte da militância mais ativa da COB era composta por militantes libertários. Para a autora, é “inegável que de 1906 a 1919/1920 foram os anarquistas os maiores responsáveis pelo novo tom que caracterizou o perfil e a atuação dos setores organizados do movimento operário” (GOMES, 2005, p. 81). No entanto, os anarquistas não constituíram maioria entre os delegados do Congresso – e competiam com uma tendência reformista que naquele momento exercia bastante influência no movimento operário. Como foi possível, então, que as teses defendidas pelos anarquistas tenham prevalecido? A própria memória anarquista nos coloca que, se não fosse o “temperamento combativo dos delegados representantes do operariado paulista, unido aos representantes do operariado do Rio, já experientes em lutas anteriores, o congresso teria sido inútil para a classe trabalhadora do Brasil”, uma vez que “os seus principais promotores empenharam-se para que saísse daquele estupendo choque de ideias um forte partido político, para servir os interesses da burguesia” (PINHEIRO; HALL, 1979, p. 207).

Durante os primeiros anos da República, o reformismo era muito mais presente do que o anarquismo no interior do movimento operário. Ainda que nunca tenha alcançado uma unidade organizativa e ideológica, foi uma posição bastante difundida e compartilhada por socialistas democráticos, positivistas, republicanos radicais e sindicalistas mais pragmáticos. De maneira geral, os reformistas viam a necessidade de “organizações duradouras, fortes e financeiramente sólidas para alcançar seus objetivos, não hesitando em manter funções mutualistas para garantir a permanência dos associados pagando suas mensalidades”; para eles, a “greve era o último recurso” e “o que importava era a obtenção de ganhos, mesmo que parciais” (BATALHA, 2000, p. 33). Não rejeitavam a intermediação de autoridades, defendiam a consolidação dos ganhos obtidos através de leis e não condenavam a política institucional, chegando a apresentar e apoiar candidatos operários ou ligados ao movimento operário em eleições. Boa parte dos esforços dos reformistas, aliás, se deteve sobre diversas tentativas de criar um partido operário.

O anarquismo, por sua vez, embora difundido no Brasil pelo menos desde 1890, começou a marcar maior

presença no movimento operário a partir da greve geral de 1903 no Rio de Janeiro. Iniciada pelos têxteis, a paralisação logo recebeu a adesão de outras categorias. Considerado à época como “o mais importante movimento grevista até então realizado no Brasil” (DULLES, 1980, p. 26), a greve foi duramente reprimida e nenhuma de suas reivindicações foi atendida. Porém, “esse movimento lançou as bases de um sindicalismo mais calcado na ação direta no Rio de Janeiro” (BATALHA, 2000, p. 40), reforçado pelo fracasso das negociações conduzidas pelo Centro das Classes Operárias, então liderado por Vicente de Souza, uma das principais figuras do reformismo. Os anarquistas perceberam nessa greve “uma demonstração do potencial rebelde dos trabalhadores brasileiros” (OLIVEIRA, 2010, p. 183) e direcionaram o centro de suas atenções para o movimento operário – até então, o anarquismo vinha sendo difundido, fundamentalmente, através da ação de grupos de propaganda e periódicos. No interior do movimento operário, os anarquistas optaram pela estratégia do sindicalismo revolucionário: negação da política institucional, defesa da ação direta, da neutralidade política e religiosa dos sindicatos e de uma organização de tipo federalista. Basicamente, as teses defendidas pelos anarquistas no Primeiro Congresso Operário Brasileiro iam nesse sentido.

Após a greve de 1903, no Rio, o movimento operário irá vivenciar um verdadeiro ascenso organizativo. Apenas um mês após a greve, foi fundada a Federação das Associações de Classe, que em 1905 daria origem à Federação Operária Regional Brasileira. No mesmo ano, a organização operária também florescia na capital paulista, com a criação da Federação Operária de São Paulo (FOSP). A organização operária apontava para uma iniciativa no sentido de realizar alguma articulação a nível nacional – um Congresso Operário para definir quais seriam as linhas de orientação, ação e organização do movimento operário.

Resoluções do Primeiro Congresso Operário (1906)

A ideia de realizar um Congresso Operário nacional parece ter partido dos reformistas: no final de 1905, uma circular da União Operária Engenho de Dentro, assinada por Antonio Pinto Machado, foi publicada no jornal *Correio da Manhã*, convocando a realização de um congresso operário, no qual só poderiam ser admitidos “os socialistas, ficando proibidos os elementos revolucionários” e se discutiria, entre outras questões, “se o operário deve ou não ser político, e qual a política aceitar” (*Correio da Manhã*, 25/12/1905). Em resposta, a Federação Operária Regional Brasileira tratou de preparar um encontro distinto, uma vez que aquele convocado pela União possuiria um caráter político particularista – era necessário um congresso operário de caráter puramente econômico, a fim de congregar todos os trabalhadores e não excluí-los por suas opiniões políticas. Inicialmente Pinto Machado atacou a Federação, acusando-a de ter “imitado” sua iniciativa. No entanto, acabou credenciado a União para participar do encontro chamado pela Federação, que ocorreu entre os dias 15 e 22 abril de 1906 na então Capital Federal, contando com a presença de 43 delegados representando 28 associações de diversas partes do país e realizado na sede do Centro Galego.

Os anarquistas, conforme já mencionamos, constituíam minoria entre os delegados do Congresso, estando espalhados entre as delegações de São Paulo e do Rio, porém incluíam militantes destacados como Caralâmpio Trillas, Carlos Dias, Edgard Leuenroth, Giulio Sorelli, João Arzua, Luigi Magrassi, Manuel Moscoso e Mota Assunção, que antagonizaram as posições de lideranças reformistas como José Hermes de Olinda Costa, Mariano Garcia, Melchior Pereira Cardoso e Pinto Machado.

O primeiro tema debatido no Congresso já envolvia a questão se o operariado deveria ou não aderir a uma política de partido ou conservar a sua neutralidade. Enquanto reformistas como Pinto Machado se mostravam convencidos “da necessidade que tem o operário de mandar ao parlamento os seus representantes, que no seio da representação nacional tratem de zelar pelos interesses gerais do operariado” (*Jornal do Brasil*, 16/04/1906), o anarquista Caralâmpio Trillas condenava a política “sob todos os pontos de vista, achando que ao operário pouco ou mesmo nada deve importar o problema político (...) posto que a política até hoje não tem sido senão um elemento

de exploração do operariado, em qualquer parte do mundo” (*Jornal do Brasil*, 16/04/1906). Após intenso debate, foi a moção encaminhada por Edgard Leuenroth que seria aprovada por ampla maioria:

“Considerando que o operariado se acha extremamente dividido pelas suas opiniões políticas e religiosas; que a única base sólida de acordo e de ação são os interesses econômicos comuns a toda a classe operária, os de mais clara e pronta compreensão; que todos os trabalhadores, ensinados pela experiência e desiludidos da salvação vinda de fora da sua vontade e ação, reconhecem a necessidade iniludível da ação econômica direta de pressão e resistência, sem a qual, ainda para os mais legalitários, não há lei que valha; O Congresso Operário aconselha o proletariado a organizar-se em sociedades de resistência econômica, agrupamento essencial e, sem abandonar a defesa, pela ação direta, dos rudimentares direitos políticos de que necessitam as organizações econômicas, a pôr fora do sindicato a luta política especial de um partido e as rivalidades que resultariam da adoção, pela associação de resistência, de uma doutrina política ou religiosa, ou de um programa eleitoral”. (PINHEIRO; HALL, 1979, pp. 46-47)

Entre outras teses defendidas pelos anarquistas, o Congresso também aprovou resoluções favorecendo a organização em moldes federalistas – “único método de organização compatível com o irreprimível espírito de liberdade” –, concedendo “a mais larga autonomia do indivíduo no sindicato, do sindicato na federação e da federação na confederação” (PINHEIRO; HALL, 1979, p. 49) e recomendando a proibição de funcionários remunerados nos sindicatos e a abolição de presidentes e comissões diretivas em prol de simples comissões administrativas sem exercício de autoridade e unicamente com a delegação de funções.

A defesa dos métodos de ação direta também se sobressaía em relação às propostas dos reformistas. As resoluções aprovadas nesse sentido recomendavam explicitamente os meios de ação direta, uma vez que o proletariado economicamente organizado, “independente de partidos políticos, só pode, como tal, lançar mão dos meios de ação que lhe são próprios (...) tais como a greve geral ou parcial, a boicotagem, a sabotagem, o label, as manifestações públicas etc.” (PINHEIRO; HALL, 1979, p. 51).

Conclusão

A grande questão posta aqui é, se os anarquistas foram minoria no Primeiro Congresso Operário Brasileiro, como conseguiram fazer valer suas teses? Seria razoável supor que a maior parte dos delegados presentes no Congresso não eram vinculados organicamente à nenhuma corrente específica do movimento operário, apesar da polarização entre reformistas e revolucionários. No entanto, as teses dos anarquistas pareciam fazer muito mais sentido em um contexto politicamente excludente, onde não havia canais institucionais para a participação das classes trabalhadoras na política institucional e nem leis que regulassem ou possibilitassem uma mediação nos conflitos entre capital e trabalho. O apelo à ação direta parecia fazer mais sentido do que uma estratégia baseada fundamentalmente na via eleitoral e na consolidação de direitos pela via legal. Quanto à neutralidade política e religiosa dos sindicatos, ela era vista como uma forma de atrair e manter unidos um número maior de trabalhadores no interior das associações operárias, evitando as lutas de partido e mantendo a união através dos interesses econômicos comuns. Essa perspectiva foi defendida pelo militante anarquista Rozendo dos Santos, já em 1909, nas páginas do jornal *A Voz do Trabalhador*. Ele argumentava que naquele contexto a ação do movimento operário deveria ser de “arregimentação, isto é, de preparar o ambiente para a luta”. Para ele, as “bases sindicalistas, aconselhadas pelo Primeiro Congresso Operário, são as únicas, até aqui, que se figuram como promissoras de êxito para o operariado” (*A Voz do Trabalhador*, 22/06/1909). Além disso, como apontado por Tiago Bernardon de Oliveira, os anarquistas parecem ter se instrumentalizado da defesa da neutralidade política dos sindicatos para evitar a influência de outras tendências, ao mesmo tempo que “permitia aos militantes libertários poderem continuar a participara da vida no interior das associações de trabalhadores, e, assim, contribuir para torná-las meios revolucionários” (OLIVEIRA, 2010, p. 183). Ainda segundo Oliveira, “a ratificação da neutralidade política e religiosa dos sindicatos, ao mesmo

tempo que servia de escudo, servia também de contra-ataque” (OLIVEIRA, 2009, p. 80). Os anarquistas insurgiam-se contra os sindicalistas que desejavam institucionalizar as organizações sindicais, “fazendo-as de apêndices para os seus partidos políticos, apelando para os princípios comuns, estabelecidos conjuntamente através da neutralidade” (OLIVEIRA, 2009, p. 80) Assim, podiam se apresentar como os bastiões do “verdadeiro sindicalismo”, contrário ao sindicalismo “amarelo”, “politiqueiro” e reformistas, assumindo e monopolizando, assim, o discurso revolucionário no interior do movimento operário – pelo menos até a fundação do Partido Comunista em 1922 – e influenciando toda uma gama de agitações trabalhistas ocorridas entre a realização do Primeiro Congresso Operário, em 1906, e o início da década de 1920.

Referências

BATALHA, C. *O Movimento Operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

DULLES, J. W.F.. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

GOMES, A. de C. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

OLIVEIRA, T. B. *Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense (UFF), Rio de Janeiro, 2009.

_____. A neutralidade política no sindicalismo anarquista brasileiro (1906-1913). In: QUEIRÓS, César Augusto Bulboz & ARAVANIS, Evangelia (org.). *Cultura operária: trabalho e resistências*. Brasília: Ex Libris, 2010.

PINHEIRO, P. S.; HALL, M. *A Classe Operária no Brasil: Documentos (1889 a 1930)*. Vol. I – O Movimento Operário. São Paulo: Alfa Omega, 1979.

Eva Eleitora: a participação feminina na eleição de 1933 no Distrito Federal

Mônica Karawejczyk

Pós-doutoranda PUC-RS

Introdução

Em janeiro de 2015 foi reconhecido, por um ato presidencial, o dia da conquista do sufrágio feminino, 24 de fevereiro.¹ Desde então temas como cidadania, participação política, inclusão social e empoderamento da mulher são questões que suscitam muitas discussões e preocupações na sociedade, estando cada vez mais presentes nas pautas dos meios de comunicação. Mesmo assim a história da conquista do sufrágio feminino e do início da participação feminina no mundo político ainda são pouco conhecidas.

A inserção de grandes massas nos mecanismos da vida política é um fato bastante recente: o sufrágio universal e a igualdade do voto só foram conquistados, de uma maneira geral, nas primeiras décadas do século XX. Países como França e Itália só concederam tal direito na década de 1940; e Portugal e Suíça somente trinta anos depois, na década de 1970.

A inclusão feminina na cena eleitoral no Brasil foi conquistada em 1932, após longos anos de lutas das feministas e de várias tentativas parlamentares para estender o alistamento eleitoral às brasileiras. Getúlio Vargas, ao assumir a chefia do Governo Provisório, após os fatos que desencadearam a Revolução de 1930, designou, pelo decreto nº 19.459, de 6 de dezembro de 1930, uma subcomissão legislativa para estudar e propor a reforma da lei e do processo eleitorais. Uma das reformas propostas era estender o direito de voto às mulheres, o que se efetivou com a publicação de novo Código Eleitoral em 24 de fevereiro de 1932.

Poucos estudos são encontrados que tratam dessa temática, sendo que, a maioria deles, procura verificar a participação feminina nas lides eleitorais pós-1945, período da redemocratização do país. Um exemplo desse tipo de abordagem é a da cientista política Lúcia Avelar, no livro intitulado *O Segundo Eleitorado - Tendências do Voto Feminino no Brasil*. Apesar de a autora trazer uma importante contribuição ao contestar a visão tradicional de que “as mulheres são apolíticas e conservadoras”, ela desqualifica todo o movimento político feminino que aconteceu no Brasil antes de 1945 ao declarar sumariamente: “a prática eleitoral das mulheres brasileiras realmente teve início em 1946, com a redemocratização do país” (AVELAR, 1989, p.20 e 41). A autora desconsidera dessa forma toda a luta empreendida nos anos anteriores a 1945 e que possibilitaram tanto a conquista do voto quanto as primeiras participações femininas nos pleitos eleitorais, mote dessa pesquisa.

Como já salientado, na década de 1930, reconheceu-se o direito de voto para as brasileiras em um momento em que “o governo provisório tratava de se firmar, em meio a muitas incertezas. A crise mundial trazia como consequência uma produção agrícola sem mercado, a ruína de fazendeiros, o desemprego nas grandes cidades. As dificuldades financeiras cresciam” (FAUSTO, 2003, p.332-333). Importante destacar que tal direito foi reconhecido nas mesmas condições que para os homens. A única diferença considerada no Código Eleitoral era que o alistamento feminino seria facultativo, enquanto o masculino era obrigatório para todos os homens com menos de 60 anos. Chama a atenção que, desde 1932, momento em que as brasileiras conquistaram o direito de votar e ser votadas, mais se fala na sua ausência do que na sua presença nas lides eleitorais. Bom lembrar que, como informa Céli Pinto,

¹ Sancionada através da Lei nº 13.086 de 8 de janeiro de 2015 que incluiu no Calendário Oficial do Governo Federal o Dia da Conquista do Voto Feminino no Brasil.

Desde os primórdios da Revolução Francesa [...] é possível identificar mulheres que de forma mais ou menos organizada lutaram por seu direito à cidadania, a uma existência legal fora da casa, único lugar em que tinham algum tipo de reconhecimento como esposas e mães. [...] as lutas e reivindicações esparsas cederam lugar a uma campanha mais orgânica pelos direitos políticos de votarem e de serem votadas. O movimento sufragista se espalhou pela Europa e pelos Estados Unidos, construindo a primeira vaga de feminismo organizado no mundo (PINTO, 2003, p.13).

Sendo que, aqui no Brasil, não foi diferente, pois desde antes da implantação da República o tema do sufrágio feminino circulava pelo país. Em 1890-1891, durante as discussões para a feitura da Constituição, a primeira do regime republicano, ocorreu a apresentação de seis emendas solicitando a inclusão das mulheres no quesito eleitor. Apesar de todas solicitarem um sufrágio limitado para as brasileiras nenhuma delas foi aprovada. Por outro lado, a Constituição promulgada, não negava explicitamente o voto às brasileiras, uma vez que nada havia no texto constitucional sobre este ponto. O artigo 70, que regulamentou tal questão ficou assim redigido: *São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos, que se alistarem na forma da lei*. Os mendigos, analfabetos, os *praças de pret* e os religiosos foram os únicos expressamente proibidos de se alistarem. Por conta da ambiguidade dessa redação, algumas mulheres tentaram participar da vida política do país ao longo dos 43 anos da Primeira República, baseadas no princípio que elas também eram cidadãs, algumas conseguiram se inscrever como eleitoras, mas a maioria não.²

Assim a proposta dessa comunicação é a de aprofundar os estudos sobre a temática do sufrágio feminino no Brasil dando o devido destaque para a participação das mulheres nos pleitos eleitorais da República Nova.

A estreia feminina nos pleitos eleitorais

A eleição de 3 de maio de 1933 foi convocada para o provimento de cargos na Assembleia Nacional Constituinte em todo o território nacional. Até o momento, tal eleição têm sido praticamente ignorada pela historiografia levando-se em conta o viés da participação feminina.

Assim esta pesquisa procura contribuir para resgatar da obscuridade uma parte importante das conquistas femininas na história política brasileira, além de buscar conhecer as personagens femininas que participaram das primeiras eleições da República Nova. Outro dos objetivos a serem alcançados é conseguir indicações do número de eleitoras da época. A participação feminina nas eleições da década de 1930 ainda não foi estudado com profundidade pela historiografia brasileira, estando aí sua relevância. Essa comunicação faz parte de uma pesquisa maior que procura identificar a participação feminina nos pleitos de 1933, 1934 e 1935 e que se preocupa em responder a algumas questões, entre as quais se destacam:

- 1) *Quem eram as candidatas aos pleitos eleitorais?*
- 2) *Qual o número de mulheres que se alistaram para participar de tais eleições?*
- 3) *Uma vez que o alistamento feminino não foi considerado obrigatório, quais os argumentos levantados para convencer este novo eleitorado a se envolver no processo eleitoral?*
- 4) *Quais estratégias foram empregadas pelos candidatos em disputa por um cargo pelo inédito voto feminino?*
- 5) *Quais eram as expectativas advindas da inédita participação feminina no pleito eleitoral?*
- 6) *O sufrágio feminino continuou a suscitar debates após as eleições de maio de 1933?*

Para se atingir os objetivos propostos algumas escolhas foram necessárias para o bom andamento da pesquisa. Inicialmente escolhi analisar a inédita participação feminina nas eleições da República Nova, com foco inicial nas

2 Sobre essa questão ver, por exemplo, o caso de Diva Nolf Nazário (KARAWEJCZYK, 2010).

ciudades do Rio de Janeiro e São Paulo. A cidade do Rio de Janeiro foi escolhida tanto por ser a capital federal quanto a sede das duas principais associações femininas do Brasil, a *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino* (FBPF) e a *Aliança Nacional de Mulheres* (ANM), cujas respectivas líderes, Bertha Lutz e Natércia da Cunha Silveira foram candidatas a um cargo de deputadas constituintes em 1933. A cidade de São Paulo, foi escolhida por ter sido a única que elegeu uma candidata à Constituinte de 1933, Carlota Pereira de Queiroz.

As fontes selecionadas para dar conta desses objetivos foram algumas publicações periódicas que circulavam diariamente nessas cidades. Destaco que a escolha por pesquisar sobre a questão da inserção feminina no pleito eleitoral, tendo como base a fonte imprensa, não foi aleatória, pois tenho trabalhado há algum tempo com esse material, do qual ressalto a sua importância e versatilidade. Bem como a escolha por trabalhar com a imprensa como fonte principal se fez por dois motivos. O primeiro é o fato de que é nos periódicos que tal história pode ser encontrada, uma vez que, consultas já realizadas no *Centro de Memória do Tribunal Superior Eleitoral* (localizado em Brasília) apontaram a ausência no acervo de dados mais concretos sobre as primeiras eleições da década de 1930. O segundo motivo é para que se possa captar o que se veiculou nos primeiros anos de 1930 sobre a participação das brasileiras nos primeiros pleitos eleitorais que elas participaram. Saliendo que o material coletado na fonte imprensa será pensado não como um conjunto de informações válidas por si mesmas, mas como representações possíveis acerca do assunto em questão. Afinal como bem lembra Marília Scalzo (2003, p.12): “não dá para esquecer [...] o que é impresso, historicamente, parece mais verdadeiro do que aquilo que não é”. Assim esse estudo pretende destacar o momento inicial de lutas e manifestações femininas, momento em que as brasileiras puderam enfim colocar em prática o direito de votar e serem votadas. A proposta também é uma tentativa de se identificar no discurso jornalístico como a participação das mulheres nas primeiras eleições foi apresentada nos anos trinta e qual era a expectativa para com a inédita participação feminina na vida política do país. O método proposto para se analisar o material jornalístico é a *Análise de Conteúdo*. Roque Moraes (1999, p.9) apresenta essa metodologia como uma forma de “descrever e interpretar o conteúdo de toda uma classe de documentos e textos, essa análise [...] ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum”. De forma análoga, Laurence Bardin (1977) expõe que, através da desconstrução dos textos se pode determinar os temas principais abordados, separando-os em categorias a serem analisadas de forma não só quantitativa, mas também qualitativa. Segundo a autora a *Análise de Conteúdo* se baseia em torno de três fases: a pré-análise; a exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

Referências

- AVELAR, L. *O Segundo Eleitorado*. Tendências do voto feminino no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.
- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2003.
- KARAWJCZYK, M. Uma paulista na luta pela cidadania política. Diva Nazário e sua tentativa de alistamento em 1922. *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, nº 45, p.1-9, dez. 2010.
- MORAES, R. *Análise de Conteúdo*. *Educação*. Porto Alegre, PUCRS, nº 37, março de 1999.
- PINTO, C. R. J. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- SCALZO, M. *Jornalismo de Revista*. São Paulo: Contexto, 2003.

Emancipação Feminina nas Páginas da Revista de Semana (1927-1934)

Nielly da Silva Pastelletto

Introdução

A formulação desta proposta de pesquisa teve seu início com o meu trabalho de conclusão do curso de licenciatura em história, no ano de 2018. Neste trabalho busquei analisar como a *Revista da Semana* apresentou as discussões e a posterior conquista do voto feminino no Brasil no período entre 1931 e 1933. Com os levantamentos efetuados para a construção dessa pesquisa pude constatar alguns pontos. Entre eles a escassez de produções acadêmicas acerca do periódico, tendo em vista que se trata de uma revista que figurou entre as mais lidas no Rio de Janeiro, o que não condiz com sua relevância; Outro fator observado é a pouca variedade nas temáticas abordadas nestes trabalhos, sendo sua maioria relacionadas a pesquisas sobre moda e de estudos imagéticos.

Com o reconhecimento destas lacunas, para o projeto de mestrado - aprovado em 2019/2, e desta forma ainda não apresenta resultados - optei por ampliar o escopo da investigação original, abrangendo para além dos conteúdos referentes ao voto, questões sobre educação e trabalho, configurando então como um estudo acerca da emancipação feminina. Outros aspectos foram preponderantes para a escolha desta temática, como a baixa produção acadêmica referente a história das mulheres no período que abrange as três primeiras décadas do século XX, em especial quando envolvem também questões políticas.

Imprensa e a Revista da Semana

A cidade do Rio de Janeiro, até então capital brasileira, teve um lugar de destaque quanto a circulação de uma nova imprensa que despontou com o início do século XX. De acordo com Marcia Cezar Diogo (1999, p. 02), a capital carioca sofreu um processo de remodelação para compartilhar do padrão ocidental de metrópole, para corresponder aos ideais de civilização, ordem e progresso que eram diretamente importados das capitais europeias. Desta forma, o Rio de Janeiro serviria como referencial para este plano, para que na sequência, se espalhasse para o restante do país.

É neste contexto que surge a *Revista da Semana*, fundada por Álvaro Tefé, se apresentando em um primeiro momento como um suplemento do *Jornal do Brasil*, porém quinze anos mais tarde desvinculou-se do jornal e ganhou, de acordo com Ranielle Leal Moura (2011, p. 05), uma nova roupagem que inclui um texto mais político, social e feminino.

Após a persistência de um conflito quanto a data de lançamento da *Revista de Semana* (TABOADA, NERY, MARINHO, 2004, p. 19), com a digitalização e disponibilização *on-line* de seu conteúdo pela Biblioteca Nacional no ano de 2012, fica de fácil acesso a confirmação que seu primeiro número tem como data de estreia o dia 20 de maio de 1900. O periódico aparece como um dos mais longevos, tendo seu encerramento apenas no ano de 1959.

Mesmo contando com renomados ilustradores, como Raul Pederneiras, Bambino e Luís Peixoto, o grande destaque do periódico se encontra na utilização da fotografia como recurso gráfico, ganhando uma evidência tão elevada que é reconhecido por ser a única a registrar os acontecimentos durante a Revolta da Vacina (CASADEI, 2013, p. 174), tornado-se assim uma fonte que vai além das possibilidades de utilização apenas do seu conteúdo escrito de contos, crônicas e colunas, contando também com uma série de charges e fotografias, multiplicando as possibilidades de pesquisa. Costa (2007, p. 280) ressalta que a *Revista da Semana* demonstrou seu sucesso logo no

seu primeiro número, nesta edição ela trazia uma série de fotografias intituladas “As festas do IV Centenário” que devido a grande procura precisou ser reimpresso diversas vezes.

A relação do periódico com o recurso fotográfico lhe acompanha desde seu primeiro número, uma vez que em sua capa já trazia o epíteto de “*Fotographias instantaneas, desenhos e caricaturas*”. Na mesma edição a revista se coloca como para todas as classes sociais, sem preferências políticas ou literárias, que almeja levar a seus leitores informações e fotografias de qualidade, definindo-se como “*um orgam de informação, ilustrado e popular*”, expressando-se através de uma “[...] *linguagem seja clara, acessível a todos e o entrecho nada tenha de siquer ligeiramente censuravel debaixo do ponto de vista moral*”.

Emancipação Feminina

Ao se falar da história das mulheres, é necessário primeiramente compreender sobre quais mulheres estamos falando, uma vez que se deve reconhecer a pluralidade deste grupo, seja enquanto seu estrato social, etnia, etc, além da própria subjetivamente humana. Para a construção deste trabalho, a análise será realizada em cima de um grupo de mulheres com características distintas, tendo sido elas majoritariamente do meio urbano, com relações ou pertencentes a um ambiente que envolve burocracia governamental, dispondo de uma rede de contatos influentes no meio político, fazendo parte em sua maioria de um círculo com poder econômico que lhes proporciona a possibilidade de continuar seus estudos para além do ensino básico (HAHNER, 2003). Desta forma ficam excluídas as falas das mulheres negras, trabalhadoras da área fabril, pobres, de áreas rurais, tornando-se possível questionar sobre quais as mulheres do século XX que constituíram o grupo que fez deste o século das mulheres. Levando em consideração este recorte específico sobre as mulheres com condições sociais e políticas, se faz importante ressaltar que a saída destas do espaço privado para o público, se tornou possível mediante suas funções domésticas terem sido assumidas por outras mulheres na função de empregadas domésticas.

Tendo em vista este deslocamento da mulher para o espaço público apenas no início do século XX, suas histórias não fizeram parte da historiografia tradicional. O paradigma historiográfico manteve-se concentrado nas esferas do domínio político e público, ambientes profundamente marcados por delimitações de gênero, sendo eles hegemonicamente masculinos, lançando assim ao esquecimento tudo que dele fosse alheio, configurando o que Michelle Perrot (2007, p. 17) se referiu como o silêncio das fontes. Mesmo fazendo parte das obras de arte e literatura, foram sempre retratadas através do olhar masculino, sendo seres de mera representação, e tendo seu acesso à escrita sufocado, se comparado aos homens, poucos são os seus registros escritos.

Mesmo com a revolução causada pelo surgimento da escola dos Annales, alguns anos mais foram necessários para que de fato as mulheres fossem incluídas nas discussões, assim rompendo o silenciamento que sempre lhe foi imposto. O aumento do número de trabalhos que abordam a temática da história das mulheres se deu concomitantemente com a incorporação das mesmas no ambiente acadêmico e profissional. Esses trabalhos não detiveram-se apenas em agregar o elemento feminino em suas narrativas, mas também a proporcionar uma ampliação do leque temático de estudos propostos, reconfigurando assim a própria historiografia e o fazer histórico.

Por isso, reivindicar a importância das mulheres na história significa necessariamente ir contra as definições de história e seus agentes já estabelecidos como “verdadeiros”, ou pelo menos, como reflexões acuradas sobre o que aconteceu (ou teve importância) no passado. [...] E, mais fundamentalmente, desafia tanto a competência de qualquer reivindicação da história de fazer um relato completo quanto à perfeição e à presença intrínseca do objeto da história - o Homem universal. (SCOTT, 1992, p. 76-77)

Dentro deste novo leque de pesquisas encontra-se o tema da emancipação. Ao pesquisar sobre essa temática, percebe-se que ela está ligada de forma estreita à cidadania. De modo que, tal como ela, a sua definição transforma-se

ao longo do tempo e espaço observado. No Brasil, um dos autores que trabalha a noção de cidadania é José Murilo de Carvalho (2009), que define que ser cidadão, dentro da lógica ocidental, é ter assegurado três direitos basilares, o civil, político e social. Por direitos civis compreende-se aqueles que organizam a sociedade e são fundamentais à vida como liberdade, igualdade perante a lei, propriedade e manifestação de pensamento. Jaime Pinsky (2008) define esses conceitos, sendo o direito político a participação no governo da sociedade, o direito de votar e ser votado. Enquanto ao direito social, este enquadra-se como a participação dentro das conquistas desta sociedade, tais quais o direito à educação, saúde, salário justo, entre outros. Porém, José Murilo de Carvalho (2009, p. 09-10) ressalta que uma cidadania plena, que abarque todos estas dimensões tende a ser inatingível, contudo continua servindo como parâmetro para análise de desenvolvimento da cidadania ao redor do mundo. O autor coloca ainda uma interdependência não necessária entre eles, uma vez que podem haver direitos civis sem direitos políticos, porém o contrário não é possível.

Trataremos como emancipação algumas temáticas pleiteadas pelos movimentos femininos dentro do recorte temporal aqui proposto. June Hahner (1990, p. 26) coloca emancipação feminina como sendo as “lutas coletivas conscientemente planejadas para elevar-lhes - social, econômica ou politicamente - o status, e, por último, a ele irá concluir a consciência da mulher como ser humano e como ser social.” Desta forma as temáticas que serão abordadas partem da imbricação do conceito de Hahner com as pautas levantadas por Maria de Lourdes Eleutério (2004, p. 656) como direito ao voto, trabalho remunerado e educação.

A transição do século XIX para o XX foi crucial para a emancipação feminina, sendo o século XX demarcado como o século das mulheres. Durante este período o movimento de mulheres em prol de seus direitos obteve tamanho vulto que ficou conhecido como a primeira onda feminista. Céli Pinto (2003, p. 14) denomina a primeira onda feminista como sendo a vertente mais organizada, que pleiteava a inserção feminina em um dos principais aspectos para a configuração da cidadania, os direitos políticos, até então negados às mulheres brasileiras. Adriana Vidal de Oliveira (2007, p. 112-113) ressalta que para além do campo político, o viés econômico foi determinante nesta primeira onda, seja na possibilidade da mulher solteira ser capaz de promover seu auto sustento ou da mulher casada obter o direito de manter uma independência econômica em relação a do esposo, bem como a discordância da impossibilidade do controle das mulheres sob suas propriedades.

Mesmo sendo uma pauta anterior ao início do século XX, a educação também será uma constante dentro deste primeiro movimento, contemplando não só os níveis primários do sistema educacional mas também superiores, possibilitando o acesso das mulheres a profissões, até então, restritas aos homens. Hahner (2003, p. 115) afirma que durante o século XIX a educação feminina - quando existente - restringia-se apenas a preparação da mulher para o único destino possível, o casamento e a maternidade, a fim de assegurar a felicidade de seus esposos. Contra isso levantaram-se mulheres que ousaram arriscar esse senso comum, como por exemplo da ilustre educadora Leolinda Daltro, que segundo a historiadora Mônica Karawejczyk (2014, p. 68) “Por conta de sua ousadia, recebeu vários epítetos [...]” denunciando que mesmo com uma possibilidade de educação, o peso moral ainda se apresentaria como um grande entrave na luta para instrução feminina.

Ainda dentro do âmbito educacional, Hahner (2003, p. 80) destaca que as mulheres brasileiras tiveram na profissão docente um meio para iniciar a sua emancipação econômica, principalmente para as mulheres da classe média. As famílias desse estrato social são caracterizadas por Hobsbawm (2003, p. 285) como necessitadas da emancipação econômica feminina uma vez que não dispunham de renda o suficiente para a manutenção da família, servindo então como auxílio a contribuição de agregação de valores, seja pelas vias do trabalho assalariado ou do casamento com um homem com melhores condições financeiras.

Referências

- CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CASADEI, E. B. **Os códigos e os padrões de narração e a reportagem**: por uma história da narrativa do jornalismo de revista do século XX. Tese (Ciência da Comunicação). 2013. USP. São Paulo, 2013.
- COSTA, C. R. da. **A revista no Brasil, o século XIX**. 2007. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- DIOGO, M. C. **O Rio em revista. A reforma Pereira Passos nas crônicas da Revista da Semana, d'O Malho e da Kosmos**. 1999. 176 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.
- ELEUTÉRIO, M. De L. **O Lugar Da Emancipação Da Mulher No Periodismo Paulista (1888-1930)**. Revista Iberoamericana, Vol. LXX, Núms. 208-209, Julio-Diciembre 2004, 653-663.
- HAHNER, J. E. **Emancipação do sexo feminino**: A luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940. Florianópolis: EDUNISC. 2003.
- HOBSBAWM, E. **A era dos impérios 1875-1914**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- KARAWAJCZYK, M. **Os primórdios do movimento sufragista no Brasil**: o feminismo “pátrio” de Leolinda Figueiredo Daltro. Estudos Ibero-Americanos, vol. 40, núm. 1, enero-junio, 2014, pp. 64-84
- MOURA, R. L. **História das Revistas Brasileiras – informação e entretenimento**. VIII Encontro Nacional de História da Mídia, Unicentro, Guarapuava- PR. 2011.
- PERROT, M. **Minha história das mulheres**. - São Paulo : Contexto, 2007.
- PINSKY, J. **Introdução**. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (orgs.). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2008.
- PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- OLIVEIRA, A. V. **A expressão constituinte do feminismo**: Por uma retomada do processo liberatório da mulher. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.
- SCOTT, J. **História das mulheres**. In: BURKE, P. (org.). **A escrita da história, novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.
- TABOADA, G. ; NERY, J. E. ; MARINHO, M. G. **A Revista da Semana em perspectiva**. THESIS, São Paulo, ano I, v. 2, p. 18-31, 2º Semestre, 2004.

Relações e conflitos entre imigrantes italianos, seus descendentes e indivíduos negros:
estratégias de sobrevivência, teorias e invisibilidades raciais (1899-1914).
(Caxias do Sul e São Francisco de Paula de Cima da Serra)

Norton Neves

No presente capítulo, abordaremos uma breve discussão sobre a identidade e diferença entre imigrantes italianos, seus descendentes e indivíduos negros¹. Dessa forma, buscamos compreender um pouco sobre tal relação. Sendo assim, começaremos identificando o conceito de identidade, tão caro ao passado e o presente.

No primeiro capítulo de *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*, escrito por Howard S. Becker, encontramos aspectos sociológicos que nos auxiliam a compreender melhor a relação entre homens italianos e negros que coexistiam no mesmo espaço nos finais do século XIX e princípios do XX. Seja em Caxias do Sul ou São Francisco de Paula de Cima da Serra, o conceito de *outsiders* é facilmente observável nos momentos de embates protagonizados por essas duas etnias. Como informado por Becker, o *outsider* consiste na rotulação do outro, daquele que é visto como diferente ou desviante da regra imposta por um grupo social, seja essa uma classe, gênero ou como no caso, etnia. (BECKER, 2008, p. 15).

Assim, casos de violência e preconceito contra indivíduos negros, em zonas de imigração, podem mostrar que rotular o *outsider*, ou desviante, acaba por exercer um papel social, no caso o de exclusão e condicionamento daquele que é rotulado. Mas rotular também atua para auxiliar a definição de identidade do italiano ou do negro. Logo, ao se rotular alguém há uma intencionalidade, pois não é todo desviante que é rotulado. No caso das relações étnicas entre imigrantes italianos e indivíduos negros na Serra gaúcha, essa intenção visa o controle social sobre os últimos. (BECKER, 2008, p. 16). Assim, as diversas identidades acabam por ser complementadas por aquilo que é diferente: os *outsiders*, que não estão no padrão visto como natural por um grupo. Desse modo, precisamos observar e constatar aquilo que não somos para que, assim, possamos reafirmar nossa identidade. Nesse processo, o *outsider*, ou desviante, tem papel fundamental. Becker explica isso de uma forma que denomina simplória, ao afirmar que:

A concepção mais simples de desvio é essencialmente estatística, definindo como desviante tudo que varia excessivamente com relação à média. Ao analisar os resultados de um experimento agrícola, um estatístico descreve o pé de milho excepcionalmente alto e o pé excepcionalmente baixo como desvios da média. De maneira semelhante, podemos descrever como desvio qualquer coisa que difere do que é mais comum. (BECKER, 2008, p. 18).

Kathryn Woodward veio a constatar algo semelhante ao afirmar que: “A identidade é marcada pela diferença, mas parece que algumas diferenças – neste caso entre grupos étnicos – são vistas como mais importantes que outras, especialmente em lugares particulares e em momentos particulares”. (WOODWARD, 2014, p. 11). Alguns autores (as) buscam responder como se deu a visão dessa diferença na concepção dos italianos. Entre eles (as) Maíra Ines Vendrame, em seu artigo, *Poder local e violência: imigrantes e nacionais nos núcleos coloniais do sul do Brasil*. Ao analisar um processo-crime nos quais os réus consistiam em cinco imigrantes italianos², Vendrame constatou que a violência contra indivíduos negros na Serra gaúcha estava marcada “pela crença na superioridade racial que os europeus acreditavam possuir em relação aos negros e às formas encontradas pelos primeiros para expressar essa diferença étnica”. (VENDRAME, 2014, p. 63).

1 O termo negro é utilizado neste trabalho e refere-se aos afro-brasileiros, conforme aparece na documentação e na bibliografia consultada.

2 Processo-crime: Cartório Cível e Crime, Cachoeira do Sul, nº 2507, maço 81, 1899, APERS.

A ideia de um estado europeizado se solidificou durante a última metade do século XIX. Tal fato também corroborou para a formação de cenários que legitimavam a crença na superioridade racial dos imigrantes que aqui chegavam. (WEIMER, 2007, p. 26). Outros fatores colaboravam para que o preconceito étnico fosse presente nas zonas de colonização e, envolviam questões legais. Sendo os processos de colonização no território brasileiro, diretamente ligados com as políticas imigrantistas que, em muitos casos, poderiam ser vistas como eugenistas, explica Azevedo. (AZEVEDO, 1987, p. 134-135).

Tais fatos auxiliaram no processo de invisibilidade da população negra. Ao propormos essa pesquisa estamos confrontando tal invisibilidade. Isso se faz importante como justificativa para a formulação do anteprojeto que foi proposto à banca no processo de seleção, pois vivemos em um estado brasileiro que se afirma diferente dos demais, seja por suas características étnicas, climáticas ou geográficas. Ao fazermos essa constatação estamos corroborando com Weimer. Em sua dissertação, Weimer relata que em nosso estado formou-se um processo de negação do outro, ou a negação do que era diferente e desviante. Nesse caso, nas zonas de imigração, o *outsider* corresponde à população negra, que acabou por ser considerada desviante apenas por encontrar-se em um espaço que os italianos e seus descendentes buscavam controlar por meio de redes de sociabilidade étnica. Tais redes serviam como proteção frente a um território ainda desconhecido por parte de imigrantes italianos, mas também exerciam formas de reparação social através de violência e, no caso específico da relação com indivíduos negros, de preconceito (VENDRAME, 2016; WEIMER, 2007).

Para Leite (1996, p. 49), a identidade brasileira passa, aos poucos, a ser inclusiva, buscando contemplar a diferença étnica de nosso país. Mas essa realidade não ocorre nos estados do sul, onde é elaborada a negação da população negra. No século XX, o negro passa a fazer parte da identidade nacional em construção, ajudando a fomentar o que viemos a conhecer como cultura brasileira, durante esse mesmo período, no Sul, ele acaba por ser excluído da identidade regional de nosso estado. (LEITE, 1996, p. 49). Souza (1998), em sua tese de antropologia intitulada: *Aos fantasmas das brenhas: etnografia, invisibilidade e etnicidade de alteridades originárias do sul do Brasil (Rio Grande do Sul)*, relata como a invisibilidade passa a barreira simbólica, chegando até mesmo a atingir os espaços econômicos e sociais, através de relações racialmente hierarquizadas.

No caso do Rio Grande do Sul, Weimer irá relatar sobre a *Europa imaginada*, mostrando que essa forma de pensar o estado logo se tornou mercadoria, sendo explorada através da indústria turística. O autor afirma que regiões, principalmente da serra, como Gramado, teriam sido colonizadas por grande número de alemães e italianos, bem como sua paisagem lembraria vagamente a europeia, o que ajudou a solidificar a invisibilidade do negro. (WEIMER, 2007, p. 26). Desse modo, a delimitação geográfica para essa pesquisa está ligada aos locais em que poderemos encontrar essa invisibilidade. Isso é muito evidenciado em Caxias do Sul, cidade, como já mencionado, voltada para a colonização italiana. Assim, será possível trabalhar contra o argumento de que essa região é naturalmente europeia, mostrando o grande contingente de negros que ali viviam e que buscavam lutar por crescimento econômico e maior status.

Tendo em vista os aspectos observados, buscamos trabalhar, no presente capítulo, uma parcela do que foi proposto no anteprojeto de mestrado apresentado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Aprimoraremos e aprofundaremos os conceitos aqui desenvolvidos e acrescentaremos, em trabalhos futuros, os aspectos de branquitude; honra e masculinidade, bem como complementaremos as questões necessárias sobre identidade. Acreditamos que as regiões da Serra gaúcha compreendem um universo particular que precisa ser pesquisado e continuamente revisto. As formas de relações existentes nesses espaços eram múltiplas e podem ter gerado formas diversas de lidar com a realidade apresentada no campo. Realidade essa repleta de relações e conflitos que visavam estratégias de sobrevivência tidas como necessárias para manutenção desses espaços.

Referências

- AZEVEDO, M. M. C. **Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BECKER, S. H. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro. Editora: Zahar, Ed. 1, 2008.
- LEITE, I. B. **Descendentes de africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação**. In: _____. (org) **Negros no sul do Brasil – invisibilidade e territorialidade**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.
- SOUZA, J. O. Catafesto. **Aos fantasmas das brenhas: etnografia, invisibilidade e etnicidade de alteridades originárias no sul do Brasil (Rio Grande do Sul)**. 1998. Tese (Doutorado em Antropologia Social)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.
- VENDRAME, M. I. **O poder na aldeia: Redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os camponeses italianos (Brasil-Itália)**. São Leopoldo: OIKOS, vol. 1, 2016.
- VENDRAME, M. I. **Poder local e violência, imigrantes e nacionais nos núcleos coloniais do Sul do Brasil**. História: Debates e Tendências, Passo Fundo, v. 14, n. 1, p. 63-76, jan./jun. 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/Sistema/Downloads/4165-14177-2-PB.pdf>. Acesso em: 20/08/2019.
- WEIMER, R. de A. **Os nomes da liberdade: Ex-escravos na serra gaúcha no pós-abolição**. 2007. 337 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007. Disponível em: <<http://repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/1851/nomes%20da%20liberdade.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 20 set. 2018.
- WOODWARD, K. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. In: **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis. Editora: Vozes, Ed. 14, 2014.

Leopoldo Machado o gigante esquecido...

Pedro Paulo Amorim

Uma das figuras de maior destaque no interior do Movimento Espírita Brasileiro na primeira metade do século XX o baiano Leopoldo Machado de Souza Barbosa, mais conhecido como Leopoldo Machado, nasceu em 30 de setembro de 1891, no Estado da Bahia, no Arraial Cepa Forte, hoje município de Jandaíra, distante 202 km da capital Salvador¹. Morreu na cidade de Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro, em 22 de agosto de 1957².

Teve uma infância marcada pela extrema pobreza, tendo nascido em uma família que nos dias de hoje seria classificada como pertencente ao extrato denominado “abaixo da linha da pobreza”. Em torno dos dezoito anos, quando trabalhava como garçom no Hotel Central, em Salvador, iniciou seus estudos da Doutrina Espírita, com o amigo de trabalho Joaquim de Souza Duarte, adquirindo seus livros em um sebo de livros local. Em 1915, quando já possuía 24 anos e trabalhava nas docas, conheceu aquele que seria o seu primeiro e grande mestre em relação ao Espiritismo, José Petitinga, fundador, no mesmo ano, da União Espírita Baiana – UEB, da qual foi seu primeiro presidente³. Pouco tempo depois, Leopoldo Machado assumiria o cargo de secretário da UEB⁴.

Além das atividades exercidas em sua juventude, destaca-se sua atuação como jornalista, escritor, poeta, teatrólogo, polemista, contista, professor (de História, Geografia, Língua Portuguesa e Latim), biógrafo, memorialista, participou de bancas examinadoras sobre a língua francesa a convite do Governo do Estado do Rio de Janeiro, orador e conferencista espírita, e empresário no ramo da educação⁵.

Atuou como jornalista e colaborador de revistas e jornais em Salvador, onde exerceu a atividade de crítico literário no Diário da Bahia por volta dos anos de 1918 e 1919⁶. Mais tarde, atuou no Jornal O Correio da Lavoura, da cidade de Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro, nos jornais a Vanguarda e A Pátria, ambos do Rio de Janeiro e também na revista O Malho⁷.

Futuramente fundará, juntamente com sua esposa, e dirigirá o jornal O Lar, órgão oficial do Lar de Jesus e também fundará a Editora Lar de Jesus. O jornal foi órgão da Sociedade de Expansão dos Livros de Kardec e contava com a colaboração de Carlos Imbassahy, Deolindo Amorim, Levindo Melo e outros⁸. Com a intervenção de Manoel Quintão e de José Petitinga, estabeleceu-se no Rio de Janeiro e recebeu ajuda do Almirante Paim Pamplona, que, na época, atuava com dirigente da FEB. Assim, de 1922 a 1926, trabalhou como professor no Colégio Nacional, de propriedade do Almirante Pamplona⁹.

No início de 1931, Machado e sua esposa, Marília Ferraz de Almeida Barbosa, mudam mais uma vez, agora para Nova Iguaçu no Estado de Rio de Janeiro, onde permaneceriam de forma definitiva¹⁰, onde atuou

1 VIEIRA, Marco Antônio. Leopoldo Machado: O Mentor das Mocidades Espíritas do Brasil. Rio de Janeiro: CELD, 2013. p. 203.

2 Ibidem. p. 206.

3 Ibidem. p. 47-48.

4 Ibidem. p. 48-49.

5 Ibidem. p. 19.

6 Ibidem. p. 51.

7 Ibidem. p. 66. Ver também MONTEIRO, Eduardo Carvalho. Leopoldo Machado em São Paulo. São Paulo: Edições USE, 1999. p. 31-35 e p. 143.

8 MONTEIRO. Op. Cit. p. 40-49.

9 Ibidem. p. 55-60.

10 VIEIRA. Op. Cit. p. 62.

no Centro Espírita Fé, Esperança e Caridade, homônima a que atuara em Salvador, onde exerceria a presidência durante quase vinte anos. Sempre muito ativo no Movimento Espírita, Leopoldo continuava a escrever em diversos jornais espíritas ou não, em várias localidades do Brasil, tornando-se, assim, conhecido nacionalmente no interior do Movimento Espírita Brasileiro. Leopoldo Machado escreveu cerca de trinta livros com diversos temas e estilos, dos quais destacamos as poesias, prosas, contos, histórias, polêmicas, filosofia, ciência, peças teatrais¹¹. Na imprensa espírita, contribuiu com mais importantes periódicos dos quais ressaltamos, o Reformador, O Clarim e Revista Internacional de Espiritismo, em que contribuiu por mais de vinte anos¹²; no jornal Mundo Espírita, de 1934 a 1950¹³, participou nas seguintes colunas: Notícias da FEB e Para o Padre Morais e seus fans. Manteve coluna na Revista Estudos Psíquicos, de Lisboa – Portugal, e, além disso, contribuiu no jornal Almenara, do Rio de Janeiro.

Em defesa do Espiritismo, envolveu-se em grandes polêmicas com padres, pastores e médicos, com seus artigos, livros e com a tribuna espírita, o que originou inúmeros artigos na imprensa espírita, ou não, e também deram causa a alguns livros¹⁴. Em 1939, com atuação marcante na Liga Espírita do Brasil, sob a coordenação geral de Deolindo Amorim, dirigiu, na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), o 1º Congresso de Jornalistas e Escritores Espíritas, no qual defendeu a tese O Espiritismo é Obra de Educação¹⁵.

Leopoldo Machado, contando com a ajuda de Carlos Imbassahy, Deolindo Amorim, Lins de Vasconcelos, entre outros, foi o maior incentivador e criador do 1º Congresso das Mocidades Espíritas do Brasil, ocorrido de 17 a 23 de julho de 1948, na sede da Sociedade de Medicina e Espiritismo, contando com a presença de mais de cem grupos de Mocidades Espíritas e mais de seiscentos participantes. Durante o congresso, foi criado o Conselho Consultivo de Mocidades Espíritas do Brasil, igualmente ideia de Leopoldo Machado¹⁶. Machado é considerado o patrono do movimento juvenil espírita, sendo o grande incentivador das mocidades espíritas. A inclusão de jovens e crianças no Movimento Espírita, promovida por Machado, fazia parte de seu “Plano de Ação”, ao qual chamava de “Campanha do Espiritismo de Vivos”¹⁷.

Leopoldo Machado protagonizou inúmeras viagens pelo Brasil a fim de divulgar o Espiritismo. Em 1940, durante os meses de janeiro e fevereiro, excursionou pelo interior e pela capital de São Paulo, percorrendo em torno de quinze cidades. Mais tarde, ainda no mesmo ano, realizou nova excursão de fins doutrinários, agora nos Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais. No ano seguinte, viajou através dos Estados da Bahia, Sergipe, Pernambuco e Alagoas, sempre no interior e nas capitais, divulgando o Espiritismo. Em 1948, realizou nova viagem de fim doutrinário pelo Estado de São Paulo. Em 1950, organizou a Caravana da Fraternidade e participou dela, em visita aos estados das regiões Norte e Nordeste do Brasil¹⁸.

Ao lado de seu trabalho com a infância e juventude espíritas, destacou-se pela realização do Teatro Espírita, escrevendo inúmeras peças e fundando o Teatro Espírita Leopoldo Machado (TELMA), o qual encenava as peças escritas por Machado nas dependências do Centro Espírita Fé, Esperança e Caridade. Foi igualmente incentivador da Música Espírita, compondo e escrevendo diversas composições¹⁹.

Ainda junto com sua esposa Marília Barbosa, os companheiros Carlos Imbassahy, Deolindo Amorim e outros, Machado, aproveitando o grande apelo popular do rádio no fim da década de 1930 e início da de 1940,

11 VIEIRA. Op. Cit. p. 142. Ver também: RAMOS, Clóvis. Leopoldo Machado Idéias e Ideais. Rio de Janeiro: CELD, 1995. p. 11-16; MARTINS, Celso. Três Espíritas Baianos: e outras personagens da história. São Paulo: Madras, 2005. p. 100-104.

12 MONTEIRO, Eduardo Carvalho (1999). Op Cit. p.11.

13 Conforme e-mail dirigido ao autor pelo referido jornal.

14 VIEIRA. Op. Cit. p. 100-102.

15 VIEIRA. Op. Cit. p. 161-162.

16 VIEIRA. Op. Cit. p. 77-81; 152-168; Op. Cit. RAMOS.p. 12-14.

17 Idem.

18 MONTEIRO. Op. Cit. p. 148-150.

19 VIEIRA. Op. Cit. p. 80-81; RAMOS.Op. Cit. p. 12-14; MARTINS.Op. Cit. p. 88-89.

trabalhou na difusão radiofônica do Espiritismo na Rádio Clube do Brasil – PRE-3, no programa Hora Espírita Radiofônica, onde foi diretor-geral do programa, e também na Rádio Transmissora do Rio, no programa Hora Espiritualista, ambas com alcance nacional²⁰.

O ano de 1948 foi profícuo para Machado, alcunhado “Homem de Congressos”, por seus detratores, devido à sua marcante atuação no 1º Congresso de Mocidades Espíritas do Brasil e também quando trabalhou de forma incansável na realização do Congresso Brasileiro de Unificação Espírita na capital paulista, entre 31 de outubro e 5 de novembro, patrocinado pela USE. Inicialmente, o congresso recebeu a designação de Centro-Sulino e, posteriormente, de Congresso Brasileiro de Unificação Espírita. Leopoldo Machado apresentou no congresso não uma tese como ele mesmo frisou, mas um arrazoado denominado Estudo e Sugestões, no qual descreveu a situação do Movimento Espírita à época e também as questões referentes à unificação do movimento, encarado por ele como um “Problema de difícil solução”²¹, e também uma “Unificação Perigosa”²². Realizou ainda, na cidade do Rio de Janeiro, a Primeira Festa Nacional do Livro Espírita, em homenagem ao dia 18 de abril, data do lançamento do Livro dos Espíritos, de Allan Kardec²³.

Machado foi fundamental para a costura do Pacto Áureo assinado em 1949, na sede da FEB, em 5 de outubro, e, sobretudo, para sua posterior consolidação nos anos seguintes. Assim, nessa data, foi celebrado o acordo que originou o Conselho Federativo Nacional (CFN), instalado em 1º de janeiro de 1950. Esse aclamado acordo, no início chamado de Acordo da União, passou para a história como Pacto Áureo, alcunha dada por Leopoldo Machado em comum acordo com Lins de Vasconcelos, pois criam que “pacto” seria um nome bem mais abrangente e profundo que o anterior “acordo”²⁴.

Posteriormente, Machado foi indicado pela FEB para compor o CFN como representante do Estado da Bahia e convidado a compor uma comissão que deveria viajar pelos Estados das regiões Norte e Nordeste do Brasil, para divulgar os princípios da unificação e buscar adesões nessas regiões. Inicialmente denominada Caravana da Unificação, chamada por Machado de Caravana da Cordialidade e, finalmente, denominada de Caravana da Fraternidade, pelo espírito de Bezerra de Menezes, por meio do médium Ary Casadio, nome pelo qual ficou conhecida²⁵.

Apesar de podermos considera Leopoldo Machado como um dos maiores defensores do Pacto Áureo desde as suas primeiras horas, não encontramos artigos assinados por ele no Reformador, a partir de julho de 1943²⁶, portanto, seis anos antes da celebração do pacto e também na mesma época em que Wantuil de Freitas assumiu a presidência da FEB, mas, não achamos evidências concretas sobre essa relação de causa e efeito, como encontramos em relação a Carlos Imbassahy.

O que chama mais a nossa atenção é que, mesmo depois da realização e confirmação do Pacto Áureo, não localizamos nenhuma linha assinada por Machado, ainda que sejam facilmente encontradas nas páginas do Mundo Espírita, RIE, O Clarim e muitos outros jornais e revistas espíritas, ainda mais, quando pudemos constatar a grande polêmica gerada pela implementação do pacto, tão bem defendido pela pena de Leopoldo Machado. Mesmo sobre a Caravana da Fraternidade, realizada em 1950, a fim de consolidar o pacto nas regiões Norte e Nordeste, não encontramos também uma linha sequer de Machado no Reformador, somente nos jornais e revistas aqui citadas. Infelizmente em nossas pesquisas até esse momento não fomos capazes de identificar os motivos que levaram Leopoldo Machado a silenciar nas páginas do Reformador, mesmo que depois desse período tenha lançado

20 MONTEIRO. Op. Cit. p. 21-54; VIEIRA. Op. Cit. p. 71-72.

21 USE. Anais do Congresso Brasileiro de Unificação Espírita. São Paulo, Oficina Impressora Artística Ltda.p. 32-33.

22 Idem.

23 VIEIRA. Op. Cit. p. 78-81; MONTEIRO. Op. Cit. p. 86-99.

24 Op. Cit.VIEIRA. p. 89-91; FEP. Pacto Áureo: A vitória da fraternidade. Curitiba: Federação Espírita do Paraná, 2009. p. 51-58.

25 Op. Cit.VIEIRA. p. 91-98; Op. Cit, FEP. p. 366-370.

26 MACHADO, Leopoldo. Felizes ou infelizes. Reformador. Rio de Janeiro: FEB, jul.1943. Ano 61. p.170.

livros com o selo da FEB, como o referente à Caravana da Fraternidade, no qual contou em detalhes a viagem às regiões Norte e nordeste.

Nas páginas de outubro de 1969, há um artigo²⁷ com cinco longas páginas a respeito de Carlos Imbassahy, em razão de sua morte em agosto do mesmo ano; no entanto, não encontramos nota ou artigo referente à morte de Leopoldo Machado, em 1957, ausência notada anteriormente, quando nos referimos à falta de artigos desse autor nas páginas da revista. Em junho de 1984, o Reformador dedicou um artigo sobre a morte de Deolindo Amorim, em 24 de abril do mesmo ano, contendo uma rápida biografia desse “admirado e respeitado”²⁸ escritor espírita, conforme palavras da própria revista.

A não divulgação e/ou comentário sobre fatos tão relevantes para o Movimento Espírita Brasileiro revela uma tomada de decisão dos editores da revista em relação aos seus opositores, não importando a relevância que poderiam possuir para o movimento. Mas, no caso de Leopoldo Machado, com tantos serviços prestados à FEB, em minhas pesquisas não fui capaz, ainda, de determinar a razão de tão grande silêncio, não só em relação ao período final de sua vida, como articulista da revista, mas, principalmente, sobre sua morte, se compararmos, por exemplo, ao tratamento dado a Imbassahy, que teve um período inicial de grande ligação com a FEB e depois se afastou, conforme pudemos relatar anteriormente, com um necrológico tão completo e extenso.

Referências

AMORIM, D. **Reformador**. Rio de Janeiro: FEB, jun.1984. Ano 102.p. 167-168.

IMBASSAHY, C. **Reformador**. Rio de Janeiro: FEB, out.1969. Ano 87. p. 231-235.

FEP. **Pacto Áureo: A vitória da fraternidade**. Curitiba: Federação Espírita do Paraná, 2009.

MACHADO, L. **Felizes ou infelizes**. **Reformador**. Rio de Janeiro: FEB, jul.1943. Ano 61. p.170.

MARTINS, C. **Três Espíritos Baianos: e outras personagens da história**. São Paulo: Madras, 2005.

MONTEIRO, E. C. **Leopoldo Machado em São Paulo**. São Paulo: Edições USE, 1999.

RAMOS, Clóvis. **Leopoldo Machado Idéias e Ideais**. Rio de Janeiro: CELD, 1995.

USE. Anais do Congresso Brasileiro de Unificação Espírita. São Paulo, Oficina Imprensa Artística Ltda.

VIEIRA, M. A. **Leopoldo Machado: O Mentor das Mocidades Espíritas do Brasil**. Rio de Janeiro: CELD, 2013.

27 Dr. Carlos Imbassahy.Reformador. Rio de Janeiro: FEB, out.1969. Ano 87. p. 231-235.

28 Deolindo Amorim.Reformador. Rio de Janeiro: FEB, jun.1984. Ano 102.p. 167-168.

A construção do verdadeiro espiritismo: o olhar de Fernando do Ó sobre as práticas mediúnicas.

Renan Santos Mattos

Introdução

O estudo das trajetórias de sujeitos históricos que estiveram imbuídos em fazer o espiritismo mostra-se oportuno para a análise das lutas de representações identitárias. Desse modo, considerando as disputas a diversidade de práticas mediúnicas existentes no campo religioso brasileiro que adentramos no esforço empreendido pelos porta-vozes em dizer o que é e o que não é espiritismo, e o decorrente investimento da literatura tanto como formas de distinção social.

Encaramos a noção das identidades religiosas enquanto projetos coletivos impelem a problematização do seu teor prescritivo, logo, é possível perscrutar os percursos dos agentes sociais em instituir verdades (ISAIA, 2016, p. 113). Nesse sentido, o ponto central desse artigo é pensar como se dá a inserção de Fernando do Ó no cenário literário do espiritismo dimensionando os campos de disputa e os caminhos teóricos delineados pela autoria e interpretação de espiritismo de Fernando do Ó.

O espiritismo é uma alternativa religiosa que enfatiza o saber letrado e a formação erudita, com intensa valorização das práticas de estudo e leitura (LEWGOY, 2000, p. 114). Nessa lógica, no Brasil, assistiu a emergência de um intenso movimento literário a partir dos anos 30, com o intuito de suprir as demandas da organização dos grupos de estudo e divulgação do espiritismo. (SILVA, 1997, p. 14).

A literatura espírita e sua variedade convergiam para a legitimação das práticas espíritas frente as disputas do campo religioso e sua pluralização desde os fins do século XIX. É importante demarcar que o esforço de distinção das práticas mediúnicas por parte de seus porta-vozes decorreu do adensamento do mercado mediúnico brasileiro, por exemplo, com a emergência da umbanda, candomblé e quimbanda.

Assim, o olhar em torno da trajetória de Fernando do Ó configura-se no intuito as táticas e estratégias assumidas no interior de tensões e negociações operadas no campo religioso brasileiro, em que a sua escrita tendeu para construção da noção da intelectualidade espírita. Defendemos que a autoria de Fernando do Ó, sem a atribuição a espíritos superiores, endossa sua jornada a serviço de uma causa, cuja *performance* do autor soberano, representa uma estratégia de angariar capital simbólico e a edificação de uma verdadeira por parte do movimento espírita na cidade de Santa Maria (MATTOS, 2016).

Fernando do Ó nasceu, em 30 de maio de 1895, na cidade de Campina Grande no estado da Paraíba, chegando a Santa Maria na graduação de 3º Sargento em 1913. Graduou-se em direito, em 1932, pela Faculdade de Pelotas, sendo uma presença marcante, pela sua oratória, nos espaços jurídicos da cidade. Não obstante, evidenciamos sua atuação cenária cultural e letrada da cidade de Santa Maria, tendo como ápice a participação na criação do Centro Cultural fundado juntamente com o prefeito Antonio Xavier da Rocha e Edmundo Cardoso, em 1938, bem a colaborou como articulista nos Jornais Diário do Interior e A Razão, principais jornais da cidade de Santa Maria.

Peças teatrais e críticas literárias faziam parte de seu cotidiano. Por outro lado, é a sua vivência peculiar para a divulgação e defesa da doutrina espírita em Santa Maria, o fio condutor de nossa pesquisa. Espírita engajado, Fernando do Ó empreendeu um estudo sistematizado da doutrina elaborada por Allan Kardec, atuando incisivamente

como doutrinador, palestrante e escritor de romances. Sua obra literária inclui os seguintes romances: *Marta* (1928), *Almas que voltam* (1938), *E as vozes falaram* (1945), *Apenas uma sombra de mulher* (1950), *Alguém Chorou por mim* (1955), *A dor do meu destino* (1959) e *Uma luz no meu caminho* (1963);

Feitas essas considerações apresentação, cabe refletir sobre a obra *A dor do meu destino*, enaltecendo suas possibilidades de análise quando o assunto se refere a construção sobre as práticas mediúnicas no sentido de estabelecer uma lógica do que é e o que não é espiritismo. O foco recaiu sobre a Quimbanda, uma vertente de religião mediúnica vinculada às distinções de magia no âmbito do campo afro-brasileiro, em que a quimbanda envolveria a centralização no culto de exus e pombagiras no âmbito de dos cultos de matriz-africana. Sendo assim, o termo quimbanda (LEISTNER, 2014) origina-se do processo histórico de construção de marginalidade e diferenciação em torno de práticas e rituais.

Em meio a essas questões, a aproximação da umbanda com o espiritismo implicou no esforço de elementos africanos contidas nas macumbas, é nesse cenário que emergem intelectuais umbandistas, entre os quais Lourenço Braga, nas décadas de 1940 e 1950, empenhado em distinguir o bem versus o mal, a umbanda (magia branca) versus quimbanda (magia negra). Artur Isaia defende que esses intelectuais operaram de uma forma conciliatória, “ao afirmarem a magia como inseparável da umbanda e aproximá-la o possível do cristianismo umbandista” (ISAIA, 2011, p. 743), assim, a valorização do livro e a magia como um meio de ajudar o semelhante apareciam nesse esforço tanto disciplinador quanto de oposição na simplificação de um amplo prisma de práticas consideradas sob o domínio do mal e do imoral em virtude do comércio das práticas mediúnicas.

A obra em questão é o penúltimo livro de Fernando do Ó. Publicado em 1959, tendo como foco da narrativa a vida de Emílio e sua inserção no espiritismo. Formado em medicina, nascido em Barcelona, e com convicções republicanas, fato que o coloca em situação de exílio e em direção ao território brasileiro, tendo como finalidade e consolidar o espiritismo no mundo.

Chegara à década de 1920, na cidade de São Gabriel, local de sua conversão e iniciação ao espiritismo. Logo, as virtudes de uma vida de abnegação, caridade e sofrimento, entonam a narrativa conduzida em terceira pessoa. É nesse universo de solidão, que Emílio entra em contato com a família de Perivaldo Domingues, comerciante e também de origem espanhola.

O teor familiar dos grupos de estudos espíritas, reunidos na residência de seu Perivaldo, colocará Emílio diante da descoberta de sua missão em levar o consolo aos necessitados, em produzir solidariedade, e como uma bandeira, divulgar e propagar o espiritismo cristão. As características excepcionais de Emílio são narradas nos seguintes termos: “tinha os gestos de um apóstolo, os acentos verbais de um profeta” (Ó, 1959, p. 9).

A sumária apresentação permite inferir a busca de esclarecimento espiritual como fio condutor da narrativa, em meio a lutas travadas, edificam-se personagens como modelo de representação de espírita. Somos conduzidos a ensinamentos que ensejavam seu valor educativo e a compreensão da existência humana, bem como os objetivos da vida e da trajetória humana sobre a Terra, em que proações e sofrimentos podem produzir o progresso espiritual, encarnando valores como letramento, oratória, humildade, caridade e abnegação, qualidades julgadas intrínsecas ao movimento espírita.

Essa leitura geral da obra, por outro lado, oculta caminhos profícuos da excepcionalidade documental tanto por permitir uma leitura da sensibilidade, os embates intelectuais de Fernando do Ó bem como o regime de alteridade e a construção do outro: o não-espírita. Um exemplo desses pormenores que acompanham o olhar sistemático sobre essa leitura de Fernando do Ó envolve a sua visão sobre as práticas mediúnicas e como já indicado.

Nesse percurso, o autor dedicou-se a acompanhar a trajetória dos personagens Wether e Roberto. O primeiro, cético e materialista, experimentava a obsessão espiritual; já o segundo, hedonista e negando assumir

responsabilidades laborais, vivia mergulhado no conflito com a família de sua pretendente – Lísian. A vida errante e viciosa dos personagens confrontou-se com a felicidade da família de Perivaldo, espírita praticante, ao planejarem a fuga de Lísian e Roberto, já que Perivaldo e sua esposa não aprovavam o romance entre os dois.

O enredo inclusive acompanhou a procura de Wether e Emílio pela cartomante nominada Cipriana. É nesse contexto que Fernando do Ó mostra sua percepção sobre essa diversidade de práticas. A prática denominada de Quimbanda narrada sob o mistério, a escuridão e sob a égide da negociação financeira. Retomando a cena do movimento das cartas em espanhol, orientado pela noção de feitiçaria, o narrador acompanhou a transação da consulta. Em troca do dinheiro, os consulentes receberam um saquinho de escapulário.

As peculiaridades narrativas dessa narrativa e a construção dos personagens pelo apontam para o estereótipo de práticas mágicas envolvidas para o engodo, agregando um conjunto de superstições e saberes populares. Assim, os quimbandeiros lançam suas magias com fins enganadores, dotados de posturas e empreendimentos mágicos, como talismãs, para inculcar o amor/ódio e provocar a enganação.

Obviamente que Emílio, o espírita em questão, vai empenhar-se para incutir a redenção de Cipriana para a ética e o caminho do bem, afastando-se da magia; Sendo assim, o enredo é capaz de indicar o esforço do intelectual espírita em delinear o ideal de prática mediúnica, em que a negociação monetária opunha-se à mediunidade caritativa, assim, olhar sobre a feiticeira no sentido de engodo, sortilégio e expurgo indicou o esforço de Fernando do Ó em condenar o falso espiritismo, em que assimilando uma oposição magia e religião, o verdadeiro espiritismo envolvia o afastamento de práticas mais supersticiosas, ligadas ao mal e à imoralidade.

Considerações Finais

Nessa relação entre narrativa e história, a literatura do Fernando do Ó habito o jogo interdiscursivo, aproximando-se da condenação das práticas distintas do espiritismo científico e elitista. Nesse sentido, o discurso livresco e letrado de Fernando do Ó revela todo o esforço da intelectualidade em impor consenso do que seja o verdadeiro espiritismo e a noção de espírita. A literatura espírita de Fernando do Ó enquanto bem simbólico emerge como corpus da verdadeira identidade espírita, sendo, assim a exegese converge tanto para valores como ciência e progresso quanto endossa elementos como a humildade e a caridade (MATTOS, 2019).

Por outro lado, fica a questão em aberta quanto ao uso da categoria da oposição quimbanda versus umbanda. Existiria por Fernando do Ó alguma aproximação e reconhecimento? Seria efeito do reconhecimento e conquista simbólica dos intelectuais nas décadas de 1940 e 1960?

O que podemos afirmar que o espiritismo cristão é proeminente na obra Fernando do Ó, capaz de condenar a enganação da quimbanda e sua relação como prática mediúnica como acordo monetário. Sendo assim, toda a narrativa gira do espiritismo como terceira revelação capaz de inculcar a fraternidade universal e o progresso civilizatório. Sobressaiu-se a noção de homem de letras do espiritismo, sua militância no poder da literatura, ou seja, uma literatura como fim de propagação doutrinária, híbrida em sua mensagem sagrada, carregada de elementos do social, ao indicar os caminhos de moralização e felicidade da humanidade.

Referências

ISAIA, A. C. **Chico Xavier: de bem simbólico do Espiritismo ao panteão da Umbanda.** Literatura umbandista e identidade religiosa. *Revista Brasileira de História das Religiões*, v. 8, p. 113-133, 2016.

ISAIA, A. C. **Magia, Umbanda e espiritismo: ficção, doutrina e identidade religiosa na obra de Lourenço Braga.**

Fênix (UFU. Online), v. 16, p. 1-21, 2019.

ISAIA, A. C. **Umbanda, magia e religião: a busca pela conciliação na primeira metade do século XX.** Horizonte: Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião, (9): 729- 745, 2011.

LEISTNER, R. **Os outsiders do além: um estudo sobre a Quimbanda e outras ‘feitiçarias’ afro-gaúchas.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais), São Leopoldo: Universidade Vale do Sinos, 2014

LEWGOY, B. **Os espíritas e as letras: um estudo antropológico sobre cultura escrita e oralidade no espiritismo kardecista.** Tese (Doutorado em Antropologia), São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.

MATTOS, R. S. **O livro como exegese de fé: notas sobre a trajetória intelectual de Fernando do Ó no espiritismo brasileiro.** Projeto História (Online), v. 57, p. 325-339, 2016.

MATTOS, R. S. **A caminho da luz: a trajetória intelectual de Fernando do Ó no espiritismo brasileiro (1930-1963).** Tese (Doutorado em História), Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2019.

Ó, F. S. do. **A dor do meu destino.** Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 1995 [1959].

SILVA, E. M. **Fé e Leitura: A Literatura Espírita e O Imaginário Religioso.** In: *Congresso Internacional*, 1996. Anais. São Paulo. v. 1, p. 12-21.

Moçambique/Brasil: ligados pelos tambores e diálogos nas batidas de Okán

Ronaldo Silva Lopes

Wagner dos Santos Chagas

Introdução

A proposta é a partir das oficinas de musicalização infantil, procurar identificar, refletir e melhor entender os saberes construídos e mediados por educadores que atuam junto a Escola Municipal de Educação Básica Trindade, através dos seus discursos. Freire por sua vez, afirma:

O processo de composição de um discurso escrito implica um apoio conversacional, o que se pretende explicar na concepção de interatividade. Fala-se do “diálogo” ou discurso oral como um dos procedimentos de interatividade entre os sujeitos e como fonte de construção de sentido(s) ou de conhecimentos pela ação conjunta identificada na fala e entre outros “agentes educativos” (Paulo Freire, 1967, 1970).

Inspirado nas leituras do escritor moçambicano Mia Couto, percebi que havia algo em comum com a escola na Vila Pedreira: a apropriação pelo grupo do seu próprio território, aproveitando o realismo fantástico e a sua escrita alegórica para permitir construções pessoais, como o uso de figuras de linguagem e elementos da narrativa pelos alunos. Estabelecer um paralelo entre o pensamento de Mia Couto e a Escola Municipal de Educação Básica Trindade. Aproveitar o realismo fantástico e a escrita alegórica de Mia Couto para ensinar conteúdos como figura de linguagem e elementos da narrativa aos alunos. Assim, para o autor, “[...] um futuro civilizado passa por grandes e radicais mudanças neste mundo que poderia ser mais nosso” (COUTO, 2011, p. 24).

Os lugares sejam eles a casa, a escola, a rua, o pátio, para as brincadeiras são sempre espaços sagrados. “[...] Quando nasceu a agricultura, ganhamos o sentido do lugar. A partir de então, fomos dando nomes aos sítios, adocicamos o chão. Entre a paisagem e a humanidade criaram-se laços de parentesco. A terra divinizou-se, tornou-se mãe” (COUTO, 2011, p. 73). Passamos a dispor de uma raiz, de um chão perene, “de um ventre”. Nossa casa, nossa terra.

Depois da casa, vem a rua, a aldeia, a escola. “[...] A cidade é um cordão umbilical que criamos depois de nascermos” (COUTO, 2005, p. 150). É nelas que vivemos e aprendemos a sonhar. A escola é a segunda experiência de cidade de uma criança, a escola é também uma casa, um *oikos* ampliado, uma pequena aldeia. Cheia de línguas, de linguagens. Uma casa-escola para as crianças pequenas não pode reproduzir uma casa-moradia, mas pode compor ou oferecer às crianças uma experiência primeira de infância. A escola oferece paisagens, cenários para as crianças atuarem e viverem as suas infâncias.

O cuidado, o acolhimento das crianças pela escola não é apenas deixá-las entrar num ambiente físico. É confiar, convidar, aceitar, desafiar, observar como elas vivem os tempos de seus cotidianos, como brincam. É estar com elas. Considerar suas interrogações e seus sonhos. Conviver com as crianças torna possível perceber as relações que elas estabelecem – com o mundo e com os outros – e os pensamentos presentes nessas ações e relações. A função educadora dos adultos para com as crianças é potencializar a vontade e a capacidade de aprender, de criar sentidos, e juntos constituírem a realidade mundana das coisas e das relações entre as pessoas. Acolher uma criança é também acolher sua experiência de infância, suas expectativas, seus planos e suas hipóteses, seus sonhos e suas ilusões. As crianças emitem sinais importantes para os adultos. Sinais que os adultos podem aprender a ler porque permitem

saber a melhor forma de agir ao apontarem como enriquecer em complexidade e amplitude as experiências das crianças (STACCIOLI, 2013).

Barbosa e Richter (2015) afirmam que na contemporaneidade, a educação escolar enfrenta o impasse da exigência de responder quantitativamente à sociedade nos aspectos materiais de seus conteúdos padronizados e objetivos planejados a partir de escores. Porém, concordamos com Mia Couto que discorre que “[...] um dos problemas do nosso tempo é que perdemos a capacidade de fazermos as perguntas que são importantes. A escola nos ensinou apenas a dar respostas, a vida nos aconselha a que fiquemos quietos e calados” (COUTO, 2011, p. 84).

Penso que, provavelmente, uma saída viável seja continuar o difícil e longo caminho de conquistar um lugar digno para nós, adultos e crianças, e esse “só pode resultar da nossa própria criação” e dos diálogos ou conversas que possamos empreender (COUTO, 2005, p. 22). Entretanto, como Mia Couto mesmo afirma, na sociedade contemporânea “[...] nunca houve tanta estrada. E nunca nos visitamos tão pouco” (COUTO, 2011, p. 14). Nunca conversamos tão pouco. Ou seja, cada vez estamos menos disponíveis, cada vez permanecemos mais fechados ao diálogo.

Metodologia

A metodologia utilizada neste estudo é qualitativa (BRANDÃO, 1998), apoiando-se nas relações de interdependência entre os pesquisadores e os sujeitos de pesquisa. Possui também um caráter extensionista visando à transformação social por meio de ações de uma pesquisa participante. (observação em que os pesquisadores estabelecem relações com pessoas ou grupos envolvidos na situação investigada mais especificamente na tentativa de se fazerem aceitos pelo grupo considerado). (BRANDÃO “et al” 2006). A partir de 03 (três) encontros semanais, essa *práxis* pretende dialogar com questões referentes a espaços territoriais, educação e cultura. Tendo como objetivo analisar através da arte da percussão, as relações socioculturais, entre a comunidade da Vila Pedreira e as crianças que frequentam a Escola Municipal de Educação Básica Trindade.

Considerações finais

Os momentos vividos nas oficinas de musicalização trazem em si não somente a oportunidade de vivenciar experiências ligadas diretamente ao tema, cuja importância se revela além do que musicalmente se possa dimensionar. São infinitamente significativas as falas, os sentimentos que se revelam através das reações ao que é criado e ao que se ouve, as leituras de mundo que se desnudam através do ouvir ou do produzir sons, enfim, o diálogo que se estabelece naquele momento de trocas e de aprendizagens.

Constituindo assim, experiências ricas em significados pedagógicos. Desde o desenvolvimento da capacidade criativa a partir de materiais que estão muito próximos da realidade cotidiana das crianças, e que não demandam investimento financeiro, passando pelo desenvolvimento de habilidades, até a competência para extrair do instrumento os mais variados e agradáveis sons.

Num mundo onde “há tantas estradas”, a musicalização é o encontro oportunizado para que se efetivem diálogos de profunda importância, que permitam o olhar àqueles que fazem tantas perguntas por sua curiosidade inerente às suas faixas etárias, mas que necessitam de respostas só suas, que podem surgir através de sua própria experimentação e vínculo com o seu mais escondido existir.

O diálogo aqui revelado insere nele mesmo diferentes olhares, pois o educador, enquanto sujeito desta relação, precisa ouvir através de diferentes sentidos, trazendo na sua resposta indicadores, direções, mediações e jamais

respostas prontas no intuito de interferir nas descobertas dos que podem, sim, aprender nesta relação.

O educando circula sua atividade de aprendizagem entre aquilo que se esgota no cognitivo e aquilo que traz ferramentas para lidar com seus questionamentos, ou seja, é possível extrair respostas para suas indagações pelo que se vive, simplesmente, através da musicalização, de onde se vê o sentido das funções corporais e da corporeidade, da visão do seu lugar no mundo.

Conforme Oliveira (2005), entre outros sentidos possíveis de serem construídos a partir da análise das marcas constituintes do discurso, como se expôs na introdução deste artigo, teve-se a intenção de contribuir à reflexão teórica que nutre a prática discursiva das salas de aula, a qual assumirá matizes específicos em cada situação onde se produza o discurso docente no processo de formação deste profissional em educação nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental.

Para finalizar, percebeu-se que o elo estabelecido entre o diálogo do professor e do aluno tende a melhorar com a música. E, por sua vez, a música aproxima a escola da comunidade onde está inserida. Todos crescem, todos convivem e sentem-se participantes e integrados na sua comunidade escolar. A escola é o elo com a comunidade.

Referências

- BARBOSA, M.C.S.; RICHTER, S.R.S. **Mia Couto e a educação de crianças pequenas: Alteridade, arte e infância.** In: *Revista Eletrônica de Educação*. São Carlos (SP), v.9, n. 2, p. 485-518, quadrimestral. 2015. Disponível em: <<http://www.reveduc.ufscar.br>>
- BRANDÃO, C. R. Participar-pesquisar. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org). **Repensando a pesquisa participante**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- BRANDÃO, C. R.; STRECK, D. R. (Org). **Pesquisa participante: a partilha do saber**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006.
- COUTO, M. **Pensatempos: textos de opinião**. Lisboa: Editorial Caminho, 2005.
- COUTO, M. **E se Obama fosse africano? e outras interinvenções**. Ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- FREIRE, P. **Educação com prática de Liberdade**. São Paulo: Paz e Terra. 1967.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra. 1970.
- OLIVEIRA, C. **O discurso dos alunos e do professor – um vínculo comunicativo entre a comunidade e a escola**. In: *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*. V. 3, n. 4, março de 2005.
- STACIOLI, G. **Diário do acolhimento na escola da infância**. Campinas: Autores Associados, 2013.

A ancestralidade, a memória e o patrimônio no Ilê Axé Ogunjá

Sandro Rodrigues da Silva

Artur Cesar Isaia

Introdução

No recorte da diáspora africana, o Brasil recebeu vários povos durante o período escravista, mais intenso a partir do século XVI. (BARROS; NAPOLEÃO, 2011). À imprecisa classificação de sudaneses e bantos, soma-se a imprecisão da classificação desses africanos, os quais muitas vezes eram identificados pelos portos de embarque e não pelas suas regiões de origem (MATOS, 2009).

A aglutinação de diversos povos advindos da África, condicionados exacerbadamente para o território brasileiro, deu origem ao Candomblé, “resultado da reelaboração de diversas culturas africanas, produtos de várias afiliações, existindo, portando, vários candomblés” (BARROS, 2014, p. 11). Inicialmente, a amplitude do Candomblé se limitou ao estado da Bahia por conta de ser a maior entrada portuária do país na época, sendo, posteriormente disseminada às demais região do país. Por conta desta expansão, Prandi (2005) denota que o Candomblé da Bahia possui equivalência ao Xangô de Pernambuco, ao Batuque do Rio Grande do Sul e ao Tambor-de-Mina no Maranhão, por exemplo, todas variantes do povo Ioruba.

Para Prandi (2005, p. 21) “os candomblés baianos das nações queto (ioruba) e angola (banto) foram os que mais se propagaram pelo Brasil, podendo hoje, ser encontrados em toda parte.” A observação de Prandi é importante para nosso estudo, na medida em que nossa investigação foca-se na memória presente nas relações sociais de um terreiro de origem angola e influências keto. Este terreiro localiza-se na cidade de Gravataí, Rio Grande do Sul, tendo como autoridade maior o Pai Paulinho de Ogum Xoroquê. Tal terreiro, pelas características mnemônicas, rituais e doutrinárias apresentadas, não reproduz o batuque, dominante no estado, apresentando um complexo cultural próprio. Neste complexo ritual e doutrinário, o Candomblé compõe-se com o Batuque rio-grandense, bem como com a Umbanda.

Candomblé, memória e ancestralidade

Os terreiros de Candomblé, locais de rememoração e adoração aos orixás (entidades extranaturais) e eguns (ancestrais), demonstram-se transversalmente como um “lugar da memória, das origens e das tradições, onde, além de se preservar um conhecimento naturalístico e uma língua ancestral, na qual são entoados cantos e louvações”, também ajudam a criar um sentimento de pertencimento ligado a regras específicas de convivência da vida social. (BARROS, 2014, p. 13.)

O terreiro é visto como um lugar que busca a preservação da memória e do reconhecimento contínuo para o não esquecimento do Candomblé enquanto patrimônio cultural material nacional, Barros (2014, p.13). Esses espaços são encarados como “uma associação liturgicamente organizada, em cujo espaço se dá a transmissão e aquisição dos conhecimentos de uma determinada tradição religiosa [...]” e “com regras específicas baseadas no parentesco mítico, no princípio da senioridade e na iniciação religiosa”. O parentesco mítico citado é uma das heranças ressignificadas da cultura africana que perdura nos terreiros de hoje e popularmente chamado de família-de-santo.

Uma característica muito presente na religião dos orixás estudada, o Candomblé, é sua organização em termos

de autoridade religiosa e hierarquia sacerdotal, pois seus conceitos básicos ampliam o conhecimento sobre valores e modos de agir quando se fundamentam na origem africana, oposta aos conceitos ocidentais (PRANDI, 2005). Tais valores são observáveis entre seus seguidores e possuem influência direta na noção de vida e experiências vivenciadas, mesmo que através da memória não vivida, mas ressignificada através da oralidade. Prandi (2005, p. 20) ainda reforça que “as noções de tempo, saber, aprendizagem e autoridade são as bases do poder sacerdotal no Candomblé”.

Para Barros (2014, p. 41), “a palavra cantada ou falada assume um papel relevante: ela é portadora e desencadeadora de axé”. Tal afirmação vai ao encontro, novamente, da saliente característica da oralidade, utilizada como ferramenta na manutenção mnemônica e aprendida com aqueles que são reconhecidos como detentores do conhecimento e que compartilham o conhecimento por um discurso autorizado e ressignificado.

O Ilê Axé Ogunjá: patrimônio e ressignificação da memória ancestral africana

A peculiaridade do terreiro de Candomblé que estudamos reside na coexistência ritual da nação Angola, permeada por rituais e ensinamentos da nação Kêto. Desta forma, a casa apresenta a coexistência entre o Candomblé baiano, além de influências trazidas do Tambor de Mina, de Belém do Pará. A essas influências somam-se influências absorvidas no Rio Grande do Sul, como as da Umbanda e do Batuque.

Apresentar essa coexistência como algo peculiar fornece-nos, enquanto pesquisadores, um farto material etnográfico, tanto no que consiste à materialidade da memória (roupas, comidas, utensílios litúrgicos, rezas, instrumentos sonoros, entre outros), quanto no universo mitológico. Portanto, esta riqueza simbólica é que será enfocada neste estudo.

A apresentação deste estudo traz como questão fundamental e intrinsecamente ligada à memória e à identidade, rastros de uma comunidade que luta para demarcar sua existência cultivando tradições e considerando uma reformulação dos elementos de um sistema cultural próprio herdado e construído sobre a memória narrada pelos ancestrais das nações candomblecistas de Angola e de Keto. Diante disso, “[...] parte-se da premissa que a cultura está em constante evolução, modificando-se, mestiçando-se, e que o resultado desse processo traria o patrimônio cultural do futuro” (ABREU, 2003, p. 84).

Apontando para o reconhecimento do saber-fazer das tradições afro-brasileiras de raízes africanas, mais especificamente, do Candomblé, reconhecê-lo, por meio de suas práticas ressignificadas como patrimônio cultural imaterial, faz parte deste processo. “Quando falamos em patrimônio cultural, estamos nos referindo direta ou indiretamente ao passado, o qual [...] é sempre construído a partir do presente” (ABREU, 2003, p. 84). Ainda, indo ao encontro da reverência ancestral e do conhecimento adquirido oralmente no contexto do Candomblé, “o termo “patrimônio” em inglês, *heritage* – refere-se a algo que herdamos e que, por conseguinte, deve ser protegido. (OLIVEN, 2003, p. 77).

Colaborando com o embasamento dos aspectos emergidos neste estudo como a oralidade, a ancestralidade, os processos de ressignificação, entre outros; Regina Abreu (2003) explana sobre o conceito de Patrimônio Imaterial conforme definição da UNESCO: o conjunto das manifestações populares, tradicionais e populares, ou seja, as criações coletivas, emanadas de uma comunidade, fundadas sobre uma tradição. (ABREU, 2003, p. 83)

Ainda sobre as influências das nações de Candomblé Angola e Keto como representações simbólicas de identidade étnica, regional e cultural, o Ilê Axé Ogunjá ressignifica aquilo que antes apresentava-se segregado. Os terreiros de Candomblé destacavam seus rituais únicos e separados. Ou seja, a tradição Angola se mostrava em um terreiro de herança Angola, já a tradição ritualística da nação Keto se mostra em terreiros que herdavam a tradição Kêto. Desta forma, no Ilê Axé Ogunjá, por meio de suas práticas ritualísticas, expressões, vestimentas, rezas, gestos, danças, preparo de pratos típicos, por exemplo, foram difundidos e ressignificados das nações, na identidade e

na rotina da comunidade do terreiro, absorvidos e incorporados por meio da oralidade e fundamentados na ancestralidade, sendo estes os pontos-chave para o reconhecimento dessas práticas como patrimônio cultural imaterial que, segundo o Iphan (2004), “[...] trata-se também de um instrumento de reconhecimento oficial da riqueza e do enorme valor do legado de ancestrais africanos no processo histórico de formação de nossa sociedade.”

Conclusão

“Os bens imateriais não só são de difícil definição, mas também só têm sentido se significarem prática regular (OLIVEN, 2003, p. 82). Portanto, criar instrumentos que contribuam para o reconhecimento das práticas do Candomblé como Patrimônio Cultural Nacional e que valorizam as tradições afro-brasileiras como representações simbólicas regionais foram aspectos ancorados na produção deste estudo teórico. Todas estas contribuições corroboram para a compreensão de que cada Candomblé possui suas ressignificações evidenciadas na memória de seus ancestrais. Cada terreiro apreende seus sistemas de símbolos próprios, considerando suas tradições e crenças oralmente transmitidos. Destacando que muitas destas representações simbólicas acabam se perdendo com a tempo, toda proposta que auxilia concentração e valorização do “saber fazer”, mesmo que ressignificado pelo tempo, corrobora para a preservação das raízes ancestrais que, por sua vez, contribuem para a construção da memória no presente e no futuro.

Entende-se que o registro das práticas do Candomblé integrados a este estudo caminha ao encontro, seja por meio de políticas públicas e/ou privadas, do reconhecimento destes terreiros como instrumentos de preservação de um patrimônio cultural nacional, que necessita ser valorizado e protegido, também, pelo que representa uma comunidade que atua pela transmissão permanente do saber-fazer. Compreende-se que o saber-fazer é compartilhado entre gerações por meio das narrativas orais, trazer os rituais ancestrais como um patrimônio imaterial é ratificar a importância da hierarquia e da ancestralidade dentro de um terreiro de Candomblé (PRANDI, 2005). “O patrimônio cultural de um povo é formado pelo conjunto dos saberes, fazeres, expressões, práticas e seus produtos, que remetem à história, à memória e à identidade desse povo” (IPHAN, 2012, p. 12).

Referências

- ABREU, R.; CHAGAS, M.. **Memória e patrimônio** – ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: UNI-RIO: FAPERJ: DP&A Editora, 2003.
- BARROS, J. F. P. de. **A floresta sagrada de Ossaim: o segredo das folhas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.
- BRASIL. Ministério da Cultura (MinC). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Dossiê IPHAN 6** – Ofício das baianas de acarajé. Brasília; 2004.
- Brasil. Ministério da Cultura (MinC). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). **Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais** / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ; texto e revisão de, Natália Guerra Brayner. -- 3. ed. -- Brasília, DF : Iphan, 2012.
- DIÁRIO DE CAMPO. Observação no Ilê Axé Agunjá, Gravataí, RS, 15 jun. 2018
- MATTOS, R. A. de. **De cassange, mina, benguela a gentio da Guiné: grupos étnicos e formação de identidades africanas na cidade de São Paulo (1800-1850)**. São Paulo: Universidade de São Paulo. Tese de doutoramento em História Social, 2009.

OLIVEN, R. G. **Patrimônio Intangível:** Considerações Iniciais. In: Abreu, Regina e Mário Chagas. Memória e Patrimônio: Ensaio Contemporâneos. DP&A. Rio de Janeiro: RJ, 2003.

PRANDI, R. **Segredos Guardados:** Orixás na alma brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

VOGEL, A.; NELLO, M. A. da S. ; BARROS, J. F. P. de. **A galinha D'angola:** iniciação e identidade na cultura afro-brasileira. 3.ed. Rio de Janeiro: Pallas. 2012.

O protagonismo das mulheres contribuindo para formar o capital social no Acre

Tânia Gomes Façanha

Marcos Fábio Freire Montyssuma

Introdução

O presente trabalho tem por escopo apresentar uma análise histórico social do protagonismo e contribuição das mulheres acreanas que habitando as florestas viveram, vivem, resistiram e resistem em seus vários espaços de atuação social gerando e fortalecendo o capital social na perspectiva socioambiental da região.

Por capital social compreendemos todas as manifestações resolutivas criadas, desenvolvidas, aplicadas e inseridas às questões quotidianas que se apresentam nas vidas das pessoas numa dada localidade. Aqui aplicadas ao mundo do seringal inserido numa cultura das florestas acreanas. Conforme define Bourdieu, Capital Social trata-se de “um conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão vinculados a um grupo, por sua vez constituído por um conjunto de agentes que não só são dotados de propriedades comuns, mas também são unidos por relações permanentes e úteis” (BOURDIEU, 1980). É essa perspectiva de intervenção na solução dos problemas que interpretamos ocorrer naqueles espaços e por isso nos propomos discuti-lo a partir das intervenções das mulheres na vida ordinária em suas comunidades. Para tal fim trazemos aqui o caso da dona Maria de Nazaré Vieira, 50 anos, seringueira e agricultora, neta e filha de seringueiros, atualmente moradora da Reserva Extrativista Chico Mendes em Epiaciolândia.

Pode-se destacar o amadurecimento do Capital Social, no Acre, a partir da década de 1970, por meio das organizações sociais que nascem precisamente da necessidade e do impulso dos trabalhadores e trabalhadoras diante da ameaça de perderem seus modos de vida e sustento, suas culturas dado o avanço da pecuária sobre a floresta, que constituía suas áreas de interações. Os seringueiros e seringueiras venceram as dificuldades de articulação no interior de sua categoria social e se organizaram em prol de um objetivo comum, através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri (fundado em 1977) assegurados nas relações de confiança e solidariedade.

O Acre possui uma história de pouco mais de cem anos. E mais recente ainda é a história das lutas e conquistas do movimento seringueiro. Contudo, os registros e reconhecimentos das mulheres e suas contribuições para formação e fortalecimento do capital social na região ainda é incipiente, visto que, em pesquisas e registros oficiais pouco se faz menção desse universo feminino. Em contra partida, a figura masculina é sempre mais destacada, assumindo todo o protagonismo, principalmente por conta de uma tradição cultural androcêntrica¹ resultante de uma racionalidade hegemônica patriarcal, colonizadora, um pensamento único de um consenso fabricado sobre os campos de significados produzidos acerca da sociedade que relegam a mulher a personagem secundária que ocupa sempre uma espécie de cozinha social na história.

O protagonismo das mulheres da floresta

Rita Segato (2011), em sua análise sobre colonialidade e descolonialidade do poder defende que quando existe coesão social nas comunidades, que insistimos em destacar expressando uma cultura local, essa consegue penetrar

¹ O androcentrismo é um termo cunhado pelo sociólogo americano Lester F. Ward que diz respeito às perspectivas que levam em consideração o homem como foco de análise do todo (SOUZA, 2009).

na esfera pública e estatal criando e perpassando redes de solidariedade e cooperação. Em suma gera e fortalece o capital social. Essa abordagem nos facilita compreender quão eficazes são as redes interativas criadas pelas mulheres solucionando problemas postos nos seus quotidianos.

A historiadora Tereza Almeida Cruz em seu trabalho acerca da articulação e construção do movimento de mulheres trabalhadoras da floresta, em especial no Vale do Acre e Médio Purus, evidencia que, esses movimentos, se constituíram como resistência protagonizando a luta pelo resgate da cidadania e relações sociais de gênero igualitária, “rompendo com uma tradição de silêncio e anonimato com as mulheres do campo (mas poderíamos dizer na floresta), que querem ser reconhecidas como pessoa e têm sua dignidade humana”. Ainda segundo a autora, “é importante considerar que a historiografia regional quase ignorou a presença da mulher na constituição dos seringais e da sociedade acreana” (CRUZ, 2010), e que as mulheres, quando colocadas no centro da análise histórica de um trabalho sobre o Acre tem ainda um sentido militante, uma vez que, a historiografia da região ignora quase que por completo sua existência e a contribuição. Assim, dar destaque as mulheres, além de constituir conhecimento acerca do movimento das mulheres, colonas, ribeirinhas e seringueiras, também, constitui a valorização delas enquanto sujeitos históricos, “que constroem sua resistência a partir do modo de vida no cotidiano” (CRUZ, 2010).

No artigo acerca das Perspectivas de gênero sobre as experiências cotidianas no seringal Cachoeira, Montysuma e Cruz (2008), discorrem sobre as ações das mulheres nas atividades no mundo do seringal, evidenciando a atuação e o exercício do poder pelas mulheres, apesar do domínio masculino neste espaço. Mesmo no início da formação dos seringais as mulheres estavam presentes, ainda que de uma forma subalternizada e explorada, foram importantes na formação social e cultural do povo acreano.

As aberturas de seringais sangraram os territórios indígenas, dizimando vários povos através das correrias. Nesse processo, muitas mulheres indígenas foram capturadas e entregues como troféus aos seringueiros que participaram desses massacres (...). Por outro lado, parte dos povos indígenas que sobreviveram se “integraram” à empresa seringalista e repassaram muito de seus conhecimentos da floresta aos “arigós”. (MONTYSUMA E CRUZ, 2008, p. 225).

As experiências relatadas na pesquisa realizada pelos historiadores demonstram ainda que apesar de ocorrer uma clara divisão do trabalho no interior do seringal, onde, caberia ao homem os trabalhos mais pesados, como o corte da seringa e na roça, e as mulheres deveriam, por conseguinte, se ocuparem dos afazeres domésticos e dos serviços considerados “menos forçosos”, como as hortas domésticas, nas margens dos roçados. Essa visão, no entanto, fora construída pelos homens que, nesse entendimento, compreendia a mulher como frágil para execução de trabalhos tidos como masculinos. Todavia, nos relatos de mulheres e até mesmo de homens os pesquisadores constataram que “nos discursos de muitos homens se reconhece que as *mulheres atrevidas* subvertem esta normatização, porque realizam todos os trabalhos que os homens fazem, como cortar seringa, quebrar castanha, caçar, em suma realizam todo o *serviço pesado*” (MONTYSUMA e CRUZ, 2008, p 235). Mas é trabalho pesado também efetuado pelas mulheres, o transporte das crianças nas viagens a pé; o transporte da água para abastecer a casa e lavar a roupa da família; providenciar e transportar a lenha para cozinhar diariamente, dentre outras tarefas ordinárias e esporádicas.

Portanto, ao se questionar a história pelo viés de gênero, a história das mulheres põe em cena um conjunto de questões onde estão inclusas categorias importantes para análise social, em nosso caso, das relações que pautaram o fomento do capital social como: “o tempo, o trabalho, o valor, o sofrimento, a violência, o amor, a sedução, o poder, as representações, as imagens, o real, o social, o político a criação e o pensamento simbólico” (TEDESCHI, 2014, p. 26), incluímos ainda, a relação com o meio ambiente e as formas e uso dos recursos naturais.

Marcos Montysuma (2008), no texto “Gênero e meio ambiente: mulheres na construção da floresta na Amazônia” ao abordar a participação das pessoas na história através de uma perspectiva de gênero problematiza o protagonismo dos homens nos seringais. Aponta que as mulheres são invisibilizadas na exploração da borracha. Ali ocorre uma narrativa que evidencia uma dominação masculina. No entanto, quando nos detemos nos estudos

de casos encontramos as “senhoras das matas”, que remete ao protagonismo das mulheres que por dominarem conhecimentos interagem ensinando aos homens mais novos como atuar no ambiente de florestas, cita o caso de dona Álbia que tem toda uma visão distinta da floresta e da importância de sua edificação para usufruto das pessoas.

É nessa perspectiva que trazemos o caso da dona Maria de Nazaré Vieira, 50 anos, seringueira e agricultora, neta e filha de seringueiros, atualmente moradora da Reserva Extrativista Chico Mendes em Epitaciolândia. Encontramos dona Maria Vieira, na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília, onde buscava apoio para a associação de moradores da colação onde reside atualmente. Nascida nos seringais de Sena Madureira, mudou-se com os pais para Xapuri onde viveu até casar-se aos 17 anos, mãe de seis filhos vivos, pois, devido as difíceis circunstâncias da vida no seringal sofreu três abortos. Atualmente o marido, em idade avançada, tem problemas de pressão alta, sofre de depressão e não pode mais trabalhar no sol ou em atividades que demandem esforço físico. Portanto, todo o trabalho da colação fica a cargo de dona Maria Vieira, uma vez que todos os filhos já estão casados, restando apenas à filha caçula que auxilia nos afazeres domésticos e nos cuidados com o pai.

Maria Vieira desde muito jovem tornou-se militante e liderança na comunidade, iniciou acompanhando o pai em ações do sindicato em Xapuri, onde contribuiu para a criação da associação de moradores conforme ela nos relata:

Eu militei no sindicato todos esses anos, sou muito conhecida, desde lá de Chico Mendes... que Chico era vivo... que foi muito meu amigo... e a gente vem -vino-, vem -vino-, (...) quando nós morava no Seringal Porto Rico, nós fundemos a associação... uma associação que chamava... no Prata... Nossa Senhora Aparecida o nome dela, começou a escola debaixo das mangueiras... hoje tá bem elevado, são duas escolas, tem posto de saúde, tem casa de farinha, eu só não sei te dizer quantos sócios tem lá hoje, mas, da internet tudo tem lá. (VIEIRA, 2019).

Vivendo atualmente em outra colação em Epitaciolândia, ainda na RESEX Chico Mendes, é ela quem está à frente das mobilizações para formação da associação de moradores, visto que, por experiência de vida, para ela é um dos meios mais eficazes de organizar e desenvolver a comunidade.

Agora eu queria montar lá uma associação, onde nós -tamos-, por que a gente tem costume de mexer com isso, sabe?! Então, tem o núcleo de base, mas, o núcleo de base ele é calmo, é lento, é muito devagar... e a associação você paga mais um pouco, mas, ela é mais acelerada, tem mais responsabilidade, mais autonomia... então a gente quer fundar... já teve uma reuniãozinha lá em casa (...). (VIEIRA, 2019).

Nesses breves fragmentos do relato de dona Maria Vieira temos um exemplo da força e capacidade de liderança dessa mulher nos seringais, que para além da criação dos filhos, do marido doente e dos afazeres domésticos ela participa ativamente da comunidade. Na realidade protagoniza papéis de lideranças incentivando, mobilizando, fomentando, fortalecendo e organizando espaços de decisão que impactam diretamente na vida das pessoas e no desenvolvimento comunitário. É o protagonismo desempenhado por essa mulher essencial para compreendermos como ocorre a produção e fortalecimento do capital social.

Conclusão

É de grande relevância que seja considerada a perspectiva das mulheres enquanto sujeitos e protagonistas na construção social e na relação entre o passado e as práticas atuais. Trazer à história a luz das críticas feministas permite alcançar profundamente questões sensíveis no tocante às diferenças de gêneros existentes na sociedade. Daí a necessidade reconhecimento, registro e análise histórica e sociológica da participação, contribuição e protagonismo dessas mulheres que atuaram e atuam ativamente na dinâmica das relações materiais, simbólicas, culturais e subjetivas, que muitas vezes, a história e a ciência, têm negado ao longo do tempo.

Ante o exposto, percebemos ser de grande significância o estudo e a inserção da categoria gênero para a análise do capital social, enquanto ativo que se estrutura a partir das relações estabelecidas na comunidade, pautado por sentimentos e construído coletivamente. No intuito de evidenciar a participação e o protagonismo histórico das mulheres que atuaram e atuam ativamente na dinâmica das relações materiais, simbólicas, culturais e subjetivas, na construção do modo de vida, lutas e conquistas, bem como, a contribuição delas para o fortalecimento do capital social de suas comunidades.

Referências

- ANGELIN, R. **Mulheres e ecofeminismo: Uma abordagem voltada ao desenvolvimento sustentável**. Revista Universidad en Diálogo. Vol. 7, N.º1, Enero-Junio 2017, p. 51-68. ISSN 2215-2849. EISSN: 2215-4752.
- BOURDIEU, P. (1980). **O Capital Social – Notas Provisórias**. In: NOGUEIRA, M. A. e CATANI, A. (org.). Escritos de educação. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CRUZ, T. A. **Mulheres trabalhadoras rurais em movimento: uma história de resistência - vales do Acre e médio Purus, 1988 – 1998**. Rio Branco: EDUFAC, 2010.
- MONTYSUMA, M. **Gênero e meio ambiente: mulheres na construção da floresta na Amazônia**. In PARENTE, T. G. e MAGALHÃES, H. G. D. Linguagens plurais – cultura e meio ambiente. BAURU: EDUSC, 2008.
- MONTYSUMA, M. F.; CRUZ, T. A. **Perspectivas de gênero acerca de experiências cotidianas no seringal Cachoeira – Acre (1964-2006)**. História Unisinos. Vol. 12 N° 3 - setembro/dezembro de 2008.
- SEGATO, R. L. **Género y colonialidad: em busca de claves de lectura y de un vocabulário estratégico descolonial. Feminismos y poscolonialidad. Descolonizando el feminismo desde y em América Latina**. 2ª. Ed. Buenos Aires: Ediciones Godot Argentina, 2011.
- TEDESCHI, L. A. **Alguns apontamentos sobre história oral, gênero e história das mulheres**. Dourados-MS: UFGD, 2014.

Depoimento oral

- VIEIRA, M. de N. Entrevista. Brasília/Ac, julho de 2019.

A primeira fase Do Auditório Araújo Vianna: de 1927 a 1960

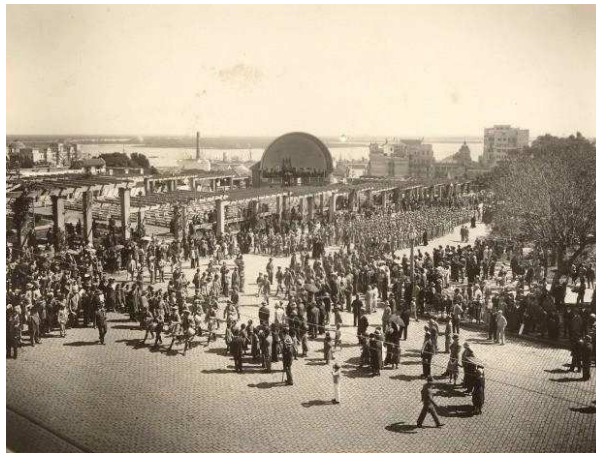
Thiago Buzatto Storck

Judite Sanson de Bem

Introdução

O Auditório Araújo Vianna atualmente localizado junto ao Parque Farroupilha, tombado em 1997 como patrimônio histórico cultural, teve sua primeira inauguração no ano de 1927, mais precisamente no centro da cidade de Porto Alegre na Praça da Matriz, tendo lá permanecido até 1960. A figura 1 mostra o Auditório no final da década de 1920, quando o mesmo ainda estava localizado no centro da cidade. Observa-se que este não apresentava cobertura.

Figura 1: Auditório Araújo Vianna na década de 1920. Fonte: G1 (2019).



Somente no ano de 1964 houve sua inauguração no bairro Bom Fim, onde permanece até os dias de hoje, somando 92 anos de história.

O objetivo deste estudo é conhecer brevemente aspectos da primeira fase do Auditório compreendida entre os anos de 1927 e 1960.

Para realizar este estudo, foi utilizado o método de pesquisa bibliográfica que segundo Lakatos e Marconi (2007) é o meio pelo qual o pesquisador realiza estudos em materiais publicados como livros, revistas, artigos e periódicos, para assim conseguir uma fundamentação teórica sólida e consistente.

A primeira fase do auditório Araújo Vianna

Inaugurado no dia 19 de novembro de 1927 inicialmente no centro de Porto Alegre, onde atualmente se localiza a Assembléia Legislativa, na Praça da Matriz, surge um palco ao ar livre batizado de Auditório Araújo Vianna em homenagem ao compositor gaúcho José de Araújo Vianna (1871 – 1916). Sua construção teve início em 1925, sendo o projeto elaborado pelo arquiteto Arnaldo Boni e o engenheiro José Wiedersphan, inspirados em um projeto que existia na Alemanha (PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, 2019).

Seu projeto foi considerado revolucionário para a época, por seu porte e estruturas em concreto armado. Seus

assentos ficavam distribuídos entre as árvores e pérgolas (Figura 2), e todo o projeto fazia parte da remodelação e humanização da cidade ocorrido naquele período (CUNHA, 2009; RIBEIRO, 2012).

Figura 2: Auditório Araújo Vianna em 1927. Fonte: Ribeiro (2012)



O projeto inicial trazia a ideia de um palco a céu aberto em formato de concha acústica com 400 bancos, proporcionando 1200 lugares aos espectadores. Nesta época os espetáculos eram gratuitos, proporcionando assim que pessoas de todas as classes sociais se reunissem e compartilhassem da cultura através das apresentações musicais (RIBEIRO, 2012).

Na década de 1950, com o crescimento da cidade, houve a necessidade de construção de uma nova sede para a Assembléia Legislativa. Como o Auditório encontrava-se em um local privilegiado da cidade, sendo uma área central e próxima aos poderes do Executivo, Legislativo e Judiciário, foi decidido por sua demolição dando lugar à nova Assembléia Legislativa do estado (PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, 2019). A demolição do antigo prédio ocorreu em 1958, sendo projetada uma nova sede pelos arquitetos Moacir Moojen Marques e Carlos Maximiliano Fayet.

Não restaram muitos traços do antigo prédio, talvez apenas os bancos do Auditório que enfeitam praças e parques da cidade como o Parque Farroupilha, o Jardim do Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE), alguns clubes e igrejas da zona sul de Porto Alegre, entre outros lugares para onde os bancos foram distribuídos (WEBER, 2016).

Os mais de 400 bancos do primeiro Araújo foram feitos em uma fábrica de artefatos de cimento nos fundos da casa do engenheiro Armando Boni (morto em 1946, com 59 anos), na Rua Marquês do Pombal. O italiano taciturno que chegou ao Brasil na década de 1910 desenhou e fabricou as peças, finalizadas a mão, e também foi responsável por projetar o auditório (Zero Hora, 2016 apud MORAES, 2018).

Figura 3: Bancos do primeiro Auditório Araújo Vianna espalhados pela cidade. Fonte: Jornal Zero Hora edição de outubro de 2016 (apud MORAES, 2018)



Figura 4: Banco na Praça da Matriz de Porto Alegre. Fonte: Jornal Zero Hora edição de outubro de 2016 (apud MORAES, 2018)



Conclusão

Desde sua primeira fase, o Auditório Araújo Vianna proporciona aos gaúchos acesso à cultura. E foi através, principalmente, da música que tudo começou. Em sua primeira fase, os espetáculos eram ofertados de forma gratuita, o que proporcionava uma interação entre todas as pessoas, independente de sua classe social e cultural.

Além de uma construção inovadora, para o estado na época, e ter sido construído na década de 1920 e não existir mais na forma original, ainda podemos absorver um pouco de sua história através dos bancos que resistiram ao tempo e à demolição e encontram-se espalhados pela cidade.

Infelizmente a Prefeitura Municipal de Porto Alegre não dispõe de um levantamento da localização deste patrimônio, bem como recursos necessários para sua restauração.

A primeira fase do Araújo Vianna contribuiu por mais de 30 anos com a história do povo gaúcho e muitas pessoas talvez nem saibam que um dia na Praça da Matriz existiu este palco a céu aberto onde todos se reuniam com um objetivo em comum: Cultura.

Referências

CUNHA, E. V. **O auditório Araújo Vianna**. 2009. Disponível em: <<http://mig-poesiasmensagens.blogspot.com/2009/11/o-auditorio-araujo-viana-zh-281109.html>>. Acesso em: 07 set. 2019.

G1. Com espírito coletivo, Auditório Araujo Vianna reabre em Porto Alegre. Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2012/09/com-espírito-coletivo-auditorio-araujo-vianna-reabre-em-porto-alegre.html>. Acesso em: 20 set. 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de Pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MORAES, N. da S.. **Sociedade Bailante**. 2018. Disponível em: <<http://almanaquenilomoraes.blogspot.com/2018/10/sociedade-bailante.html>>. Acesso em: 07 set. 2019.

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. **A história do Auditório Araújo Viana**. 2019. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smc/default.php?p_secao=271>. Acesso em: 07 set. 2019.

RIBEIRO, M. **Após sete anos e muita polêmica, o Auditório Araújo Vianna volta à vida**. 2012. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/noticias/2012/09/apos-sete-anos-e-muita-polemica-o-auditorio-araujo-vianna-volta-a>>

ativa/>. Acesso em: 07 set. 2019.

WEBER, J. R. **Por onde andam espalhados os bancos do antigo Auditório Araújo Vianna?** Jornal Zero Hora. Outubro de 2016. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2016/10/por-onde-estao-espalhados-os-bancos-do-antigo-auditorio-araujo-vianna-8059610.html>>. Acesso em: 07 set. 2019.

A alforria do preto Benedito: uma relação de tensão

Ubiratã Ferreira Freitas¹

Introdução

Em 01 de maio de 1885 o juiz de direito da comarca de Santa Cristina do Pinhal² abre um processo de agravo em favor de João Martins Phileseno, contra uma ação de liberdade do escravo preto Benedito. João Martins em 23 de agosto de 1884 concedia liberdade a todos os seus escravos, entre eles Benedito, mas com uma cláusula que o mesmo deveria ficar sujeito ao trabalho durante seis anos, e ainda estipulando no mesmo documento de liberdade, o valor de duzentos mil réis por cada ano de trabalho. Depois de um ano de trabalho, Benedito faz uma proposta a João Martins, de lhe pagar duzentos e cinquenta e oito mil reis por sua liberdade total, sem vínculo aos futuros anos de trabalho, já que o processo abolicionista estava em pleno desenvolvimento e logo adiante poderia acontecer o final do escravismo em 1888. Como João Martins não aceitou o valor proposto, o curador de Benedito entrou com um pedido de depósito em seu nome, onde Benedito ficaria sob sua responsabilidade até o final do processo, isentando-o dos serviços que deveria prestar a João Martins como consta na carta de liberdade. O processo foi avaliado pelo juiz da comarca de Santa Cristina do Pinhal, e percebendo que Benedito estava sendo superexplorado. Um Auto de Depósito e Entrega foi acionado e enviado a casa de João Martins Phileseno, onde os oficiais de justiça (avaliadores) levaram Benedito e entregaram a seu depositário João Nepomuceno de Bezerra Cavalcante, que passou a ter total responsabilidade por Benedito. João Martins foi acusado de prender e explorar um homem livre – sendo que ele próprio tinha dado a liberdade ao seu cativo Benedito com a restrição de seis anos de serviços –, mas pelas condições que foi encontrado o liberto, os avaliadores justificaram o Auto de Depósito.

Desenvolvimento

O fator importante é perceber o discurso que se enquadra nesse processo de mudança que está acontecendo no Brasil Império, o final do escravismo nos possibilita uma avaliação em vários ângulos, já que afeta diretamente a economia exportadora, e infla o rompimento da elite produtora com a monarquia imperial. Segundo Walter Fraga (2014), as possibilidades que a Lei do Ventre Livre (1871) trouxe ao contexto do escravismo outro elemento, aumentando as chances de equiparação legal entre os agentes que fizeram parte desse processo, mesmo que embora o contrato de liberdade (alforria), entre cativos e senhores fosse sempre prevalecer a vontade do senhor, muitos cativos entraram com recursos judiciais para interromper o período de superexploração que ainda deveriam cumprir com a carta de alforria. “A grande inovação introduzida pela lei foi permitir ao escravo acionar a Justiça por meio de ações de liberdade em caso de recusa dos senhores em conceder alforria com a apresentação do pecúlio” (FRAGA, 2014, p. 45). João Martins recorreu ao Supremo Tribunal para garantir seu direito sobre a propriedade, *dominus*, e rever as condições da carta de alforria. Como se percebe, as dificuldades enfrentadas por Benedito em obter sua liberdade foram complicadas, em cada instância jurídica se ampliava a utilização de leis para fazer valer o direito à liberdade e o direito da propriedade. Esse direito está com base na lei da *Carta Imperial* de 1824, no artigo 163, em consoantes aplicações das Ordenações Filipinas, sobre o direito de propriedade, *dominus*. “[...], com aplicação subsidiária, nos termos do título LXIX, do Livro III, das Ordenações e sob as limitações conferidas pela lei da boa razão, a Lei de 18 de agosto de 1769” (RIBAS apud CAMPELLO, 2010, p. 32).

1 Doutorando do PPGH – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM.

2 Santa Cristina era um distrito de São Leopoldo, atualmente é um bairro do município de Taquara, que era a Fazenda do Mundo Novo, se emancipando somente em 1886.

Segundo André Campello:

A dominica potestas dos Romanos, constando de dous elementos – o *dominium* e a *potestas*, impunha ao escravo duplo sujeição ao senhor, e o considerava ao mesmo tempo como cousa e como pessoa. Esta instituição não despersonalizava, pois, inteiramente o escravo, nem poderia elle sel-o, pois que a sua incapacidade era sujeita a restrições. À proporção, porém, que o direito estricto se foi aproximando do racional, foi-se restringindo a *dominica potestas*, e parallelamente alargando a capacidade dos escravos, esta instituição reconhecida como oposta á natureza, e a liberdade como faculdade natural. Entre nós também os direitos do senhor sobre o escravo constituem domínio e poder, em relação ao domínio o escravo é cousa, em relação ao poder é pessoa (RIBAS apud CAMPELLO, 2010, p. 43-44).

Esse processo é mais um entre tantos que decorreram durante meados da década de 80 do século XIX. A constante luta pela liberdade nos dá uma dimensão de que os cativos não foram coniventes com o cativoiro, os processos de busca da liberdade nos proporcionam uma visão mais ampla das estratégias utilizadas para se fazer valer das leis imperiais em comum acordo pela valorização do humano, pela perspectiva de inserção social e reconhecimento como produtor de seu trabalho e sua história. Em um discurso em defesa de Benedito, o curador João Nepomuceno Bezerra Cavalcante refere:

A propriedade do homem sobre o homem não se funda na razão e no direito, ao contrário é a mais monstruosa violação dos preceitos da razão e do direito, porque o direito, primeiro do homem e a propriedade de si mesmo ou a liberdade. A propriedade do homem sobre o homem, como bem qualificou alguém, é uma exageração sacrilégia do direito da propriedade.³

Esse processo de Agravo Judicial foi movido pelo preto Benedito, lutando pela sua liberdade, ocorreu na Fazenda Mundo Novo, contra o agravante João Martins Phileseno de 1885. Esse documento demonstra que o sistema escravista vigente no Brasil Império, dificultava ao máximo o acesso à liberdade dos cativos nas décadas finais do escravismo, sendo superexplorado de maneira a aliená-los ainda mais no processo da realidade de mudança da senzala para a sociedade livre. O inquérito se relaciona com o movimento de abolição do escravismo, e também nos relata que a luta dos cativos em busca da liberdade também esteve presente na Fazenda Mundo Novo. A sociedade em geral de Taquara não acredita atualmente que o escravismo, nessas bandas, teve tanto impacto como na região nordeste e centro oeste do Brasil, o escravismo não é reconhecido como um ato de exploração ou maus-tratos pelos colonos teutos com a população africana e afrodescendente, mas como uma consequência da realidade colonial e imperial, já que muitos colonos não possuíam cativos. Cristiane de Quadros Bortolli (2003) também defende a ideia de que as questões abolicionistas na região de Cruz Alta e Palmeira das Missões no Estado do Rio Grande do Sul, foram divididas em categorias específicas como as coletivas e individuais. Também relata que, assim como, em muitas localidades que tiveram ocupação e colonização italiana ou alemã, não houve um escravismo acirrado e violento.

De acordo com a autora, seria mais ameno para os poucos escravos que foram introduzidos nessas regiões, e predominando, de acordo, as boas relações entre senhores e cativos (CARREGANATO, 2010). “Mas a ideia que perpassa na memória dos habitantes de Cruz Alta e Palmeira da Missões é de que aqui existiram poucos escravos, além de que os que havia mantinham relações amigáveis com seus senhores; não teriam existido movimentos abolicionistas nessa região” (BORTOLLI, 2003, p. 88). Os discursos utilizados dentro dos processos judiciais podem favorecer um entendimento que em todas as regiões ou localidades mais longínquas que fossem, onde o escravismo se fez presente, a luta pela liberdade dos cativos foi intensa e os mecanismos adotados para manter os cativos atrelados aos senhores também foram variadas. “[...] a abolição não pode ser reduzida a um ato de brancos, mas foi uma luta constante por parte dos escravos”. (BORTOLLI, 2003, p. 89). A inda Cristiane de Quadros Bortolli descreve que:

3 Processo - Agravo de Intrumento Santa Cristina do Pinhal 1886, João Martins Phileseno agravante, Benedito agravado. APERS.

O Rio Grande do Sul, pressionado pelos demais estados onde se iniciavam os grandes movimentos abolicionistas, adotou a política de manutenção por contrato, já utilizada em outras províncias, mantendo, assim, o contrato sobre a força de trabalho não paga durante um período específico de tempo (BORTOLLI, 2003, p. 89).

Esse trâmite de mudanças que se desenvolveu nas relações entre senhores, cativos, libertos, abolicionistas e sociedade, viabilizou uma condição com base em leis criadas para coibir a entrada de africanos no Brasil, no caso a lei de 1831. Flavio Gomes (2005), salienta que nas décadas de 1860 e 70, eram muitas as petições de sociedades beneficentes ou associações de negros que chegavam aos conselheiros pedindo suas legalizações, e com isso desenvolver um suporte aos ex-cativos para dar continuidade ao processo abolicionista que estava em vigência (GOMES, 2005). Sidney Chalhoub (1990), refere-se sobre 1888 com três pontos interessantes para desenvolver um entendimento sobre como foi a abolição em seu desdobramento, sendo o primeiro um tanto perigoso, visto que a primazia da valorização da propriedade privada – ideias liberais – deveria ser respeitada, mas, contudo, analisada de maneira a se concretizar o processo de liberdade para os cativos. A segunda seria ‘o ato de alforriar’, sendo ele, uso exclusivo dos senhores sem a interferência do Estado; e terceira a luta dos próprios escravos tentando resistir e adquirir sua liberdade através dos meios legais e efetivar sua relação social com a sociedade (CHALHOUB, 1990). No segundo e terceiro ponto, podemos relacionar com o caso de Benedito que sendo alforriado, mas alienado ainda a João Martins, foi buscar nos meios legais sua liberdade, visto que queria pagar por sua liberdade mas não foi aceita por João Martins Phileceno. Esse movimento de busca da liberdade emerge de uma complexa relação entre sujeitos ativos em esferas sociais diferentes no cotidiano, no caso o africano ou afrodescendente cativo ou liberto, necessitavam de um amparo emergencial da social para sanar suas necessidades de sobrevivência, onde as adversidades e marcas do cativeiro pesa contra sua manutenção. Para o imigrante europeu, que tinha o dever de ocupar e se desenvolver na terra que ainda não era explorada, a tarefa era um empreendimento que viabilizasse frutos dentro da proposta, principalmente, econômica estabelecida pelo Império e posteriormente a República.

Conclusão

Desta maneira, as representações do processo das relações sociais se manifestaram de acordo com a estrutura de comunidade em formação, a qual surgiu a sociabilidade com traços afetivos e convívio cotidiano, e em alguns casos de relações humanizadas, pois através desses relacionamentos foi possível detectar as condições para que se constituíssem laços sociais mais próximos, mesmo que sejam situados em um relacionamento mais contundente, como no caso das relações de trabalho forçado. Desse modo, perceber que em todas as comunidades que compõem a sociedade brasileira surgiram movimentos em prol da necessidade da valorização dos sujeitos afrodescendentes, que em algum momento visou estabelecer relações sociais, sendo que esse agente escravizado teve uma grande gama de importância no desenvolvimento social e cultural brasileiro é fato, pois sua influência está vinculada no cotidiano da sociedade. Assim, criar vínculos através das sociedades onde foram inseridos era uma possibilidade de preservar sua cultura e se manterem vivos, resistindo e fazendo prevalecer sua existência, com isso as relações cotidianas se fazem presentes no processo de assimilação social-cultural.

Referências

- BORTOLLI, C. de Q. de. **Vestígios do Passado: a escravidão no Planalto Médio gaúcho**. Passo Fundo: UPF, 2003
- CAMPELLO, A. E. B. B. **A Escravidão no Império do Brasil: perspectivas jurídicas** – 1. ed. 2010.

CARREGANATO, L. **A Outra Face: a presença afro-descendentes em Caxias do Sul**. Caxias do Sul: Maneco Liv. E Ed., 2010.

CHALHOUB, S. **Visões de Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FRAGA, W. **Encruzilhadas da Liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GOMES, F dos S. **Negros e Política (1888-1937)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

Processo - *Aggravo de Intrumento Santa Cristina do Pinhal* 1886, João Martins Phileseno agravante, Benedito agravado. APERS.

Caixa multicultural: cultura indígena na sala de aula

Vitória Duarte Wingert

Jander Fernandes Martins

Introdução

O projeto *Caixa multicultural: uma possibilidade interdisciplinar de valorização das culturas Guarani e Kaingang* surgiu a partir da constatação de um problema de âmbito social ocorrido dentro do município de Campo Bom-RS/Brasil¹. O problema é a não valorização e (re)conhecimento da cultura indígena. Construiu-se, a partir dele, uma pesquisa-ação inovadora para a sua resolução. Uma vez que por meio “deste tipo de pesquisa é que se procura intervir na prática de modo inovador já no decorrer do próprio processo de pesquisa e não apenas como possível consequência de uma recomendação na etapa final do projeto” (ENGEL, 2000, p.182).

Este projeto destaca-se por sua importância, tanto no âmbito educacional, quanto no social. A temática indígena vem, há muito tempo, sendo discutida em âmbito social e político: são diversas reivindicações das comunidades indígenas quanto a legalização de suas terras e de seus direitos básicos a subsistência. A discussão indígena, dentro do ambiente escolar, virou lei em 2011, quando o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva assina a lei 11.645 que torna obrigatório o ensino dos Povos Indígenas dentro do currículo escolar brasileiro.

Entretanto, convivendo e fazendo parte desta comunidade educacional percebemos, através dos relatos de nossos colegas docentes, grande dificuldade em trabalhar com a temática indígena em sala de aula. Seja esta por falta de conhecimento/informação, ou mesmo por falta de interesse nesta temática, a temática indígena está sendo invisível dentro de nossas escolas.

Outro fator que nos causou grande espanto foi o ocorrido na cidade em que lecionamos, Campo Bom-RS/Brasil, onde um grupo de indígenas da etnia *Kaingang* veio para a cidade a fim de vender seu artesanato na época de Páscoa. Porém, o grupo foi fortemente rechaçado e marginalizado pela população da cidade.

A problemática central que norteou este trabalho foi: *Como desenvolver uma proposta interdisciplinar e educativa que vise a aprendizagem significativa, relativo à valorização de dois povos indígenas do Rio Grande do Sul?*. Assim, nosso objetivo principal foi desenvolver um recurso midiático que proporcione e enfatize a valorização de dois povos indígenas presentes no Rio Grande do Sul, Guarani e Kaingang, através de um ensino interdisciplinar, baseado na aprendizagem significativa na relação aluno/família. Divulgando e experienciando elementos indígenas na comunidade escolar por meio da criação de uma caixa multicultural; motivando o estudo da cultura indígena nas escolas e relatando as experiências vividas pelas famílias com a caixa multicultural.

Quanto à metodologia, adotamos uma postura interdisciplinar, utilizando-nos de abordagens de História, literatura, música e diferentes mídias. Inicialmente, realizamos uma pesquisa descritiva e bibliográfica para a aplicação de um projeto de viés educacional que desenvolva um recurso que valorize dois povos indígenas presentes no Rio Grandedo Sul: Guarani e Kaingang. Através de um ensino interdisciplinar, este projeto foi baseado na aprendizagem significativa da relação aluno/família. Para esta proposta de pesquisa utilizamos, como marco teórico-metodológico, a Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2004), elegendo o levantamento bibliográfico como um dos instrumentos

1 Localizada a 56,8 quilômetros do centro da capital do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil, por via asfáltica. A estação do Metrô mais próxima é a Estação Novo Hamburgo do Trensurb.

colaboradores para a realização da pesquisa por acreditar-se ser adequada neste processo investigativo.

Após o levantamento bibliográfico sobre os dois povos indígenas que pretendíamos trabalhar (Guarani e *Kaingang*), iniciamos a construção da CAIXA MULTICULTURAL, que se trata de nossa ação educativa propriamente dita. Nesta caixa, que chamamos de Caixa Multicultural foram colocados vários recursos visuais e concretos que representassem estes povos. Matérias tanto de mídias impressas quanto sonoras, visuais, entre outras, que tornaram a própria caixa um veículo de divulgação de informação em grande escala, pois alcançou a comunidade escolar. Sendo assim, dentro da caixa continha:

- Dois livros (um Guarani e um *Kaingang*), elaborados pelas autoras do projeto, contendo cinco lendas de cada povo, informações gerais e curiosidades;
- Um CD com canções indígenas;
- Arco e flecha;
- Fotos com legendas, para melhor compreensão;
- Animais de madeira da cultura guarani;
- Instrumentos musicais típicos;
- Cesta *kaingang*;
- Livro em branco para cada família registrar (foto, desenho, escrita) como foi sua experiência com a caixa.

A caixa multicultural seria utilizada pelas crianças e suas famílias. Logo, escolhemos uma escola do município onde lecionamos e a caixa foi passada para os alunos da turma do Pré 2 da E.M.E.I. Primeiros Passos, com intermédio da Coordenadora Pedagógica da escola. Assim, a cada segunda-feira, um dos alunos da turma levou a caixa multicultural para sua casa. Os alunos e suas famílias poderiam tocar, ouvir, manusear e escrever nos materiais de dentro da caixa multicultural. Além disso, também deveriam registrar, no livro em branco incluso, como foi a experiência da família com a caixa.

Por fim, analisamos os dados coletados no livro em branco da caixa e assim avaliamos se os objetivos foram alcançados.

A turma na qual a dinâmica foi aplicada trata de alunos em idade pré-escolar (4-5). A escolha por esta faixa etária se deu em função de acreditarmos que certos valores sociais devem ser incorporados desde tenra infância. Para Ausubel *et al* (1980, 2003), a aprendizagem significativa não está condicionada à idade – excetuando-se as crianças recém-nascidas – nem à prontidão, mas ao conhecimento prévio de que o aluno dispõe, à predisposição para aprender significativamente, à potencialidade do material de aprendizagem e às estratégias instrucionais empregadas pelo docente. A partir da vivência entre família, aluno e compartilhamento de informações, acreditamos estar contribuindo para a construção de uma aprendizagem significativa:

O conhecimento é significativo por definição. É o produto significativo de um processo psicológico cognitivo (“saber”) que envolve a interação entre ideias “logicamente” (culturalmente) significativas, ideias anteriores (“ancoradas”) relevantes da estrutura cognitiva particular do aprendiz (ou estrutura dos conhecimentos deste) e o “mecanismo” mental do mesmo para aprender de forma significativa ou para adquirir e reter conhecimentos (Ausubel, 2003, folha de rosto).

Ação educativa: Aplicação da Caixa Multicultural

A aplicação da Caixa Multicultural foi um momento rico de trocas e experiências entre os alunos, as famílias e a professora. A caixa foi aplicada em uma turma de 25 alunos do Pré 2, onde a professora titular, Profa. Vitória Duarte Wingert, também é uma das autoras do projeto. Antes da caixa chegar até as famílias foi realizado um trabalho de

contextualização da cultura indígena com os alunos em que eles puderam ouvir e trabalhar algumas lendas Guarani e *Kaingang*, aprender sobre as cerâmicas indígenas e experimentar a criação de seus próprios vasos de argila. Além disso, foi apresentado aos alunos alguns utensílios do cotidiano indígena, como arco e flecha, enfeites, animais de madeira, cestos, etc. Em um dos momentos, a professora comentou que para as pinturas corporais os indígenas utilizavam tintas feitas com elementos da natureza como açafraão, barro e urucum. No outro dia uma aluna trouxe de casa o urucum para que a turma pudesse ver mais de perto, pois esta planta que não é muito comum.

Após os alunos já estarem com um conhecimento diversificado da cultura indígena, foi apresentada a Caixa Multicultural. A felicidade em levar a caixa para casa era tanta que alguns alunos ficaram muito tristes por não ter chegado a sua vez de compartilhar o material com sua família. O envolvimento das famílias também foi muito significativo, pois os pais postavam fotos da família interagindo com os objetos da cultura indígena em suas redes sociais pessoais como *Instagram* e *Facebook*. Outras famílias dos alunos chegavam na porta da sala de aula e perguntavam: “*Profe, quando vai chegar a nossa vez de levar a caixa indígena? Ele só fala nisso!*”

Percebemos também o impacto da caixa nas famílias através dos registros feitos pelas famílias. Destacamos alguns:

“Queridas profs, muito obrigada por compartilhar essa rica cultura do povo que habitou nossas terras desde muito cedo. A Isadora ficou super empolgada com a Caixa Multicultural. Parabéns pelo projeto! A Isadora adorou os animais e o arco e flecha.”

“Professoras Vitória e Marta, gostaríamos de agradecer por vocês compartilharem um pouco do conhecimento de vocês com nossa família. Adoramos receber a visita da caixa multicultural, com materiais belíssimos e conteúdo muito rico.”

“Olá profes, gostamos muito de receber a caixa multicultural. Projeto muito legal para que as crianças aprendam mais sobre os índios. Nossa família se divertiu muito com o arco e flecha e também gostamos muito do artesanato. Parabéns pelo projeto. Obrigada!”

Ler estes relatos das famílias foi muito importante para nós como pesquisadoras, pois conseguimos avaliar e refletir sobre nossa prática: muitas vezes, um projeto que parece ser tão simples quanto este, pode impactar diversas famílias causando valorizações sociais pretendidas com este trabalho.

Além da caixa multicultural e das ações realizadas na escola, levamos também a cultura indígena ao 2º Sarau Cultural realizado pela Biblioteca Pública Municipal Professor Antônio Nicolau Orth. O Sarau era comemorativo ao Dia do Escritor (25/07) e a professora Vitória Duarte Wingert foi convidada para contar a história Guarani sobre a lenda do João-de-Barro, que é o pássaro símbolo da cidade de Campo Bom. Neste momento, a cultura e legado indígena puderam ser apresentados para os escritores e as autoridades que ali se faziam presente.

Não havíamos planejado esta ação neste projeto, porém aproveitamos a oportunidade que nos foi dada de compartilhar esta experiência com um grupo grande de moradores da cidade de Campo Bom. A história foi filmada e fotografada. O público do Sarau já a divulgou em diversas mídias e recebemos um retorno positivo quanto a participação. Várias pessoas comentaram que gostaram muito da lenda e que não a conheciam.

Considerações finais

Percebemos o papel fundamental das mídias impressas, visuais e sonoras dentro deste processo, sem as quais não haveria êxito desta pesquisa. Através dos relatos das famílias conseguimos perceber que não apenas as crianças, mas os adultos também gostaram muito do material: várias famílias parabenizaram a iniciativa. Isto mostra que muitas vezes o preconceito vem em função do desconhecimento de determinadas práticas e costumes. Acreditamos e apostamos no conhecer para valorizar ou, pelo menos, aceitar.

Pensamos em levar adiante nosso projeto da Caixa Multicultural e até mesmo divulgá-lo e compartilhá-lo com outras redes de ensino para que o mesmo possa ser aplicado. Finalizamos ressaltando o papel da escola e dos educadores como aqueles que estimulam os alunos a lançar voos sobre o desconhecido, vivenciando e valorizando a multiculturalidade social.

Referências

AUSUBEL, D. P. **Aquisição e Retenção de Conhecimentos: Uma Perspectiva Cognitiva**. Lisboa: Plátano, 2003.

AUSUBEL, D. P.; NOVAK, J. D.; HANESIAN, H. **Psicologia Educacional**. Trad. De Eva Nick e outros. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BRASIL. **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: 1ª a 4ª série. Brasília: SEF/MEC, 1997.

CARLOS, J. G. **Interdisciplinaridade: o que é isso?**. 2010. Disponível em: <http://www.miniweb.com.br/educadores/artigos/pdf/interdisciplinaridade.pdf> Acesso e 05 de maio de 2018.

CHAVES, O. O. **A arte de contar histórias**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Confederação Evangélica do Brasil, 1963.

ENGEL, G. I. **Pesquisa-ação**. Educar, Curitiba, n. 16, Editora da UFPR 2000.

GIRAUDY, D. ; BOUILHET, H. **O Museu e a vida**. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Nacional Pró-Memória, 1990.

LIMA, M. H. de. **Música, mídia, novas tecnologias e contexto escolar' – novas perspectivas, modelos e significados em educação musical: algumas reflexões, interlocuções e variações sobre o tema**. Cadernos do Aplicação, Porto Alegre, v. 21, n. 2, jan./jun. 2008.

MUNDURUKU, D. **Em busca de uma ancestralidade brasileira**. Fazendo Escola, Alvorada, Secretaria Municipal de Educação de Alvorada, 2002.

MEDEIROS, J. S. Povos indígenas e a lei 11.645: (in)visibilidade no ensino da História do Brasil. In: **Povos Indígenas e Educação**. Maria Aparecida Bergamaschi *et all*. 2ª ed - Porto Alegre: Mediação, 2012.

SACRISTÁN, J. G. ; GÓMEZ, A.I. Pérez. **Comprender e transformar o Ensino**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Instrumentos de pesquisa em arquivos históricos e permanentes: experiências a partir do fundo “Memória do Cinema Antonio Jesus Pfeil”

*Yuan Veiga Pereira*¹

Introdução

Tendo em vista as necessidades encontradas por pesquisadores, ligadas ao rastreamento de documentações para a construção de seus estudos, se torna necessária a elaboração de instrumentos de consulta em arquivos, visando facilitar o acesso rápido e preciso dessa documentação.

Ao observarmos os documentos encontrados em arquivos históricos, muitas vezes nos deparamos com materiais considerados de cunho oficial, por serem gerados em instituições de caráter jurídico-administrativas, e que foram direcionados a estes arquivos ao chegarem em sua fase final, passando por uma análise criteriosa onde é identificado o seu valor histórico. Concordando com tal afirmativa Janice Gonçalves destaca que:

Teoricamente, o arquivo permanente de uma entidade é o seu arquivo corrente transformado pelas eliminações efetuadas no processo de avaliação e pelas mudanças observadas nos valores primários e secundários de seus documentos (GONÇALVES, 1998, p. 35)

Ainda assim, é necessário frisar que as documentações de arquivos permanentes e históricos não se resumem àquelas de caráter oficial, pois podem ser encontradas entre estes outros tipos de documentações, como as pessoais, geralmente ligadas a vida e obra de determinado indivíduo que se destacou em algum seguimento dentro de sua sociedade e/ou comunidade, apresentando-se como materiais que podem agregar certo valor científico, cultural, social, artístico e histórico (TOGNOLI; BARROS, 2011).

Independente do caráter do acervo ao qual nos direcionamos, o mesmo deve seguir princípios de separação de materiais e documentações, no intuito de que os mesmos não se mesquem com aqueles pertencentes a outros seguimentos, em uma separação de grupos documentais². Nesse sentido, se criam para este controle aquilo que chamamos de fundos. Visando compreender este conceito, destacamos sua definição para Heloísa Bellotto:

Admite-se como fundo o conjunto de documentos produzidos e/ou acumulados por determinada entidade pública ou privada, pessoa ou família, no exercício de suas funções e atividades, guardando entre si relações orgânicas, e que são preservados como prova ou testemunho legal e/ou cultural, não devendo ser mesclados a documentos de outro conjunto, gerado por outra instituição, mesmo que este, por quaisquer razões, lhe seja afim (BELLOTTO, 2006, p. 128)

Visto isso, entendemos os fundos como organismos documentais separados dos demais grupos de documentos, a partir das funções previstas para eles em sua produção, por parte de seus produtores, sejam estes órgãos administrativos ou pessoas físicas.

Partindo do fato de que o trabalho foi desenvolvido sobre um arquivo pessoal, partamos para a definição do mesmo. Para Tognoli e Barros (2011) a melhor definição para arquivo pessoal o define como conjunto de documentos

1 Licenciado e Bacharel em História pela Universidade La Salle - Canoas.

2 Tais princípios são conhecidos como “Princípio de Respeito aos Fundos”, tendo sido criados na França em 1841, tornando-se um dos principais fundamentos da arquivística moderna. Consiste no respeito aos fundos arquivísticos, onde estes devem ser mantidos agrupados, sem que haja uma mistura a outros grupos documentais, provenientes de outras entidades ou pessoas físicas (SOUSA, 2003).

resultante de atividades ligadas à vida e/ou obra de pessoas de determinada instância, podendo ser dentro do meio político, artístico, intelectual, entre outros. Este tipo de arquivo se configura de duas formas: materiais referentes à bens pertencentes ao produtor do fundo, do âmbito privado de sua vida, e documentos relacionados a sua função de destaque. Documentação normalmente doada pelo próprio indivíduo ou família do mesmo (DUCROT, 1998).

Em vista do processo a ser tomado para controle e pesquisa em arquivos, temos a princípio: higienização e organização do acervo, seguida de tipificação, classificação e catalogação. Etapas iniciais pelas quais o material é submetido ao chegar na agência custodiadora. Posterior a isso têm-se a elaboração dos instrumentos necessários para pesquisa, etapa de extrema importância para o arquivo permanente, visto que a possibilidade de pesquisa é a principal função de um arquivo deste caráter (SILVA, et al. 2012). Tais instrumentos de pesquisa, segundo o *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* são o “Meio que permite a identificação, localização ou consulta a documentos ou a informações neles contidas. Expressão normalmente empregada em arquivos permanentes” (2005, p. 108).

Embora haja necessidade de diversos instrumentos de pesquisa para um melhor controle nessa prática, a realidade de muitos arquivos não permite a criação de um escopo como gostaríamos, acabando por nos proporcionar somente instrumentos com informações mais gerais a respeito do acervo com o qual se trabalha (BACELLAR, 2005). Na medida de lidar com o problema, Gonçalves chama atenção para “primeiramente, estudar a história, a estrutura e o funcionamento da entidade, e a partir disso elaborar uma classificação para os documentos” (GONÇALVES, 1998, p. 34). Evidencia-se aí a necessidade de se criar instrumentos que apresentem informações gerais sobre os acervos, apontando as classificações e ordenações aplicadas aos documentos. Isso facilita a compreensão, por parte do pesquisador, do porquê tais documentos foram organizados de determinada forma, colaborando na consulta. Dentro dessas características podemos citar como instrumentos de primeira instância os guias de acervo, inventários e catálogos (MAESIMA, et al. 2010).

Haja vista as necessidades dos pesquisadores, torna-se necessário que um dos primeiros instrumentos de controle de acervo a ser elaborado seja o guia, quando o compreendemos, entre os materiais de pesquisa, como “[...] o mais abrangente e o mais “popular”, pois está vazado numa linguagem que pode atingir também o grande público e não especificamente os consulentes típicos de um arquivo: historiadores e administradores” (BELLOTTO, 2006, p. 191). Identificamos assim o guia de arquivo como o instrumento de caráter mais geral no que diz respeito a sua descrição, ao fazer uso de uma linguagem que não se detém ao pesquisador e funcionário de arquivo, apontando as principais características de seus acervos de forma a apresentá-los.

Sobre o inventário, este pode ser visto como resultado de uma descrição baseada nas séries documentais, seguidas de uma ordem hierárquica. Em grande medida, é o mapeamento da documentação do acervo (COSER, 2014). O inventário, segundo Bellotto (2006), por seu caráter sumário, faz uma descrição mais parcial e menos analítica, sendo um levantamento mais rígido e engessado aos dados do acervo.

O catálogo, por sua vez, se mostra como instrumento de descrição relacionado à unidades documentais, apresentando os fundos a partir de suas séries (MAESIMA, et al. 2010). O catálogo trata-se de um instrumento que seleciona determinados grupos e séries documentais, descrevendo-os de forma minuciosa a partir da análise de cada um dos documentos que os compõe. Para além deste encontra-se o catálogo seletivo, identificado pelo Dicionário de Terminologia Arquivística (1996) como um material de descrição seletiva, pois determina uma temática e fundo específicos para serem descritos, se tornando um instrumento de consulta muito pontual.

O arquivo e o fundo trabalhado

O Museu Histórico La Salle (MAHLS), localizado em Canoas/RS, ligado à Universidade La Salle, vigora em funcionamento desde 1998, operando sob a diretoria da professora Dr^a Cleusa Maria Gomes Graebin, bem como

da assistente Sandra Graciano. Seu acervo conta com materiais diversos ligados a história da cidade e da própria instituição, remontando a 1906. Também conta com fundos memória e acervos pessoais, como a exemplo do fundo aqui utilizado para a construção dos instrumentos em questão.

O Fundo “Memória do Cinema Antonio Jesus Pfeil” foi criado pelo pesquisador canoense de mesmo nome a partir de 1974. A coleção de Pfeil iniciou-se a partir de imagens de filmes, assim como reportagens e demais materiais obtidos durante sua trajetória como cineasta e pesquisador de cinema. Jesus Participou de eventos e premiações como o Festival de Cinema de Gramado e Mostras Internacionais, fazendo parte de grupos de pesquisa relacionados ao tema. A doação do acervo ao Museu se deu em 2001. O Fundo hoje conta com documentos cuja temporalidade vai de 1920 até o início dos anos 2000.

Elaboração dos instrumentos de pesquisa

Primando-se as necessidades do consulente, os instrumentos em questão foram criados sob uma lógica de separação dos documentos a partir da tipificação e classificação já empregadas. Visto isso, a análise e complementação de um inventário já existente foram feitas, buscando mapear e conhecer o fundo de maneira minuciosa. Nesse sentido, o inventário acabou por apresentar as seguintes subdivisões técnicas: Identificação da caixa a qual o documento pertence; Identificação do maço de documentos; Grupo e subgrupo (Cinema Brasileiro; Gaúcho; Estrangeiro); Data na qual o documento foi produzido; Série e subsérie (Temas e subtemas).

Em relação ao guia de acervo ou fundo, o mesmo acaba por não ser caracterizado como guia de arquivo, o qual seria mais extenso. Dessa forma, traz apenas a documentação relacionada ao fundo de cinema, contendo informações como: Identificação, composta por datação, nível de descrição, dimensão e suporte; Contextualização, formada por produtor/acumulador, entidade custodiadora e história arquivística; Estrutura, configurada por conteúdo e classificação; Condições de Acesso e Utilização, formada por condições de acesso e reprodução, idiomas, características físicas, requisitos técnicos e instrumento de descrição; Documentação Associada, formada por unidade de descrição relacionada e nota de publicação; dados relacionados ao Controle de Descrição, como identificador e data de descrição.

O catálogo, por sua vez, fornece os tipos de documentos encontrados no fundo, os exemplificando a partir de um trabalho de descrição. Todavia, apresenta-se como um catálogo seletivo, pois traz os principais tipos e exemplos de materiais que formam o fundo, demonstrando somente uma prévia do acervo. Constitui-se através dos seguintes elementos: Apresentação do Catálogo; Apresentação do Fundo de Memória, constituída de uma breve biografia do produtor do acervo, bem como do histórico de produção e doação do mesmo; Conteúdo do Acervo, formado a partir da descrição dos tipos de documentos presentes no fundo, como a exemplo de reportagens, artigos, recortes de jornais, fichas técnicas, sinopses, roteiros de filmes, etc. Os documentos descritos tem suas informações apresentadas, como data de produção, assunto, caixa e maço ao qual pertence sua guarda.

Considerações finais

Com essa experiência nos foi possibilitado identificar o valor histórico e cultural do fundo na medida em que percebemos a importância da vida e obra de seu acumulador, assim como o valor intrínseco aos documentos relacionados a história do cinema nacional e regional.

Em vista dos instrumentos elaborados, tornou-se possível apresentar o fundo em questão, organizando e facilitando o acesso a sua documentação, mesmo dentro de uma descrição mais geral, buscando despertar o interesse do pesquisador para o fundo, demonstrando a lógica de guarda do mesmo, sua identificação e classificação,

perceptíveis pela forma como tais instrumentos são construídos.

Referências

- BACELLAR, C. **Uso e mau uso dos arquivos**. In: PINSKY, C. (ORG.) Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005
- BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- COSER, P. E. da R. **O Guia de Fundos como instrumento de pesquisa para difusão do acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul**. 2014. 89 f. (Monografia de Gestão em Arquivos) – Universidade Federal de Santa Maria, Sapucaia do Sul, 2014.
- DICIONÁRIO Brasileiro de Terminologia Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- DICIONÁRIO de Terminologia Arquivística. São Paulo: AAB/Núcleo de São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura, 1996.
- DUCROT, A. **A classificação dos arquivos pessoais e familiares**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, FGV, 1998, n.21, p.151-168
- GONÇALVES, J. **Como classificar e ordenar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998.
- MAESIMA, C. ; LEME, E. J. H. ; NETO, J. M. A. **Noções de Arquivística e Organização de Arquivos Históricos**: descrição arquivística. 2010. 38 slides. Disponível em: < <https://slideplayer.com.br/slide/359971/>>. Acesso em 29 mai. 2019.
- SILVA, J. R. et al. **Organizando um Arquivo Histórico**: Um *thesaurus* para o Poder Judiciário do Estado do Amazonas e para a história. Revista Acervo, Rio de Janeiro, V. 25, n. 1, 2012, p. 161-174.
- SOUSA, R. T. B.. **Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação**. In: RODRIGUES, Georgete M; LOPES, Ilza L. (org.) Organização e representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação. Brasília: Thesaurus, 2003.
- TOGNOLI, N. B. ; BARROS, Thiago Henrique Bragato. **As implicações teóricas dos arquivos pessoais: elementos conceituais**. Revista Ponto de Acesso, Salvador, V. 5, n. 1, 2011, p. 66-84.